

EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP



CIÊNCIAS SOCIAIS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE *A INDEPENDÊNCIA E O ESTADO DA ARTE*

Augusto Nascimento

**CIÊNCIAS SOCIAIS
EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE:**
A INDEPENDÊNCIA
E O ESTADO DA ARTE

**CIÊNCIAS SOCIAIS
EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE:**
A INDEPENDÊNCIA
E O ESTADO DA ARTE

Augusto Nascimento

Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa

Miraflores, Agosto de 2005



CIÊNCIAS SOCIAIS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE:

A INDEPENDÊNCIA E O ESTADO DA ARTE

Autor: Augusto Nascimento

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-books

Edição: 1.^a (Novembro/2007)

ISBN: 978-989-95426-6-2

Localização: <http://www.africanos.eu>

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

<http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

Nota prévia	9
Abreviaturas	11
Introdução	13
01. ESQUISSO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE SABER	21
O lastro dos condicionalismos históricos	21
Os condicionalismos políticos após a independência	23
Inércia epistemológica tributária da ideologia anti-colonial	27
A liberalização e o primado da performance política	37
Ritualização da cultura e politização das línguas	41
02. AS TEMÁTICAS ABUSADAS	47
A caracterização dos grupos sociais	52
03. OS TÓPICOS SILENCIADOS E IDEOLOGIZADOS	55
O malbaratar da nação	57
O plasma cultural	59
Facto cultural, premissa do desenvolvimento	62
Cultura, forma de resistência	66
A procura de uma identidade africana	68
04. A FRAGMENTAÇÃO DOS NOVOS SABERES	74
O curso da política, a mudança	74
A reivindicação da africanização do sistema político	77
A dificuldade do objecto político, a fulanização dos argumentos	82
Entre os novos temas, o Estado e a meta do desenvolvimento	84
A edificação do Estado	87
05. A DEMANDA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	91
Capital humano, emigração e diáspora	96

06. O VEIO DA AGRICULTURA	100
O passado da política agrária	103
O futuro da política agrícola: o crédito	113
Agricultura, desenvolvimento ou estabilização social?	115
A entronização das pequenas explorações agrícolas	120
A malquista diferenciação económica na base do tecido rural	125
A canga do colonialismo	128
07. AS BOAS INTENÇÕES OU O PATERNALISMO: A REINVENÇÃO DA NATUREZA DO SÃO-TOMENSE	136
08. MUTAÇÕES SOCIAIS E EMPRESARIADO	141
09. TEMÁTICAS EM ABERTO	147
10. CIÊNCIA, OUTROS SABERES E POLÍTICA	159
Notas conclusivas	164
Bibliografia	170
Notas de leitura	174

NOTA PRÉVIA

Quero agradecer a todos os autores são-tomenses que me facultaram cópias dos seus trabalhos, alguns dos quais a aguardar publicação.

Estou devedor a Gerhard Seibert pelas indicações acerca de alguns trabalhos aqui apreciados, assim como pelo empréstimo de textos a que, de outro modo, eu não teria tido acesso.

Nunca será demais reiterar o reconhecimento à Professora Doutora Jill Dias pelo seu labor desinteressado em prol dos investigadores que acolheu no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical. As suas qualidades científicas e de liderança e, não menos importante, o seu altruísmo contribuíram para, ao longo de anos, se criar no CEAA um ambiente de trabalho excelente e, afinal de contas, absolutamente vital para uma actividade de investigação pertinaz, consequente e frutuosa. Por mim, estou-lhe grato. Nem de propósito, este trabalho integra-se no Projecto *Contextos coloniais e pós-coloniais de globalização: interacção e discurso no mundo lusófono (séculos XVI a XXI)* por ela dirigido e que, submetido a concurso pelo CEAA, obteve financiamento da Fundação da Ciência e Tecnologia.

Comecei a minha vida profissional em S. Tomé e Príncipe e, depois do regresso a Portugal, nunca mais cessei de trabalhar sobre o arquipélago. Se algum avanço é visível no que escrevi, logrei-o tendo como mote as ilhas. Elas e a sua gente foram, e ainda serão por mais algum tempo, uma companhia diária.

Há dezenas de anos cheguei ao arquipélago com uma bagagem muito curta para o horizonte de sonhos de que me animava. Em parte com o apoio e o incentivo de alguns são-tomenses, realizei o essencial desses sonhos, apropriando-me e usando imagens e palavras da terra. Decorridos trinta anos desde a independência, gostaria, se isso não fosse

tomado como sobranceria, de ver este pequeno trabalho olhado como uma contribuição e uma paga, se ela é possível, pelo papel que S. Tomé e Príncipe teve na minha vida.

Circunstâncias algo fortuitas – concretamente, a possibilidade de participação no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais em 2004 – sugeriram-me um inventário crítico da produção dos estudiosos são-tomenses. Com algum atrevimento, abalancei-me a tal ao longo de um ano, cabendo-me, agora, aceitar eventuais críticas e reparos.

Duas breves notas: algumas das insuficiências apontadas nos textos em apreço são imputáveis ao ambiente de trabalho nas instituições académicas em Portugal e não só. Direi que, ao invés do corriqueiramente presumido para efeito de um supostamente conveniente apaziguar das consciências, o paternalismo turva o discernimento e não ganha o coração dos homens, antes tão só fomenta a duplicidade e os equívocos. Outra: algumas das temáticas trazidas à colação poderiam discutir-se com oportunidade a propósito de problemas igualmente prevaletentes em Portugal. Mas quis o destino, que vou tentando facetar como posso a cada dia que passa, que eu me dedicasse a S. Tomé e Príncipe...

O arquipélago conhece um acelerado processo de mutação, podendo tornar-se irreconhecível a breve prazo. Também os comportamentos e as atitudes mudam todos os dias. Logo, este balanço arrisca-se a converter-se muito rapidamente num texto datado. Se isso também se viesse a dever ao avanço do saber social no arquipélago, seria bom sinal...

Uma nota pessoal, este texto, naturalmente pejado de insuficiências, materializa uma crença avessa à *projectite*, que campeia tanto na produção de saber como, infelizmente, nas relações de cooperação. Creio que o saber depende da perseverança com que se o procura. Se ainda não cheguei lá, não tenciono, por isso, desistir...

Miraflores, Agosto de 2005
Augusto Nascimento

ABREVIATURAS

BM	Banco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRNSTP	Frente de Resistência Nacional de S. Tomé e Príncipe
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
ONG	Organizações não governamentais
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PPADPP	Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades
STP	S. Tomé e Príncipe
UAF	Unidades agrícolas familiares
UE	União Europeia
UNEAS	União Nacional dos Escritores e Artistas São-Tomenses

INTRODUÇÃO

A abordagem aqui proposta suscita quase imediatamente uma interrogação: faz sentido falar de ciências sociais de e num só país? À primeira vista, tal abordagem não só parece desfasada da realidade social e do labor científico actuais, como, num certo sentido, comporta o risco de reproduzir um corriqueiro e pernicioso enfoque dos autores são-tomenses nas suas condição social e política e produção científica. Ainda assim, esta abordagem afigura-se-nos pertinente, porquanto, anos a fio, um dos vectores marcantes tanto da rala produção científica, quanto do discurso político vigente no arquipélago, consistiu na procurada escusa à interacção com o saber oriundo do exterior. Juntamente com a arquitectura política que a induzia, tal atitude constituiu um freio poderoso ao avanço do saber social nas ilhas. Na falta de outros motivos, os condicionalismos enunciados parecem bastantes para justificar quer uma avaliação da produção científica desde a independência, quer uma reflexão acerca do papel reservado, ou não, ao saber social num arquipélago em profunda e acelerada mutação social.

Numa classificação abrangente, a produção científica são-tomense compõe-se de livros, alguns com intuitos políticos mais ou menos declarados, de relatórios para instituições internacionais, de comunicações em colóquios e, mais recentemente, de dissertações académicas. Não é fácil caracterizar a heteróclita produção científica são-tomense, não por ela não se assumir como tal, mas por causa da sua dispersão e dos percursos assaz variados dos autores. Citemos como um possível denominador comum dessa produção a pretensão a ancorar-se no arquipélago, com o qual os diferentes autores mantêm uma relação necessariamente diversa, condicionada pelos percalços das trajectórias – do país e deles

– após a independência, mas, em todo o caso, voluntariosa. Este dado avulta no conjunto da produção científica sobre o arquipélago.

Falamos, então, de ciências sociais num país marcado por apertados constrangimentos, entre os quais a debilidade da elite e a falta de visões consistentemente estruturadas sobre as metas e os contornos do desenvolvimento. No arquipélago, as lealdades políticas, de base clientelar e familiar, são mais operativas do que genericamente se admite, especialmente na função de empecer a mobilidade e de tolher a renovação da elite, renovação esta a entender como um factor do próprio desenvolvimento. Ora, esses bloqueios do campo político repercutem-se no plano cognitivo.

De acordo com uma apreciação ligeira, certos enquistamentos teóricos, gerados pela filiação ideológica e partidária do pós-independência, deveriam ter sido varridos pela liberdade de expressão trazida pelo advento do multipartidarismo. Mas não o foram, pelo menos completamente. Com efeito, na produção de saber parece remanescer uma espécie de vínculo primordial relativamente a núcleos ideológicos e temáticos que, afinal, se ateriam menos à coloração político-partidária do que a uma certa cosmovisão ainda tributária da clivagem racial prevalecente até à independência⁽¹⁾. Essa clivagem configura uma chave de explicação do devir social de que os são-tomenses não prescindem facilmente, nem sequer para tornar mais fina a malha analítica com que interpretam a sua sociedade. Amiúde, deparamo-nos com o rasto da dicotomia racial branco / negro na análise de toda a evolução histórica e social. Como esta, outras marcas, deixadas pela história recente conquanto igualmente atribuíveis às características da interacção e sociabilidade locais, precedem a equação de problemas pelos estudiosos e reflectem-se na rarefacção e na desqualificação da informação precisa para a produção de saber social.

¹ É forçoso equacionar a hipótese da recente diversificação do saber social ter eliminado ou atenuado essa dependência do fardo da clivagem racial no imaginário e na sociedade são-tomenses, deixando-a, sobretudo, para o discurso histórico, no seio do qual essa dependência, mais ou menos inconsciente, continua operante.

Apesar de actualmente não subsistirem clivagens de recorte racial que pareçam justificar o recurso a tal veio interpretativo da história e, em particular, da trajectória no pós-independência, julgamos importante averiguar até que ponto esse referente ainda pesa no imaginário e na produção científica de autores são-tomenses e, em última instância, no diálogo político com o exterior.

No tocante à história, ainda na era colonial criou-se um Arquivo Histórico, que atendeu à organização da estrutura administrativa produtora da documentação. Ao fundo então constituído, somaram-se, já depois da independência, outros acervos herdados da administração colonial. Hoje, esses fundos documentais sofrem com o empobrecimento do país e com a desvalorização do discurso histórico. Mais recentemente, a obtenção de melhores condições materiais para a instalação do conjunto do acervo ficou prejudicada pela progressiva desqualificação dos recursos humanos e pela falta de meios para a preservação dos documentos. O acervo em depósito no Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe aguarda pela valorização que a sua importância justifica.

A escassez de fontes é particularmente gravosa noutros domínios. Ao cúmulo de dezenas de anos de censuras sucessivas e de um quase vazio intelectual, juntam-se os efeitos de laços familiares e de proximidade que inibem, por exemplo, a publicação de depoimentos⁽²⁾ e de memórias⁽³⁾ relevantes para futuras investigações. Numa sociedade onde a actividade editorial é quase nula, nalguns raros escritos propõem-se explicações do passado, mas quase nunca se narram eventos. Até hoje, poucas pessoas se dispuseram a desvendar acontecimentos em que elas mesmas ou correligionários e adversários mais ou menos próximos estiveram implicados. De alguma forma, a ausência de testemunhos como que se coaduna com um meio social durante anos marcado, por um lado, pela falta de hábito do confronto de opiniões e, por outro, pela prevalência dos boatos e do *rádio boca a boca* como veículo de informações. Diga-se que, mais ou menos verídicas, tais informações veiculadas por este meio comportam o seu quê de instrumento de digladiacção política e, também, de vindicta popular face aos políticos e a toda a sorte de influentes.

Esta falta de disponibilidade para partilhar memórias⁽⁴⁾ corta cerce a possibilidade de compreensão das causas supostamente triviais – mais

² Facto constatado a propósito da história do MLSTP e do período de transição para o multipartidarismo por BRANCO e VARELA 1998:38.

³ Uma das excepções será uma biografia de Carlos Graça referida em BRANCO e VARELA 1998:39.

⁴ Por isto, julgamos generosa mas algo ingénua a ideia de que o Estado deveria garantir condições psicossociais e materiais às figuras da história recente para publicarem as suas memórias (cf. MATA 2004:52). A carência destas memórias tem menos a ver com condições de trabalho do que com a incapacidade de olhar o passado em resultado do ambiente que a própria autora denuncia como pautado pelas querelas pessoais e pelo ressentimento.

relacionadas, por exemplo, com a rivalidade pessoal do que com qualquer arremedo de ideologia – de factos, que se viriam a revelar decisivos para a trajectória de perda social da maioria dos são-tomenses. Em vez de depoimentos, dispomos de algumas interpretações. Quando vertidas para o papel, tais interpretações ensaiam conferir a posteriori uma dignidade ou uma motivação política e ideológica a medidas porventura gizadas apenas no quadro da barganha por dividendos pessoais. Alguns ensaios de explicação de decisões no passado não eliminam o viés – ideológico, afectivo e outro – que já pautara a actuação política, evidentemente nem sempre reportada às (reais) motivações subjacentes.

No tocante a dados para o estudo da actualidade, diga-se que, uma vez removidos os empecilhos de inspiração securitária que, após a independência, se abateram até sobre a mais insignificante das informações, vão surgindo elementos que colmatam parcialmente lacunas de anos. O espectro do inimigo e a obsessão da segurança serviram para a administração estatal se tornar, pela sua crescente desorganização, numa predadora de informações. Actualmente, por via de eventos institucionais ou da actuação de organizações internacionais, elaboram-se documentos com dados precisos para a análise da evolução social. Todavia, tais dados suscitam dúvidas quanto à sua fiabilidade⁽⁵⁾ devido ao sofrível grau de rigor dos procedimentos de recolha, a resquícios de procedimentos censórios de antanho na sua elaboração e, ainda, a distorções relacionadas com o clima social e, em particular, com a expectativa de ganhos por conta da disponibilização de informação. Em consequência da volatilidade social e das condições, amiúde precárias, da respectiva obtenção⁽⁶⁾, impõe-se alguma cautela na utilização desses dados. Convirá proceder a um exame crítico das fontes, porquanto no fornecimento de dados e de informações – desde as respostas a inquéritos até à narração de vidas pessoais – pesa uma intuitiva mas arguta equação das possíveis vantagens ou desvantagens do teor de cada enunciação. Justamente, em vista tanto de uma cultura clientelar, quanto da reverência demasiadamente

⁵ Aspecto referido, por exemplo, por BARBOSA 2001:13.

⁶ Por exemplo, Feliciano BONFIM constatou as limitações resultantes da ausência ou da pouca fiabilidade dos dados disponíveis na aferição do índice de desenvolvimento humano ou dos indicadores económicos, cf. 2001:33 e 59, respectivamente.

comum para com os poderosos, pesquisas conduzidas de forma independente ou com cobertura institucional, designadamente estatal, decerto suscitarão atitudes opostas da parte dos possíveis informantes⁽⁷⁾. Por fim, também a interacção pessoal se pode revelar determinante na aquiescência, assim como nas modalidades de cedência de informação⁽⁸⁾.

Previsivelmente, a questão das fontes não é a mais crucial para o rumo do saber social em S. Tomé e Príncipe, muito mais dependente de outros aspectos, a focar de seguida. O arquipélago constitui um país exíguo, periférico, pobre e, em múltiplas vertentes, com um percurso ao arrepio das expectativas ateadas pelo fim do colonialismo. O país enfrenta a modernidade e a globalização de um ponto de partida muito adverso. É certo que ainda recentemente ostentava um índice de desenvolvimento humano superior ao que se inferiria da sua performance económica⁽⁹⁾. Todavia, um tal aspecto menos negativo não basta para os desafios futuros.

As dificuldades do arquipélago foram agravadas pelo falhanço das políticas implementadas tanto após a independência como depois da liberalização. A adversidade crescente provoca uma diminuição da confiança e das expectativas para o futuro. Embora sob o risco de incorrer em simplismos grosseiros, diria residir aí a explicação para a presente rendição, até dos políticos, a formas mais popularizadas de consciência

⁷ Sem suporte estatal, MARTINHO construiu inferências com base numa amostra paupérrima. Ele experimentou dificuldades na construção de uma amostra representativa de empresários do comércio e agricultura. De vinte possíveis informantes, três empresárias recusaram participar, dois empresários responderam ao inquérito mas não acederam a ser entrevistados, e, por fim, a outros três, que tinham aceitado participar, não foi possível efectuar a entrevista (1997:45). Entre outras possíveis ilações, retira-se a da manifesta diferença entre a recolha de dados sem ou com suporte estatal.

⁸ Cite-se, por exemplo, a alusão de ABREU a atitudes antagónicas de empresários quando convidados a ceder informação por meio do preenchimento de questionários ou através de entrevista presencial. À recusa no primeiro caso contrapôs-se a anuência no segundo (1992:13). O mesmo autor refere a resistência dos inquiridos a fornecer dados exactos sobre a situação financeira das empresas, uns por falta de elementos contabilísticos, outros por receio de revelar os resultados, cf. *idem*:96.

Diga-se, tal resistência entronca numa atitude costumeira entre os empresários, são-tomenses e outros, e não destoa de uma espécie de *ethos* dos poderosos num passado não muito longínquo em S. Tomé e Príncipe.

⁹ BONFIM, Feliciano 2001:18 e 34-35.

Trata-se, evidentemente, de uma questão de perspectiva, porquanto, dadas a fragilidade da economia e a deficiente qualidade dos serviços de educação e saúde, alguns autores consideram existir “um défice de desenvolvimento humano”; coteje-se, por exemplo, BARBOSA 2001:27.

– de que é exemplo a religião⁽¹⁰⁾ – por mais apaziguadoras e apelativas no actual momento político.

De outro ângulo, alude-se recorrentemente a uma crise identitária que serve de explicação subliminar para um devir que, para perplexidade dos cientistas e dos actores políticos e sociais, parece esquivo a todos os esforços atinentes à edificação de uma sociedade mais consentânea com exigências do mundo contemporâneo, se não a de uma maior equidade, pelo menos a de um desempenho governamental minimamente satisfatório. Repetindo, não obstante as exortações em contrário, assiste-se a um recuo da crença na capacidade de construção do futuro. Daí procede igualmente uma desvalorização do saber social⁽¹¹⁾, cuja utilidade para a resolução dos prementes problemas sociais não se afigura evidente.

Perante a multiplicidade de desafios que se deparam aos são-tomenses, é impossível não nos questionarmos acerca do papel do saber social num arquipélago em profunda mutação, que, aliás, a produção de saber parece incapaz de abarcar ou, tão só, de seguir. Por exemplo, o saber não acompanha, nem sequer de longe, a mutação social espelhada na pujança avassaladora do sector informal, de inquestionável importância não só no plano económico quanto também no forjar de novas atitudes e valores, à luz dos quais se relêem as trajectórias sociais. Então, que pode o saber social face a avaliações da sociedade e do quotidiano escoradas noutros registos, pressupostamente mais lineares e enviesados, mas, até por isso, mais persuasivos?

Como se disse, especialmente depois de um período de aparente imobilismo, consonante com o monolitismo do regime de partido único, a sociedade são-tomense tem conhecido mudanças de vulto, podendo

¹⁰ Por esta forma, os políticos ensaiam uma deriva ideológica com vista a mais uma esquiva ao escrutínio por sujeitos sociais que não eles próprios. No fundo, a rendição do pensamento político à consciência religiosa visa a conquista de confiança política. Num certo sentido, os políticos não se renderam, antes pretendem aparentar uma adesão a ideários consensuais para, alijando publicamente a dimensão conflitual da sua acção e ostentando tão só a faceta tecnocrata e voluntariosa dos seus propósitos, poderem de antemão neutralizar a razão moral de eventuais contestações. De certa forma, estão a pedir que, abdicando do direito à revolta em nome de uma fraternidade forçada numa terra exígua e de elevada interacção pessoal, os governados se demitam da sua cidadania e da sua quota-parte de soberania. Estão a pedir-lhes que forcem a paciência precisa para esperar pelas prometidas políticas de bem-estar.

¹¹ Há anos, ainda talvez no rasto da ideologização da ciência, proclamou-se a fé na “compreensão científica” enquanto instrumento de análise e de resolução dos problemas sociais (SANTIAGO 1955:81). Evidentemente, hoje a ênfase na fé na ciência cedeu o passo a outros discursos e acções.

tornar-se irreconhecível num futuro não muito distante. Vivamente sentido, mormente por quem lamenta a corrosão do seu estatuto social, este processo interpela os produtores de saber social.

Após anos de controlo dos fluxos de informação do exterior⁽¹²⁾, parte significativa das mudanças em curso ocorre no plano do acesso à informação, dando azo a uma multiplicidade de discursos sobre a realidade social e a alterações nas condutas e nas posições sociais⁽¹³⁾. Por exemplo, o aparecimento da TV em meados da década de 80 influiu mais nas mudanças comportamentais do que a sofrível instrução escolar. Com efeito, para as recentes mas profundas mutações no quotidiano, a televisão contribuiu mais decisivamente do que as enunciações de teor político e científico, as quais acabaram por servir sobretudo, quando não apenas, para tentar gerir a perplexidade resultante da incapacidade de responder cabalmente ao crescendo de problemas sociais ou, tão-somente, de interpretar as mutações sociais.

É sabido que novas formas de comunicação, dentre elas a *internet*, permitem uma constante troca de opiniões e de documentação, na qual actualmente são-tomenses se envolvem com empenho visível. Porém, a despeito da gradual penetração local deste meio de comunicação, parecem ainda contidas as repercussões da troca de opiniões que diariamente tem lugar nesse espaço virtual. Esta circulação de informação não deixará de ser olhada com reticências em S. Tomé, onde se deprecia a opinião de quem, estando fora⁽¹⁴⁾, presume-se, não quer ter responsabilidades ou, numa perspectiva antagónica, não tem poder e não conta.

¹² Trata-se uma apreciação sintética que não elide a diversidade de questões que a análise dessa temática obrigaria a sopesar. Entre as questões possíveis, cumpriria saber durante quanto tempo e em que condições esse controlo foi eficaz. Assim como cumpriria indagar se, como é provável, foi socialmente refractado. E em que medida essa refração no acesso à informação derivava das desigualdades sociais ou entroncava na duplicidade dos dirigentes, a que a própria configuração política do regime monopartidário convidava.

Obviamente, tal investigação não cabe neste trabalho.

¹³ Até há dezenas de anos, as condutas sociais eram em muito influenciadas por um saber e por valores reproduzidos no seio das famílias. Ora, esse saber e esses valores, pelo menos nalguns aspectos mais importantes do que os adquiridos pela escolarização, foram apeados pelas mudanças sobrevindas com a independência.

¹⁴ De alguma forma, em S. Tomé tem curso a ideia de que quem “não padece na terra” não tem direito a nenhuma expectativa e de que só quem ali vive poderá, através da via-sacra das lealdades, aspirar a cargos políticos, à partida os únicos que asseguram um padrão de vida aceitável.

Assinale-se a recente elaboração de dissertações académicas em universidades estrangeiras, onde, diga-se, a par de um abaixamento generalizado do nível de qualificação, campeia algum paternalismo relativamente a estudantes africanos.

Tais dissertações cumprem desígnios relacionados com desafios actuais: versam, por exemplo, as premissas do desenvolvimento ou as incumbências das elites. Sem embargo da escassa receptividade local, essas dissertações contribuem para formar sensibilidades com que, a prazo, o poder político poderá ter que lidar. Se essa produção de saber virá algum dia a reconfigurar as relações entre, por um lado, os são-tomenses residentes no arquipélago – denotando, por essa forma, uma alteração do estatuto e do uso do saber académico nas ilhas no sentido da sua maior utilidade social – e, por outro, daqueles são-tomenses com os da diáspora, em fase de constituição de si mesma, tais são questões a aprofundar noutra eventual oportunidade.

Neste trabalho, propomo-nos tecer um breve historial das condições políticas e sociais da produção de saber científico no arquipélago e proceder a um inventário crítico do conhecimento na área das ciências sociais de autoria de são-tomenses, destacando os seus tópicos, estrangulamentos e perspectivas. Tentaremos, igualmente, escrutinar as razões sociais e políticas da escassa produção local e, mais importante, do eco reduzido, quando não nulo, desse saber na vida colectiva no arquipélago.

Ocioso será lembrar que, apesar do levantamento tão exaustivo quanto possível¹⁵, este texto não pretende esgotar as questões suscitadas pela produção científica são-tomense.

¹⁵ Foram tomados em consideração os textos disponíveis e arrolados aqueles de que se obtiveram as referências, mesmo quando não foi possível consultá-los.

Não se apreciaram trabalhos ou excertos de trabalhos votados a temáticas linguísticas ou literárias, considerando-se, todavia, textos ou parte deles de especialistas dessas áreas que se têm debruçado sobre a evolução da sociedade são-tomense.

ESQUISSO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE SABER .01

O LASTRO DOS CONDICIONALISMOS HISTÓRICOS

No tocante à produção de conhecimento, os constrangimentos remontam ao colonialismo. Entre esses constrangimentos conta-se um dos efeitos desertificadores da economia extrovertida das roças sobre o meio social, a saber, a ausência de uma massa crítica dinamizadora de um pensamento político e social sobre as ilhas.

O *boom* do cacau de finais de Oitocentos trouxe prosperidade aos roceiros e também à elite nativa. Mas, por Novecentos adentro, a expatriação tornar-se-ia o destino desta elite, entrementes em perda política, sem oportunidades por falta de diversificação económica e, por fim, destróçada pelo endurecimento da política colonial. Alguns vultos dessa elite nativa acabaram por se alhear da sorte da terra natal. Em razão da evolução da política internacional, ao clamor da polémica do *cacau escravo* nos primórdios de Novecentos sucederam-se décadas de um quase silêncio sobre o arquipélago. Aparte um estereotipado discurso propagandístico da obra colonizadora, a produção de conhecimento sobre as ilhas definhou quase por completo.

Já depois da II Guerra, em obediência a intentos políticos, organizou-se, em 1956, a Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais. Esta conferência não terá tido nenhum efeito no tocante à dinamização cultural no arquipélago, sem embargo da participação de são-tomenses, entre os quais Alda do Espírito Santo. Anos depois, a morte prematura de Francisco Tenreiro, criado e educado na metrópole, onde fez um brilhante percurso académico, não ajudou a romper o quase esquecimento do arquipélago. Continuaram a faltar intelectuais que pensassem aturada e criticamente a sua terra.

À configuração política colonial somaram-se as consequências da exiguidade e da insularidade, as quais, além de empurrarem nativos para a expatriação, também desencorajavam a fixação de quadros europeus. Aliás, o nível dos colonos tendera a ajustar-se à rusticidade supostamente precisa para a condução do trabalho no mato. Nos últimos anos do colonialismo, a pressentida necessidade de renovação de métodos nas roças levou às ilhas alguns técnicos, facto que, ainda assim, se revelou manifestamente insuficiente para formar uma elite que se debruçasse sobre os destinos da terra.

Nos derradeiros anos da era colonial, em círculos restritos decerto houve lugar a cogitações sobre o futuro do arquipélago. Reconheceu-se, por exemplo, a urgência da preparação de quadros locais. Naturalmente, as tímidas medidas para alcançar este fim não só não podiam produzir uma alteração substantiva num curto espaço de tempo, como ainda se defrontavam com a inércia de décadas de vigência dos apertados parâmetros ideológicos e políticos do colonialismo.

Fosse como fosse, nos anos 60 iniciou-se a procura de uma distensão política e social e algo começou a ser feito no sentido de valorizar o arquipélago e as respectivas gentes. Ao mesmo tempo que se acarinhavam as manifestações de cariz folclórico, publicaram-se vários textos sobre o arquipélago, caso da recolha de cariz etnográfico *Povo Flogá*. Política e ideologicamente confinados, a procurada distensão social e o suporte institucional a tais iniciativas culturais não bastaram para reverter décadas de marasmo intelectual. Logo, no arquipélago prevaleceu a ausência de produção de saber⁽¹⁶⁾ e, obviamente, de discussão política.

Este cortejo de condicionalismos inibiu a criação de uma elite e, igualmente decisivo, de um hábito de debate intelectual, um défice que passou incólume do colonialismo à independência. Aliás, tal défice seria potencializado pelas escolhas ideológicas e políticas após a indepen-

¹⁶ Para além de textos de autodidactas – como, por exemplo, o de Fernando REIS, *Estruturação social de S. Tomé e Príncipe (breves considerações)*, de 1965 –, também se elaboraram trabalhos de finalidade mais prática, mormente no domínio da agricultura, onde, ao tempo, se intentavam implementar programas de diversificação da produção (cite-se, por exemplo, o trabalho de Daniel dos Santos NUNES, *Subsídios para um trabalho de promoção sócio-económica em S. Tomé. Avaliação de recursos naturais e extensão rural*, cuja versão final foi apresentada em 1975). Todavia, essa produção não chegou para enraizar hábitos de discussão de ideias acerca do devir da sociedade são-tomense.

dência, entre cujos arautos se contavam poucos vultos de reconhecida craveira intelectual¹⁷. Ademais, alguns dos militantes independentistas tinham-se entrementes deixado apossar por uma ideia mítica da terra de que se tinham exilado e, sobretudo, por uma ideologia cristalizada que, todavia, se lhes afigurava imperativa para obter a independência e, acrescente-se, para cimentar a sua dominação. Esta convivência mal com a produção de saber.

OS CONDICIONALISMOS POLÍTICOS APÓS A INDEPENDÊNCIA

Após 1975, a contribuição do pensamento científico foi desvalorizada pelo projecto transformista dos novos dirigentes. O pensamento científico foi quase totalmente condicionado, facto sobre o qual os intelectuais são-tomenses ainda hoje se pronunciam com cautela, revelando uma espécie de um laço afectivo em relação ao regime fundador do país. Naqueles anos, a produção científica escasseou e, no tocante à reflexão política, faltou a comparação com a evolução de outros países africanos. Assim sendo, vingaram certos efeitos ideológicos que se reforçaram mutuamente: a arquitectura política do pós-independência foi apresentada como se não configurasse uma importação de modelos externos e arraigou-se a convicção – também enfunada pela insularidade – de uma especificidade são-tomense que, por natural e imediata, nunca foi inquirida nem carecia de comprovação.

Logo, após a independência, malgrado os chavões atinentes à consciencialização política, prevaleceu o horror a um efectivo debate de ideias. A conjuntura internacional e as circunstâncias da chegada ao poder do MLSTP favoreciam a radicalização política. Neste contexto, a inexistência de figuras de reconhecida craveira intelectual e política – Salustino da Graça do Espírito Santo falecera em 1965 – desobrigou os dirigentes oriundos do exílio do “diálogo” com um determinado património cultural, por exemplo, uma imaginada idiossincrasia da popula-

¹⁷ Embora impregnada de subjectividade, esta asserção resulta da comparação, salvaguardadas as diferenças de contexto, com as figuras do proto-nacionalismo das décadas iniciais de Novecentos.

ção são-tomense. Tais condicionalismos facilitaram muito a hegemonia do MLSTP e, numa fase inicial, os intentos de modelação dos são-tomenses e de criação do *homem novo*.

De caminho, a produção intelectual capitulou perante a política. De certa forma, pode ligar-se esta capitulação à transferência do poder para os exilados que, tendo embora recebido o poder da metrópole colonial em turbulenta rota de radicalização política, montaram a ideia de o ter conquistado contra a vontade do colonizador. Esses exilados, ungidos em arautos privilegiados da independência, estavam livres da mácula da política de assimilação e do conformismo, quando não da colaboração, com a situação colonial, por que primara a elite “tradicional” da terra⁽¹⁸⁾. Deduzida a validade dos slogans e ideias do seu percurso de luta política pela independência, não havia forma de contestar os projectos dos dirigentes “libertadores” para o arquipélago⁽¹⁹⁾. Logo, a produção intelectual quedaria estrangulada pelo regime de partido único que ambicionou tutelar todas as áreas de actividade humana, especialmente as de vertente ideológica. Na prática, pela antevista dificuldade do respectivo controlo, induziu ao seu estiolamento. Na verdade, em S. Tomé e Príncipe, se o jugo da ideologia de inspiração marxista (evidente, por exemplo, na cubanização acéfala de todo o sistema de ensino) não se sentiu mais acentuadamente foi devido quer à inconsequência dos processos políticos e não só, quer ao quase nulo impulso para a produção no domínio das ciências sociais.

A ascendência do pensamento político sobre o saber social – de certo modo, também facilitada pela herança de uma cultura portuguesa pautada pelo temor e pela reverência face aos superiores hierárquicos – prolongar-se-ia para além do fim do regime de partido único. Anteci-

¹⁸ Tendo presente a remanescente clivagem social entre *filhos da terra* e *forros*, SOUSA faz a mais crua e violenta crítica da “elite” nos anos 60, segundo ele um grupo sectário e arrogante, do qual sairiam alguns dos elementos da Cívica e, quando da liberalização política dos anos 90, alguns dos responsáveis dos vários partidos políticos então formados, cf. SOUSA 2001:206.

Tal caracterização, condenatória da sobrançeria dos *filhos da terra*, deve ser sopesada.

¹⁹ Esta dinâmica perdurou e foi replicada a vários níveis nos anos seguintes. Por exemplo, nos anos 80, face aos resultados desastrosos no ensino, em parte resultantes do decalque acrítico das directivas, práticas e manuais cubanos, justificava-se a respectiva adopção com as supostas metas que, em matéria de alfabetização e ensino, teriam sido alcançadas em Cuba.

Em muitos casos, o argumento da autoridade política impôs-se a qualquer veleidade de pensamento próprio.

pemo-lo, mesmo depois da liberalização dos anos 90, a produção científica não se livrou da tutela dos políticos por razões que se prendem, desde logo, com a avassaladora hegemonia das instâncias políticas sobre o meio social. De acordo com uma primazia nunca questionada, os políticos não respeitam o saber científico. Pelo contrário, desvalorizam-no e não criam condições para a sua autonomia – se bem se pode imaginar um tal desígnio no arquipélago –, nem, tão pouco, para o seu aperfeiçoamento. Aliás, de acordo com o preconceito – herdado dos portugueses e que o regime monopartidário vinco –, que associa posição hierárquica e sabedoria, os políticos não resistem a sugerir agendas de investigação fundamental e a considerar as suas sugestões como explicações a serem corroboradas e veiculadas pelos intelectuais. Portanto, mesmo com a liberalização política e a liberdade de expressão, os constrangimentos associados ao ascendente dos políticos sobre os intelectuais não foram inteiramente removidos. Assim o denuncia, por exemplo, a persistência de uma visão administrativa dos intelectuais, encarados pelos políticos como meros funcionários.

A incapacidade de se subtrair à tutela dos políticos também se prende com o ambiente intelectual e com as difíceis condições de produção do saber. Em congruência com a pobreza da sociedade, perdura uma moldura social e cultural pouco propícia ao encarecimento do discurso científico. Depois de desvalorizado face à politização das múltiplas vertentes da vida social, o ralo discurso científico não se perfilou como algo de consistente ou capaz de sugerir alternativas para o devir do país. Esclareça-se também que, se apresentadas, eventuais alternativas tendem a ser avaliadas, não tanto pelo seu valor interpretativo, quanto pela presuposta intenção dos respectivos autores de se alcandorarem à política. A desvalorização implícita traduzida nesta suspeição provém igualmente da constatação da passagem efémera, quando não meramente instrumental, dos políticos pelas instituições académicas estrangeiras.

A despeito ou por causa do peso da interacção pessoal numa sociedade onde a legitimidade do poder provém, ao menos em parte, da capacidade de sustentar clientelas, o conhecimento não constitui credencial bastante para o reconhecimento social, procurado sobretudo na política. Na falta de espaço para os cientistas sociais, muitos almejam transitar para

a política, anuindo, por isso, a uma dependência orgânica do poder, que, arriscaríamos alvitrar, tenderão a reproduzir se a ele acederem. Tal como a elite política, com que se querem confundir, os intelectuais são-tomenses compõem um grupo reduzido e apartado da população, parte dela iletrada e marginalizada. Em resultado até da falta de um ambiente institucional, por exemplo, de uma universidade⁽²⁰⁾, permanecem ainda escassamente diferenciados, sem interacção notória entre si ou com a comunidade científica internacional. Rareiam os intelectuais a escrever de forma continuada, para o que, também por falta de suporte institucional, não dispõem de qualquer estímulo. Para além da consabida tendência para o êxodo dos intelectuais de países pequenos e insulares⁽²¹⁾, em S. Tomé e Príncipe renovam-se os factores que, tal como no passado, obstaram ao surgimento de uma massa crítica. Deste quadro resulta a falta de profundidade do debate científico e, numa perspectiva mais abrangente, político e social.

Ultimamente, João BONFIM apontou o impacto negativo da carência de uma sede local de produção de saber. Ele relaciona a ausência de ensino superior com a fragilidade ou a dependência do sistema de reprodução de identidades, assim impossibilitado de se estruturar de forma a garantir a sua sobrevivência. BONFIM alega que a falta de ensino superior anda de par com a alienação intelectual, visível, por exemplo, na adopção de perspectivas plagiadas à margem do conhecimento da idiosincrasia do país e das suas gentes⁽²²⁾. Trata-se de uma perspectiva assaz discutível, pois que, sem prejuízo da pertinência da interrogação acerca da profícua aplicação local do saber produzido no exterior, queda por saber se não estamos perante mais uma recidiva do enfoque dos são-tomenses sobre si próprios. Diferentemente, talvez as demandas devessem respeitar à emancipação dos criadores, a conseguir também pela elaboração de um saber, não pretensamente singular, mas qualificado, ou seja, comparável, do ponto de vista da exigência científica, a qualquer outro produzido numa qualquer paragem do mundo.

²⁰ Pese embora o risco de inferências indevidas a partir de uma observação superficial, diria que o Instituto Superior Politécnico não cumpre, longe disso, uma função de dinamização cultural e científica. Neste plano, a sua existência é irrelevante, para não dizer contraproducente, dados os baixos padrões de qualidade da actividade lectiva e científica ali desenvolvida.

²¹ MENEZES 2002:26.

²² BONFIM, João 2000:96.

INÉRCIA EPISTEMOLÓGICA TRIBUTÁRIA DA IDEOLOGIA ANTI-COLONIAL

O débil avanço do pensamento científico e crítico deriva do que designaríamos de uma inércia epistemológica pautada pela prevalência de paradigmas passadistas, na circunstância indutores de interrogações que não podem senão suscitar conclusões antecipadamente sabidas. Ainda hoje só parcialmente contrariada, tal inércia é tributária do pensamento anti-colonial, entre cujas funções se contou, e conta, a de mascarar os fracos resultados do desempenho das instituições e dos detentores do poder no pós-independência. O discurso intelectual parece refém do paradigma anti-colonial que, pobremente formulado, ainda pesa muito para além do que seria expectável em razão quer dos avanços do saber social no mundo, quer da atenuação dos controlos políticos sobre a produção de saber no arquipélago.

Na realidade, parece algo surpreendente a subsistência de uma grelha interpretativa que remete invariavelmente para a clivagem racial do colonialismo. Durante anos, na adopção, quase imperativa, de um anti-colonialismo matricial ressoaram as imposições dos dirigentes sobre a sociedade e sobre a população, que os projectos transformistas e, sobretudo, a “luta” do MLSTP ajudavam a legitimar. Tal deformou, e ainda deforma, a interpretação dos processos sociais e políticos. Por exemplo, a explicação da reacção ao recenseamento de 1979 pela oposição visceral da população a tudo quanto lembrava o *contrato* da era colonial⁽²³⁾ poderá conter alguma parcela de verdade. Mas, actualmente, tal explicação equivalerá, sobretudo, ao menosprezo pelas inteligências e intuições populares e, simultaneamente, à omissão de explicações menos azadas para os líderes políticos. Da mesma forma, explicar a distorcida ética de trabalho pelo passado de trabalho forçado⁽²⁴⁾ significa branquear as práticas de corrupção dos mandantes, às quais a dita ética tem, em primeiro

²³ É de notar que essa explicação se enraizou de tal forma que é adoptada até pelos que não se movem para justificar as políticas nos anos subsequentes à independência (por exemplo, AMADO 2004), mas que se acomodam a ver no censo de 1979 um equivocado motivo de rebeldia popular.

²⁴ Cumpre dizê-lo, explicações deste teor são igualmente veiculadas por autores estrangeiros. Por exemplo, SEIBERT fala de uma ética de trabalho inadequada devido à história de escravatura e de trabalho forçado, cf. 1999:151.

lugar e independentemente dos referentes de que se socorre – entre eles, o do *contrato* –, de ser reportada⁽²⁵⁾.

São vários os exemplos de que o rasto dos ideários colonial e anti-colonial ainda hoje induz os autores são-tomenses a escolher os conceitos à luz dos quais escrutinam o processo histórico recente, muitas vezes em termos favoráveis às opções políticas tomadas após 1975, das quais, de resto, alguns deles também foram autores. Reconheça-se, até em razão da perda económica e social, é difícil uma análise crítica do processo de que se foi parte activa ou com que se esteve emocionalmente envolvido. Em última instância, tudo parece justificável pela transcendência do propósito de expulsão do opressor colonialista. Por conseguinte, falta quem, no plano cognitivo, denote suficiente distanciamento face a esse momento decisivo da história que, pela sua importância, contamina a reflexão sobre o percurso do arquipélago. Afora o previsível branqueamento do passado recente, por causa do rasto do pensamento anti-colonial também se afunilou o espectro das temáticas e das propostas de análise. Esse condicionalismo intelectual não foi sem consequências: embora cada vez menos persuasiva, a insistência nas parangonas do anti-colonialismo iludiu quanto à premência dos desafios colocados à sociedade são-tomense no mundo actual.

Com efeito, alguma linearidade causal, mormente quando se remete, implícita e explicitamente para a clivagem racial e para o colonialismo, continua a permear as interpretações do devir em S. Tomé e Príncipe, bloqueando o entendimento e a procura de soluções para os problemas actuais. Deixe-se dito, dado o seu atractivo ideológico, assim como a sua disseminação social por via da evolução política, certas visões enraizaram-se e ainda hoje enformam as interpretações que pretendem ostentar alguma densidade analítica pela remissão para a dimensão temporal. Estão nesse caso as que continuam a ancorar, de forma mecanicista, o devir pós-independência na política colonial. Se é certo que, enquanto cobertura das políticas prosseguidas após a independência, a valia deste raciocínio se corroeu com o tempo, nem por isso ele deixa de ser frequentemente adiantado nas explicações da trajectória do país.

²⁵ NASCIMENTO 2004.

Para sopesar a produção de saber social nos anos seguintes à independência, importa ter presente que o valor explicativo de certas asserções e crenças, ao tempo quase indesmentíveis, era, em larga medida, uma injunção da conjuntura política (actualmente, esse valor explicativo é mínimo ou mesmo irrelevante). A aceitação e a valia de algumas crenças tinham muito a ver com a função ideológica então cumprida. Por exemplo, o atraso do legado colonial – passível até de aparente comprovação pelo respigo de indicadores empíricos – não podia deixar de se afigurar indesmentível em 1975. Ora, uma vez erigida em sentença política, tal menção replicar-se-ia como meio de escamotear não apenas as dificuldades sobrevindas como também eventuais contradições ao discurso político hegemónico. Tal equivalia à afirmação subliminar, mas nem por isso menos eficaz, da pouca ou nenhuma abertura do poder político para interrogações e problemáticas no âmbito das ciências sociais de resposta não antecipada pelo ideário hegemónico e pela autoridade dos políticos.

À época da independência, o aparato intelectual era pobre. Ainda que não o fosse, arriscaríamos dizer que o voluntarismo dos ungidos impeliu à subalternização das visões que não amparassem a designação arbitrária das chefias nos vários níveis do aparelho estatal, a paulatina centralização do poder nas mãos de um reduzido número de dirigentes e, em última instância, a (subliminarmente imperativa) unicidade de perspectivas políticas, morais e outras. Já há anos se reconheceu que, nos países lusófonos, os regimes de partido único criaram um ambiente “bastante obscurantista” e desfavorável à investigação científica⁽²⁶⁾. Enquanto o monolitismo se revelou avesso à enunciação de questões não enquadráveis nas soluções da cartilha política, o voluntarismo reflectiu e acobertou a baixa preparação literária e técnica dos agentes políticos. No domínio do saber, numa flagrante analogia com o curso da política e da economia, verificou-se uma escusa a uma competitividade aberta.

Com a independência, mais do que a desmontagem intelectual, pontificou a denúncia política do saber colonial. Justamente, a este saber colonial, ideologizado e instrumental, sucedeu um outro identicamente

²⁶ GONÇALVES 1992:18.

reductor e pronunciadamente ideologizado. Como se referiu, tal processo deixou rastros difíceis de apagar, de tal forma que, no tocante à produção científica, só recentemente apareceram dissertações de são-tomenses que mostram um certo distanciamento relativamente ao ideário anti-colonial. Não por acaso, tal distanciamento é mais pronunciado nas abordagens não históricas.

Depois de 1975, não se rompeu, antes pelo contrário, com o marasmo da era colonial. Animadas pelo fito da manipulação da memória da opressão, as intenções de registo de tradições e de depoimentos ter-se-ão quedado por algumas entrevistas a “explorados”. Essa recolha não teve nem continuidade nem a mínima consequência no discurso científico.

No tocante ao rumo do saber social, a verdade é que a antevisão das distorções políticas do projecto social igualitário da independência devia desanimar intentos de pesquisa, que, intuía-se, forçosamente desmentiriam a coincidência entre as posições dos líderes independentistas e a justiça social proclamada e supostamente perseguida.

O ambiente de duplicidade intelectual e política – a saber, o da repetição de verdades em que, no fundo, cada vez menos acreditavam ou, para maior precisão, a de calar em público a incomodidade interior quanto à bondade das opções políticas e à justeza do discurso ideologizado sobre o passado e, acima de tudo, sobre o presente – teve repercussões na produção do conhecimento acerca do arquipélago.

Durante anos, inspiradas pela subordinação da subjectividade à verdade oficial, várias restrições impenderam sobre a produção de saber: omitia-se a autoria dos textos, brandia-se com a “visão correcta” e achava-se legítimo o escrutínio político do labor dos estudiosos da história do arquipélago. Sob a égide da “verdade” de um povo⁽²⁷⁾, foi publicado um opúsculo, não assinado – como se o autor se limitasse a verter para o papel a sabedoria de um povo, simultaneamente actor e narrador do seu passado –, que resumia a história de S. Tomé e Príncipe. Já nos anos 80, nas vésperas dos primeiros sinais de abertura política, o MLSTP enco-

²⁷ A aspiração de uma história oficial ou nacional, centrada na nação ou no povo e escrita por um nacional, ainda aflora aqui e além. Para alguns, uma tal história constitui-se como critério de avaliação do que é escrito por terceiros. Tal critério é arbitrário e subjectivo, embora, naturalmente, possa parecer imperativo e justificado para quem pugna por aquela dita história.

mendou, ou terá aceitado encomendar, a elaboração de uma história das ilhas a historiadores soviéticos.

Nesta senda da procurada unicidade de perspectivas, foi inevitável o definhamento da investigação⁽²⁸⁾. A nível político, à contenção e à censura, seguiu-se a prática persecutória ou a marginalização de indivíduos nas cúpulas do MLSTP. Mesmo se apenas insinuadas nos vários níveis do aparelho estatal e sectores da sociedade, aquelas práticas também desincentivavam eventuais intentos de investigação a que nenhum outro factor impelia⁽²⁹⁾.

Passou a atribuir-se ao saber uma função performativa e ideológica. De acordo com a faceta demiúrgica das ‘realizações’ culturais, dispensaram-se tanto o escrutínio meticuloso do passado como a reflexão sobre o devir social que não validasse as conclusões da visão do MLSTP, cuja hegemonia pretendia antecipar uma evolução a que todos haveriam de aderir.

Com efeito, a ruptura de 1975, a perspectiva de criação de um *homem novo* e da harmonia social e, ainda, a imaginação de um futuro ridente pareciam tornar despidendo o escrutínio sério do passado. Mas não só. O mesmo se aplicava aos procedimentos do poder e aos comportamentos sociais. Era como se a história dos homens, a exemplo da do país, tivesse começado naquele momento fundador. Estava por chegar o tempo de constatar os falhanços e a perda económica e, por conseguinte, de indagar os porquês de tal fracasso. Ainda não soara a hora de perceber que o *homem novo* não lograva levar de vencida uma natureza esquiva dos são-tomenses⁽³⁰⁾, denotada pelos pequenos incidentes que desmen-

²⁸ É forçoso dizer que, até por efeito da interacção pessoal, as intenções de pesquisa de um ou outro estrangeiro foram bem acolhidas por responsáveis políticos. Todavia, esse acolhimento destoava da menor predisposição para implementar uma política de suporte à investigação. A este respeito, poder-se-ia alegar tratar-se de uma tarefa passível de deferimento em vista de muitas outras prioridades do país.

²⁹ Antes pelo contrário, as crescentes dificuldades da sobrevivência também se constituíram como um poderoso empecilho à produção de saber.

³⁰ Por exemplo, cedo os dirigentes políticos se aperceberam da impossibilidade de obter um volume de labor consonante com os seus propalados objectivos de crescimento económico. Mas, na falta de qualificação técnica ou do antigo poder dos roceiros, os novos dirigentes viram-se tolhidos por não poderem questionar o absentismo sem serem confrontados com a alusão, mesmo se velada, à assimetria política e social entre dirigentes e trabalhadores, naturalmente despida do referente racial mas, ainda assim, a pouco e pouco também olhada como dominação. Esvanecida a exaltação da independência e esgotados os meios de mobilização política e ideológica das “massas” para as metas produtivas – designadamente as jornadas de trabalho voluntário –, a fuga para a frente só podia materializar-se em apelos sucessivos ao

tiam aquele desígnio e que eram comentados na rua, algumas vezes em termos cáusticos e bem-humorados. Menos ainda parecia chegado o momento de associar uma investigação política e social sobre o pós-independência a uma intuída ou pensada necessidade de mudança política.

No domínio da história, a contenção da pesquisa deveu-se também ao facto do escrutínio do passado recente poder revelar uma evolução da sociedade colonial contrastante com a erosão da situação social e das promessas de amanhã ridentes do pós-independência. Com efeito, esse escrutínio poderia mostrar o desfasamento dos expatriados do MLSTP relativamente à evolução do arquipélago no cair do pano do colonialismo. Não será erróneo dizer que essa elite, depois dirigente, retivera da sociedade de que se exilara uma imagem mitificada, nalguma medida adequada à vitimização subjacente ao ideário anti-colonial e à sua promoção política. E, no arrebatamento da independência, essa elite impusera essa visão a quem permanecera pelas ilhas. Só a pouco e pouco alguns se atreveriam a buscar na sua memória dados para argumentos que timidamente punham em causa uma visão unívoca e parcial do rumo do arquipélago nos derradeiros anos do colonialismo e após 1975. Entrementes, como dissemos, essa visão forjada no exílio servia para legitimar o poder crescente de um cada vez mais reduzido círculo de dirigentes do MLSTP.

Ruptura de monta, a independência serviu para aparentar uma absoluta novidade no pensamento político local. Mas, se novidade havia, resumia-se ao triunfo da visão de tons marxistas num pequeno território insular africano onde, anos antes, poucos se atreveriam a augurar um tal desenlace. O marxismo era o instrumento da conquista do poder por jovens nacionalistas contra os ilustres de antanho. Significativamente, não se aferiu a coerência dos dizeres e das máximas marxistas, menos ainda a sua adequação ao arquipélago. É certo que ninguém sentenciou formalmente a primazia do marxismo sobre as ciências sociais ou sobre

engajamento na produção e, subsequentemente, numa crescente crispação do regime.

E porque haveria o comum dos são-tomenses de trabalhar para aqueles cuja origem – similar à sua – não os qualificava para funções ou cargos de mando? À medida que se avolumavam as dificuldades de sobrevivência e a assimetria económica entre dirigentes e dirigidos, a legitimidade da diferença de posições, inicialmente aceite em razão da independência, esboroou-se. Se não provocou contestação aberta, a diferenciação nas roças – porventura associada a arbitrariedade e a incompetência – não deixou de corroer profundamente a moral dos trabalhadores e de degradar o relacionamento social.

outros ideários, embora fosse (e devesse ser) recorrente o uso de chaves inspirado nesse corpo doutrinário⁽³¹⁾.

Elidiu-se o passado mais remoto do nacionalismo. Até hoje, quedam por estudar os filões ideológicos, políticos e filosóficos do nacionalismo triunfante em 1975. Depois desta data, a procurada legitimação dos governantes em detrimento de outros protagonismos impediram a perscrutação das raízes históricas (tanto quanto se inferia do discurso dos dirigentes do MLSTP, inexistentes) do nacionalismo, cuja história, ou tinha antecedentes remotos nas lutas dos escravos ou, cingida ao período da “luta organizada”, remontava a 1953. Enquanto prevaleceu a perspectiva transformista nutrida pela ideia de *homem novo*, ideológica e politicamente afim com o socialismo científico, desprezou-se o proto-nacionalismo⁽³²⁾ e as suas figuras, algumas das quais de notável dimensão intelectual. Só há anos o proto-nacionalismo foi redescoberto: mencionado vagamente por SANTIAGO⁽³³⁾, foi, contra o que se imagina a partir da aparência volumosa das obras de Carlos Espírito Santo, tratado com ligeireza por este autor.

Durante décadas, os vultos nativistas, pan-africanistas e autonomistas de gerações passadas⁽³⁴⁾ apenas se conservaram como património de algumas famílias ilustres da terra. Dito isto, admita-se que, fora do âmbito familiar, era difícil a preservação da memória das vivências de ancestrais

³¹ Em vista da ambiguidade ideológica mantida ao longo de anos, o MLSTP viria a afirmar nunca ter perfilhado o marxismo. Esta alegação, possível no plano formal, não corresponde à verdade.

Acrescente-se, a indefinição ideológica de outrora do MLSTP serve para, nos dias de hoje, dar cobertura a acções que actualmente já não se pretendem realçadas à luz da sua motivação ideológica. Porém, não se pode iludir que a mais ou menos difusa ideologia marxista-leninista era operante e, ainda que mais raramente, era indutora de violência.

³² Embora estejamos a falar dos movimentos de inícios de Novecentos, cumpre-nos recensear a menção, desacompanhada de qualquer explicação adicional, a um “nacionalismo” que teria germinado entre a população autóctone no século XVIII, cf. SANTIAGO 1995:86.

³³ Embora sem falar de proto-nacionalismo, SANTIAGO alude ao papel de uma geração de intelectuais nos inícios de Novecentos na defesa dos direitos da população nativa e na promoção da “cultura nacional”, aduzindo que “a concepção de ‘assimilados’ dificultava a concepção da unidade”, cf. 1995:89.

Percebe-se o que o autor pretende dizer, mas a formulação – que, embora semelhante a uma explicação, pretende ser, igualmente, uma justificação – não só é pobre como assaz discutível.

³⁴ Houve excepções. A resistência obstinada conferiu a Alda do Espírito Santo um estatuto de mentora espiritual da nação são-tomense. Por isso, a deferência de que foi alvo sempre suplantou o seu peso político, quicá menor do que se imaginava. Depois das mudanças políticas, a pluralidade de poderes e a multiplicidade de discursos retiraram-lhe a proeminência de outrora, mas ainda perdura a admiração pelo seu coerente passado nacionalista.

ilustres nas condições vigentes tanto no derradeiro quartel do colonialismo, como nos anos subsequentes à independência⁽³⁵⁾. Por várias circunstâncias, esses vultos acabaram relegados para a penumbra da memória colectiva até à publicação das obras de Carlos Espírito SANTO⁽³⁶⁾. Porém, falta aos trabalhos deste autor uma análise competente da vida das figuras que, em épocas passadas, emprestaram os seus talento e saber às bandeiras autonomistas e pan-africanistas, por um lado, e ao progresso da sua terra, por outro. É certo que a laboriosa *Torre da Razão* representa um passo importante na acessibilidade a textos programáticos e panfletários de são-tomenses de gerações passadas. Todavia, repetimo-nos, a par da falta quer de uma competente contextualização, quer da menção a outros estudos pertinentes para uma melhor compreensão dos textos compulsados, a obra não vai longe no esforço de interpretar e, menos ainda, de estabelecer hipóteses sugestivas para ulteriores investigações sobre os são-tomenses ilustres de gerações passadas.

Vale por dizer que, após a independência, se promoveu uma leitura grosseira da história. Para o partido único, as menções históricas convenientes eram as concernentes a tempos remotos, quando a violência de (presumido) recorte racial supostamente encontrara resposta adequada e pronta nas rebeliões de escravos, que teriam afugentado os escravo-cratas dos engenhos⁽³⁷⁾. Essas menções dão conta da instrumentalização recorrente da equação racial que, conquanto mascarada pela faceta dita progressista da perspectiva marxista, não só esteve subjacente como legitimou a condução política após a independência. Compreensivelmente, dada a memória da dicotomia social dominante nos derradeiros decénios do colonialismo, durante anos a ninguém lembrou a possível existência em épocas anteriores de nativos escravagistas⁽³⁸⁾.

³⁵ Anos a fio, José Deus LIMA terá sido dos poucos a ressaltar esse seu património familiar. Mas os tempos não corriam de feição à valorização de figuras que não estivessem ligadas ao MLSTP, mais precisamente que não fossem seus dirigentes. Assim se amputava a memória dos ilustres locais.

³⁶ SANTO, Carlos 2000b, 2000c, 2001a e 2003.

Infelizmente, a respeito desta como de outras temáticas, este autor ignorou de forma quase sistemática as investigações de estudiosos estrangeiros, a despeito da utilidade dessas investigações para enquadrar o percurso das figuras da terra que ele pretendeu biografar. Não devendo ser citada como emanção de uma personalidade social são-tomense, esta atitude censória constitui um grosseiro e deplorável desrespeito por regras básicas do labor académico.

³⁷ Tese muito comum, formulada, por exemplo, em SANTO, Alda 1978:190.

³⁸ Uma das primeiras menções a *filhos da terra* possuidores de escravos surge em SANTIAGO

Já quanto ao passado recente, com excepção da menção ritualizada ao massacre de 1953, a que aludiremos adiante, o escrutínio histórico não era incentivado.

De igual modo, a investigação no âmbito de outras disciplinas sociais, na prática inexistentes⁽³⁹⁾, não era benquista, até pela possibilidade da investigação não ideologicamente enquadrada nem pré-determinada poder descrever realidades e revelar interpretações que, à época seriam apodadas de subproduto da ideologia colonialista. Logo, o saber das ciências sociais permaneceu no limbo. Apesar de relativamente ignorada, a antropologia talvez não escapasse imune à invectiva de ser uma ciência colonialista⁽⁴⁰⁾, até por se debruçar sobre alegados arcaísmos, algo incómodos para o poder imbuído de uma visão e de objectivos eurocêntricos. Por isso, a antropologia deverá ter sido considerada uma disciplina menor ou de valor explicativo reduzido face à doutrina marxista⁽⁴¹⁾. Ademais, o estudo do que havia a mudar – por exemplo, a devoção religiosa assaz relapsa às transformações delineadas pelo voluntarismo das autoridades – terá parecido despiendo face ao esforço para alcançar uma base material de bem-estar para todos, uma tarefa de monta dadas

(1995:86) que procura assentar a diferença entre diferentes tipos de escravatura no facto, entre outros, dos senhores nativos se devotarem ao consumo e não à acumulação. Anos depois, a menção a ilhéus donos de escravos surge em CEITA, Nazaré 1998:203.

Num colóquio em S. Tomé, em 1999, tive ocasião de me referir à posse de escravos por são-tomenses no século XIX. Entre os alunos, a perplexidade foi enorme mas era expectável. Entre estudiosos e ilustres a rejeição foi total e, previsivelmente, afectada. Esta atitude pode explicar-se, entre outras, por duas razões: primeira, a memória do colonialismo duro e enquistado de meados de Novecentos não permitir supor outras modelações desse mesmo colonialismo e, segunda, o peso afectivo e, por conseguinte, também cognitivo da clivagem racial com que colide o facto de nativos são-tomenses terem sido proprietários de escravos.

³⁹ Neste ponto, cumpre relembrá-lo, também por responsabilidade de Portugal onde, por razões compreensíveis, o saber social só conheceu um salto qualitativo após 1974.

⁴⁰ A hegemonia da perspectiva marxista desqualificaria a abordagem antropológica, decerto associada à justificação inaceitável dos procedimentos colonialistas.

Ora, nas ilhas não deveria existir, por assim dizer, um conhecimento aprofundado da antropologia. Subsistiria, por certo, a lembrança das publicações etnográficas da Câmara Municipal de S. Tomé, que, contudo, deviam ser olhadas como realizações de um oculto desejo colonial de manter os são-tomenses no obscurantismo. Decerto já se teria esvanecido a memória dos estudos antropológicos empreendidos décadas antes.

⁴¹ Por exemplo, para Alda do Espírito SANTO, os aspectos culturais e de identidade cultural específica de cada povo, referidos à evolução das forças produtivas, eram insusceptíveis de explicação pelo recurso à mera abordagem antropológica, porquanto esta era incapaz de elucidar quanto ao vínculo decisivo da marcha da história com o nível das forças produtivas, cf. 1978:189.

as alegadas conspirações imperialistas e a adversidade da estrutura económica herdada do colonialismo.

Na verdade – e falamos de considerações implícitas, aplicáveis às várias ciências sociais, que não à história, aparentemente mais manipulável, isto é, para cuja manipulação havia alguma capacitação ou para que qualquer um se sentia tentado e versado⁽⁴²⁾ –, a antropologia devia ser intuída como um saber negligenciável, fosse por causa do adiantado estado civilizacional – uma concessão inconsciente e involuntária a concepções eurocêntricas –, que, havia muito, distinguia os são-tomenses dos universos sociais a que se aplicara aquela disciplina, fosse devido à pressentida incomodidade com os resultados de uma investigação reveladora da permanência de traços culturais que questionassem essa diferença civilizacional, da qual, nos primeiros anos de independência, os são-tomenses pareciam orgulhosos e que parecia comprovada pelo cariz alegadamente progressista e, num certo sentido, eurocêntrico do ideário que cunhara a sua independência. Ora, a subsistirem, como é que eventuais atrasos ou atavismos – reconhecidos à boca pequena nas alusões à dependência ou, pelo menos, ao receio do feitiço, como desde há anos se refere abertamente⁽⁴³⁾ – se coadunavam com a adopção do marxismo como guia de orientação política e social⁽⁴⁴⁾?

⁴² No tocante a este ponto da invocação e da manipulação da história, há a salientar duas perspectivas: uma, a da tendenciosa concatenação ou selecção de factos eivada de uma perspectiva ideológica e atinente a construir uma história supostamente nacional que, no fim, acaba como suporte de legitimação de um poder político; trata-se da perspectiva mais primária e grosseira, acarinhada durante o regime monopartidário. Outra operação errada – em que não incorrem exclusivamente são-tomenses –, pretensamente revestida de uma maior profundidade de pensamento, consiste na invocação arbitrária, subjectiva e conveniente do factor histórico para justificar atitudes e dados do presente. Mais importante, visto o peso habitualmente concedido à história, a invocação do *historicamente* condicionado parece sobrepor-se à subjectividade dos autores, quando, ao invés, essa invocação do factor histórico visa apenas tentar validar uma explicação pessoal ou, como também ocorre, uma explicação já corriqueira e tacitamente aceite, em ambos os casos sem demonstração cabal.

⁴³ Acerca da inflexão política a respeito da feitiçaria após 1975, veja-se a alusão de SOUSA 2001:204.

⁴⁴ À medida que se estreitava a base de apoio do MLSTP e cresciam as dificuldades de sobrevivência, é natural que tenha desarmado parte da hostilidade que, inicialmente, animou os líderes políticos contra tais manifestações de obscurantismo.

Recuando no tempo, diria que não se pode ler a perseguição aos feiticeiros por parte das autoridades coloniais como a expressão de um receio dos efeitos perniciosos de uma contida mas operante hegemonia desses actores – por mim, leria essas medidas mais como a expressão gratuita de um poder incapaz de se questionar do que como o impulso reactivo de um qualquer medo – sem, salvaguardadas as diferenças, aplicar um raciocínio análogo a medidas policiais contra os feiticeiros levadas a cabo já depois

O tempo eliminaria este problema. As profissões de fé marxista começaram a recuar, ainda antes das transformações políticas que votariam o marxismo ao esquecimento. Enquanto isso, alguns são-tomenses conformar-se-iam com a resiliência de costumes, dos quais posteriormente se asseveraria serem “tradicionais” ou, pelo menos, socialmente enraizados.

Com efeito, face a novos enfoques dos processos de identificação e à valorização dos legados culturais africanos, a avaliação de tais práticas mudou de feição. De par com a idealização de uma espécie de alma popular, encarecida pela sua valia própria, reclamou-se um levantamento de uma idiossincrasia são-tomense pela antropologia⁽⁴⁵⁾. Outras perspectivas são menos benignas e, numa recidiva do transformismo voluntarista de há décadas, pretendem mobilizar o saber antropológico para depurar a mentalidade do são-tomense do que se perfila como óbice ao crescimento económico e ao desenvolvimento nacional, questão a que voltaremos.

A LIBERALIZAÇÃO E O PRIMADO DA PERFORMANCE POLÍTICA

Entre as críticas ao regime monopartidário contava-se a que se atinha à baixa qualificação técnica e literária do pessoal político, que alegadamente encontrava neste estatuto um refúgio para a sua escassa preparação. Essas críticas, que, de certo modo, também corporizavam uma reivindicação de indivíduos academicamente qualificados mas sem oportunidade para a sua afirmação social e política, pareceram trazer no bojo a promessa de desenvolvimento da actividade intelectual e científi-

de 1975, essencialmente idênticas no tocante a métodos e a resultados às do tempo colonial.

⁴⁵ MATA 1993:54 e 67; 1998:27.

É interessante que esse levantamento se afigure urgente pela percepção das rápidas mudanças em curso, consideradas “tão forjada e nefastamente (des)ordenadas, que levam ao empobrecimento cultural e à incaracterização” (idem 1998:27). Dir-se-ia existir a preocupação de um registo etnográfico de um mundo que, como alhures, se antevê ir perder-se.

É igualmente significativo que, entre os intelectuais, persista em vingar uma perspectiva valorativa das mudanças, sob a qual, de resto, se insinua uma posição de classe e um preconceito, naturalmente difíceis de reconhecer. Irresolúvel, sobra a questão de saber como tutelar as mudanças sociais e culturais.

ca após anos de subalternidade face a um discurso político monolítico e redutor. Porém, tal não sucedeu. Então, como explicar a contínua desvalorização do discurso científico e do saber social depois da liberalização política dos anos 90?

Ao contrário do referido aqui e além por paternalismo ou auto-indulgência, não foi a consciência política forjada na luta de libertação nacional que levou à “rebelião” contra o monolitismo económico e político do pós-independência. Parco e ideologizado, o saber social pouca ou nenhuma importância teve na inflexão conducente à liberalização política, da qual pareceu arredado. Se quisermos, esta inflexão foi induzida pela falência económica do Estado e pelo movimento de reforma política nascido do impasse em que se afundava o regime monopartidário.

Após a liberalização, o saber social dogmatizado deixou de servir para a celebração ritual de efemérides⁽⁴⁶⁾ ou para encenar o progresso material. Também por estas razões, os cientistas pouco ganharam, ao contrário de eventuais expectativas. As alterações políticas e a maior mobilidade social fizeram deslocar possibilidades decisórias para os indivíduos bem sucedidos na acumulação de capital. Ao saber social, libertado de algumas peias, continuou a negar-se a utilidade para a acção dos governantes ou dos fazedores de obra politicamente capitalizável.

Ao arrepio da imaginada valorização e independência do pensamento crítico, os intelectuais – cingidos às escassíssimas oportunidades oferecidas pelo Estado empobrecido e sem meios para desígnios ideológicos e culturais –, continuaram minorizados, desde logo pela falta de hábito de autonomia do seu trabalho, o mesmo é dizer, por quedarem dependentes de superiores hierárquicos por demais propensos a confundir regras institucionais com arbítrio pessoal sobre os subordinados, intelectuais incluídos. Assim, as eventuais agendas de investigação e o labor de alguns estudiosos foram (e são) proteladas em razão das demandas de mil desempenhos de índole técnica ou cultural, na verdade, de recorte mais ou menos propagandístico ou político, a que não eles se furtam dadas a

⁴⁶ Ressalvem-se as comemorações do 3 de Fevereiro, que, independentemente da sua vertente crescentemente profana, ganharam amplitude após a liberalização política. Ademais, talvez seja a efeméride cujo tom celebratório mais coincida com o conhecimento disponível acerca do objecto de celebração, um dado em grande parte explicável pela natureza do insano e trágico evento de 1953.

escassez de alternativas, por um lado, e alguma ambição de ascensão a cargos políticos, por outro.

Portanto, manteve-se a subalternidade do saber social. Após a liberalização política, tanto ou mais do que os constrangimentos políticos do passado, pesam os condicionalismos da política clientelar e da configuração económica, pautadas por práticas de neo-patrimonialização atinentes a majorar as vantagens entrementes adquiridas. Entre outros, estes condicionalismos continuam, por um lado, a blindar as decisões políticas face às (poucas) críticas de intelectuais e, por outro, a dificultar a criação de um tecido de pensadores independentes. Por igual modo, laboram no sentido de obstar ao aprofundamento do saber social nas ilhas, designadamente no respeitante à acção política.

A circulação da informação, rumores incluídos, via *rádio boca a boca* acerca da política do dia-a-dia contribui para desqualificar eventuais abordagens de cariz mais analítico que, embora não podendo ou não devendo ignorar as respectivas implicações políticas e sociais, fornecem incomparavelmente menos informação passível de uso imediato na luta política diária. Com a liberalização, não se abandonou a abordagem panfletária da evolução política. Antes pelo contrário, essa abordagem cresceu em contundência verbal, nesse particular comprovando a ampla liberdade de expressão agora reinante no arquipélago. Mas, em grande medida, tal corresponde ao avultar da conflitualidade pessoal em detrimento da abordagem a um tempo histórica e prospectiva da evolução do arquipélago.

Ainda assim, por força do crescendo dos problemas sociais, manifesta-se a necessidade de saber social, mormente para atalhar problemas sociais e políticos de monta, designadamente os decorrentes de sucessivas mudanças políticas e económicas. Ora, no tocante às condições locais, a produção de conhecimento e a investigação continuam sem qualquer suporte, institucional ou outro. Por exemplo, uma política de formação avançada parece inexistente, apesar da procura e da necessidade dessa formação.

Por razões culturais, os diplomas académicos ainda são muito preza-dos. Mas motivos económicos, sociais e políticos têm contribuído para a corrosão do prestígio dessa titulação. Desde há anos, procura-se no exterior do país a valorização académica, não raras vezes nos interstícios de

tirocínios políticos ou na sequência da assunção de cargos governativos. Amiúde, a obtenção de um grau académico corresponde a um compasso de espera que, pelo afastamento temporário e pelo eventual reposicionamento face a facções litigantes pelo poder, serve para diluir na memória colectiva algum cálculo ou passo errado de um ou outro político vencido e impossibilitado de arrostar no imediato e *in loco* com as consequências de uma derrota política. Desse modo, a produção científica poderá também traduzir tão só um esforço de resposta política aos que detêm o poder no arquipélago. Nesta como noutras situações, a produção de saber não deixa de ser um reduto de afirmação social ou de reivindicação subliminar de uma posição social.

No plano cognitivo, a ambivalência de um percurso como o acima mencionado, permite, por exemplo, ser-se teórico e crítico na Europa e, quando novamente no fragor da luta política em S. Tomé, ser-se permeável, por exemplo, a laivos de racismo para invectivar adversários políticos. Ou seja, pouco da formação verte para a análise das lições políticas. Na verdade, os graduados e, actualmente, os pós-graduados voltam ao arquipélago para, à pala da qualificação, se apresentarem como políticos, prescindindo, quase imediatamente, da capacidade reflexiva entrementes adquirida.

Também por estas razões se vai sedimentando uma visão estereotipadamente negativa dos tirocínios académicos. Com efeito, a somar à diferença de recursos e de poder entre políticos e estudiosos, os percursos sincopados, a incongruência entre a formação intelectual e a prática política e, por fim, a ideia da graduação académica como um mal menor na sequência de estrondosos falhanços políticos constituem algumas das razões do descrédito dos apodados, aqui e além, de “eternos estudantes”⁽⁴⁷⁾. Conquanto não só por este motivo, tal descrédito começa a atingir o comum dos estudantes universitários, ignorados pela população e pelo poder⁽⁴⁸⁾.

⁴⁷ Por não se atribuir aos estudiosos um percurso coerente, menos ainda independente, desvaloriza-se o seu saber por cotejo, por exemplo, com a lide diária dos políticos locais a braços com as dificuldades reais (por curiosidade, diga-se que o mecanismo, assaz generalizado, lembra a desvalorização pelos colonialistas do discurso anti-colonial).

⁴⁸ Recuando alguns anos, encontramos a verbalização de um certo ressentimento contra a desvalorização dos cientistas sociais quando comparados com os políticos em SANTIAGO 1995:82.

Registem-se, contudo, alguns dados positivos: a despeito dos preconceitos em torno da (des)qualificação dos expatriados, recentemente várias dissertações académicas quebraram o marasmo das primeiras décadas após a independência. Nos vários domínios do saber social, são-tomenses realizaram trabalhos dirigidos a problemas claramente relacionados com experiências políticas num passado recente ou de actualidade inegável. Esses trabalhos apontaram a necessidade de consolidação do saber social para despistar abordagens cegas ou estritamente ideológicas das dificuldades sociais por que passa o arquipélago. O maior pragmatismo ajudou, também, à remoção da liturgia ancorada na história.

Naturalmente, nessa produção, validada por instituições académicas, detectar-se-ão problemas, uns relacionados com o próprio desenvolvimento da investigação, outros com o viés também induzido pelos persistentes condicionalismos sociais e políticos acima referidos. Ainda assim, e numa espécie de ciclo vicioso, a maior limitação desses trabalhos atém-se ao seu escasso impacto local.

Enquanto isso, São Tomé e Príncipe vem sendo objecto de produção científica de estrangeiros.

RITUALIZAÇÃO DA CULTURA E POLITIZAÇÃO DAS LÍNGUAS

Após a independência, a “cultura”, nas suas vertentes erudita ou popular, não era uma prioridade. A cultura popular foi sendo confinada ao papel de suporte lúdico nas celebrações de datas politizadas e de efemérides históricas, entre elas a do poder popular, a da independência e a do massacre de 1953. No tocante à vertente mais erudita da cultura, o diminuto número de eventos institucionais (sempre com a inerente componente celebratória) deveu-se talvez menos a razões ideológicas e políticas do que ao isolamento a que também as circunstâncias económicas votavam o país. Nos primeiros anos da década de 80, realizou-se um simpósio sobre Francisco Tenreiro – autor de um legado entrementes abandonado – que contou sobretudo com a participação de especialistas portugueses, além de são-tomenses como Manuela Margarido. As consequências de tal encontro foram nenhuma.

A liberalização política dessacralizou a cultura e a história, decerto em obediência a duas intuições, uma, a delas terem sido manipuladas pelo MLSTP, outra, a de serem terrenos menos rendosos para projectos políticos não fundados numa hegemonia de contornos ditatoriais. Os objectivos dos políticos tornaram-se mais prosaicos e, sub-repticiamente, a exaltação do ser colectivo cedeu algum espaço para a idealização das virtudes dos indivíduos, o mesmo é dizer da acumulação, de alguma forma “primitiva”, de capital. Preservou-se a comemoração de 1953, tendo-se acentuado drasticamente o estendal de actividades lúdicas e profanas que, para desgosto dos cultores do purismo da evocação da data, cercou a solenidade da celebração oficial. Até hoje, esta tão espontânea e crua dessacralização da história traz em sobressalto alguns intelectuais apostados na construção de uma postura cívica com base em valores pressupostamente são-tomenses.

Em finais de 1999, realizaram-se as *Jornadas sobre o nacionalismo são-tomense*. Participaram nessas jornadas estudiosos são-tomenses e portugueses. O interesse que o evento despertou indica a iniludível importância do tema do nacionalismo para um segmento da população são-tomense. Numa avaliação sumária, esse colóquio evidenciou a pouca maturidade da reflexão local sobre a temática da nação e do nacionalismo. Em contrapartida, demonstrou, se necessário fosse, a inequívoca abertura à pluralidade de opiniões.

Actualmente, o peso do nacionalismo recai insistentemente na questão das línguas. Note-se, os dois supracitados eventos foram, ao menos em parte, sugeridos pelos meios disponibilizados desde o exterior para sua realização. Diferentemente se terá passado com o *1º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe*, realizado em Outubro de 2001, onde se abordou a situação actual e o futuro das línguas nacionais. Não por acaso, verificou-se uma elevada participação de são-tomenses, o que denota a intenção de politização das línguas nacionais, de resto, na esteira da ênfase posta na cultura como meio de resistência anti-colonial⁴⁹. Com efeito, para além das várias conclusões de carácter linguístico, avulta a circunstância do colóquio ter sido do-

⁴⁹ Diz Armindo AGUIAR: “Terá sido na identidade e na resistência cultural que fomos mais afoitos, denodados combatentes da liberdade.”, cf. 1993:25.

minado pelo intuito de afirmação das línguas nacionais, que erigidas, também elas, em instrumento de resistência ao colonialismo⁽⁵⁰⁾ seriam, por igual modo, um veículo privilegiado da expressão de sentimentos e da cultura de um povo. Logo, não só as línguas são transformadas num derradeiro reduto da especificidade são-tomense, como o saber a elas respeitante e a consequente reivindicação da promoção das línguas nacionais como que se solenizam.

Nesse colóquio, caracterizou-se a situação linguística nas ilhas como um caos linguístico, pautado pela criouliização do português, mormente a partir da influência do *forro*, e pela descriouliização desse crioulo⁽⁵¹⁾. S. Tomé e Príncipe seria, pois, uma “socialmente multilingue, tendencialmente monolingue”⁽⁵²⁾.

A elevação do estatuto das línguas iniciou-se pela revisão dos respectivos nomes, substituindo-se, por exemplo, a designação colonial *forro* pela denominação de *lungwa santomé*, de grafia africanizada. Passou igualmente pela qualificação dos restantes “dialectos” como línguas nacionais, a *lungwa n’gola* ou *ngola* e a *lung’ie* ou *lunguye* (entre outras grafias). Estas duas línguas parecem ameaçadas de extinção.

Não por acaso, a questionação da hierarquização social das línguas veio de uma expatriada, Inocência MATA, que falou de uma hierarquiza-

⁵⁰ Não discutirei a substância desta proposição, ademais possível se, da perspectiva ideológica conforme à tentadora leitura da história dos oprimidos como reactiva à opressão dos poderosos, se entender todo o acto da vida como acto de resistência. Na verdade, tal leitura retrospectiva é adoptada amiúde.

Ressalvada a necessidade de uma opinião razoavelmente escorada, cumpre enunciar dúvidas relativas ao uso da língua enquanto instrumento de resistência. A este respeito consideremos a explicação mais sofisticada de Inocência MATA, autora preocupada com a sobrevivência das línguas nacionais, entre elas, o crioulo lunguyê, da ilha do Príncipe, e o angolár. Para chamar a atenção para o risco que estas línguas correm, a autora desmente que a língua de um povo não possa morrer. Diz ela, a “ideologia nacionalista incentivou a sedimentação desta ideia, mitificando-a através de um discurso de resistência cultural, necessário e funcional durante a luta anti-colonial” (cf. 1998:33). A preocupação relativamente à sobrevivência das línguas nacionais é legítima e pertinente (assim como o é a denúncia dos efeitos perniciosos das asserções do ideário anti-colonial relativamente à cultura popular). Afora isso, a afirmação (e a concomitante valorização) da língua nacional enquanto esteio da resistência cultural durante a luta anti-colonial requer melhor prova.

Como noutros passos, poderemos estar perante a tentativa de criação de realidades pela sua nomeação. Logo, repetimo-nos, estas questões merecem reflexão e as enunciações melhor fundamento.

⁵¹ Opinião expendida a propósito das dificuldades de ensino do português, cf. AFONSO 2001.

Também MATA refere contaminações recíprocas, nomeando, por exemplo, a descriouliização lexical e a criouliização sintáctica do português, cf. 2001:8.

⁵² MATA 2001:5.

ção não assumida entre as línguas⁽⁵³⁾. Evidentemente, essa não assunção tem como causa a dificuldade de lidar com os atritos de teorias que os estudiosos são-tomenses procuram ajustar à pretendida valorização política do *santomé*. Afora isso, embora o projecto de valorização das várias línguas nacionais aparente obedecer a um desígnio igualitário, pretenderá, até por razões de exequibilidade, estabelecer uma hierarquia politicamente inspirada em favor do *santomé*. Naturalmente, tal hierarquização terá implicações no destino das outras línguas. A referida não assunção prender-se-á, ainda, com a incomodidade resultante do contexto sociológico das línguas não se conformar de pronto com as intenções a favor do *santomé* e, objectivamente, em desfavor do português.

Ora, decerto devido à sua maior distância relativamente a esses propósitos mais políticos, MATA incluiu o português no conjunto das línguas nacionais, desde logo por ser língua materna no espaço urbano⁽⁵⁴⁾. Ponderando a representatividade social das línguas nacionais, MATA defendeu que o *angolar*, ou *n'gola*, estava em vias de criouliização, por causa da miscigenação dos Angolares com a restante população após 1974, e lembrou a importância do crioulo de Cabo Verde, mormente na ilha do Príncipe⁽⁵⁵⁾. Atenta a história, considerou o português e o *forro* ou *santomé* como as línguas nacionais, cabendo ao português um papel idêntico ao do *forro* na socialização e na integração social. Para ela, se as línguas constituem uma expressão de uma identidade cultural específica (que não deve ser meramente folclórica), a língua portuguesa também é uma expressão de um segmento da identidade cultural são-tomense⁽⁵⁶⁾. De certa maneira, a aventada estratégia de promoção dos crioulos esbarra na circunstância da língua materna de muitos são-tomenses ser

⁵³ MATA 2001:2.

⁵⁴ MATA arriscou mesmo sustentar que o português seria língua materna para mais de metade dos são-tomenses, cf. 2001:3.

⁵⁵ MATA 2001:5.

Também Alda do Espírito SANTO se mostrou sensível à importância do crioulo de Cabo Verde, cf. 2001.

Na verdade, no Príncipe, é possível que a cifra de falantes da língua da ilha seja largamente ultrapassada pelos falantes do crioulo de Cabo Verde. Ou, noutros termos, que a língua materna da maioria dos habitantes seja este crioulo.

⁵⁶ MATA 2001:5 e 13.

o português⁽⁵⁷⁾, o qual se torna, por isso, meio veicular e de fixação da “cultura nacional”⁽⁵⁸⁾.

No fundo, e à margem de ponderações linguísticas, históricas ou sociológicas, o fito é fazer do *forro*, ou *santomé*, que tem “expressão nacional”⁽⁵⁹⁾, a língua nacional, qualificação na qual, alvitrar-se-á, se investe também uma politização redentora da postura mais passiva dos são-tomense na era colonial.

Dadas a impossibilidade e a incapacidade de aprofundar aqui estas questões, cumpre talvez referir, até para uma cabal percepção da mobilização política e social em torno desta intentada valorização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe, que a situação destas não é, de maneira nenhuma, comparável à do crioulo em Cabo Verde.

Inocência MATA lembrou que a língua, sendo elemento constitutivo de uma nação, não era um elemento suficiente. Ao arrepio do tom predominante no colóquio, acrescentou que a língua não se constituía como “factor primordial de uma identidade nem de uma política cultural”, mas como “um singular património cultural e factor de identidade”, no caso são-tomense compreendendo o uso da variedade local do português⁽⁶⁰⁾. A par de análises lúcidas e pertinentes, MATA não deixou de apadrinhar a construção de uma especificidade cultural, fazendo uso da ideia de são-tomensidade⁽⁶¹⁾ para referir a identidade dos nativos⁽⁶²⁾.

Num arremedo de balanço, diga-se que, embora passíveis de tipificação como crioulos em vista dos moldes da sua constituição, as línguas nacionais em S. Tomé e Príncipe não têm, por assim dizer, correspondên-

⁵⁷ AFONSO 2001.

⁵⁸ MATA 2001:4.

⁵⁹ AFONSO 2001.

⁶⁰ MATA 2001:1, 2 e 13, respectivamente.

⁶¹ Por exemplo, MATA 2001:1.

Amiúde, as formulações dos intelectuais não encontram tradução em círculos mais amplos. Diga-se que a ideia de santomensidade ou a de criouldade, flagrantemente menos densas em comparação com a cabo-verdianidade para designar a identidade cabo-verdiana, aparecem, aqui e além, preteridas a favor de slogans como que inspirados pelo marketing, tais como “ilha chocolate” ou “ilhas maravilhosas”.

⁶² É preciso referir que, até por causa dos fins a que se destina parte da sua produção, Inocência MATA nem sempre incorre no encómio acrítico da são-tomensidade ou santomensidade – por ela definida como “nacionalidade cultural da nação são-tomense” (cf. 2004:99) – ou da identidade são-tomense. A espaços, ela lança alertas sobre as características idiossincráticas que militariam contra os próprios são-tomenses, entre elas, a incapacidade de aceitar e respeitar as diferenças.

cia na existência de uma identidade social crioula⁽⁶³⁾, projecto que nunca teve suporte na moderna sociedade colonial e que foi abandonado depois da independência. Com efeito, em S. Tomé e Príncipe, inconsistentes ideias de interculturalidade foram de forma sub-reptícia substituídas pela afirmação de autenticidade e de genuinidade (que, porém, não dispensa a mercantilização de traços culturais, isto é, a sua recriação para o estrito efeito de os introduzir como mercadorias no mercado de bens culturais exóticos), cujo referente é África ou o que com ela mais imediatamente se parece relacionar.

⁶³ Acerca dos crioulos enquanto variedades linguísticas novas e do crioulo como identidade social, veja-se ALMEIDA 2004:275-276.

AS TEMÁTICAS ABUSADAS .02

A produção de conhecimento histórico aparentou ter mais sentido enquanto, num apertado quadro político e na correspondente redoma intelectual onde pontificavam os notáveis e os dirigentes, o discurso inspirado na história ajudou a legitimar as opções políticas. Na realidade, a evocação da história servia, não necessariamente para a validação das opções em si mesmas, mas para a inscrição dos dirigentes numa linhagem de arautos da liberdade e da sapiência, ajudando, desse modo, à interiorização da nova ordem política e ao acatamento da nova autoridade. Posteriormente, a mobilidade social, incluindo o desenraizamento social correlato do esboçamento de valores familiares e morais de antanho, esvaziou a pertinência dos discursos eivados de uma leitura teleológica da história. De momento, a evocação do passado reveste-se de uma feição corriqueira, já não servindo de forma cega desígnios ideológicos de grupos ou de actores políticos. De igual forma, impera um relativo alheamento pelo passado das ilhas, cujo estudo aprofundado poderia trazer surpresas.

A pobreza do discurso histórico, por remediar desde a independência, comprova-se também pelo facto de muitas dissertações nas várias áreas de saber se aventurarem pela necessária introdução histórica. Mas não só. Essa pobreza é atestada por uma consequência que quase passa em claro: a incursão pela história a que se obrigam os estudiosos são-tomenses é, em certa medida, um tributo a uma crença difusa relativa à profundidade histórica dos comportamentos. Embora por discutir e por demonstrar, esta crença é agora amiúde citada, se não para compor interpretações plausíveis da actualidade, ao menos para invocar uma identidade africana e explicar as dificuldades no caminho do progresso. De acerto discutível, esta crença decorre, por paradoxal que isso se afigure, da pobreza do discurso histórico.

Durante décadas, a produção de saber social de são-tomenses quase se resumiu à história, de modo geral em tons próximos dos de uma vulgata nacionalista. Não valerá a pena insistir no viés finalista e anacrónico do saber histórico, aliás, mais patente nos enunciados políticos com que se celebra o passado do que na parca produção científica. Sublinhe-se, apenas, que talvez este erro teórico não subsistisse tanto tempo se as condições sociais e políticas não pesassem bastante, por exemplo, no condicionamento das interrogações sobre a história ou na escolha de temas politizados, como o seja o do massacre de 1953.

Nesta disciplina, esboçam-se algumas mudanças, denotadas pelo tom menos linear e reducionista do saber produzido. Ainda que de forma não decisiva – o que indicia do peso da afetividade – assiste-se ao forjar de novas perspectivas para supostos problemas históricos, desde 1975 enviesados pela ênfase nacionalista, como, por exemplo, foi o da primazia da ocupação das ilhas⁽⁶⁴⁾. Com efeito, a questão subsiste. A seguir à independência, embora nunca assim tivesse sido posto em cima da mesa, intuía-se que as hipóteses em presença eram relacionadas com uma imaginada discussão do direito à independência acoplado à primazia da ocupação. Evidentemente, esta problemática tinha menos a ver com possíveis reivindicações dos ex-colonizadores do que com a cimentação da unicidade de perspectivas políticas e, no limite, com a neutralização da possível contestação pelos próprios são-tomenses dos caminhos impostos ao país após a independência. Actualmente, tal questão transmudou-se num sentido que, embora algo opaco, arriscaríamos relacionar com a procura de uma autenticidade africana, a antepor ao caos trazido às ilhas pela aventura colonialista.

Em 1997, Amaro COUTO contestou a ideia de que as ilhas estavam despovoadas à data da chegada dos portugueses, tecendo uma laboriosa justificação da presença de africanos nas ilhas⁽⁶⁵⁾. Se, como se disse, após

⁶⁴ Em 1995, Nazaré CEITA referiu que a ilha de S. Tomé fora considerada terra de ninguém por não se ter achado população autóctone, embora numa das hipóteses relativas à etnogénese dos Angolares, ela refira a possibilidade de eles já habitarem a ilha aquando da chegada dos portugueses, cf. 1995:293 e 300; ver também a dúvida formulada em 1998b:[2]

Veja-se a menção à necessidade de pesquisas arqueológicas em AGUIAR, Armindo 1989b:316.

⁶⁵ Também MENEZES, que tem um trabalho informado sobre os perigos de opções erradas no tocante aos réditos do petróleo, como adiante se verá, se obriga a opinar sobre a questão da primazia da ocupação do território. Ele aventa a possibilidade de existência de núcleos populacionais costeiros ante-

1975, tal questão pareceu ligada a uma imaginada disputa jurídica relativa à independência, já este empenho de COUTO parece querer reafirmar a valia das capacidades dos africanos. Para ele, a negação da presença dos africanos nas ilhas emana de uma visão redutora das capacidades destes e inscreve-se na lógica dos conflitos inter-civilizacionais⁽⁶⁶⁾, uma explicação rebuscada para uma questão histórica a dirimir, se isso for pertinente, noutros terrenos.

Durante anos, a produção histórica teve como pano de fundo a memória de “décadas de humilhações”⁽⁶⁷⁾, aí entroncando a abordagem do massacre de 1953. Relembre-se, após a independência, com a evocação do *massacre de Batepá*, exacerbou-se a vitimização para efeitos de legitimação política (com o que não se exclui um genuíno sentimento de agravo dos são-tomenses face aos desmandos da responsabilidade de Gorgulho). Numa leitura porventura grosseira, talvez se possam relacionar essa evocação e a subsequente tentativa de mobilização política com a fraca participação são-tomense no processo de libertação nacional e com a ideia de que havia que prosseguir a luta contra os resquícios do colonialismo e contra o imperialismo, processo com que os líderes pretendiam lograr a fidelização da população.

Apesar de marcante, o episódio não mereceu estudos aprofundados, talvez por falta de preparação científica e, quiçá, de motivação intelectual e política. Para entender a falta de motivação para aprofundar tal assunto – falta tão mais flagrante quanto, em obediência à lógica de vitimização bem acolhida nos areópagos internacionais, os estudiosos são-tomenses não se eximiram a gritar a indignação contra a escravatura a que alegadamente tinham sido sujeitos⁽⁶⁸⁾, nem a apontar milhares de mortos no massacre de Fevereiro de 1953⁽⁶⁹⁾ – é preciso pensar na inco-

riamente à chegada dos portugueses, embora depois venha a sustentar não ser crível que os Angolares possam descender de alguma comunidade estabelecida em S. Tomé previamente à chegada dos portugueses, cf. 2002:37 e nota 21.

⁶⁶ Coteje-se COUTO 1997:24.

⁶⁷ AGUIAR, Armindo 1989a:441.

⁶⁸ Assim sucedeu, por exemplo, em sessões do colóquio *Construção e ensino da história de África*, realizado em Lisboa em 1994.

⁶⁹ Asserção ainda hoje constante, por exemplo, em AMADO 2004:4.

Atente-se noutros exemplos: em 1978, Alda do Espírito SANTO referiu o sacrifício brutal de cerca de um milhar de pessoas (1978:190). Em 1989, Armindo AGUIAR referiu mais de um milhar de filhos de S. Tomé e Príncipe “indiscriminadamente massacrados e mortos” (1989b:319). Em 1995, Nazaré CEITA

modidade resultante do exagero do número de vítimas. Mas não só. Bem mais determinante deveria ser a intuição de que o maniqueísmo branco / negro⁽⁷⁰⁾ não bastava para explicar nem a história de S. Tomé e Príncipe, nem o episódio sangrento de 1953. De certo modo, impor-se-ia a intuição de que a investigação histórica infirmaria esse maniqueísmo⁽⁷¹⁾ e minaria um certo ideário nacionalista nele escorado.

A propósito da celebração do seu cinquentenário, o massacre de 1953 foi recentemente revisitado. Apesar de novas roupagens – atente-se na denominação *guerra da Trindade* – persiste, ainda, a ideia de vitimização perceptível quer no exagero do quantitativo dos mortos, quer na extrapolação da violência para toda a história colonial. No livro *A Guerra da Trindade*, Carlos Espírito SANTO pretendeu fincar tal hiperbolização nos inúmeros elementos empíricos compulsados que, longe de escorarem qualquer explicação, visam tão-somente conferir credibilidade à ideia de uma violência colonialista irrestrita⁽⁷²⁾, como se, malgrado a dor infinda de quem dela foi vítima, a violência irrestrita pudesse, de forma continuada, fundar uma política, mesmo colonial.

Na esteira da hiperbolização dessa violência e da procurada legitimação do caminho percorrido após a independência, surgiu, pois, a

referiu a “morte de milhares de santomenses” (1995:312). MENEZES referiu várias centenas de mortes (2002:36). SOUSA refere um milhar de *forros* massacrados, cf. 2001:206 e 2004:11.

⁷⁰ Como dissemos, o ressentimento contra a clivagem racial da era colonial, cuja memória foi vinçada e avivada depois da independência, funcionou como um meio subliminar de fomento da adesão popular aos desígnios dos dirigentes políticos ungidos quando da independência.

⁷¹ Salvo erro, foi em 1998 que um são-tomense mencionou por escrito pela primeira vez a prestação de “cipaais angolanos e moçambicanos” na prisão dos nativos, dessa forma arregimentados para trabalhos públicos nos anos 50 (CEITA, Nazaré 1998b:[5]). Ainda assim, não faz referência à tragédia de 1953, na qual eles tiveram participação, como, de resto, está bem presente na memória de alguns são-tomenses.

Em 1989, Armindo AGUIAR referira o facto de, em 1953, os colonos terem tentado utilizar trabalhadores das roças contra os são-tomenses, dando a entender que esse expediente dera a conhecer a natureza do colonialismo (cf. 1989b:319). Sem prejuízo do acerto do elemento factual, é evidente que a ilação sobre a natureza do colonialismo é retirada(!) a posteriori.

⁷² Não querendo incorrer em simplismos, cabe perguntar: e a insistência na violência do episódio de 1953 não visará fazer esquecer a ausência de uma agressividade equiparável no restante período colonial, sem com isto esquecermos a prisão de dezenas de são-tomenses (alguns deles alheios a actividades políticas) em 1964 e 1965 em Lisboa?

E daí, pode partir-se para a questão de se saber a que imputar relativa contenção das autoridades coloniais nos derradeiros anos do colonialismo: se não era à índole (supostamente violenta) do colonialismo, seria devida aos mecanismos de controlo a montante que dispensavam maior agressividade policial e/ou à débil reacção anti-colonial no terreno?

dicotomia entre o bem e o mal personificados em Salustino da Graça e no governador Gorgulho, respectivamente. Aspecto comum aos livros recém publicados sobre 1953⁽⁷³⁾ e, de alguma forma, também tributário da vida social local é a fulanização, a que se atribui uma valia explicativa do processo histórico. Assim se dá azo a uma visão teleológica que se escora na personificação do bem e do mal, uma perspectiva com muitos pontos de contacto com as apreciações maniqueístas do quotidiano e da política local.

Outra ideia, quicá mais relevante, é a de que os eventos de 1953 representaram um decisivo virar de página da história⁽⁷⁴⁾. É dito que então se evidenciou que nunca mais haveria linguagem conciliatória com o poder colonial e que se avivou o espírito nacionalista⁽⁷⁵⁾ conducente à independência. Cumpre dizer que esta leitura, além de refém da ignorância da história do nacionalismo são-tomense, está enviesada pela evolução política do colonialismo português, em suma, pela independência: por exemplo, contra a ideia de uma impossível pacificação social, como interpretar a aparente adesão de parte dos notáveis locais ao rumo político dos derradeiros anos do colonialismo? Acrescente-se que a independência não sustenta, por si só, a supracitada enumeração dos efeitos políticos de 1953, como, de resto, o indicam as posteriores interrogações, cada vez mais frequentes, acerca de outras possíveis soluções políticas para a expressão do veio identitário são-tomense⁽⁷⁶⁾, tal a problemática a que só o horizonte – o “cheiro”, no dizer de alguns são-tomenses – do petróleo veio pôr cobro.

⁷³ LIMA 2002 e SANTO, Carlos 2003.

⁷⁴ Os eventos dessa data seriam a “raison d’être” do nacionalismo são-tomense, segundo, por exemplo, SEIBERT 1996.

Teriam igualmente sido um marco decisivo para as restantes colónias africanas de Portugal (por exemplo, AMADO 2004:4), asserção que constitui um manifesto exagero.

⁷⁵ AGUIAR, Armino 1989b: 319, CEITA, Nazaré 1998:205.

⁷⁶ A este respeito, adiantemos algumas hipóteses de interpretação da história recente do arquipélago: uma, se a proposta de união com Portugal não foi validada em sufrágio, tal deveu-se a não ter sido julgada credível, designadamente pela intuição de que essa solução já não interessava à antiga metrópole. Outra hipótese: independentemente de uma outra construção política a que se chegasse, tal não impediria a subsistência de um forte sentimento identitário são-tomense, talvez até mais pronunciado caso se tivesse prolongado a união política com a antiga metrópole. Por fim, a perspectiva do petróleo veio baralhar estes sentimentos, os quais, ao invés das enunciações políticas tendencialmente normativas dos estudiosos, comportam algo de volátil. Mais do que por regra se supõe.

À medida que a evocação de 1953 vai perdendo a carga solene, mau grado os esforços de dramatização da efeméride, vão surgindo outros tópicos mais prosaicos. Mantenhamo-nos, por ora, no escrutínio dos temas históricos.

Também os Angolares têm vindo a ser erigidos em último reduto probatório da agressão colonialista⁽⁷⁷⁾. Para além de referências espaçadas a tal agressão, foi Fernando de MACEDO quem mais fez por tornar a história dos Angolares uma saga de resistência anti-colonial⁽⁷⁸⁾.

Os Angolares constituem um veio temático que suscitou a recolha e a apresentação do desempenho performativo das suas tradições. Na brevíssima nota introdutória da obra *Teatro do imaginário angol*, Fernando de MACEDO avalia o ajustamento entre a tradição angol e cada uma das três peças que dá a conhecer. Na evocação dessa tradição avulta o antigo reino de Anguéne e, simultaneamente, a percepção da distância temporal e social desse reino por parte do povo Angolar, supostamente engajado na tentativa de fazer reviver a sua cultura contra todos os factores que tendem a apagá-la⁽⁷⁹⁾. Os textos teatrais dados a conhecer remetem para mitos do povo Angolar, portador de uma cultura singular no seio da população são-tomense. A pensar nos jovens, a apresentação de tal património visa combater os efeitos corrosivos das forças centrípetas desestruturadoras dos valores matriciais da (idealizada) cultura angol. Em certa medida, esses valores são objecto de mitificação pelo autor, durante largo tempo ausente de S. Tomé.

A CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS

Em jeito de balanço, e ao deixarmos a narração e a interpretação de eventos para passarmos aos ensaios de explicação da evolução histórica,

⁷⁷ Para Nazaré CEITA, no século XIX verificou-se uma agressão colonialista contra os Angolares, à semelhança do perpetrado no continente depois da Conferência de Berlim (1995:300). Também SANTIAGO deixa várias indicações sobre os Angolares enquanto comunidade vítima de uma agressão colonialista, cf. 1995:passim.

⁷⁸ MACEDO 1996.

Sobre esta obra, veja-se o comentário de Inocência MATA 2004:99-101.

⁷⁹ MACEDO 2000.

deve notar-se que o esforço analítico das mudanças sociais ainda se revela curto. Vale por dizer que, no domínio do saber social, as mudanças se têm processado lentamente. A abordagem histórica perdeu parte da carga performativa, mas ainda permanece refém de paradigmas passadistas, como o indicia a adoção de uma categorização de cariz étnico⁽⁸⁰⁾ que, herdada da época colonial, só já corresponde parcialmente à realidade. Por inércia, essa categorização prevalece sobre um qualquer outro modelo explicativo deduzido, por exemplo, das teorias da estratificação social, das sociedades plurais, do pós-colonialismo e de outras contribuições teóricas já com décadas.

Na caracterização da sociedade são-tomense, confere-se relevo à relativa homogeneidade social e cultural denotada pela “maior integração de todos os grupos étnicos” e por “um maior equilíbrio (...) devido à grande mobilidade” resultante da qualificação académica e do protagonismo político ou económico⁽⁸¹⁾. Tal parece conforme aos dados observáveis, mas importa interpelar o que se dá a ver⁽⁸²⁾.

Não se sabe até que ponto tais visões apaziguadoras – porque referidas à mobilidade e integração sociais – decorrem de uma predisposição mínima, quando não nula, para o debate teórico e para o confronto político. Consinta-se, ainda que operante, a segmentação étnica é, a um tempo, matizada e disfarçada por uma mobilidade aparentemente sem peias. Afora isso, só é assumida, sem ganhos previsíveis, por alguns dos grupos, com destaque para o cabo-verdiano. Com conteúdo e alcance diversos – porventura mais celebrados pelos estudiosos do que reivindicados em voz altissonante pelos próprios –, talvez o mesmo se passe com os Angolares.

Enquanto isso, tende a considerar-se retroactivamente os vários segmentos populacionais presentes em S. Tomé e Príncipe na era colonial

⁸⁰ Após a independência, alguns autores ainda aludem a grupos étnicos; coteje-se, por exemplo, MACEDO 1996.

A diferença mais notória em relação às caracterizações da era colonial reside no desdobramento dos grupos então identificados; veja-se, por exemplo, AMADO 2002:63 e ss.

⁸¹ AMADO 2002:79.

⁸² Os contornos da evolução no pós-independência matizaram muito a disjunção social prevalecente no colonialismo. Mas, ao arrepio do ideário político independentista, não devemos abdicar da interrogação acerca de uma velada disjunção social, nalguma medida ainda relacionada com as fronteiras sociais e simbólicas subsistentes na era colonial.

como são-tomenses. Tal anacronismo briga com a realidade e, sobretudo, ajuda a mascarar a tensão social prevalecente após a independência. Ao mesmo tempo que se esquecem umas clivagens, valoriza-se o valor interpretativo de outras. Continuar a reportar as actuais clivagens políticas e sociais tão só às antigas categorias de “filhos da terra” e “forros” parece improfícuo, se não se actualizar a correspondência dessa clivagem com as actuações dos actuais actores políticos. Ademais, pode veicular-se de forma subliminar a ideia dessa clivagem social ser de difícil remoção dado o seu enraizamento histórico, com isso se induzindo ao conformismo.

OS TÓPICOS SILENCIADOS E IDEOLOGIZADOS .03

O isolamento subsequente à restrição dos contactos com o exterior não conduziu apenas à estagnação do saber social. Esse relativo isolamento também preservou o arquipélago da imediata irrupção dos problemas políticos e sociais observáveis nos países próximos, desse modo dispensando a reflexão sobre tópicos como nacionalismo, etnicidade e outros, à luz dos quais, há décadas, se pensa a construção política dos estados e das nações africanas. Noutras palavras, se o silêncio era a melhor protecção do desenho político e social prosseguido após a independência, para quê abrir espaço para a produção científica (mesmo se acomodada à subalternidade face ao monolítico discurso ideológico e político) de que não havia costume nem exigência e que não era uma prioridade face a tantas outras metas sociais?

Questionada por toda a África sub-sahariana, e coincidência entre Estado e nação foi tacitamente dada por adquirida em razão da insularidade. Mais exactamente, nem sequer foi abordada, em conformidade com o desiderato (calado) de um arranjo social conducente à preservação das posições relativas, herdadas do colonialismo, dos *filhos da terra* e dos *filhos das roças*⁽⁸³⁾. Do prisma da posição relativa e da interacção entre os diferentes grupos, não houve nenhuma reflexão de relevo sobre a nação, tendo-se formulado alguns apelos à integração de segmentos étnicos como os Angolares através da respectiva promoção social⁽⁸⁴⁾. Em

⁸³ Ainda hoje, estudiosos são-tomenses reagem de forma algo intempestiva à mera listagem dos vários grupos presentes no arquipélago. Essa reacção epidérmica antecipa, quando não substitui, por assim dizer, a refutação de uma pressentida acusação relativa à eventual discriminação ou marginalização social de alguns desses grupos, designadamente os cabo-verdianos. Essa reacção é compreensível mas denota igualmente falta de capacidade ou de vontade de análise crítica da história e das políticas recentes.

⁸⁴ Supostamente em oposição à política de dividir para reinar típica do colonialismo, cf. ideia de CEITA, Nazaré 1998.

contrapartida, após o fim do regime monopartidário, a liberalização política traria a exclusão dos cabo-verdianos na nação democrática.

A assunção tácita de uma nação são-tomense baseou-se na reiterada homogeneidade cultural⁽⁸⁵⁾. Para tal, aludiu-se à plurissecular formação da nação por via da miscigenação, ou mistura de povos, naturalmente extensível às respectivas culturas⁽⁸⁶⁾. A ideia do *cadinho* ou do *caldeamento* de culturas foi abraçada por inércia e, talvez também, por ir de encontro à tese de uma plurissecular aculturação aventada por TENREIRO, um filho da terra, que, embora fruto da miscigenação, expatriado, politicamente conformado ou pragmático⁽⁸⁷⁾, era caucionado quer pela partilha de vivências com próceres do nacionalismo dos países lusófonos, quer pela sua ainda hoje ímpar criação literária e científica sobre a terra natal.

Em torno de uma (presumida) referência identitária, foram-se esboçando movimentos contraditórios. De início, em razão até da prospectiva construção do *homem novo* (que requeria uma espécie de tábua rasa) não se encareceu a herança africana senão enquanto signo oponível ao colonialismo. Como se disse, não houve debate sobre as vertentes da identidade são-tomense, tacitamente assumida como africana, embora, ao tempo, o ralo e inócuo discurso intelectual não encarecesse este aspecto, justamente pela intuição dos contornos eurocêntricos do modelo de sociedade e de desenvolvimento propostos pela chefia política.

⁸⁵ Ultimamente, começou-se a questionar a consolidação da nação, não com base nas clivagens económicas e sociais acentuadas desde a independência, mas a partir das supostas raízes históricas dos contingentes constituintes da população são-tomense. Desvalorizando a ideia de uma imaginada integração social tranquila inerente à imagem de *cadinho*, por um lado, fazendo eco da carga negativa associada à heteróclita composição populacional, por outro, MENEZES reproduz interrogações sobre a possibilidade de S. Tomé e Príncipe ser um estado sem nação. Segundo o autor, essa questão funda-se no “percurso histórico muito acidentado e irregular, permeado de interrupções frequentes e devido a factores nem sempre de carácter endógeno” (cf. 2002:36, nt.19). Note-se, num escrito do tempo colonial, apenas se acrescentaria uma qualquer alusão à malformação dos caracteres daí resultante.

Menos propensos a validar o recurso a esmo ao factor “histórico”, diríamos que, uma tal inversão de perspectivas acerca da coincidência entre o estado e nação pode, porventura, explicar-se pela influência de alguma anomia política e social observável no arquipélago.

⁸⁶ Por exemplo, COUTO 1997:29.

⁸⁷ ALMEIDA fala-nos do *cadinho* como a imagem de contornos antropológicos relativa à criação de novas humanidades em sociedades que, não obstante atravessadas por violências e desigualdades extremas, se representam como excepcionais. Trata-se de uma construção na qual se expressariam conflitos identitários das elites em contextos marcados pela tensão política colonial (2004:265). Diga-se que, num certo sentido, poderemos adivinhar tal conflito identitário em Francisco Tenreiro.

Em suma, era-se africano para efeitos de combate ideológico contra as sequelas da alienação do passado colonial, mas as metas diferiam das demais sociedades africanas. Mais tarde, a ideia da miscigenação como esteio da nação foi sendo paulatinamente trocada por uma valorização da componente africana da identidade são-tomense⁽⁸⁸⁾, para o que contribuíram tanto o afastamento da antiga metrópole quanto o abraçar de um ideal de autenticidade africana.

De certo modo em contra-ciclo com a aproximação política aos países ocidentais, o discurso intelectual veio conferir relevo à africanidade e à africanização. Na verdade, tal sucede, quando, independentemente da proliferação de referências estéticas de inspiração africana, as aspirações e os modelos ordenadores da vida política se “ocidentalizam”.

Seja como for, arriscaria dizer que o rasto histórico da identidade e dos referentes culturais talvez seja menos importante para a (almejada) construção da nação.

O MALBARATAR DA NAÇÃO

Ultimamente, aflorou-se o malbaratar da nação pelo Estado. Com efeito, considerou-se que a forma como o Estado se conduziu após a independência teve “resultados muito nefastos” na consolidação de S. Tomé e Príncipe como nação. Sem embargo das metas políticas e sociais, designadamente a do *homem novo*⁽⁸⁹⁾, e da criação de símbolos nacionais, a corrosão institucional e a degradação económica, entre outros

⁸⁸ Inocência MATA formulou a ideia de uma miscigenação inter-africana sobrepujante da influência europeia. Tal teria sido o resultado da própria configuração económica e social do colonialismo baseado nas roças que importaram largos contingentes de braços africanos (1993:76 e 1998:24). Durante anos, esta leitura quedou quase ignorada no arquipélago. Mas, a dado passo, passou-se tacitamente à reivindicação de uma matriz africana, sem, por exemplo, se cuidar de fundar essa reivindicação identitária.

Por outras palavras, e a título de hipótese, o que hoje se afigura imperativo no plano antropológico contém muito de induzido pela evolução política e, também, pelo percurso de perda económica e social.

⁸⁹ A meta do *homem novo* comportava uma recusa do que se entendia ser a alienação colonial, nela se incluindo a afectividade relativamente à antiga metrópole colonial. Evidentemente, tal significava a amputação de uma parte da consciência, dos sentimentos e até dos gostos dos são-tomenses. Mas não só. Implicava igualmente reescrever a história do arquipélago no sentido de lhe conferir uma dimensão anti-colonial que ela, de facto, não tivera, pelo menos na dimensão reclamada pelos proclamadores da independência.

processos, impediram o desejado “desenvolvimento da identidade cultural” como “condição *sine qua non* para a identificação com a terra natal no quadro da universalidade”⁽⁹⁰⁾, um processo contrastante, por exemplo, com o verificado em Cabo Verde.

A nosso ver, se hoje os são-tomenses não se vêem de outro modo, tal não deriva apenas do trabalho de construção de uma nação por parte dos dirigentes no pós-independência⁽⁹¹⁾. Em parte, deriva da clivagem racial criada pelas políticas coloniais que os derradeiros anos do colonialismo não lograram desfazer. Além disso, a percepção de si mesmos como são-tomenses resulta igualmente da impossibilidade de pensarem noutra configuração política para o seu sentimento identitário⁽⁹²⁾.

A identidade são-tomense não se prende com os resultados no domínio da justiça social prometida pela independência. Ocorreu, é certo, uma relativa integração, induzida por projectos de homogeneização social, mas esse propalado objectivo político não deve ser validado de forma acrítica. De alguma forma, as intenções de integração e de equidade sociais foram soterradas na construção do *homem novo*. Ao arrepio do aparente desígnio de homogeneização social, a ideia do *homem novo* estabeleceu clivagens entre os seus arautos e todos os demais, forçados a interiorizá-la ou a rejeitá-la de forma contida ou passiva⁽⁹³⁾. Poder-se-á

⁹⁰ BARBOSA 2001:25.

⁹¹ A circunstância de se terem empreendido esforços no sentido da nacionalização das consciências após 1975, mormente pelo inculcar de símbolos nacionais e pela difusão de lemas ideológicos atinentes a criar uma união por oposição ao colonizador – que não por uma política tendente a cerzir as refrações provocadas pelos interesses dos vários grupos, como, alegadamente, era o objectivo –, não significa que tenhamos de aceitar que uma consciência de pertença ou uma identidade são-tomense resultem necessariamente e apenas desse trabalho político.

⁹² Isto vai de par com uma clara percepção de que a nação independente foi mãe para uns e madras-ta para outros. A independência não significou somente uma nova categorização jurídica, teoricamente equitativa, para todos. Significou igualmente o solapar de relações e de posições sociais antigas ainda presentes na memória colectiva. É a partir disso que cada um lê as trajectórias, sua e dos outros, avaliando, por conseguinte, o merecimento dessas trajectórias ou a injustiça do destino. Algumas das desigualdades trazidas pela independência aparecem como claramente injustas, devido, não a conceitos de suposta valia universal como o de igualdade (de que nem todos partilham, como o mostra o conformismo por muitos anos imperante), mas ao que se sabe da vida de todos e de cada um. Em S. Tomé e Príncipe, tal ocorre porque a nação é, para além de imaginada, realmente percebida.

Acrescente-se que tal ruído, resultante do conhecimento pessoal dos actores sociais, ressoa também na produção de saber social.

⁹³ Ao invés do que, por exemplo, aduz BARBOSA (2001:25), o *homem novo* não compôs um projecto de justiça – salvo na mente dos que de boa fé o gizaram ou a ele aderiram – e de resposta às necessidades de uma nação.

contrapor com a necessidade de colocar este e outros referentes políticos no seu contexto: na verdade, e independentemente da leitura que, com a distância do tempo, façamos dos desígnios de poder pessoal, o peso da clivagem racial perpetrada pelo colonialismo validou os lemas dos arautos da independência, conferindo-lhes um cunho de verdade inquestionável para os são-tomenses. Dito isto, é certo que a prática política corroe a valia dos slogans da época subsequente à independência.

No pós-independência, os dirigentes do Estado, por entre demandas de sacrifícios, viveram da exigência de fidelidade aos seus propósitos como se essa atitude traduzisse o ser são-tomense. Assim, deixaram pouco espaço para particularismos de grupos⁽⁹⁴⁾ ou idiossincrasias individuais (com excepção da deferência para com alguns notáveis). Tal reflectiu-se na abordagem da dimensão cultural da vida colectiva.

O PLASMA CULTURAL

Pouco tempo volvido sobre a independência, quando se cria que as manifestações folclóricas, de grande receptividade popular, fixavam e reproduziam momentos cruciais da história do povo são-tomense, anunciou-se o propósito de valorizar e dinamizar essa cultura popular⁽⁹⁵⁾, desde logo pelo seu levantamento etnográfico. Porém, ao invés da proclamada valorização da cultura popular, os líderes independentistas viam a lidar mal com as manifestações culturais que terão pressentido como avessas à interiorização de uma moral de trabalho exigível para o avanço económico do país. Apesar dos apregoados intentos revolucionários, ou por causa deles, ao poder saído da independência viria a interessar a preservação da austera matriz moral herdada do colonialismo que, com eficácia razoável, funcionara como factor de contenção política e induzira ao empenho produtivo (com efeito, ao arrepio da vulgata anti-colonial, esse empenho não se devera apenas à coerção colonialista).

⁹⁴ Tomemos um exemplo: será por acaso que as tradições angolares, como, por exemplo, o quiná, ou outras passaram a ser celebradas com maior ênfase após a liberalização política dos anos 90?

⁹⁵ Por exemplo, em consonância com o “ritmo do avanço das forças produtivas”, cf. SANTO, Alda 1978:195.

Depois de 1975, dada a ênfase no progresso, consubstanciado no avanço das “forças produtivas”, laborou uma subliminar aversão ao que pudesse tolher esse progresso, no que veladamente se incluíam as “tradições”. Assim, na impossibilidade de as erradicar, elas deveriam ser confinadas a tempos e a espaços físicos e sociais mais periféricos⁽⁹⁶⁾. Possivelmente devido a esta intuída intenção por parte do poder – que viu os seus intentos facilitados pela ausência de uma capacidade científica bastante, tal uma herança colonial – revelou-se rala a tendência para relembrar e celebrar uma “renascença” africana⁽⁹⁷⁾, com a qual se pudessem relacionar essas “tradições” são-tomenses⁽⁹⁸⁾.

Agora, diferentemente do sucedido nos primeiros anos de independência, existe maior propensão para valorizar as “tradições” africanas e é maior predisposição dos estudiosos para a identificação com tais “tradições”⁽⁹⁹⁾. Depois da liberalização política, elas foram redescobertas, quer por aparentarem oferecer uma referência identitária segura contra a permissividade acrítica face ao exterior, quer pela intuição da sua valia num mercado de bens culturais, a que elas podiam concorrer, se não pela absoluta originalidade, ao menos enquanto ícones de uma cultura no mínimo exótica. Por outras palavras, hoje são abraçadas tanto pelo sentimento de impotência com que se encara o esvanecer (também da memória) de valores de outrora – incluindo os que regulavam as relações sociais na era colonial, valores cuja valia extravasava em muito a situação política que supostamente os gerava –, quanto pela sua valia no mercado dos artefactos simbólicos e dos particularismos culturais.

⁹⁶ Num certo sentido, as “tradições” foram sendo desprezadas. A dado passo, foram cerceadas por uma não declarada, mas nem por isso menos operante, censura moral, que as limitou e as proibiu mesmo em ocasiões festivas. Por exemplo, por alguns anos após 1981, as danças de rua deixaram de acompanhar a passagem do ano.

⁹⁷ Depois da liberalização política, continuou o mesmo alheamento, só aqui e além contrariado. Num certo sentido, trata-se de uma atitude pragmática resultante da percepção de que, afora o nicho privilegiado das artes plásticas ou da indústria musical, não advirão réditos palpáveis de empresas culturais, mormente no domínio do saber.

⁹⁸ Relembre-se, essas tradições também ficaram por estudar, por exemplo, a partir de uma perspectiva antropológica, não apenas pela falta de especialistas quanto pela possibilidade da investigação poder revelar relações esconças entre actores políticos e práticas tradicionais, tema de que se falava à boca pequena em círculos privados.

⁹⁹ Da parte de alguns intelectuais é evidente a procura de firmar a sua relação com o tecido político e social pela promoção das “tradições”.

No que se poderia interpretar como uma deriva da política, passou a adoptar-se em relação à cultura (de preferência popular) uma predisposição encomiástica e celebratória, elidindo tanto as desigualdades nela insertas como também as vigentes entre quem a invoca e quem alegadamente vive essa cultura (popular). Esta vem sendo erigida num domínio como que estanque e imutável, no fundo impermeável às vicissitudes históricas¹⁰⁰. Logicamente, infere-se, a cultura teria sido inexpugnável até para a ofensiva colonialista. Hoje, perante a perversão de um projecto de sociedade justa e desenvolvida, a cultura popular são-tomense perfila-se como um domínio onde uma regeneração política poderia buscar a inspiração precisa.

Ainda sem uma investigação aprofundada e sem uma reflexão sobre a génese e evolução da cultura popular, ensaiou-se a sua mitificação, umas vezes através da imputação de significados de tal modo profundos que nem sequer os seus actores e, menos ainda, os estudiosos estariam em condições de os apreender por inteiro. Outras vezes, para além da sua vertente lúdica, tais manifestações conteriam, sob forma codificada, uma lição da experiência histórica¹⁰¹.

Aliás, a dimensão política da cultura, mais precisamente de resistência ao colonialismo, é recorrentemente citada. Contudo, entre muitas outras, remanesce a questão concernente ao laço entre cultura e resistência anti-colonial: se um indivíduo ou um grupo se revêem e reproduzem uma dada prática cultural em que foram socializados, prática que não estão, por isso, em condições de interpelar quanto ao respectivo significado, como classificar tal prática de luta e, na circunstância, de luta anti-colonial? Tal deveria pressupor, no mínimo, uma proibição por parte das autoridades coloniais, o que nem sempre terá sucedido. Decisões especialmente gravosas desta ou daquela autoridade não caracterizam uma política, que, em especial nos derradeiros decénios, se terá pautado pelo alheamento face a aspectos do quotidiano que não colidiam com a

¹⁰⁰ O viés essencialista apenas não é mais notório por causa da fragilidade das opiniões e, talvez, da inconsequência dos projectos de inventariação das manifestações culturais são-tomenses.

¹⁰¹ Deste ponto de vista, o socopé, espécie de síntese entre a dança e a história, traduziria o sentimento gerado pela perda económica dos *filhos da terra*, grupo social que se vota a tal dança (cf. SOUSA 2001:200-201). À margem dos seus fundamento e valia, aqui se regista esta explicação como exemplo de uma interpretação do curso da história inscrita e transmitida numa manifestação cultural.

soberania e a administração. De resto, atitudes semelhantes por parte do poder deverão ter sido adoptadas após a independência, hipótese que, a ser verificada, poderia lembrar a ideia de antagonismos mais ou menos persistentes entre manifestações culturais populares e administrações estatais independentemente da índole política dos regimes.

Não é claro que as manifestações folclóricas tenham de ter raízes e significados historicamente profundos (ao invés, deveria equacionar-se a hipótese da similitude formal ao longo do tempo acobertar significados diversos em diferentes conjunturas) nem, tampouco, de consubstanciar uma revolta contida contra o colonialismo⁽¹⁰²⁾. Podem tão-somente ser a materialização de uma pulsão lúdica, uma qualidade, relembre-se, pouco apreciada pelo transformismo revolucionário. Talvez por isso, dirigentes políticos e estudiosos preferiram falar de resistências dissimuladas e atribuir de forma mais ou menos arbitrária um tal significado ou intuito às manifestações culturais populares.

Num balanço, aventaria que, mau grado a reiterada importância dos vectores culturais são-tomenses, estes parecem preteridos (e prejudicados) em razão da dificuldade em concretizar o respectivo estudo, seja, como pretendem os estudiosos, para afectar o seu conteúdo à reivindicação da singularidade da identidade são-tomense, seja em prol de objectivos de índole económica e social, a abordar em seguida.

FACTO CULTURAL, PREMISSA DO DESENVOLVIMENTO

Recentemente, o dado cultural foi considerado uma premissa do desenvolvimento⁽¹⁰³⁾.

Nesta senda, Armindo AGUIAR tentou a ultrapassagem do dilema cultura / desenvolvimento pela aproximação a perspectivas teóricas, hoje consensuais, que encaram tais pólos como indissociáveis⁽¹⁰⁴⁾ e mutuamente implicados. Ora, não basta repetir que os modelos de desenvolvimento têm de atender às circunstâncias particulares, não podendo,

¹⁰² A este propósito, coteje-se VALVERDE 2000:27 e ss.

¹⁰³ Por exemplo, BRAGANÇA 2000:3.

¹⁰⁴ AGUIAR, Armindo 2001:40-42.

por conseguinte, configurar uma receita universal. A questão também não consiste tanto em saber se os particularismos culturais são, ou não, compatíveis com a abertura ao mundo, mas em indagar que padrões de comportamento (com peso político) enformados por que valores culturais – possivelmente menos tradicionais e mais recentes do que o suposto, em todo o caso bem mais decisivos do que particularismos mais ou menos folclóricos – são escolhos ou alavancas do desenvolvimento. Todavia, os autores são-tomenses não discorrem sobre esta e outras facetas da imbricação entre desenvolvimento económico e desenvolvimento cultural. A propósito, somemos um reparo comumente ignorado, talvez por conta da ênfase na idiossincrasia local: mais relevante do que a sobrevivência das tradições culturais ou do que o desenvolvimento pensado a partir da adequação à idiossincrasia local, afigura-se a questão da equidade associada às transformações económicas, para a avaliação da qual existe menor inclinação por via, não apenas da conjuntura política, quanto também de um dado plasma cultural indutor do conformismo (afinal, bem mais relevante do que a valia simbólica desta ou daquela “tradição”). Na verdade, não obstante as transformações nos anos mais recentes, o plasma cultural permanece ainda um factor da fraca pressão social sobre o poder político.

Para além da exigência de um desenvolvimento com repercussões efectivas no plano humano e social, a aplicação da perspectiva que encara o dado cultural como premissa do desenvolvimento a itens concretos suscita inúmeros problemas. Enunciemos um: ao idealizar uma reforma da propriedade da terra, Armindo AGUIAR aponta a conveniência dela não se resumir a uma distribuição de direitos de posse que, atida apenas a considerações políticas, deixe incólumes “velhos hábitos e tradições”. No ver de AGUIAR, uma ruptura é decisiva “para garantir a modernização e assegurar o desenvolvimento”⁽¹⁰⁵⁾. Cumpre então inquirir como

¹⁰⁵ AGUIAR, Armindo 2001:47.

Noutro passo, ao perfilhar uma dada caracterização das sociedades rurais, o autor adota a distinção dos “comportamentos ligados à economia daqueles [outros comportamentos] que se ligam ao domínio sociocultural”, citando, como exemplo destes últimos, as “acções etnográficas e sócio-antropológicas que são encadeadas nas acções não económicas” (idem:52). Não se tratando de uma distinção para efeitos demonstrativos ou analíticos, ela parece denotar, não apenas a dificuldade em tornar profícua a mobilização da configuração cultural para efeitos do almejado desenvolvimento, como também o quão convencionais e estereotipadas são as asserções em torno da valia das culturas locais e particulares. Afi-

se destriçam os valores culturais a imbricar com o desenvolvimento daqueles “velhos hábitos e tradições”⁽¹⁰⁶⁾ que, imprestáveis ou mesmo contraproducentes, acabarão (mesmo?) arredados pelo curso do desenvolvimento. Tudo se resolverá, infere-se. A partir da análise do “comportamento da agricultura”, o autor descortina nesta actividade “força e poder capazes de determinar mudanças transformadoras de estruturas económicas e sociais, podendo até fazer emergir novos hábitos sociais e culturais que satisfaçam necessidades passíveis de alterar o quadro geral da economia”⁽¹⁰⁷⁾. Tal perspectiva integra, de forma arbitrária, eventuais transformações culturais num imaginado processo de mudança e de desenvolvimento, mas não resolve as questões anteriormente colocadas acerca da selecção do acervo cultural empenhado no processo de desenvolvimento equitativo e, se quisermos, baseado na valorização dos recursos humanos.

Ao contrário das suposições acerca da harmonia entre cultura popular e desenvolvimento, termos assaz prezados pelos intelectuais, esse binómio contém uma dimensão conflitual. Se não insuperável, essa conflituosidade é, pelo menos, difícil de resolver, sendo, ademais, silenciada para enfatizar a analogia dos índices culturais locais com os alheios. Deste modo se rebate, decerto a destempo e ociosamente, o espectro de um difuso ideário colonial e racista, mormente no respeitante ao atraso atávico dos são-tomenses. A ultrapassagem desse ideário constitui uma

nal de contas, estas comportam elementos de resistência à mudança e, não obstante, todos insistem em valorizá-las, ao menos no plano simbólico.

¹⁰⁶ Intui-se que os “velhos hábitos e tradições” são a aversão ao trabalho agrícola, supostamente um entrave às transformações económicas precisas para o arquipélago encarreirar no trilho do desenvolvimento. Esse óbice acaba por ser equacionado, não do ponto de vista das razões conjunturais passíveis de o explicar – porque tal implicaria questionar a responsabilidade dos políticos –, mas de uma perspectiva essencialista, que, absolvendo tacitamente as políticas e os mandantes, concede um espaço à manifestação dessa natureza irredutível dos são-tomenses. Ora, independentemente da consciência que disso haja, este discurso tem imensos pontos de contacto com a estereotipada caracterização colonialista dos são-tomenses.

A respeito da avaliação política das “tradições”, e não só, abastarda-se a noção de “tradição”: a dado passo, ela é como que associada à memória traumática da usurpação da terra na era colonial e nem sequer as alegações dos actuais pequenos proprietários acerca da escassa lucratividade da pequena agricultura (AGUIAR, Armino 2001:80) ajudam a relativizar o peso conferido aos traumas ligados à usurpação de terras na era colonial, porventura menos extensa e gravosa económica e socialmente do que o pretendem os autores são-tomenses.

¹⁰⁷ AGUIAR, Armino 2001:55.

espécie de catarse libertadora e supostamente ajuda a construir uma plataforma de confiança para desafios futuros.

Como se referiu, esse antagonismo entre metas económicas e cultura popular – pensamos, agora, nos padrões de percepção e de uso do tempo – é indiciado pelo falhanço económico nos anos subsequentes à independência e pela crescente, ainda que refreada, animosidade do poder para com as manifestações lúdicas da terra. Essa animosidade brotava de uma perspectiva eurocêntrica que pressupunha uma entrega ao trabalho de acordo com ritmos industriais necessários à criação de riqueza⁽¹⁰⁸⁾. Na verdade, ao invés do esperado em face da inicialmente ampla adesão aos propósitos do MLSTP, sucedeu que, também por causa da corrosão dos mecanismos de controlo social do tempo colonial, a população desaprendeu a disciplina laboral que sustentara as roças⁽¹⁰⁹⁾. Actualmente, voltar a arraigar uma disciplina laboral numa população que não vê finalidade alguma para a sua entrega ao trabalho parece, pelo menos para já, algo de ilusório.

A perspectiva transformista de Armindo AGUIAR, a que voltaremos, constitui como que uma excepção. Os restantes estudiosos enveredam pela valorização (para já, retórica) das manifestações da cultura popular⁽¹¹⁰⁾, elidindo o que de conflitual ela comporta – por exemplo, a citada

¹⁰⁸ É de notar que o poder do pós independência pretendia o desenvolvimento mas receava a dissolução moral e a pouca propensão para o trabalho advindas da adopção de gostos e costumes modernos, uma posição passível de ser filiada nas reservas dos colonialistas à imitação dos seus hábitos pelos africanos, os quais, uma vez travestidos de europeus, alegadamente se perdiam para o trabalho.

Acrescente-se também que o governo independentista rejeitava igualmente o espírito mundano e cosmopolita por temer o confronto da sua ideologia com outros ideários e valores.

¹⁰⁹ Tal também sucedeu devido à corrosão moral directamente ligada à perda de autoridade moral e política dos dirigentes a diferentes níveis.

¹¹⁰ Numa óptica mais voluntarista, SOUSA defende como que a revitalização de condutas que recensou como tradicionais e parte integrante da cultura popular, cf. 1986.

Esta posição entrevê-se em alvíres de outros estudiosos. Pautada por um forte cunho político, essa revitalização seria uma espécie de retorno a um caminho sem mácula que ajudaria a evitar as perversões resultantes da aceitação daquilo que, sendo alienígena, colide com a natureza são-tomense.

A dificuldade destas asserções respeita, desde logo, ao facto delas poderem brotar de modismos. Admitamos que não é o caso.

Todavia, embora em S. Tomé e Príncipe se clame por essa espécie de retorno a valores e práticas “tradicionais”, dificilmente se sustentará tratar-se de um desiderato exequível. Evidentemente, poder-se-á alegar que as possibilidades tecnológicas e de circulação de informação poderão servir para fazer reviver as supostas “tradições”. Sem dúvida, mas podem levantar-se duas questões: esse revivalismo não representará sobretudo uma escolha estética para consumo externo, mais do que uma opção ética pertinente para o refazer das relações sociais? Quem escolheria os valores e as práticas tradicionais mobili-

noção de uso do tempo avessa ao trabalho para fins alheios aos que os sujeitos concebem como os reguladores da sua vida – face às metas de crescimento económico e de produção de riqueza. Ainda mais difícil parece ser encontrar algo na cultura popular que sustente a necessidade do desenvolvimento que, a espaços, os intelectuais inevitavelmente reclamam.

CULTURA, FORMA DE RESISTÊNCIA

Então, à cultura resta o que de emblemático ela tem ou se lhe atribui, a saber, a qualidade de repositório inspirador da atitude resistente ao colonialismo⁽¹¹¹⁾. Tal é o caminho da politização da cultura.

Na esteira da luta, também idealizada, contra o colonialismo, subsiste uma linha de pensamento, segundo a qual a história cultural – para o caso de S. Tomé e Príncipe, definida de forma implícita e por exclusão de partes como a história em que os portugueses não foram capazes de interferir, nem, tão pouco, de escrever – se quer também uma história de resistência.

Como vimos, a afirmação cultural de são-tomenses na primeira metade de Novecentos, à época numa perspectiva universal e cosmopolita, foi esquecida quando da independência. Sem embargo desse esquecimento, desde 1975 a cultura local foi citada como forma de resistência⁽¹¹²⁾, com o que, obviamente, se omite o aparente alinhamento das manifestações culturais e dos respectivos agentes com os desígnios do colonialismo nos seus derradeiros anos e, mais, o facto da resistência de recorte vincadamente nacionalista ter tido curso em famílias cujos membros falavam correntemente o português e se enquadravam na moldura cultural do assimilado.

záveis para firmar um relacionamento social virado para o futuro como parece ser o desejo prevaiente no arquipélago? Ou, em suma, qual o sentido – político e outro – da selecção arbitrária de práticas a revitalizar, o mais das vezes já em descompasso com a evolução social?

Por fim, diga-se que, sendo verdade que já existem descrições de “costumes”, também o é que os esforços para os interpretar ainda estão no início.

¹¹¹ Aqui ecoam teses relativas à dimensão cultural como fonte de resistência de África e dos africanos a toda a sorte de atropelos a que, ao longo de séculos, foram sujeitos; entre muitos autores, consulte-se, por exemplo, MUNANGA 1997:300.

¹¹² Como hipótese, dir-se-á que se passou a glosar a equação segundo a qual a luta de libertação era um “processo cultural”, tal qual referiu, por exemplo, SANTO, Alda 1978:190.

Seja como for, uma variante da tese que apresenta a cultura como resistência versa as condutas populares politicamente menos articuladas. Concretamente, sublinha-se a rejeição das roças como um comportamento obstinado, com o que se o transforma numa faceta cultural são-tomense. Essa resistência, constituinte de uma “lógica do homem santomense”, teria também construído a nação⁽¹¹³⁾. Na realidade, será seguro dizer que, socialmente difundida, essa rejeição propiciou a interiorização da superioridade relativamente aos *filhos das roças*, firmando, por isso, os laços entre os nativos, designadamente entre os economicamente mais favorecidos ou, caso se queira, menos deserdados pelo colonialismo.

Diga-se que, afora a necessidade de discussão da natureza anti-colonial da resistência popular à incorporação nas roças – na verdade, por um lado, favorecida pelos roceiros, por outro, parcialmente esvanecida nos derradeiros anos do colonialismo –, as construções a posteriori sobre as relações entre cultura e resistência política carecem de escrutínio. Senão, vejamos: em 1979, é possível que, vistos os contornos do poder a que contrapunha a degradação da sua condição económica, a população nativa tenha equiparado a sua situação no pós-independência à sujeição do *contrato* nas roças. Tal terá sucedido aquando do recenseamento, contra o qual se rebelou de forma mais ou menos espontânea, visando, evidentemente, menos o recenseamento do que o poder. Na verdade, a população questionava uma política gravosa, embora, para os dirigentes apenas viessem a estar em causa medidas administrativas mal entendidas. O uso do termo *contrato* e a memória do aviltamento a ele associado terá servido para, da banda do poder, se alegar uma má compreensão dos objectivos do recenseamento. Ora, que a alegada resistência ao *contrato* nas roças na era colonial, supostamente transformada numa componente cultural dos ilhéus, serviu para explicar(!) a resistência popular ao recenseamento após a independência, isso afigura-se indubitável. Porém, atento justamente o exercício de justificação do poder em 1979, é necessário ter presente que a retro projecção destes dados para a explicação da génese da nação a partir da disseminação

¹¹³ AGUIAR, Armindo 2001:140.

social dessa arraigada rejeição das roças constitui um passo que, embora ideologicamente atractivo, necessita de melhor comprovação.

Aspecto talvez não sopesado, a ideia da construção da nação a partir da resistência à agricultura dos roceiros implica aceitar, em primeiro lugar, que a construção da nação seria muito mais recente do que é comumente pressuposto, implicação que, conquanto plausível, decerto se afigurará menos atraente do que a perspectiva da sua criação por heróis míticos localizados num passado mais longínquo⁽¹¹⁴⁾. Em segundo lugar, a construção da nação seria igualmente devedora da conveniência dos roceiros na utilização de mão-de-obra migrante.

A PROCURA DE UMA IDENTIDADE AFRICANA

Após a independência, a acompanhar a falta de investimento na inventariação e análise da cultura local, não pareceu pertinente falar-se de “africanização dos espíritos”, como, por exemplo, ocorreu em Cabo Verde⁽¹¹⁵⁾. Ao invés, porventura até pela ausência de uma teorização cul-

¹¹⁴Vale a pena dizer que, no caso do arquipélago, a construção de um passado mais ou menos mítico – ancorado, por exemplo, numa sociedade pré-colonial – e inspirador da construção de valores civilizacionais singulares se afigura difícil. Alguns estudos apontam, não para um mundo de virtudes e de harmonia social próprias de sociedades africanas mais ou menos idealizadas, mas para comportamentos que, supostamente em resultado da miscigenação de marginais de várias sociedades ou do desregramento moral num meio pautado pela corrupção e dissolução de costumes, evidenciam a mais desbragada desregulação social, cf., por exemplo, NEVES 1989; veja-se igualmente a adopção desta ideia por SANTIAGO 1995.

Ora, tais estudos vêm a sugerir uma remanescente dificuldade, se não mesmo a impossibilidade, de alterar comportamentos num sentido consentâneo com as aspirações modernas de justiça e de bem-estar. Além disso, são compreensíveis as hesitações relativamente à africanização de que se conhecem apenas algumas manifestações particulares, as quais são como que irrelevantes para o progresso e para a modernidade por que se aspira ou para uma mais adequada e eficaz regulação social nas ilhas, uma ideia talvez perflhada, ou implicitamente consentida, por parte dos são-tomenses.

No tocante a heróis míticos e ao seu legado, por entre vectores erráticos e contraditórios, tem sido difícil ir mais longe do que cultuar a acção insurreccional de figuras das quais se sabe muito pouco. De resto, não obstante as celebrações, essas figuras de pouco servem enquanto modelos para enfrentar os desafios do presente.

Evidentemente, não há que partilhar destas reticências mas, até pela sua inegável difusão no meio social local, elas deveriam ser aturadamente pensadas.

¹¹⁵Cf. LOPES 2003:48.

Também neste particular se assiste a um percurso divergente de Cabo Verde onde, presentemente, se observa uma teorização do compósito de heranças culturais, africana e europeia, uma e outra em constante reelaboração e, dir-se-ia, em digladição e ajustamento recíproco.

tural que acompanhasse o projecto político independentista, deixou-se correr a ideia de cadinho¹¹⁶, à qual subjazeria um velado orgulho numa europeização que, uma vez amputada da espoliação colonial e da presença dos europeus, foi mais ou menos assumida após a independência, quando ainda pareciam credíveis as promessas de prosperidade. O *homem novo* em projecto dizia sobretudo respeito ao posicionamento político e ideológico e não contradizia necessariamente a europeização.

A europeização podia parecer indesmentível à época da independência. Porém, sabemos-lo hoje, tal de nada valia quanto ao seu futuro. Suspeito que este dado terá surpreendido os próprios são-tomenses. Ao falhanço dos projectos de socialismo e à proliferação dos esquemas de sobrevivência, que vieram alterar substancialmente a regulação das relações sociais, sobreveio um investimento na africanização, sugerindo-se, agora, o resgate de uma matriz cultural supostamente autêntica. A reboque da africanização do quotidiano, os intelectuais vêm reclamar uma espécie de “africanização dos espíritos” como uma valia para a sociedade são-tomense, sem embargo de, como dissemos, o país se ter aproximado politicamente, e não só, dos países ocidentais¹¹⁷. Na verdade, com tais propostas os intelectuais denunciam senão a sua posição marginal na determinação da rota do arquipélago. Veja-se, por exemplo, a pugna pelas línguas nacionais: apesar de falante desses idiomas, agora a elite prefere o inglês. Afinal, por conta de um devir impensável e inimaginá-

¹¹⁶ Depois da independência, com a criação do *homem novo* – com o que se aplainavam desigualdades futuras –, não se insistiu senão o bastante nas desigualdades passadas, isto é, elas foram remetidas para o factor racial, entrementes abolido. Nesse contexto, mais do que ancorada em propósitos políticos ou ideológicos mais ou menos subtilezas, a subsistência da ideia de cadinho prendia-se com a perspectiva eurocêntrica induzida pela ideologia de matriz marxista – à luz da qual se esperava fazer de S. Tomé e Príncipe um país exemplar – que, ao tempo, não enfeitava a componente europeia da cultura são-tomense, para mais se sentenciada por um filho da terra ilustre como Francisco Tenreiro.

A ideia do cadinho, empiricamente escorada na sucessão de fluxos imigratórios, prevaleceu enquanto não se formularam novas interpretações dos fundamentos da sociedade e da identidade são-tomenses, temas que, com o crescendo das dificuldades económicas, se tornariam recorrentes.

Com efeito, o recuo das expectativas económicas e das condições de vida para níveis inimagináveis em 1975 teve várias consequências. No plano ideológico, realçou-se a matriz africana em detrimento da miscigenação, bem como a autenticidade em detrimento da pretextada inadequação dos modelos estrangeiros, como se nestes residissem, por exemplo, as culpas do fracasso dos projectos de desenvolvimento económico.

¹¹⁷ Esta aproximação política aos países ocidentais substituiu a identificação com os países socialistas e, sobretudo, com Angola após 1975. Hoje, o arquipélago parece enveredar pela maior intensidade de relacionamento com os países vizinhos, mormente com a Nigéria.

vel à data da independência, a africanização, que não resulta apenas de uma escolha, é bem mais evidente nas camadas populares do que entre os intelectuais e os políticos. Num certo sentido, sempre o foi. O que não teve sempre foi tanto de atractivo para os estudiosos.

Evidentemente, são inegáveis as inúmeras faces de contacto com o continente, como estudos antropológicos decerto o demonstrarão. Todavia, dessas homologias e continuidades, talvez as política e socialmente menos decisivas sejam as que foram vertidas em forma de folclore e de tradições. Não obstante a sua valia política limitada, são tomadas como indicadores de uma identidade africana.

Esta temática da africanização tem relevância na medida em que certos comentários, a que subjazem avaliações éticas e políticas do devir do arquipélago, aludem à cultura e remetem para a ideia de uma regeneração da política por via da busca de uma cultura matricial e autêntica ou, noutras palavras, africana. Ora, sucede que muitos dos considerandos em torno da autenticidade da cultura e dos comportamentos, assim como acerca da maior ou menor adequação dos modelos de regulação política e social a uma idiossincrasia supostamente africana¹¹⁸, resultam, ao menos em parte, da dificuldade de pensar o campo político e, mais, de actuar na estrita observância das regras jurídicas e institucionais.

Como se aventou, foi a erosão das metas económicas e sociais prometidas com a independência que lembrou a questão da identidade como a chave para a interpretação dos comportamentos que estiveram na base do falhanço passado e, receiam alguns, futuro. Com efeito, após a falência do projecto político do *homem novo*, sobreveio a interrogação: “O que é ser são-tomense?” Não obstante a dificuldade em a operacionalizar, ou, afinal, por causa disso mesmo, esta interrogação sobre a identidade são-tomense, conhece sucessivas réplicas. De tempos a tempos, ela é

¹¹⁸ Na verdade, adopta-se uma dicotomia entre o que se imagina ser uma alma africana – quiçá manifesta em processos cognitivos, em intuições, em sentimentos e em formas específicas de os expressar – e os procedimentos institucionais e de regulação política de inspiração europeia. No desajustamento destes relativamente àquela, supostamente irremovível, residiria a causa dos problemas, assim explicáveis como resultado da importação acrítica de modelos externos para governo próprio.

A este respeito, note-se que a coexistência do português e do crioulo em planos diferenciados poderia comprovar o alegado desajustamento entre um sentir local e um pensar estranho, não fosse a circunstância da intersecção das línguas ser porventura mais poderosa do que a sua disjunção ou oposição, a que acresce o facto de nem todos os são-tomenses falarem a língua nacional.

lembrada mas permanece por aprofundar, talvez até pela relação, que se adivinha difícil, com a evolução futura em tempos tão decisivos quanto os da exploração do petróleo.

Para alguns intelectuais, essa imaginada identidade, de que uma das facetas seria necessariamente um dado compromisso político e ético com as ilhas e os “nacionais”, constituiu-se como uma espécie de crivo da autenticidade são-tomense, um valor insusceptível de definição mas muito prezado pelos que, ainda e sempre clamando por ele, assistem ao esboroar de comportamentos e valores em que, numa posição de alguma forma privilegiada, foram educados. Durante anos, esta visão moralista, convergente com o velado mas operante ascetismo moral do regime de partido único, serviu de justificação subliminar para as limitações à liberdade individual. Isso durou enquanto a exaltação nacionalista, a adesão aos fins políticos independentistas e, por fim, a interiorização da repressão suportaram a abdicação da liberdade individual. Porém, o beco económico a que o regime monopartidário conduziu o país viria a lembrar a valia do individualismo e da liberdade contra a desilusão de uma mal-entendida, porque também forçada, ideia de comunidade são-tomense⁽¹¹⁹⁾. Evidentemente, não se negará o vínculo simbólico de cada indivíduo com a comunidade e com a respectiva cultura⁽¹²⁰⁾, mas ele tem vindo, como não podia deixar de suceder, a ser refeito.

Ao invés de um esforço pertinaz e consequente para interpretar estas mudanças, os estudiosos permanecem agarrados a uma reclamação de autenticidade são-tomense. Há anos, segundo visões mais puristas, embora não menos instrumentais, uma definição estritamente jurídica – por, exemplo, a de ser são-tomense quem possuísse um passaporte (o que, diga-se, acontecia com alguns ex-colonos) – parecia apoucar a transcendência de uma maneira de ser justificativa da independência de um povo. Hoje, nem valerá a pena mencionar a posse de passaportes por parte de indivíduos sem relação aparente com o arquipélago.

¹¹⁹ Para uma discussão das possibilidades de concretização dos conceitos de liberdade e de igualdade no seio da nação, tendo em vista o debate entre os ideários liberais e os que acentuam os vínculos societários, veja-se CHATTERJEE 2004:104-105.

¹²⁰ Esta será a interpretação mais conforme à perspectiva dos que sublinham a solidariedade e a valia dos vínculos societários de outrora. Mas não é líquido que a interpretação exposta caracterize correctamente uma evolução aparentemente pautada por um crescente grau de entropia política e social.

No actual panorama de dificuldades, outras incursões analíticas resultaram na repescagem de argumentos de antanho. Em sucessivas formulações ao longo destes anos, tem-se considerado que a maneira de ser e de estar dos são-tomenses é produto da confluência de vários povos⁽¹²¹⁾ ou de uma filogénese marcada pela artificialidade e por atropelos desde os primórdios⁽¹²²⁾, argumento no qual, como salientámos, ressoam apreciações de visitantes ocasionais ou de agentes colonialistas que, em termos simplistas e condicionados pelas ideias coloniais acerca do dever social do trabalho e deste como meio de civilizar, relacionavam miscigenação e natureza compósita da população com o seu carácter menos fiável. Ou seja, a composição híbrida e heteróclita da população seria a causa da baixeza moral. Frise-se, é curioso que alguns autores são-tomenses tenham, a propósito da prestação produtiva e do respectivo impacto no desenvolvimento do país, formulado os problemas em termos que lembram as alusões colonialistas à degeneração do carácter resultante da natureza híbrida da população.

É igualmente significativo o afloramento, aqui e além da ideia de um inamovível fundo comportamental dos são-tomenses. Essa perspectiva, no fundo denotadora de algum desalento relativamente ao devir do país, pesa de tal forma que leva à elisão dos problemas de carácter teórico subjacente a outras formulações dos próprios autores. Por exemplo, MENEZES parece alheio à mudança comportamental que deveria ter acompanhado as diferentes configurações sociais de que o colonialismo se foi revestindo. Na verdade, apesar de perfilhar a ideia errónea do colonialismo como um todo, ele assevera também que a estruturação da actual sociedade são-tomense é muito recente, não tendo mais de século e meio⁽¹²³⁾. Ora, no mínimo, não deveria isso fazer pensar quanto ao acerto da ideia de uma multissecular maneira de ser do são-tomense? Ou, afinal, será tal ideia menos tributária da importância concedida ao colonialismo na modelação dos comportamentos do que de um cepticismo de fundo face à deriva do arquipélago?

¹²¹ Por exemplo, AGUIAR 1989a:443 e CRAVIDE 1989:434.

¹²² MENEZES 2002:35.

¹²³ Cf. MENEZES 2002:38

Seja como for, a partir de uma vaga mas difundida crença no peso da história, considera-se que vários acontecimentos influenciaram a trajetória (política e) cultural do arquipélago e que eles ajudam à interpretação dos comportamentos. Em tese, será assim. Todavia, esta perspectiva, para além de poder induzir a uma abusiva e redutora recondução de homens e de comportamentos de diferentes épocas à condição de são-tomenses, não tem em consideração as rupturas históricas, a precariedade das sucessivas fés e dogmas dos homens e, ainda, as consequentes mutações nos contornos das condutas em diferentes épocas.

04. A FRAGMENTAÇÃO DOS NOVOS SABERES

O CURSO DA POLÍTICA, A MUDANÇA

Parte dos considerandos em torno da matriz identitária, a um tempo subentendida como algo de substantivo e de transcendental, reflectem a perplexidade perante uma evolução que, mau grado a exiguidade do território e a intensa interacção pessoal, aparenta escapar por completo à determinação dos são-tomenses. Este dado é particularmente sentido por aqueles que pretendem ter uma (qualificada) voz normativa a respeito da identidade são-tomense.

Ensaando uma reflexão sobre o campo político, alguns remetem essa perda de capacidade de determinação sobre a evolução recente para as transformações subsequentes à liberalização política, que pretendem caracterizadas pela cedência a condicionantes externos em detrimento da decisão nacional. A análise da política interna – concretamente, do desempenho dos vários actores políticos – é substituída por alusões à dependência em termos que acabam por centrar a análise na equação do peso relativo dos factores internos e externos na evolução do país.

Sobre a *mudança*, nos anos 90 publicaram-se dois textos, o de Amaro COUTO e o de Rafael BRANCO e Afonso VARELA. A propósito do trabalho destes últimos, diga-se que parte da produção sobre o processo político após 1975 se arrisca a ser também a justificação de vidas políticas dos autores. Mais recentemente, surgiram duas dissertações sobre o pós-independência, ambas de ex-titulares de cargos políticos, conquanto com graus diferentes de responsabilidade, a saber, Manuel Vaz FERNANDES e Arlindo CARVALHO.

Sem surpresa, no debate sobre a transição para o multipartidarismo, a escolha dos factores da mudança surge claramente alinhada com a fi-

liação partidária. Os autores afectos ao MLSTP salientam a dinâmica política interna, em particular no interior do próprio partido⁽¹²⁴⁾, avocando a paternidade da evolução democrática. A este propósito, diga-se que se poderá considerar a hipótese da cúpula do MLSTP ter pactuado com os renovadores tendo em vista conter a propensão para as mudanças políticas, tentando circunscrevê-las e conduzi-las de forma a preservar o poder. Nesta óptica, aceitar-se-ia uma dinâmica local atinente à mudança política. Mas, para se ser consequente, forçosamente se tem de ponderar a hipótese das mudanças terem ido muito para além daquilo que Pinto da Costa e ambas as facções do MLSTP, não apenas a conservadora quanto também a renovadora, teriam inicialmente idealizado como um possível ajustamento politicamente controlável.

Os que valorizam os factores internos e, em concreto, a caminhada de renovação no seio do MLSTP salientam a inexistência de manifestações de rua contra o regime. Ora, a propósito deste dado factualmente verdadeiro, tornado argumento, cumpre referir que a abordagem da *mudança* há-de incluir, como bem mais importante do que a clarividência e o ímpeto democrático dos “reformadores”, a percepção, calada mas iniludível, de um fosso, cada vez maior, da população relativamente ao Estado e, na circunstância, aos políticos durante o regime monopartidário. Indubitavelmente, na falta de organização, as possibilidades de acção política de vários sectores da sociedade em prol das mudanças pareciam praticamente impossíveis ou de nulo efeito⁽¹²⁵⁾. Em todo o caso, o voltar as costas aos propósitos dos governantes, o desafio à sua autoridade e a replicação das práticas de assalto ao Estado a todos os níveis, em particular por pessoas de mais baixo estrato social, também equivaliam a uma posição política, certamente desarticulada e sem objectivos políticos como tal expressos mas, em qualquer dos casos, pesada para os governantes. Neste sentido, a mudança foi também fruto das condições internas.

¹²⁴ BRANCO e VARELA 1998.

¹²⁵ Assim se entende a perspectiva dos que valorizam o papel dos renovadores. Mas não só. Tal também reforça o argumento dos que, embora consentindo na falta de pressões populares, apontam a falência económica (por exemplo, SEIBERT 1999:2 e 152) e as inevitáveis pressões externas para a mudança política, uma perspectiva menos benquista para os afectiva e politicamente comprometidos com o MLSTP e o regime de partido único.

Para alguns opositoristas do regime de partido único, a mudança foi resultado de pressões externas e da conjuntura internacional. Para outros, ela foi igualmente impulsionada pelos intelectuais ou quadros superiores residentes no arquipélago e por elementos das comunidades migrantes em Portugal e Angola⁽¹²⁶⁾. Com a menção ao peso dos condicionalismos externos, os opositoristas como que mantêm uma acusação moral imprescritível sobre os que, além de não terem abandonado o MLSTP, não se demarcaram do cortejo de medidas atrabiliárias durante o regime de partido único, supostamente menos toleráveis à medida que o tempo passava. Por fim, negam ao MLSTP qualquer papel na correcção das políticas dos primeiros anos do pós-independência.

Para além das justificações e acusações subjacentes a argumentos que não escapam à lógica da retórica política, sobrevém a impressão de um persistente vazio de análise política⁽¹²⁷⁾, de alguma forma congruente com a dificuldade de integração da conflituosidade política democrática⁽¹²⁸⁾ no dia-a-dia (em termos que não os panfletários, correntes na imprensa local). Em parte, aquele vazio analítico será atribuível à já aludida incomodidade de mencionar e analisar práticas políticas de pessoas inevitavelmente próximas. Esse escolha começou a ser assinalado. Mas, os escolhos não se localizam apenas na previsível fulanização de qualquer diagnóstico. Evidenciam-se, igualmente, na abordagem das questões que têm a ver com o funcionamento do sistema político.

¹²⁶ Por exemplo, AMADO 2004:16.

¹²⁷ A excepção será a obra de CARVALHO 2001.

¹²⁸ Ao invés, não faltam idealizações tendentes à utopia. Por exemplo, Inocência MATA refere como uma espécie de modelo inspirador do necessário diálogo político e social “a filosofia tradicional de debate como modo de vida, de operar e realizar a solidariedade, como forma de resolução de conflitos e demandas, forma harmoniosa e consensual nos luchans e quintés...” (2004:26). Sem negar a valia de eventuais mecanismos de regulação social nesses pequenos lugares – nem de propósito, chamados comunidades, com o que também se quis criar uma dada realidade social –, eles dificilmente servirão de modelo para o diálogo político. A vertigem da política do dia-a-dia no arquipélago está deveras afastada desses pequenos mundos rurais, ademais em vias de desaparecimento nos termos descritos por Inocência MATA.

A REIVINDICAÇÃO DA AFRICANIZAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

Anos a fio, temas como, por exemplo, os moldes da representação política das populações ou a legitimidade política da liderança do país não foram sequer afluídos. Após a liberalização e o esfumar das promessas da *mudança*, continuam por inquirir seriamente as práticas políticas. Disto não se conclua pela ausência de críticas, aliás, algumas delas bem notórias pela sua contundência.

Entrementes, alguns autores, constatando a posteriori o improficuo mimetismo do modelo ocidental – com isso imputando responsabilidades a um modelo institucional em abstracto quando deveriam começar por as assacar aos actores políticos⁽¹²⁹⁾ –, dão um passo em frente, no sentido de, em consonância com a africanização do quotidiano, reivindicarem, em termos imprecisos, a africanização do sistema político. Talvez não casualmente, a despeito da citada necessidade da construção política ter em conta os factores africanos⁽¹³⁰⁾ – e não será irrelevante o facto de se falar de África em vez de S. Tomé e Príncipe –, não se formula nenhuma metodologia concreta para lograr tal africanização⁽¹³¹⁾, cujos resultados poderiam ser inesperados para os que advogam a adequação (ou africanização) do modelo político e institucional.

Mais, não é certo que se consigam forjar os mecanismos institucionais ajustados a um carácter presumidamente são-tomense ou nacional – não conterà o termo “nacional” já uma antecipada complacência para

¹²⁹ Um exemplo de crítica aos actores políticos, considerados em abstracto, aparece nos textos de MATA. Ela sustenta que não há democracia sem democratas, “espécie em muita falta naquele país” (cf. 2004:60). Trata-se, ainda assim, de uma consideração impessoal.

¹³⁰ Por exemplo, FERNANDES defende que os sistemas políticos não têm em conta os factores importantes em África, cf. s.d.:3.

¹³¹ Para Amaro COUTO, o povo são-tomense é um povo de fusão de sangues e de culturas, circunstância que não pode deixar de se repercutir na cultura política popular, decerto ainda condicionada por outros factores como o posicionamento geográfico e a pequenez territorial e demográfica do país. Para ele, a associação destes factores facilita a criação de uma democracia política específica, integrando valores de participação pluralista europeia com os valores consensuais gerados pelo modo de organização político-social africano, cf. COUTO 1997:123.

Interessaria saber se a ideia de atender a factores africanos assim vagamente mencionados não abre caminho a uma tentativa de caminhar para democracias amputadas. Por outras palavras, se é clara a opção pela democracia ou se uma qualquer invocação de teor relativista, reportada a uma tradição invocada arbitrariamente, não justificará a posteriori a subversão da democracia?

as opacidades e distorções das regras democráticas? –, da mesma forma que não se erradicará um suposto (ou real) sentimento de incomodidade enquanto os são-tomenses (nalguma medida, também convenientemente) alegarem estar cingidos a observar padrões institucionais importados. Seja como for, não é líquido que se evitassem os problemas – graves – resultantes do exercício de poder pela mera adopção, se ela fosse possível, de outra arquitectura institucional, supostamente mais africana, de regulação da vida colectiva.

Em S. Tomé e Príncipe, os alvitreiros sobre o desajustado mimetismo de modelos alheios até parecem encontrar fundamento no facto da constituição ter sido encomendada a um constitucionalista português, sem embargo de ter sido depois retocada à medida de desígnios de actores políticos locais⁽¹³²⁾. Ora, não é nem pelo mimetismo inapropriado nem por a constituição ter sido redigida por um português (ou de outra nacionalidade que fosse, é irrelevante) que a questão da africanização do sistema adquire particular pertinência. Um tal alvitre não tem cabimento porquanto, mesmo quando se atenda ao facto de no arquipélago subsistirem ou predominarem vertentes culturais africanas, é forçoso reconhecer a existência do contexto cultural necessário para a clara percepção das regras de jogo político da democracia representativa ou de recorte ocidental. De resto, o curso do arquipélago não corrobora a tese da supostamente necessária africanização⁽¹³³⁾ do sistema político. Na realidade, conquanto assaz limitados, até já os mecanismos políticos e institucionais da era colonial forneciam uma indicação acerca da fronteira entre regras e arbítrio. Acrescente-se, ainda, que os arrazoados acerca da inadequação

¹³² A emenda no sentido de acentuar os poderes presidenciais foi feita em S. Tomé e ela, mais do que a aventada incompatibilidade do modelo constitucional com uma suposta matriz cultural africana, tem sido a alavanca de conflitos institucionais. Comumente, este ponto passa em claro ou é menos realçado.

Mas, perante o estendal de conflitos institucionais entre órgãos do Estado, pode-se legitimamente supor que qualquer figurino constitucional inevitavelmente albergaria pontos de apoio para esses conflitos que, evidentemente, não se cingem às razões institucionais ou do Estado.

¹³³ A propósito, realcemos o facto de nunca se ter formulado um esboço de uma arquitectura política africana convergente com uma alma democrática dos são-tomenses. A concretização desse projecto político permitiria ajuizar da protestada especificidade das raízes populares da democracia.

Até lá, o diagnóstico relativo ao desajustamento do modelo político, podendo conter uma valia interpretativa, comporta, igualmente, algo de argumento ideológico, para não dizer de devaneio, tendo até em conta a posição do arquipélago no mundo actual.

da democracia enquanto modelo político importado também se afiguram em parte descabidos por não se terem tecido considerando equivalentes a respeito do socialismo de inspiração soviética⁽¹³⁴⁾, cujas metas e processos de transformismo social e pessoal eram, sem dúvida, mais estranhos à população do que o são as regras da democracia representativa⁽¹³⁵⁾.

De alguma forma, as alusões à importação de modelos estrangeiros – elas mesmas a carecer de serem perspectivadas historicamente –, podem também traduzir o desencanto e a nostalgia de uma geração face às mudanças sociais e, em particular, à diferenciação social entrementes crescente. Na realidade, essas mudanças afastam o arquipélago dos padrões de sociabilidade de há décadas. No regime monopartidário, por força das circunstâncias da vida ou da idade dos dirigentes, ao tempo não tão

¹³⁴ O socialismo – na circunstância, intrinsecamente ligado à descolonização – constituiu uma crença ou ideal. E, talvez por isso, parece que a memória ou um dado apego afectivo impede a análise crítica do que, embora episodicamente, os são-tomenses tomaram (contra a sua “tradição”!) como um património seu.

¹³⁵ Subsiste uma dualidade de apreciação dos modelos importados, atribuível quer às circunstâncias políticas, quer ao empenho de intelectuais apostados em que a sua análise científica reflecta – ainda – uma consciência fiel ao desagravo são-tomense face ao passado colonial. Por exemplo, enquanto a adopção passada dos modelos de inspiração soviética continua imune a reparos – não se questionando, por exemplo, a violência atinente a impor mudanças comportamentais –, já a adopção, por exemplo, do PAE é amiúde encarada como uma tentativa forçada de introdução das teorias modernizadoras do ocidente, na circunstância sem a ponderação das necessárias adequações em razão de estudos sociológicos prévios (CEITA 2001a:14). Repito, as reticências face à vertente “modernizadora” provêm mais de remanescentes apriorismos ideológicos e da orientação política inspirada pela oposição a tudo quanto pareça lembrar o colonialismo (o que, afinal, deveria sugerir a necessidade de estudos aprofundados dessa época política) do que de uma reflexão aprofundada sobre a corrosão social porventura resultante da adopção acéfala da modernidade ocidental.

No concernente à performance económica, BARBOSA defende que a aplicação do “modelo liberal” não respondeu às expectativas (2001:24), o que parece mais emanar de uma desconfiança de princípio relativa à aplicação desse modelo económico ditado pelo viés neo-clássico e liberal das instituições financeiras internacionais, do que resultar da análise do seu fundamento teórico e da observação dos erros cometidos na sua implementação alhures.

Ainda a respeito das interferências ideológicas na análise da evolução recente, concretamente sobre a inflexão devida à implementação do PAE, é interessante que um historiador são-tomense comece a sua dissertação com duas notas, a primeira, a de que nos primeiros quinze anos não se logrou a estabilidade económica e, segunda, a de que com o PAE se iniciou “uma caminhada de conflitualidades económicas e sociais, caracterizado por dificuldades financeiras, desemprego, diminuição do poder de compra, deficiente cobertura escolar, fraca assistência médica, enfim, uma acentuada regressão da qualidade de vida” (AGUIAR, Armindo 2001:1). Ao leitor pareceria não ter havido conflituosidade antes e que toda a regressão social se devia à aplicação do PAE.

Em última análise, poderíamos dizer que esta argumentação, tanto a que se refere à dimensão política, como a que comenta os resultados económicos e sociais, corporiza uma reacção em relação às propostas de fora, independentemente da pertinência das propostas em causa.

distantes de um passado comum, essa sociabilidade aparentemente solidária ainda se manteve activa, aparentemente em convergência com os objectivos políticos de equidade social. Esse dado emprestava opacidade à diferenciação económica e social – não só institucional e política! – já então prevalecente. Esclareça-se, opacidade para os intelectuais – en-
gajados num compromisso político – e para os políticos, que não para a população. Após a liberalização política, as portas franqueadas à globalização, o individualismo e a rápida diferenciação económica e social tornaram essa diferenciação inevitável e quase agressiva⁽¹³⁶⁾. A geração, que comungara vidas na esperança de um futuro ridente, espartilhou-se. De permeio, alguns elementos converteram-se às vantagens do liberalismo e da diferenciação económica, enquanto outros se desencantaram por causa de uma vida perdida. Assim se compreende em parte a alusão crítica à importação de modelos estranhos, isto é, destruidores de um passado que antecipava um futuro mirífico, um e outro hoje perdidos.

Relativamente ao curso da reflexão que perpassa por S. Tomé e Príncipe, atentos os resultados da democracia representativa que os são-tomenses consideram parcos⁽¹³⁷⁾, cumpre perguntar: existe especificidade do campo político são-tomense (ou africano) ou, como deixámos entrever, prevalece a distorção do desempenho político e institucional acobertada pelo alegado desajuste entre modelos políticos importados e supostos traços culturais locais⁽¹³⁸⁾? Sem subavaliar a complexidade dos

¹³⁶ Na perspectiva de Amaro COUTO, entre os efeitos do liberalismo económico contam-se a subversão da relativa estabilidade social que primava sobre a rentabilidade económica, tendo as empresas públicas passado a ter como função a produção de novos-ricos (1997:14), ao invés do que, presume-se, se teria passado até então. Na verdade, esta perspectiva é distorcida e apenas se pode referir ao opróbrio moral, na verdade crescentemente lasso e inoperante, que recaía sobre o enriquecimento envergonhado ou escondido dos dirigentes que, apesar disso, não apenas enriqueciam como detinham por meios políticos o monopólio das oportunidades de enriquecimento contrastante com o empobrecimento da generalidade da população.

¹³⁷ Para alguns autores, o estudo da evolução pós independência e da democracia só parece ter sentido em função da sua valia instrumental, por exemplo, enquanto plataforma do desenvolvimento, cf., por exemplo, AMADO 2004:1.

¹³⁸ Por exemplo, BARBOSA justapõe à constatação de um “cenário de conflitualidade quase generalizado” em África a ideia de que “os sistemas políticos dominantes são, na sua maioria, inadequados, representando, não uma opção consciente, mas uma pura aplicação mimética de modelos importados e impostos, não tomando em conta factores como as relações familiares, a tradição, o ambiente cultural e a educação, entre outros.” (cf. 2001:11) É interessante que não mencione as clivagens étnicas, listando variáveis à primeira vista mais neutras conquanto mais pertinentes para o caso do arquipélago.

problemas, diria que, apesar da constatação da violação contumaz ou da deturpação das regras institucionais e políticas, nalguns casos tornadas regras *ad hominem*⁽¹³⁹⁾, os intelectuais ignoram e sublimam a realidade, preferindo discutir em abstracto a adequação do modelo político.

Inocência MATA, ciente dos escolhos políticos, vem a sugerir como remédio uma discussão do político no campo cultural. Para ela, no país opera uma “subjacência cultural das questões políticas” que cria como que um hiato entre democracia e multipartidarismo⁽¹⁴⁰⁾. Logo, infere-se, um dado padrão cultural, que não o actualmente prevalecente no arquipélago, carece de ser interiorizado para autenticar, por assim dizer, a democracia, que, portanto, não dependeria somente de pilares institucionais e formais, nem teria necessariamente raízes populares, como outros alvitram. Trata-se de um alvitre corajoso, até por arredar a costumeira explicação das dificuldades a partir do desajustamento entre o modelo institucional importado e uma matriz cultural endógena que, não por acaso, permanece por questionar. Mas, algo idealista e dificilmente exequível, tal alvitre quedará ignorado.

Retornando à adequação do modelo político, perguntemo-nos: a concentração do poderio e as democracias musculadas correspondem necessariamente a uma tradição são-tomense e africana, como me foi referido por vários são-tomenses? Por tentador que seja, é difícil sustentá-lo, até pela falta de um quadro histórico suficientemente abalizado a que se acolham argumentos que remetem para uma tal “tradição” política.

Evidentemente, são de sopesar as alegações sobre a inexistência de uma “cultura democrática específica”, facto conducente a uma democracia de carácter meramente institucional e formal⁽¹⁴¹⁾ (já a ambiguidade entre discurso e prática do regime monopartidário, tão inequivocamente removidos pela *mudança* de inícios dos anos 90, não motiva esforços ana-

¹³⁹ No tocante aos factores extra-económicos perturbadores das tomadas de decisão, BARBOSA alude, de raspão, a uma vertente de cariz político, embora não referida como tal. Ele realça que, por efeito da pequenez do país, no acto de delinear das “políticas públicas” se dá o caso de “as pessoas, inclusivé, se conhecerem relativamente bem entre si”, um facto com consequências danosas na “imparcialidade e eficiência” da prestação dos serviços públicos e “nas políticas de recrutamento e promoção”, cf. 2001:17.

¹⁴⁰ MATA 2004:33 e 31.

¹⁴¹ É consensual que, na falta de “uma cultura democrática específica”, a democracia representativa, imposta pela ruína económica e pela pressão de instâncias internacionais, pode evoluir para uma criação institucional e, sobretudo, formal; coteje-se, por exemplo, FERREIRA 1990:164.

líticos). Seja como for, deduzir da faceta formal da democracia – tornada notória quer pelos visíveis alheamento e descrença da população, quer pela inobservância das regras políticas e institucionais pelos actores políticos – a necessidade de um modelo africano, por caracterizar, parece algo forçado e, arriscaríamos, uma escapatória a prazo improfícua.

Certamente não por acaso, não se apontam, por exemplo, a organização e a iniciativa dos cidadãos como meios possíveis de forjar fórmulas de actuação e de reconfiguração do espaço político onde possam assomar as vivências e os sentimentos locais⁽¹⁴²⁾. Os estudiosos sabem que a iniciativa popular não conta e têm a preclara noção de que tudo se joga no assalto ao Estado, para o que, evidentemente, se orientam os vários partidos. Sucessivamente criados, os partidos não representam uma renovação do espaço político, menos ainda o reconfiguram segundo formas de pensamento local.

A DIFICULDADE DO OBJECTO POLÍTICO, A FULANIZAÇÃO DOS ARGUMENTOS

Remanesce, portanto, a dificuldade de pensar o político. Repetimo-lo, a nosso ver, as dificuldades não têm a ver com os óbices de uma natureza ou de traços culturais a que os modelos de regulação política não se adequariam. Sem menosprezar factores de índole cultural, existem outros empecilhos à implementação de um regime democrático e, de par com isso, à análise política. Entre eles, contam-se a exiguidade do meio e a elevada interacção pessoal. E, como se disse, tal inquina a própria produção de saber, porquanto se pode imputar o menor pendor analítico e crítico aos constrangimentos decorrentes das características do meio social.

Com efeito, uma das dificuldades da reflexão sobre a evolução política resulta da possibilidade de todos os argumentos e interpretações poderem ser fulanizados, por um lado, e passíveis de distorções directamente relacionáveis com a proximidade pessoal, por outro. Ademais, dificilmente qualquer análise política escapará à atribuição de veladas intenções

¹⁴² Os esforços no sentido de implementar práticas associativas ligam-se à actividade doadora das ONG, na sua maioria estrangeiras.

alheias à produção de saber. Curiosamente, esta percepção de uma política hegemonizada por fulanos – com frequência, os actores políticos privilegiados apresentaram-se desligados de projectos políticos e ideológicos vinculados, por exemplo, a classes sociais, a modelos de desenvolvimento ou a tipos de sociedade⁽¹⁴³⁾ – não tem competente eco nas análises, incluindo, naturalmente, as bem intencionadas que falam do Estado ou de agentes políticos em termos impessoais e que lembram a necessidade de ponderar os caminhos preconizados para a sociedade são-tomense, como se, como atrás referimos, as dificuldades residissem, não nos indivíduos, mas nos mecanismos institucionais supostamente inadequados⁽¹⁴⁴⁾.

E voltamos à mesma questão: não só não se apontam outras fórmulas, como nem sequer se diz porque razão as instituições vigentes seriam inadequadas, porquanto não parece subsistirem problemas resultantes da matriz cultural, de clivagens étnicas ou da necessidade de representação política de marginalizados – salvo a de cabo-verdianos, vincadamente estrangeiros após a liberalização política, depois de terem sido “irmãos” durante o regime monopartidário – que apontem uma insanável inadequação do sistema institucional democrático. Tal não impede que pudesse ser aperfeiçoado, mas isso em pouco se relaciona com a origem do modelo.

De alguma forma, as alusões à inadequação da democracia correspondem a um exercício de racionalização da consciência, parcialmente explicável pela impotência política no tocante à edificação de um regime democrático que seja, já nem tanto um instrumento da vontade popular, quanto uma moldura institucional facilitadora do desenvolvimento. A persistir, a incapacidade de escrutínio dos comportamentos dos agen-

¹⁴³ Atenhamo-nos à vertente ideológica dos partidos políticos. Por um lado, alguns só recentemente sentiram necessidade de declarar a sua matriz ideológica. Durante anos, na ressaca do monopartidarismo, todos pareciam orbitar em torno da social-democracia. Por outro, a exemplo do sucedido noutras sociedades, a implicação da reclamada matriz ideológica na prática política parece rala e inconsistente.

¹⁴⁴ Por exemplo, no seu diagnóstico das causas da crise de S. Tomé e Príncipe, GOMES apontou o “semi-Presidencialismo com contornos imperfeitos e uma delimitação de competências nem sempre bem evidentes, o que motivou querelas institucionais, com a consequente **instabilidade política** e os seus efeitos nefastos sobre a economia”, cf. 1998:11.

Em face do estendal de conflitos comumente atribuídos pelos intervenientes a deslealdades, não parece que se possa falar da inadequação dos moldes institucionais sem assumir que parte dos problemas advém das emendas do projecto constitucional e, acima de tudo, dos desígnios e acções dos actores políticos.

tes políticos, bem como dos interesses em jogo enquanto dados incontornáveis dos processos de decisão, conduzirá inevitavelmente a uma perspectiva derrotista relativamente a qualquer mudança futura e à interiorização e subsequente sedimentação de enunciados acerca da natureza do são-tomense muito próximos dos outrora lavrados por arautos do colonialismo sobre a incapacidade dos africanos.

Já se deixou perceber, esta dificuldade de pensar o político alastra ao estudo do passado recente e ao que isso, reciprocamente, importa para a análise política do presente. Por um lado, escasseia o distanciamento temporal e social, com tudo o que isso acarreta em termos de afectação emotiva na produção de saber. Por outro, a eleição do passado recente para objecto de estudo científico – que não apenas para rixas políticas e pessoais, mais do que ideológicas –, está por fazer.

Evidentemente, disto resultam enormes desvantagens para os estudiosos são-tomenses face aos autores estrangeiros.

ENTRE OS NOVOS TEMAS, O ESTADO E A META DO DESENVOLVIMENTO

Embora sem levar longe as implicações políticas dos seus estudos, alguns são-tomenses têm ensaiado aprofundar o diagnóstico de aspectos parcelares da realidade social envolvente. Nos últimos anos, paralelamente à acrescida consciência da necessidade de acção cívica e política da sociedade civil⁽¹⁴⁵⁾, vários estudos têm contribuído decisivamente para um melhor conhecimento dos problemas que os são-tomenses têm diante de si.

Um dos veios de discussão, que, de resto, entronca na supracitada questão relativa à matriz local ou importada da democracia, refere-se ao Estado ou, caso se queira, às formas neo-patrimoniais de gestão e uso dos meios de poder. Vista a evolução pós-independência, o Estado

¹⁴⁵ Aqui entendida numa perspectiva, conceptualmente redutora, a da sociedade tirante o Estado. Para o caso de S. Tomé e Príncipe, trata-se, ainda assim, de uma enunciação complicada, dada a profunda imbricação entre esses dois segmentos e, ademais, a possível e provável instrumentalização da sociedade civil para a disputa do poder.

tornou-se mais tributário de uma prática africanizada do que do legado colonial. Não surpreendentemente, do Estado tanto se refere estar hipertrofiado como, em contraponto, se diz estar claramente minado nas suas prerrogativas pela lógica neo-patrimonial. Não se discutem com profundidade estas questões, um facto compreensível porque, primeiro, a sobredimensão do Estado é apontada pelos financiadores externos que fazem agir os governantes em consequência. O rumo financeiro do país ditado de fora não é passível de discussão (exceptuam-se as alusões mais ou menos pontuais à desprotecção social resultante das políticas neo-liberais), mas nem por isso é mais facilmente aceite pelos são-tomenses. Em todo o caso, não é discutido. Segundo, porque também não se pretende averiguar com detalhe os processos de apropriação e de neo-patrimonialização do Estado.

A rala discussão não obsta à expressão de uma ténue esperança numa inflexão que se adivinha forçosa porque crucial para o país. De alguma forma, é como se, constatada a impossibilidade de o Estado ser um agente da modernidade e do progresso, designadamente através de uma prática política de incentivo da cidadania ou, no mínimo, conforme aos ditames legais, se esperasse que esse Estado pudesse ser, pelo menos, um catalizador da economia e um impulsionador do bem-estar. Por exemplo, ainda que de forma nem sempre explícita, aflora a relação entre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento e enquanto garante último da distribuição da renda e dos direitos dos trabalhadores⁽¹⁴⁶⁾. Em suma, é o mesmo que esperar que, independentemente dos irremediáveis atropelos e acidentes no exercício do poder, impere a clarividência no tocante à condução económica e à promoção do bem-estar, como se estivessem em causa aspectos dissociáveis do exercício do poder.

Seja como for, ao arrepio quer das teorias sobre a apropriação e a fragmentação do Estado africano⁽¹⁴⁷⁾, amplamente confirmadas pelo dia a dia no arquipélago, quer da visão de empresários que esperam maior ajuda

¹⁴⁶ Em obediência a uma perspectiva ideológica, dir-se-á que, por contraste com a situação resultante da implementação das receitas neo-liberais do PAE, a distribuição de uma renda parecia garantida na era do partido único. Ora, a verdade é que tal já não sucedia e que só o actual agravamento das condições de vida obnubila a memória de deterioração comparável das condições de vida durante o regime monopartidário.

¹⁴⁷ Consulte-se, por exemplo, CHABAL 2002:39.

de parceiros internacionais⁽¹⁴⁸⁾, as apreciações sobre o Estado continuam, no limite, a pressupô-lo como agente de desenvolvimento e como instituição reguladora das regras de convivência e competição sociais. Diga-se, tal perspectiva já não é unânime⁽¹⁴⁹⁾, mas ainda faz o seu caminho.

Nos estudos recentes que versam temas económicos e o desenvolvimento, pouco se tem ido além de referir que a corrupção campeia e que o Estado não tem sabido criar o ambiente favorável à iniciativa privada. Concretamente, o défice de capacidade política e institucional – entendida-se, do Estado – foi citado como um grande obstáculo à execução de programas de desenvolvimento⁽¹⁵⁰⁾.

A abordagem da eficácia conduz à análise do desenho institucional e esta de novo nos reconduz à do ajustamento entre as matrizes culturais e as balizas de acção política. A reivindicada depuração de elementos eurocêntricos, para alguns, responsáveis pela inépcia do Estado, é contraditada por uma abordagem (ou uma subliminar exigência) da performance e dos objectivos do Estado segundo o padrão dos países ocidentais. Portanto, a propósito do papel do Estado e do devir político, mesclam-se e contradizem-se o discurso analítico e o registo reivindicativo: este acaba por adoptar o modelo de eficácia dos países ocidentais contra uma espécie de adesão a uma ideia, vaga, de africanização política. Queda por saber se não é a africanização do quotidiano que sugere a ideia de uma africanização do Estado⁽¹⁵¹⁾. E se, em última análise, a ideia de africanização não evolui para uma justificação (tácita) da degradação dos padrões de conduta institucional e política.

¹⁴⁸ Veja-se, por exemplo, a opinião recolhida por MARTINHO 1997:135.

Talvez o autor tenha recolhido tal opinião entre os empresários sem canais de acesso ao poder.

¹⁴⁹ Actualmente, esta perspectiva já não concita unanimidade. Embora referindo-se a África, BARBOSA aduz que o Estado, minado pela corrupção, não faz nem deixa fazer, cf. 2001:11.

¹⁵⁰ BARBOSA 2001:28.

¹⁵¹ Neste particular, não opera nenhum preconceito nem nenhuma avaliação moral, mas tão só uma ideia de africanização, assim designada porque reportada a uma evolução dos estados pós-coloniais em África. De resto, a subjazer qualquer avaliação política, esta teria pontos de contacto com as reivindicações de probidade por parte do Estado e dos respectivos agentes formuladas por alguns são-tomenses, para quem uma idealizada africanização da vida social decerto não equivale à evolução política e social observável no arquipélago.

A EDIFICAÇÃO DO ESTADO

Atento o facto dos estudos sobre o processo político são-tomen-se se centrarem na administração estatal e no poder dos governantes, cabe indagar, embora sumariamente, acerca das facetas do Estado pós-colonial.

Reverendo a edificação do Estado após a independência, Amaro COUTO descreveu a respectiva arquitectura política e jurídica, como se aí se tivessem jogado lances decisivos e como se o desenho institucional tivesse obedecido ao intuito de encontrar as fórmulas políticas mais apropriadas, mormente para promoção do apoio ao MLSTP e para consolidação da coesão social, que não para preservação do poder concentrado num círculo restrito, evidentemente ao arrepio da mensagem ideológica então propalada.

Ora, a arquitectura do Estado – ou, por exemplo, as competências dos vários órgãos – foi sendo redesenhada em função de ganhos e perdas de lutas a montante – parte delas, pessoais –, das quais se conhece muitíssimo pouco, especialmente em vista da respectiva importância política e social. Na prática, frequentemente ocorria o inverso do formalmente prescrito, como Amaro COUTO consente ao focar a inversão da relação de forças entre Presidente da República e Assembleia Nacional Popular, a qual, embora teoricamente fonte de todos os poderes, se viu dependente daquele⁽¹⁵²⁾. Evidentemente, tal evidencia que a sede de poder era outra – a cúpula do MLSTP⁽¹⁵³⁾, que se constituía, não como um poder paralelo mas como um verdadeiro poder –, que não a prevista constitucionalmente. Corolário lógico desta abordagem estática e formal, cujo fito é a protecção política do MLSTP, Amaro COUTO, ao mesmo tempo

¹⁵² Ao invés de aprofundar as razões políticas, COUTO remete para o articulado e para a prática da lei, para aí encontrar explicações para as incidências desse processo (1997:78, 80 e 82-83). Ora, as distorções não radicavam no articulado constitucional mas no curso da política, isto é, da luta pelo poder. Independentemente de possíveis desajustamentos na construção constitucional, é ilusão olhá-la como a fonte dos conflitos políticos.

E remanesce a seguinte questão: porquê e a que vem um tal esforço analítico tão ao arrepio da realidade? Esta questão não é despidianda porque não respeita apenas à obra de Amaro COUTO, antes se poderia aplicá-la ao comum das análises políticas produzidas para fins académicos ou institucionais.

¹⁵³ Em resultado do que subsistia “um certo disfuncionamento em todo o ordenamento político-jurídico do país impedindo que cada órgão jogasse plenamente o papel que era chamado a desempenhar”, cf. COUTO 1997:81.

que valoriza a inicialmente grande adesão política ao MLSTP, deixa de parte a dinâmica de divergência crescente, se não mesmo de antagonismo, entre o aparelho de Estado hegemonizado pelo MLSTP – e, o que não é dito, apropriado pelos seus líderes – e a sociedade, divergência sobrevivida após o fim do período da exaltação da independência.

Como se afirmou, até ao presente, em S. Tomé e Príncipe, os estudos privilegiam o Estado. Apenas o trabalho de Arlindo CARVALHO parece ir ao encontro da necessidade de pôr em relevo os vários actores políticos e sociais, mas tal parece não encontrar grande eco. Atenta a imbricação entre Estado e tecido social nos países africanos, poderá considerar-se a ênfase no Estado na apreciação do caso de S. Tomé e Príncipe excessiva. Contudo, reconhecer-se-á que tal abordagem se justifica dadas a exiguidade da sociedade civil⁽¹⁵⁴⁾ e a menor independência dos actores sociais. Em S. Tomé e Príncipe, talvez mais apropriado do que falar de uma imbricação, será dizer que o Estado atrofia a sociedade civil. Simplificando, ou esta se confunde com o Estado ou este abafa, por assim dizer, a sociedade civil.

Assim, alguns processos de reconfiguração do campo político, por regra determinados a partir da cúpula, revelam-se erráticos e falhos de consequências. Tomemos o caso da municipalização e, em particular, o da autonomia da ilha do Príncipe, em teoria um passo conducente a uma organização do Estado mais aberta e eficaz, porque mais conforme à idiossincrasia e à participação das populações. Foi ainda antes da liberalização política que se apontou para uma nova arquitectura administrativa pela qual, não obstante algumas reticências, se veio a instituir autarquias e a consagrar a autonomia da ilha do Príncipe. Independentemente das possíveis intenções políticas⁽¹⁵⁵⁾, num certo sentido valorizavam-se os espaços físicos e sociais enquanto contextos ordenadores da acção social⁽¹⁵⁶⁾. Tal parecia particularmente relevante no tocante à ilha do Príncipe. Porém, tomando Cabo Verde ou os Açores como medida de comparação, diferentemente do conteúdo simbólico da dispersão da sua

¹⁵⁴ Por exemplo, João BONFIM constata a debilidade da sociedade civil enquanto elemento de controlo e força de pressão, cf. 2000:77.

¹⁵⁵ Sobre a implantação da autonomia do Príncipe, veja-se NASCIMENTO 2001a.

¹⁵⁶ Acerca dos espaços como produtores de actores sociais e geradores de processos de identidade, consulte-se SILVA 2003:174 e ss.

dezena de ilhas com vários e diferenciados pólos de desenvolvimento, a assimetria entre as ilhas de S. Tomé e do Príncipe é imensa. Também se olharmos o passado, diríamos que, no Príncipe, não existe um sentimento tão marcante como aquele que, por exemplo, pauta a visão dos do Mindelo relativamente aos da Praia. Além disso, a expatriação da elite do Príncipe⁽¹⁵⁷⁾, a suspeita velada relativamente a reivindicações inconvenientes baseadas na localização do petróleo e, talvez, os remoques de rivalidades mais antigas laboram no sentido de um mau acolhimento de estudos sobre a especificidade histórica e cultural da ilha do Príncipe e dos respectivos habitantes. É mais fácil a valorização de idiosincrasias particulares, como a dos Angolares, não coincidentes com a descontinuidade territorial.

Logo, paralelamente à sua subalternização política, durante anos a ilha do Príncipe não constituiu tópico de estudo. Porém, recentemente apareceram à luz do dia escritos com alguns anos, da autoria de Silvestre UMBELINA. No essencial, o mais antigo, *Dimi-fa*, redigido “para passar de mão em mão”, é tributário da vivência e da memória das alegadas tradições, de relatos de mais velhos, em suma, da reelaboração de memórias individuais, familiares e sociais da ilha. Esse trabalho visava realçar a especificidade relativamente às gentes de S. Tomé, cujo poder, arriscaríamos aventar, pareceu cada vez menos tolerável do que os poderes coloniais. Sediados mais longe e aparentemente equidistantes face a ambas as ilhas, os poderes coloniais afrontariam menos o amor-próprio. Pelo menos foi este o sentimento que avultou alguns anos após 1975, quando não logo a seguir à independência. Não deixa de ser notório que, na esteira do ideário anti-colonial, se argumentasse que, até à data, ninguém se interessara por “melhorar verdadeiramente as condições caóticas do Príncipe” a sofrer “na pele o peso do abandono”⁽¹⁵⁸⁾.

O outro texto, *O processo de implementação da autonomia do Príncipe*, historia a reivindicação da autonomia – porque é esta que se encontra em cima da mesa – e os passos até à sua consagração legal. Num balanço

¹⁵⁷ Por exemplo, é dito que a atracção pela cidade de S. Tomé arrasta consigo as “cabeças pensantes” do Príncipe. Na prática, quase todos os intelectuais ou técnicos nascidos no Príncipe vivem fora e não aceitam fixar-se ou exercer funções na ilha, o que entrava o respectivo desenvolvimento, cf. MENEZES 2002:53.

¹⁵⁸ UMBELINA s. d. a:5.

sumário, inventariam-se os estrangulamentos apostos a uma efectiva autonomia e ao desenvolvimento da ilha do Príncipe. Invariavelmente reafirmada por sucessivos dirigentes políticos, a autonomia encontra-se esvaziada de poderes. Porventura fruto de uma decisão calculada do então presidente Pinto da Costa¹⁵⁹, talvez ela não se coadune, alerta o autor, com a “efectiva vontade política da maioria dos políticos e dirigentes em S. Tomé”¹⁶⁰.

Parece certo. A questão será saber o que é que nesta falta de “efectiva vontade política” brota de uma (inconfessada) animosidade em relação à autonomia do Príncipe ou tão-somente da inépcia e da inconsequência (de alguma forma, também políticas) dos processos legislativos e administrativos.

Numa grosseira apreciação dos trabalhos de teor científico (ou académico) sobre as instâncias e as práticas políticas, diríamos que patenteiam uma dificuldade de demarcação da retórica que suporta as acções governamentais, para a qual, de resto, também querem contribuir. Algum sentido crítico, advindo da liberdade de apreciação e do aprofundamento analítico, logo queda refreado pelo pendor funcional e prático que se pretende incutir a esse mesmo saber, tornado um diagnóstico, em termos contidos e politicamente inócuos, da miríade de problemas prevaletentes no arquipélago. Embora não seja um resultado necessário, tal imbricação com o desempenho governamental ou administrativo condiciona, sem dúvida, a produção de saber.

¹⁵⁹ É possível que, no tocante à autonomia da ilha do Príncipe, tenha pesado algum cálculo político e alguma concertação de bastidores, ainda no regime de partido único, atinente a aceitar e a consagrar essa fórmula administrativa (e também política) para daí retirar dividendos políticos. Esta ideia é uma suposição, porventura ilegítima, porquanto nunca me deparei com o mínimo indício empírico de um tal processo. Trata-se, portanto, de uma inferência a partir do conhecimento do terreno que não permite senão equacionar uma hipótese a ter presente em futuros trabalhos.

¹⁶⁰ UMBELINA s. d. b: XIII.

A DEMANDA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO .05

Hoje, as questões de carácter político e, em especial, as de carácter histórico e sociológico parecem algo diminuídas pelo imperativo de desenvolvimento económico, acentuado tanto pelo sentimento de perda fundado numa avaliação retrospectiva do pós-independência, quanto pela hipótese de o conseguir em vista das prometidas receitas do petróleo⁽¹⁶¹⁾. Em última análise, o desenvolvimento económico é supostamente necessário por imposição da evolução social e demográfica. Supostamente, afirmamos, porque, apesar da pressão política e social eventualmente derivada do facto de cerca de metade da população viver na situação de pobreza⁽¹⁶²⁾, talvez a pressão desse segmento seja menos importante do que a daqueles que, não vivendo nessas condições, aspiram, com base em pressupostos implícitos ligados à sua posição social e a solidariedades políticas que lhes potenciam a capacidade reivindicativa, a beneficiar da afectação imediata da renda do petróleo⁽¹⁶³⁾.

Seja como for, o desenvolvimento tornou-se um imperativo. Actualmente, cresce o número de estudos centrados no desenvolvimento, que abordam quer as políticas agrárias, quer as relacionadas com opções de teor rentista, desde a exploração petrolífera à actividade turística. Im-

¹⁶¹ Factor de previsíveis mudanças radicais, tais receitas lembraram a Arlindo CARVALHO uma nova periodização do período pós-colonial: ao regime de partido único, findo em 1991, sucedeu-se, até 1998, o regime pluripartidário sem recursos petrolíferos e, de 1999 para cá, o regime pluripartidário com recursos petrolíferos (2004:3). Independentemente do acerto desta periodização e dos percalços no acesso às receitas do petróleo, é indubitável que a expectativa de exploração deste recurso natural modificou por completo os horizontes políticos no arquipélago.

¹⁶² MENEZES 2002:117.

¹⁶³ Estamos perante um recurso que sugere a obtenção de dividendos segundo uma lógica rentista. É certo que, actualmente, vinga a consciência de que se trata de um recurso finito, pelo que se clama por uma gestão avisada dos réditos da sua exploração. Importaria, talvez, vincar a consciência de que, para além de finito, esse recurso pode ser desvalorizado por inovações tecnológicas, comprovadamente um factor que amiúde subverte os pressupostos de opções de índole rentista.

buídos de maior ou menor pragmatismo, estudiosos originalmente mais devotados a outras matérias afoitam-se agora a trabalhos sobre a temática do desenvolvimento⁽¹⁶⁴⁾. A mudança no centro das preocupações é, em grande medida, instigada pela competição social e política para a qual títulos académicos em disciplinas clássicas deixaram de fornecer uma competência prontamente reconhecida.

Actualmente, a pressão social torna decisiva a execução económica. No entanto, os economistas não aparentam levar muito longe a discussão das virtudes e da aplicabilidade de medidas económicas⁽¹⁶⁵⁾, facto em parte compreensível se atendermos a que não é a exígua dimensão do arquipélago que torna mais fiáveis, antes pelo contrário, as equações económicas. Mas, mais importante, falta a equação da política.

Por exemplo, implicando uma avaliação do rumo económico desde a independência, o que, de novo, os estudos sobre tópicos do desenvolvimento suscitam é a questão de saber em que grau essa avaliação é lúcida, isto é, perspectivada politicamente. Por exemplo, ao focarem investimentos sobredimensionados e de rentabilidade duvidosa⁽¹⁶⁶⁾, as análises apresentam-nos como meros erros técnicos ou económicos. Com indulgência similar se aprecia o falhanço das políticas económicas, atribuindo-o a equívocos de gestão e à incapacidade técnica⁽¹⁶⁷⁾, como se

¹⁶⁴ Por exemplo, Armindo AGUIAR deixou a história para incertos e passou a debruçar-se sobre o desenvolvimento, conquanto convoque a dimensão histórica para sustentar – a nosso ver, erroneamente – as explicações dos óbices ao engajamento popular, se assim se pode dizer, no (suposto) imperativo do desenvolvimento nacional, como adiante se verá.

¹⁶⁵ Fora dos ambientes institucionais, os economistas não têm grande audiência, nem parece que consigam de forma pública e notória apontar perspectivas de resolução dos problemas económicos. É de duvidar que as dissertações académicas logrem sair da redoma do contexto e dos fins para que foram elaboradas.

¹⁶⁶ Coteje-se, por exemplo, BARBOSA 2001:21.

¹⁶⁷ Embora na análise de BRANCO e VARELA aflorem aspectos relacionados com a política, a tónica das dificuldades experimentadas durante o regime monopartidário é posta na vertente económica (por exemplo, 1998:34-35). Desta forma, a abordagem das implicações económicas do *modus operandi* da política reduz-se à preterição de “regras de gestão monetária e financeira” a favor de “decisões baseadas em voluntarismo paternalistas”, cf. *idem*:18.

Ora, as decisões erradas resultavam, não da menor preparação ou das boas intenções, quanto dos contornos da hegemonia política do MLSTP que, independentemente, ou não, do desvirtuamento das intenções originais, potenciou os processos de neo-patrimonialismo e de corrupção.

No tocante à agricultura, aduziu-se a ideia de que o seu fracasso derivou da fraca ou nula capacitação técnica, assim se explicando, por exemplo, o estendal de erros no plantio e tratamento dos cacauzeiros que desembocaram na diminuição da produtividade. Esta ideia é perfilhada, por exemplo, por Armindo CEITA, que, após listagem detalhada dos erros técnicos, alude, ainda assim, a uma “má orientação da

esses equívocos não se devessem a uma ideologia e a intentos políticos determinados. Na verdade, os estudiosos tendem a esquivar-se a uma análise pertinente do campo político, desse modo minimizando a sua importância decisiva na evolução económica⁽¹⁶⁸⁾. Tal viés perpassa, por exemplo, pelo trabalho de MENEZES. Não obstante a sua referência à necessidade de boa governação e de estabilidade política, ele aduz que, após a independência, o país enveredou por uma “sucessão de políticas sócio-económicas mal concebidas e políticas institucionais desajustadas” que não trouxeram mais valias ao desenvolvimento⁽¹⁶⁹⁾. Noutros termos, não fala da evolução política propriamente dita e como que sublinha o lado técnico das políticas mal conseguido. De passagem, deixe-se dito que da leitura dos anos subsequentes à independência não se retira uma ilação verdadeiramente importante, a saber, a da desmoralização dos trabalhadores e a do rompimento de consensos sociais implícitos que existiam, queira-se ou não, no tempo colonial, tendo sido depois gradualmente malbaratados.

Análises atentas a factores de carácter mais estrutural elegem, por exemplo, causas naturais como factores do “bloqueio económico”, como se elas não avultassem, ao menos em parte, por causa de escolhas políticas. Em S. Tomé e Príncipe, é comum listar como constrangimentos económicos a insularidade, a pequenez e o isolamento⁽¹⁷⁰⁾. Mas não importaria antes falar de bloqueio político ou, em termos menos abstrac-

política administrativa do país no sector” agrícola (1992:94 e 97-98). Embora concedendo que parte dos problemas adveio da falta de preparação técnica – ela mesma debilitadora da autoridade precisa para a condução dos trabalhos nas empresas estatais –, importa considerar o uso indevido dos recursos económicos e das prerrogativas de poder nas roças, assim como a consequente desmoralização dos trabalhadores, como causas da queda de produção cacaueteira.

A outro nível, com frequência os autores são-tomenses dirigem preferencialmente as críticas à ajuda internacional, citando a circunstância da parte de leão se quedar pela origem, designadamente para custeio da assistência técnica. Aceite o acerto parcial deste reparo, a comparação do volume de ajuda externa ao país com o destinado ao conjunto da África subsaariana (BARBOSA 2001:85; atente-se igualmente nos elementos fornecidos por FERREIRA 1990:140-141) obriga inevitavelmente a questionar o desempenho dos políticos são-tomenses no tocante ao aproveitamento dessa ajuda, seja pela ausência de uma estratégia consistente com vista a maximizar os seus efeitos, seja pelo lado da aplicação indevida dessa mesma ajuda, aspectos que andam imbricados.

¹⁶⁸ Cumpre assinalar que João BONFIM refere a funcionalização – leia-se partidização – do sector agrícola, daí tendo decorrido a desorganização da produção e do trabalho, cf. 2000:48.

¹⁶⁹ MENEZES 2002:33 e 34.

¹⁷⁰ Listados por BONFIM, Feliciano 2001:8 ou por MENEZES 2002:31.

Sobre as limitações dos pequenos estados insulares, consulte-se igualmente BARBOSA 2001:15 e ss.

tos, de bloqueios resultantes da conduta dos decisores que acentuaram, por exemplo, esse isolamento?

Seja por uma velada desconfiança face ao papel do mercado (com certeza limitado pelos constrangimentos estruturais de um micro espaço insular e periférico) na afectação dos recursos precisos para uma economia tendente ao desenvolvimento, seja como ressonância das ideias desenvolvimentistas associadas ao papel do Estado (também herdadas de promessas ideológicas de um passado recente), esperam-se do Estado políticas de desenvolvimento e de implementação do bem-estar. Esta esperança, arriscaríamos dizer, parece sobrepujar até a de um desempenho político estritamente conforme ao ideário democrata (o que poderia levar a perguntar se a conexão entre democracia e desenvolvimento está suficiente e duradouramente enraizada em S. Tomé e Príncipe).

A este respeito, talvez sejam antagónicas as perspectivas dos políticos e do comum da população, incapaz de acção política organizada mas suficientemente perspicaz para intuir a instrumentalização do Estado democrático e constatar o crescendo (aparentemente) irremediável das clivagens económicas e sociais e, mais importante, da sua pobreza. Na actual situação, a inquirição dessa possível dissonância entre necessidade de desenvolvimento e necessidade de democracia parece irrelevante, preferindo-se, talvez, enfatizar a premência do desenvolvimento e, daí, reclamar tão só boa governação, evidentemente, uma formulação politicamente defensiva mas porventura realista.

Na verdade, independentemente da incomodidade daí resultante por via dos laços clientelares e de dependência pessoal, não se pode iludir o peso da política⁽¹⁷¹⁾ no devir económico. Na falta de outras instâncias, por exemplo, de uma sociedade civil⁽¹⁷²⁾, a questão do Estado,

¹⁷¹ Por não haver desenvolvimento ao arremio do desempenho político – dado, por exemplo, o papel que, afinal, se espera do Estado na promoção do desenvolvimento –, não deveria a realidade política ser objecto de contínuo escrutínio?

¹⁷² Enfatizando a necessidade de uma participação cívica, MENEZES cita um relatório de 1999 da UE onde se alude à ilusão de um desenvolvimento durável onde não ocorra “uma mudança profunda do comportamento social – em particular vis a vis o Estado (visto simplesmente como distribuidor de renda e assistente social) e uma real tomada de consciência de interesse colectivo”, cf. 2002: 54-55.

Evidentemente, a sociedade civil não tinha tradição no colonialismo. Se algum embrião existiu, foi completamente destruído pelo transformismo revolucionário e, mais tarde, trucidado por alguma anomia potencializada pela democracia. Ultimamente, proliferam os esforços para constituir uma sociedade civil que se afirme, por exemplo, como uma referência para a acção dos políticos. A questão que daí emer-

ou da ausência dele⁽¹⁷³⁾, ainda se afigura mais crucial para o desenvolvimento. A debilidade e a fragmentação do Estado têm como corolário a impossibilidade de ele desempenhar um papel de relevo na promoção do desenvolvimento, devendo, ao invés, representar um escolho a esse desenvolvimento⁽¹⁷⁴⁾. Ainda que intuitiva, a consciência desta realidade no arquipélago tem, hoje, tradução na afirmação, quase reactiva, da necessidade da boa governação⁽¹⁷⁵⁾ como condição para se atingir o desenvolvimento.

Todavia, parece distante a concretização de um tal binómio e queda por saber como pode, ou não, o saber social contribuir para uma boa governação⁽¹⁷⁶⁾. Em S. Tomé e Príncipe, alguns dos estudos tentam contribuir para a consecução e validação de uma boa governação, no que, afinal, se patentearia alguma da utilidade do saber social. Todavia, por um lado, nesta fase os diagnósticos parecem ainda superficiais ou contidos. Por outro, no que ao futuro respeita, independentemente da argúcia da análise, intui-se que esse saber será improfícuo.

É inegável, hoje emerge a consciência da necessidade de associar outras variáveis à performance económica ou, melhor dito, à existência de um recurso natural rico. Como se disse, evidencia-se que o desempenho económico – presentemente, definido de forma mi-

ge prende-se com a possível manipulação de um tal movimento.

¹⁷³ Por exemplo, entre 1996 e 1998 as receitas não atingiram em média 10% do volume previsto, facto que, mais do que à debilidade económica, se tem de imputar à inadaptação do sistema actual, bem como ao elevado número de fraudes e à ineficácia dos serviços fiscais na colecta e no controlo dos sujeitos tributários (consulte-se BARBOSA 2001:84). Cabe perguntar: a ineficácia não tem coloração política? Não é ela um indicador das modalidades da presença e/ou ausência do Estado?

¹⁷⁴ Com maiores ou menores nuances, esta perspectiva é a de autores são-tomenses (por exemplo, BARBOSA 2001:116 e ss). A pergunta que decorre dessa tomada de consciência é a seguinte: com base em quê é possível acreditar numa mudança de prática política, num abandono dos expedientes clientelares e neo-patrimoniais quando, afinal, é reconhecido, ao menos tacitamente, que é nestas que escora o exercício do poder?

¹⁷⁵ A que há que associar a estabilidade política, cf., por exemplo, MENEZES 2002:33.

¹⁷⁶ Nalguns casos, os estudiosos apontam metas concretas. Por exemplo, em resultado da conjunção das preocupações antropológicas relativas às reconhecidas especificidades de organização e de identidade social dos Angolares, por um lado, com as da intervenção com vista ao desenvolvimento integrado, por outro, o trabalho de Nazaré CEITA (1991) é percorrido pela preocupação de delinear uma intervenção estatal impulsionadora de um desenvolvimento da comunidade dos Angolares atinente a superar o fosso subsistente entre esta comunidade e o conjunto da sociedade.

Nem poderia ser de outro modo, imediatamente se coloca a questão da pertinência e da oportunidade de um programa de desenvolvimento especialmente talhado para os Angolares.

nimalista, isto é, cingido à erradicação da pobreza e desobrigado de construção de uma sociedade equitativa – depende da transparência da acção do Estado, imperativo no qual alguns lobrigam motivo para perscrutar a profundidade histórica dos comportamentos sociais⁽¹⁷⁷⁾ dos são-tomenses.

Não partilharia da veleidade de querer obter um ganho de eficácia na criação de riqueza e de bem-estar a partir da análise da idiossincrasia ou das raízes históricas das condutas dos são-tomenses. Porém, nada infirma a necessidade e a pertinência de um discurso pluridisciplinar sobre o político, o económico e o social, comportamentos incluídos.

CAPITAL HUMANO, EMIGRAÇÃO E DIÁSPORA

Olhemos, então, uma outra premissa do desenvolvimento, o capital humano ou as pessoas. Por razões de formação, pela absorção das ideias de organizações de ajuda pública a operar no terreno ou, ainda, por causa das actuais condições económicas e sociais, repete-se exaustivamente a máxima relativa à necessidade de um desenvolvimento centrado na promoção das pessoas. E, em simultâneo, estas são referidas como a alavanca do desenvolvimento. Logicamente correctas e conformes à vulgata sobre uma boa política, tais máximas – a ler como intenções – não são necessariamente corroboradas por análises sumárias do empenhamento produtivo ou das implicações económicas e sociais dos projectos de desenvolvimento. Também a este respeito, os estudos adquirem, de alguma maneira, um tom de relatório.

Por exemplo, afigura-se consensual a ideia de que a fuga – porque se trata de uma fuga⁽¹⁷⁸⁾ – de quadros é um escolho ao desenvolvimento⁽¹⁷⁹⁾.

¹⁷⁷ Por exemplo, em que medida certas crenças de antanho ou capitulações de índole afectiva e ideológica tornam opacos os mecanismos de decisão? Não fora o condicionalismo em que essas mesmas crenças enredam os estudiosos e elas, como outros vectores culturais, seriam objecto de escrutínio político, antropológico e de outras disciplinas sociais.

¹⁷⁸ Expatriação ou, em alternativa, radicação, mormente em países doadores de bolsas, onde os recém-formados concluem pela inviabilidade do regresso à sua terra, mormente pelas poucas, para não dizer raríssimas, ofertas de emprego minimamente atractivas.

¹⁷⁹ Acerca do ciclo vicioso entre o êxodo de pessoas qualificadas e os estrangulamentos do desenvolvimento, consulte-se BARBOSA 2001:18.

Tendo presente a consideração do capital humano como a premissa maior do desenvolvimento, atentemos na dissertação de João BONFIM sobre o fenómeno migratório. A emigração resultaria da combinação de “condições repulsivas” e “ameaçadoras da sobrevivência” na origem com as necessidades de braços no país de acolhimento. João BONFIM constata o carácter inelutável desse processo e acaba por apontar a precisão do Estado se envolver no enquadramento da emigração para se alcançarem melhores condições para os migrantes. Com esse seu apelo, localizamo-nos no que ele próprio descreve como o peso remanescente do Estado na mentalidade da população⁽¹⁸⁰⁾.

Mas, a propósito da emigração, a questão política mais relevante respeitará ao papel que – denotando uma dada visão da nação e, em termos mais prosaicos, uma intenção de distribuição de poderes –, se atribui à massa qualificada entrementes expatriada: ou se reafirma um costumado fechamento são-tomense, desta feita em relação aos próprios nacionais expatriados, ou se envereda pela receptividade relativamente às suas contribuições⁽¹⁸¹⁾. E, no entanto, este dilema parece nem sequer existir, tão pouco após a abertura política desde os anos 90⁽¹⁸²⁾.

Para justificar ou, quiçá, desculpar uma atitude que hoje se revela perniciosa perscrutou-se a atitude face aos emigrantes, como se o actual sentimento tivesse incontornáveis raízes históricas e não fosse sobretudo determinado pela actuação dos líderes políticos que, para efeito da preservação do seu poder, fomentaram o fechamento da sociedade são-

¹⁸⁰ Ele refere “cultura da população”, cf. BONFIM, João 2000:77.

¹⁸¹ Durante anos, diferentemente do sucedido com a emigração cabo-verdiana, entre os emigrantes são-tomenses grassou, ou pareceu grassar, um relativo alheamento pela evolução do arquipélago. Actualmente, graças também às facilidades de comunicação, os quadros expatriados patenteiam um maior interesse pelo rumo do país. E também em se associar no âmbito dessa figura que se procura institucionalizar, a da diáspora.

¹⁸² Acerca da visão dos emigrantes são-tomenses e das relações dessa visão com a evolução política, consulte-se MATA 2004:25.

Uma questão é a seguinte: porque razão seria expectável uma nova atitude em relação aos emigrantes a partir da abertura política?

Discordamos de MATA quando atribui o fechamento da sociedade são-tomense e a recusa da contribuição dos emigrantes ao facto de historicamente S. Tomé e Príncipe não ter sido uma sociedade de emigração até aos anos 70 (2004:25). Na verdade, tal dado não deveria pré-determinar a coloração de um dado sentimento para com um novo facto ou processo histórico. Embora seja uma dimensão a não ignorar, a verdade é que a desconsideração dos emigrantes terá pouco a ver com a história, tendo, muito mais, a ver com o desenho político são-tomense.

tomense⁽¹⁸³⁾, que eles ensaiaram refazer. Um autor, MENEZES, aventura-se na história para explicar as atitudes anti-migratórias. Enleia-se ao argumentar que “a cultura crioula emergente de uma complexa miscigenação e de mecanismos de comportamentos desumanos praticados pela administração colonial acabou por subconscientemente moldar o comportamento do sãotomense”, formando as atitudes anti-migratórias⁽¹⁸⁴⁾. Concretamente, refere o impacto negativo da imagem degradante dos diferentes tipos de imigrantes – desde os degredados aos contratados – nas ilhas. Tal imagem teria gerado repúdio pela emigração e, por conseguinte, uma tendência anti-migratória⁽¹⁸⁵⁾.

Em consonância com este quadro histórico (de que se elide a ideia de que a imagem degradante, associada à desqualificação e à marginalização dos serviçais, provém igualmente da demarcação social procurada pelos ilhéus que ensaiavam obter uma posição intermédia na hierarquia colonial), propõem-se conexões causais logicamente plausíveis mas, na realidade, duvidosas: João BONFIM refere a equiparação do emigrante ao indivíduo sujeito à servidão e à marginalidade a que se prestam os que não podem proteger a sua dignidade⁽¹⁸⁶⁾. Não estaremos em presença de uma sublimação para mascarar a incapacidade ou a impossibilidade de partir? Não deveria o autor questionar aquela representação do migrante à luz da conjuntura actual e não aludir apenas, como o faz, a uma suposta canga da história? Não se surpreenderia se porventura as condições políticas internacionais permitissem o irromper de uma vocação migratória apesar dela parecer pouco provável à luz da história do arquipélago? Cabe por fim perguntar como é que, no arquipélago, nos

¹⁸³ Ao invés do que alguns afirmam (por exemplo, MENEZES 2002:47), após a independência, os novos líderes não fomentaram a abertura do país ao mundo, antes pelo contrário, primaram pelo seu isolamento, de resto uma condição da consolidação do seu poder.

¹⁸⁴ MENEZES 2002:46.

Trata-se de um salto de difíceis entendimento e comprovação.

¹⁸⁵ MENEZES 2002:51.

A não ser que tudo brote do colonialismo, as culpas assacáveis ao colonialismo são outras que não as da indução de uma imagem de emigração à luz do estatuto dos contratados e, mais ainda, dos degredados, imagem da qual, pesem embora as poderosas transformações políticas desde 1974 para cá, os são-tomenses seriam ainda hoje reféns. Estamos no domínio das explicações muito tentadoras e fáceis, porque a remissão para a história acode a todas as realidades e necessidades.

Note-se, nos derradeiros anos do colonialismo esboçava-se uma atitude diferente face à emigração que a evolução subsequente às independências, do arquipélago e de Angola, viria a refrear.

¹⁸⁶ BONFIM, João 2000:18.

dias de hoje, se sustenta a dignidade, sendo que, auto-sustentável durante algum tempo, a dignidade acaba quase inexoravelmente corroída pelas dificuldades económicas.

No intuito de rentabilizar os talentos humanos e de, a jusante, dar nota do apaziguamento das tensões e do fortalecimento da unidade entre os ilhéus, clama-se, agora, pela integração “da massa emigrante e (...) [da] diáspora” na nação⁽¹⁸⁷⁾. Este fito é reclamado a partir da constatação de que o opróbrio lançado sobre os emigrantes se relacionava com concepções ideológicas e com a intolerância da I República⁽¹⁸⁸⁾. Contra os preconceitos daqui decorrentes, a regressão do país, em parte imputável ao êxodo de quadros, é prova da necessidade da integração da migração.

A questão que a este propósito se tem de colocar é a de se saber se não prevalecerá a retórica e se, por exemplo, não se mantêm actantes os sentimentos que continuam a apartar os detentores do poder político dos emigrantes. Possivelmente, aqueles estarão pouco dispostos a abrir mão do poder ou, tão só, a submeter o seu desempenho político à crítica dos emigrantes. Afinal, a integração da diáspora na nação – ambas noções novas e cujas implicações foram descobertas a partir de vantagens materiais e outras retiradas da emigração, por exemplo, em Cabo Verde – depende menos da proclamação súbita de uma vontade do que de um caminho afincadamente tentado – facilitado, por exemplo, a partir da implementação de vínculos institucionais –, que não se inventa de um dia para o outro.

A questão da emigração remete para a inserção do arquipélago nos vários contextos internacionais, aspecto que não é muito valorizado pela prática política em S. Tomé e Príncipe.

¹⁸⁷ MATA 2004:45.

¹⁸⁸ MATA 2004:45-46.

06. O VEIO DA AGRICULTURA

Detenhamo-nos no sector agrícola, que alguns teimam em considerar a mola do desenvolvimento⁽¹⁸⁹⁾, enquanto outros, menos assertivos, acham que, devido ao seu peso na economia insular, uma estratégia de desenvolvimento forçosamente contemplará as possibilidades do sector agro-pecuário⁽¹⁹⁰⁾. Há quem sugira a afectação de recursos à agricultura com vista a garantir a sua sustentabilidade futura⁽¹⁹¹⁾, uma proposta de eficácia económica discutível, a que subjaz uma crença quase forçada nessa actividade. Outra formulação lembra que o entendimento do mundo rural é condição imprescindível para forjar a viabilidade socio-económica do país, indelevelmente marcado pela história da sua agricultura⁽¹⁹²⁾. Mais, a par da convicção da respectiva valia para o desenvolvimento, chega a considerar-se a agricultura como um elemento crucial para “a compreensão das condições de possibilidade de S. Tomé e Príncipe como uma realidade política”⁽¹⁹³⁾. Enquanto isto, os estudos sobre a agricultura ladeiam uma questão fulcral (sobre a qual, dir-se-ia, pressupõem uma resposta que rejeitam ver confirmada): quais as possibilidades de acumulação da sua actividade agrícola?

Comparativamente com outros sectores económicos, mormente o da exploração petrolífera, a agricultura mereceu já bastantes estudos⁽¹⁹⁴⁾. No seu trabalho, Armindo AGUIAR realça o peso da história nos comportamentos que se perfilam como um óbice ao desenvolvimento, qual

¹⁸⁹ Para Armindo AGUIAR, a agricultura constitui premissa de todo o desenvolvimento, cf. 2001:141.

¹⁹⁰ AGUIAR, Iolanda 2002a:359.

¹⁹¹ MENEZES 2002:60.

¹⁹² CEITA, Nazaré 1998b:[1].

¹⁹³ AGUIAR, Iolanda 2002b:[3].

¹⁹⁴ A continuidade desses estudos poderá, por exemplo, ajudar a matizar a afectação ideológica em torno da questão da expropriação inerente à recolonização iniciada em Oitocentos.

réplica metamorfoseada de argumentos de antanho sobre a mandriice dos nativos. Outros estudos revelam-se mais contemporizadores. Ainda assim, para além dos factores macro-económicos, a envolvente política e a imaginada idiossincrasia assomam como explicações para o malogro do desempenho de empresários e de pequenos produtores e, sobretudo, da criação de um campesinato com características específicas, o que constituiria, no dizer de Argentino SANTOS, um processo inédito⁽¹⁹⁵⁾.

De alguma forma no sentido de desmentir o opróbrio colonialista que impendeu sobre o são-tomense a respeito da mandriice⁽¹⁹⁶⁾, citam-se as dificuldades encontradas pelos pequenos proprietários, entre elas, um deficiente conhecimento da agricultura devido à natureza do anterior vínculo à roça. Este vínculo não lhes teria permitido desenvolver o gosto pela actividade⁽¹⁹⁷⁾, nem, por isso, o conhecimento da mesma. Já para outro autor, Severino do Espírito SANTO, fruto de uma deficiente preparação, da responsabilidade do colonialismo, os agricultores não estariam em condições de avaliar custos de produção nem de reconhecer eventuais margens de lucro⁽¹⁹⁸⁾. Trata-se de uma apreciação paternalista

¹⁹⁵ SANTOS Argentino 2000:7.

Perpassa neste ponto a atribuição à posteriori de uma intencionalidade que só em parte terá a ver com a motivação política que levou o Estado são-tomense à partilha e à cedência de terras, a saber, a de um arremedo de solução económica e social para o insucesso da nacionalização das roças e da economia planificada em geral, tal a causa mais próxima do desamparo em que caiu a população das roças.

¹⁹⁶ Intuito de, por exemplo, MENEZES 1995.

¹⁹⁷ Se é de admitir que a memória do passado pode ter um papel no apego e no desempenho (dito deficiente) dos agricultores – ainda assim, um papel bem menos crucial do que a desvalorização tanto da actividade agrícola quanto dos assalariados das empresas estatais pelas políticas subsequentes à nacionalização –, menos relevante parece ser o facto de a roça ter, ou não, forjado uma “tradição camponesa” (AGUIAR, Armindo 2001:18). Seja como for, as queixas nas roças nacionalizadas não se ativeram às razões apontadas pelos estudiosos.

¹⁹⁸ SANTO, Severino 1998:46.

A respeito desta afirmação, como de outras semelhantes, cabe perguntar como é possível que uma instituição universitária a valide. No mínimo, tal afirmação carece de comprovação. O que ela certamente traduz é a posição socialmente diferenciada de quem a enuncia. Logo, ao sancionar uma tal asserção, a universidade ratifica uma diferenciação social e, talvez, uma ideia de um desenho político e social.

Enquanto isso, é provável que aquela asserção não se atenha à realidade porque dificilmente se entende que seja a falta de conhecimentos técnicos e não as condições políticas e económicas o factor determinante da deficitária prestação produtiva dos agricultores. Este tipo de asserções, eivadas de paternalismo, redundam numa avaliação indulgente do desempenho político no pós-independência.

A questão do saber técnico só tem importância porque se está supor uma criação *ab initio* de uma classe de agricultores, um processo que, logicamente, suscita inúmeras questões de carácter económico e social. Por exemplo, uma respeito à imaginada vocação para uma actividade cujos atractivos económicos são fracos, para não dizer nulos. Outra, é a de saber quem, escorado em que saber e com que envolvimen-

fundada numa leitura deformada da realidade, porquanto dificilmente se crê que os ex-trabalhadores não tenham percepção das vantagens ou desvantagens, bem como do rendimento das diferentes culturas.

Depois da contenção dos cabo-verdianos⁽¹⁹⁹⁾, da supressão de um mercado local – em todo o caso, provavelmente débil – e da desvalorização da actividade agrícola⁽²⁰⁰⁾, não se cria do pé para a mão uma classe empresarial e uma outra de pequenos produtores independentes, ademais quando as circunstâncias económicas são adversas e os sinais políticos desanimadores. Não só não bastará uma prestação consequente de crédito agrícola, como se impõe perguntar quem fornecerá e em que moldes a mão-de-obra⁽²⁰¹⁾. Dentre as circunstâncias limitativas, cite-se, por exemplo, a estreiteza do mercado para a produção agrícola, até por causa da disseminação do usufruto ou posse de pequenas glebas. Ademais, tanto a falta de equipamentos de conservação de excedentes sazonais quanto a concorrência, não só da agro-indústria estrangeira como da própria ajuda internacional, ajudam a estreitar o mercado. Nestas circunstâncias, pergunta-se: por que espécie de remissão dos pecados não se alhearia o “homem santomense” da imaginada importância da agricultura para o desenvolvimento, revelando-se avesso a tal desígnio propalado por intelectuais e políticos? Porque não perceberiam os são-tomenses (mesmo

to com a prática agrícola, ministra conhecimentos técnicos e financeiros sobre a mesma.

¹⁹⁹ Não se trata, aqui, de carrear uma visão essencialista dos cabo-verdianos. Em todo o caso, a ter-se esboçado uma outra política agrícola em 1975, provavelmente o curso do arquipélago poderia ter sido menos oneroso no plano económico e social.

²⁰⁰ Esta interpretação baseia-se no tempo decorrido desde a independência e não é prejudicada pela circunstância de imediatamente após 1975 poder ter ocorrido uma procura de empregos nas roças nacionalizadas, mormente por parte de mulheres. Ainda assim, Nazaré CEITA, defensora desta ideia, também fornece indicações que permitem relativizar um tal fluxo de mão-de-obra em direcção às roças, porquanto em 1977 já existiria a preocupação de diminuir o êxodo rural, cf. 1998b: [6].

²⁰¹ Vistos os réditos da agricultura e a política de remunerações, não se vê quem se disponha a alugar o seu tempo e a sua força de trabalho a empresários agrícolas. Esta reticência em nada se prende com o passado colonial. Tem a ver, sim, com os padrões de vida e com expectativas constantemente rebaixadas pelas enormes mutações sociais desde a independência, por um lado, e cotejadas com os padrões de vida dos mais privilegiados, por outro.

Nos anos 80, por ocasião da celebração de contratos de gestão das empresas agrícolas sob os auspícios de instituições financeiras internacionais, expus a minha perplexidade, aqui resumida a duas dúvidas: como angariar mão-de-obra e como lograr uma prestação produtiva a contento? Elas saltavam à vista de qualquer observador minimamente atento. Elas foram elididas por uma espécie de experimentalismo ou de fuga para a frente de todos os intervenientes. No tocante à parte são-tomense, esse passo pressagiava, sabemos-lo hoje, a demissão do governo das suas responsabilidades face aos trabalhadores das roças nacionalizadas em 1975.

quando obrigados a sobreviver da terra) que outros sectores proporcionam remunerações incomparavelmente melhores?

Consequência, ou não, do colonialismo, para alguns a actual rejeição em trabalhar a terra revela-se nociva. Durante anos, a rejeição em trabalhar nas roças foi louvada como paradigma da resistência ao colonialismo. Ora, um dos erros consiste em considerar que a actual renitência ao trabalho na terra prolonga aquela com que se teria resistido ao trabalho penoso nas roças e, em suma, ao colonialismo, arredando-se, por conseguinte, a hipótese da similitude da atitude encobrir posições políticas diversas e, evidentemente, inspiradas pelas diferentes conjunturas. Presentemente, tal relutância comporta juízos implícitos sobre a política e os políticos de hoje, os quais tentam confinar as gentes do mato a esse espaço. Acresce que a circunstância de se forjarem explicações política e ideologicamente convenientes – isto é, não necessariamente correctas conquanto certamente reconfortantes – não ajuda a reverter a atitude de rejeição do trabalho braçal no mato. Voltaremos a esta temática.

O PASSADO DA POLÍTICA AGRÁRIA

Para alguns, a rejeição do trabalho agrícola há-de igualmente ancorar-se na extorsão dramática da propriedade dos nativos na era colonial, assunto que se tornou um emblema do sentimento nacionalista são-tomense.

Após a independência, aludiu-se repetidamente à extorsão violenta das terras, alusão que, pelo seu dramatismo, incluía esta extorsão na agressão colonialista perpetrada em África em Oitocentos. Agora, ao cabo de decénios, surgem as primeiras menções ao contributo, decerto relevante, das heranças para a fragmentação (e subsequente alienação) da terra na posse dos nativos⁽²⁰²⁾. Esta matéria ainda não foi profundamente estudada, mas é possível que esta última achege seja um contributo mais profícuo do que as visões panfletárias de uma expropriação irrestrita das terras dos ilhéus durante o colonialismo.

²⁰² Vejam-se as notas sobre a diminuição das terras na posse dos nativos em virtude da progressiva divisão das glebas por via de heranças em BARROS, Ana 1995:242; também AGUIAR, Armino 2001:14.

Em contraste com as invectivas ao poder colonial, passa em claro o facto de, decénios volvidos sobre a independência, também se ter chegado a um desenho assimétrico da estrutura da propriedade fundiária. A repartição desigual de um bem há poucos anos comum não gerou indignação de monta. As notas críticas sobre a repartição de terras⁽²⁰³⁾ – para alguns, um eco de rivalidades pessoais e políticas – apenas respeitam à menor transparência de procedimentos, não à injustiça imanente à desigualdade fundadora das assimetrias sociais no mato e, afinal de contas, no país.

Vejamos como se chegou à situação presente. Depois da independência, houve dois lances políticos que tocaram na titularidade e na estrutura da propriedade fundiária. Um foi a nacionalização das roças em 1975, outro, convenhamos, iniciou-se na década de 90 com a distribuição de terras no âmbito de uma “reforma agrária”⁽²⁰⁴⁾.

Acerca do lance de 1975 – que, em síntese, permitiu aos *forros* tomarem conta das roças através da instância estatal⁽²⁰⁵⁾ –, de resultados económicos desastrosos ao cabo de anos, as explicações predominantes atêm-se à ideia da nacionalização ter sido induzida pelo abandono dos proprietários⁽²⁰⁶⁾. Independentemente do abandono das roças, esta tese

²⁰³ Evidentemente, objectar-se-á que a cedência da terra a título precário e a preservação da posse de jure nas mãos do Estado minimizam a desigualdade, limitando-a ao estritamente necessário para fomentar o desenvolvimento económico.

Na realidade, nem isso elimina a desigualdade nem a circunstância da posse ser precária garante que do usufruto da terra não se deslize tacitamente para a posse plena da terra.

²⁰⁴ Nazaré CEITA considera que tanto a nacionalização de 1975 quanto a distribuição de terras a partir dos anos 90 constituem “duas reformas agrárias” (cf. 2001a:2). Na verdade, subjazendo a esses lances concepções políticas diametralmente opostas, a classificação de reforma agrária para ambos deve parecer algo contraditória. Em todo o caso, o posicionamento discutível de Nazaré CEITA é compreensível em razão da ruptura política que, de alguma forma, ambos os momentos representam.

Noutra perspectiva, é possível encarar a nacionalização de 1975 como uma reforma agrária se tivermos em conta que ela implicou a alteração da relação simbólica dos *são-tomenses* com a terra (cf., por exemplo, MENEZES 1995). Hoje é sabido, as expectativas associadas a tal mudança saíram defraudadas.

²⁰⁵ Coteje-se tal ideia em EYZAGUIRRE 1988:350 e ss.

²⁰⁶ Tese abraçada, por exemplo, por BARBOSA 2001:19, 20 e 51.

Argentino SANTOS afirma que a comissão para a reforma agrária, criada para propor a reformulação do sector agrícola, se viu na contingência de se tornar gestora, apesar de carente de meios e de experiência para arcar com a gestão das roças (cf. 2000:15-16). A nacionalização é considerada uma consequência forçada da debandada colonialista. Desta forma, o autor esquece a vontade dos dirigentes políticos relativa à nacionalização das roças para efeito de controlo político da sociedade.

É difícil não encarar tal tese como uma esforçada justificação de decisões políticas passadas. Em todo o caso, é mister referir que também um autor estrangeiro exprimiui a ideia de que o MLSTP não queria a nacionalização das roças, tendo sido obrigado a essa decisão, cf. EYZAGUIRRE 1986:345.

constitui uma grosseira mistificação por ignorar o ambiente ideológico⁽²⁰⁷⁾ e a dinâmica política da época. O MLSTP tinha interesse em expulsar os roceiros para, primeiro, edificar o seu poder sobre a remoção (ou inversão simbólica) da clivagem racial que norteara o colonialismo⁽²⁰⁸⁾ e, segundo, preservar a base social de apoio pela manutenção da assimetria social nas roças, na circunstância em prejuízo, dos ex-serviçais e seus descendentes. A propósito, diga-se que a subalternização (velada) da população das roças não se poderia afigurar injusta, primeiro, porque não era um objectivo declarado – pelo contrário, era ocultada pela prevalência do lema ideológico da solidariedade africana contra o colonizador –, segundo, porque abarcava também são-tomenses, e, por fim, porque, enquanto situação transitória, apenas vigoraria até à prometida superação das debilidades legadas pelo colonialismo na caminhada para o desenvolvimento e para o bem-estar para todos.

Para não apresentar a nacionalização apenas como uma rematada manobra maquiavélica, consideremos as várias justificações de carácter político (também induzidas pela afectividade), económico e ideológico. A nível político, com a nacionalização das roças em 1975 ter-se-ia privilegiado “a construção da nação em torno da agricultura, [actividade] geradora no passado de efeitos sociais problemáticos”⁽²⁰⁹⁾. Esta explicação, com o seu quê de retroactiva, alude à aversão ao trabalho braçal no mato que a colectivização, refazendo a relação simbólica com a terra e reparando a cidadania, supostamente erradicaria⁽²¹⁰⁾. A nível económico, forçoso será convir que a estrutura fundiária herdada do colonialismo

²⁰⁷ Aspecto referido por AGUIAR, Armino 2001:14.

Este autor alude também ao voluntarismo dos dirigentes, esclarecendo que “as transformações na agricultura visavam também reeducar o trabalhador para as tarefas económicas e políticas”, de forma a “rechaçar definitivamente as ideias coloniais”. Para ele, a “Reforma Agrária torna-se um instrumento de criação do *homem novo*”, cf. *idem*:14.

Trata-se da apreciação mais detalhada do viés ideológico indutor da nacionalização das roças. Mas, neste caso, ainda no intuito (não declarado) de o justificar em razão da almejada mudança de mentalidades.

²⁰⁸ De acordo com a formulação de Iolanda AGUIAR, o Estado então emergente tinha identificado a intervenção na agricultura como a melhor maneira de garantir a sua legitimidade. Para esta autora, as razões das nacionalizações foram, sobretudo, políticas, cf. 2002: [4] e [7], respectivamente.

²⁰⁹ AGUIAR, Iolanda 2002b:[7].

²¹⁰ A um salto lógico forçado, pois que da colectivização dos bens não decorreria necessariamente a eliminação da aversão pelo trabalho agrícola, acresce que, na realidade, nem a assimetria de poderes nas roças nem a espoliação do sector agrícola após 1975 favoreceram a erradicação de um tal sentimento.

comporia uma imagem de desenvolvimento⁽²¹¹⁾, por oposição, por exemplo, à pequena agricultura, entendida como actividade de fraca produtividade⁽²¹²⁾ e típica de sociedades não desenvolvidas, isto é, incapazes de absorção de meios técnicos potenciadores de acréscimos de produção. Para os dirigentes de então, as roças e a respectiva capacidade produtiva instalada ofereciam a possibilidade de desenvolvimento das ilhas, o que só não sucedera devido ao interesse dos roceiros na apropriação imoral do sobreproduto do trabalho intensivo dos africanos. Por fim, no plano ideológico, a propriedade estatal materializaria uma fórmula económica conducente ao socialismo. Isto é, a empresa estatal, mais do que um meio para atingir o desenvolvimento, constituiria um fim em si⁽²¹³⁾.

Evidentemente, permanece por apurar o efectivo peso da ideologia ou, numa perspectiva assumidamente crítica, por saber para que fins serviu uma ideologia acerca da qual agora se passa tacitamente a ideia de que ela subjugava os homens, ao invés de ser por eles, em particular pelos políticos, produzida e manipulada⁽²¹⁴⁾.

Ainda na senda de explicações do fracasso da nacionalização das roças, que não apenas como resultado de uma solução inevitável – apesar do que teria servido os dirigentes políticos –, Armindo CEITA referiu que os directores e os técnicos nacionais não só ignoravam a tecnologia do cacauzeiro, como também ignoravam realidades do país⁽²¹⁵⁾. Extrapo-

²¹¹ Tal imagem de desenvolvimento operaria no sentido de ditar a preservação da estrutura agrária do colonialismo e, por via do viés ideológico e político da época, não era beliscada pelas constatações depois aduzidas nos discursos políticos, entre elas, a de que, afinal, as infra-estruturas deixadas pelos colonos estavam obsoletas e a de que, havia anos, estes tinham deixado de investir na renovação dos cacauzeiros.

Algumas destas justificações ainda se arrastam – dir-se-ia, quase por inércia – pelos textos que expõem os malefícios da colonização portuguesa.

²¹² Neste particular, em 1975 subsistia, ou não, a partilha de uma visão eurocêntrica a respeito do menor apego ao trabalho por parte dos pequenos proprietários, um dado que, na perspectiva dos recém-chegados ao poder, tolheria o desenvolvimento do país? Cremos que sim, mas tal questão merece uma investigação.

Para tecer uma memória crítica do pensamento económico e social nas ilhas, importará igualmente analisar a emergência da crença inversa – agora, também inquestionável, conquanto aparentemente contrariada por alguns dados empíricos –, segundo a qual os pequenos proprietários constituem a mola do desenvolvimento.

²¹³ MARTINHO 1997:25.

²¹⁴ Não se nega uma dinâmica própria aos processos culturais, mas, para se chegar a explicações, tal dado não deve funcionar como um álibi para juízos e medidas políticas erradas.

²¹⁵ CEITA, Armindo 1992:91.

lando a partir da agricultura, aqui fica a deixa de que o desconhecimento parcial do país teve implicações em todo o tecido económico. Este sofreu com a apropriação do poder por um pequeno grupo, que se via como politicamente ungido e que, perante o crescendo dos problemas, optaria pela maior rigidez e pela hierarquização do relacionamento social e político. Retornando ao fracasso das nacionalizações, Armindo CEITA descreveu a desarticulação do processo produtivo subsequente à independência. Para ele, como para qualquer observador medianamente independente, as decisões políticas foram o factor de maior influência na queda da produção de cacau⁽²¹⁶⁾.

Então, como explicar a cegueira dos estudiosos relativamente ao peso da política como causa do fracasso económico e do retrocesso do bem-estar material, para que muito contribuiu a ruína das roças? Trata-se de uma evolução de difícil aceitação, em parte porque, congruentemente com o ideário político eurocêntrico então abraçado⁽²¹⁷⁾, se valorizou nos são-tomenses a capacidade de entrega à produção de riqueza⁽²¹⁸⁾. Na altura, a opção da nacionalização e o que ela justificava em termos de construção política – por exemplo, de exploração e de subalternização dos trabalhadores – não foi questionada. Sucede que o posterior fracasso económico pode configurar uma aparente derrota para os dirigentes políticos ou, noutros termos, poderia comprovar os diagnósticos – igualmente ideologizados, note-se – de imaginados adversários políticos, mormente dos apodados de imperialistas e de colonialistas. Todas estas matérias quedam por discutir.

A respeito da nacionalização das roças em 1975, Nazaré CEITA veio a tecer uma abordagem lúcida de alguns impasses de uma política conducente a uma “ruralidade forçada” e prenunciadora de conflitos. Porém,

²¹⁶ CEITA, Armindo 1992:92-94.

²¹⁷ Na circunstância, de matriz marxista, o que, por via da sacração do trabalho, o tornava convergente com o pensamento económico capitalista.

²¹⁸ Este processo ideológico era tão mais tortuoso quanto, a par dessa proclamada fé na capacidade produtiva dos africanos com que se retorquia ao estigma colonial, prevaleceria entre os dirigentes uma desconfiança calada em relação ao desempenho produtivo dos são-tomenses uma vez entregues às solicitações do mercado. No fundo, tal parecia equivaler a partilhar em surdina os estereótipos colonialistas, mas, evidentemente, era impossível reconhecer esse facto.

Para os dirigentes, a velada desconfiança em relação ao desempenho produtivo – contrária à própria ideologia nacionalista assente na solidariedade de contornos raciais – poderia justificar-se com a falta de consciência e de politização das “massas” e, daí, de engajamento no processo de desenvolvimento nacional de que haveriam de beneficiar a prazo. Adiante, voltaremos a este tópico.

ela – para quem a “nacionalização das grandes roças coloniais”, tornadas empresas estatais, foi o “acto mais importante” a seguir à independência⁽²¹⁹⁾ – parece não se aperceber da permeabilidade do seu discurso a uma carga ideológica e emotiva em torno da questão da terra, carga radicada, aventaríamos, numa memória social a fundar não tanto na expropriação quanto na discriminação racial típica da derradeira centúria do colonialismo. Talvez por não questionar a carga emotiva e ideológica, Nazaré CEITA não se mostra capaz de entender que a nacionalização das terras, “o momento mais alto de conquista da soberania política”, pode ter sido, simultaneamente, o clímax de um projecto de poder de um grupo e, na circunstância, de camuflados recortes étnicos⁽²²⁰⁾, como dissemos, quase imperceptíveis por causa dos motes ideológicos da época e de alguma integração social efectivamente resultante das políticas sociais implementadas após 1975. Por isso, ela também aponta como uma actuação meramente deficitária a não criação de condições técnicas, humanas e materiais para “uma verdadeira reforma estrutural do sector agrícola”. Ora, a “verdadeira reforma estrutural” – por que ela agora, e não antes, pugna⁽²²¹⁾ – era, justamente, a que o poder em 1975 não desejava nem realizou. O plasma ideológico e o imperativo ético dele supostamente decorrente que se adivinha enformar a perspectiva de Nazaré CEITA, empenhada na defesa a todo o transe de uma equidade social por contraponto à desigualdade criada pela política colonial, indiciam as dificuldades de indagação das motivações da nacionalização, obviamente, não pretextadas, quiçá nem sequer consciencializadas. Em consequência, esse mesmo plasma ideológico impede-a de alvitrar que a decisão resultou, não de um défice técnico ou de um passo menos avisado, mas de uma calada escolha política da novel classe dirigente com vista a assegurar para si, por intermédio do Estado, a determinação do usufruto da renda das exportações⁽²²²⁾, anteriormente embolsada pelos roceiros.

²¹⁹ CEITA, Nazaré 1998b:[6].

²²⁰ Esse recorte étnico foi lembrado a propósito da recente partilha de terras: segundo Armino AGUIAR, emergiram clivagens étnicas em torno da distribuição de terra – um bem escasso, é de notar –, na qual os expatriados teriam sido beneficiados relativamente aos “nacionais”. O autor pretende ver a clivagem sanada pela integração dos descendentes dos antigos serviçais na sociedade, onde, anui, ainda ocupam posições de baixo destaque social, cf. 2001:137-138.

²²¹ Cf. CEITA 2001a.

²²² É comum passar em claro o facto do poder político se ter escorado na apropriação dos rendimen-

Em 1975, a cúpula do MLSTP terá sopesado os prós e os contras políticos da preservação da estrutura das roças ou da partilha das terras pelos trabalhadores. A inércia das rotinas de produção e a apropriação dos lucros dos roceiros, pressupostamente a canalizar posteriormente para os trabalhadores, impeliram à manutenção das roças, à frente das quais são-tomenses substituíram os europeus. A outra solução, a da fragmentação da propriedade, introduziria incógnitas sociais e políticas com que o MLSTP não quis lidar. A divisão e a entrega de terras aos trabalhadores teria tido como efeitos a maior imponderabilidade da evolução social, a mais difícil contenção política e a diminuição da renda das exportações, fosse pela sua eventual quebra, fosse pela canalização dos esforços de produção para os bens alimentares, cuja comercialização se faria à margem do mercado estatizado. Neste caso, seria mais difícil aos dirigentes apropriar-se dos réditos dos agricultores. Em suma, o MLSTP mascarou a equação política com a alusão à necessidade de racionalizar a condução das roças e de impulsionar o desenvolvimento. Mais tarde, como ficou dito, alegaria ter sido a menor preparação técnica, agrícola e financeira, a causa da ruína das roças.

Talvez o passo intermédio dos anos 80 não seja menos significativo pelas indicações sobre a falência do Estado e as soluções que não deixaram de ter um recorte classista, de alguma forma camuflado pelo ambiente político de então. Vejamos, entre a nacionalização de 1975 e a privatização a partir de 1992, o acesso à terra foi mudando, de início sob uma capa de imobilidade. Na sequência da seca de 1983, como defende Armindo AGUIAR⁽²²³⁾, ou já antes⁽²²⁴⁾, os trabalhadores das empresas agrícolas empreenderam o cultivo de tratos de terra, designados lavras,

tos gerados pela agricultura, um dado que, reportado a outras épocas ou a outros actores, seria taxado de exploração.

²²³ Esta seca prolongou-se pelos primeiros meses de 1984.

²²⁴ A este respeito, diga-se que o aproveitamento de pequenos tratos de terra por cabo-verdianos terá começado ainda na era colonial. No contexto político menos opressivo dos derradeiros decénios do colonialismo, em razão da mudança do regime de trabalho e da cedência a título precário de pequenos tratos de terra, os serviçais, em particular os cabo-verdianos, foram cultivando lavras (consulte-se, por exemplo, EYZAGUIRRE 1986:312-313 e NASCIMENTO 2005a). É natural que as dificuldades sobrevindas depois da independência tenham lembrado a recuperação dessa prática antiga, pela qual os trabalhadores terão enveredado à revelia quer das cada vez mais desacreditadas e manietadas direcções das empresas agrícolas, quer das directivas políticas sobre a posse da terra; a este respeito, consulte-se EYZAGUIRRE 1986 e ss.

porventura por contaminação da designação dada pelos cabo-verdianos. Não será despidiendo situar cronologicamente este processo porque ele aponta a natureza das causas que deram origem à desestruturação das roças. Fosse como fosse, em resultado ou a pretexto da dita seca, o poder não teve outro remédio que o de consentir na violação da rígida política de acesso à terra e, de alguma forma, na desautorização da hierarquia das empresas estatais. O usufruto da terra representava uma concretização, parcelar e já tardia, dos anseios dos trabalhadores que as opções de 1975 tinham defraudado.

Depois do apelo governamental ao empenhamento na produção nos pequenos *quintés* como resposta à dificuldade de garantir a importação de alimentos⁽²²⁵⁾, em meados da década de 80, encetou-se uma distribuição avulsa – na realidade, casuística e politicamente pensada – de terras. Entre 1986 e 1991, cederam-se 10500 hectares a 450 beneficiários⁽²²⁶⁾. Independentemente da reconversão ideológica lentamente operada no sentido de acolher outros paradigmas de desenvolvimento, a distribuição de terras, inevitável, derivava da demissão do Estado da sua função empresarial e social, bem como da falência (acompanhada do colapso das expectativas facetadas ideologicamente) das empresas agrícolas estatais saídas do reagrupamento das roças nacionalizadas em 1975⁽²²⁷⁾.

²²⁵ AGUIAR, Armindo 2001:16.

²²⁶ BARBOSA 2001:23-24.

²²⁷ As roças foram agrupadas em 22 empresas estatais (mais tarde, chegar-se-ia a 15) a pretexto da racionalização da sua gestão. Se não se perfilhar acriticamente os enunciados da época, poder-se-á imaginar que, para além da racionalização de recursos, pesou a motivação de diluir a identificação dos trabalhadores com a *sua* roça. Não terá sido por acaso que, nos contratos de gestão de roças acertados nos anos 80, não se concedeu a gestão de roças a entidades que as detinham antes da independência. Salvo melhor informação, ter-se-á obedecido ao imperativo de precaver eventuais demandas de direitos sobre a propriedade da terra, de que o Estado são-tomense não estava disposto a abrir mão.

Vale a pena tentar destrinçar os equívocos ideológicos ou outros que poderiam, mesmo subliminarmente, ter o seu curso a propósito da cessão da gestão das roças. Para além de eventuais mas improváveis demandas de posse da terra na sequência do exercício de gestão, o poder não estaria interessado na recriação de universos sociais que replicassem as roças de outrora, permitindo, por exemplo, constatar uma eventual maior eficácia produtiva nestas roças do que nas empresas criadas pelo arbítrio político em 1975. E, muito menos, comparar desempenhos e trajetórias sociais antes e depois da independência.

Trata-se de conjecturas, frise-se. Na verdade, eventuais receios desse teor eram inúteis porque a fidelização de ex-serviçais a antigos patrões, mesmo se momentaneamente expressa, logo se desvaneceria. Como deixámos subentendido, uma vez radicalmente alteradas as condições políticas e sociais, era impossível obter dos trabalhadores o desempenho também devido à contenção política e social da era colonial.

Apesar da responsabilidade pela falência das roças, o Estado voltou a não ser política e socialmente neutro. Ao contrário, através da concessão da gestão de terras, projectou uma hierarquização económica e social. Apenas alguns autores aludiram, de passagem, à vertente política da distribuição de terras, afirmando, por exemplo, que o processo, “pouco controlado”, não esteve isento de “clientelismo político”⁽²²⁸⁾.

Seguiu-se a mais recente reforma agrária, a de 1992, que considerávamos uma ruptura tornada oportuna pela pressão subjacente à ajuda internacional⁽²²⁹⁾. Alegadamente, pretendeu-se criar um empresariado agrícola e um tecido de pequenos produtores. Mas, importaria averiguar se se tratou de um passo necessário para o desenvolvimento ou tão-somente de uma correcção da falência estatal atinente a estabilizar o tecido social⁽²³⁰⁾ e a acautelar fracturas sociais e políticas⁽²³¹⁾. Não se devem descartar ambas as motivações, nem, de resto, a da prossecução a prazo de objectivos rentistas por parte da elite local tornada terratenente. Em tandem com as inércias institucionais e as necessárias concertações pessoais e políticas, estes objectivos explicariam, por exemplo, o diferimento por alguns anos da decisão da divisão e cessão da terra⁽²³²⁾. Tais aspectos facetaram o processo de privatização da terra, condicionando

²²⁸ Cf. MENEZES 2002:56.

Apesar de não explicar as razões do fracasso da política económica sucedânea da nacionalização das roças, Armindo AGUIAR adianta que, em 1987, foi decidido conceder a alguns militantes do partido no poder o direito de exploração e usufruto de algumas dezenas de médias empresas, cf. 2001:55.

²²⁹ AGUIAR, Iolanda 2002b:[5].

Para MENEZES, o PPADPP só passou à prática graças à forte pressão do BM. Ainda assim, a distribuição de terras tornou-se objecto de negociações políticas e de caça a votos, cf. 2002:57 e ss.

No mesmo sentido se pronunciara SANTOS, Argentino 2000:21-22.

²³⁰ Conforme AGUIAR, Armindo 2001:143.

Convém repisá-lo, essa pretendida estabilidade social constrói-se sobre a demissão do Estado das suas responsabilidades económicas e sociais para com a mão-de-obra das roças. Dada a falência estatal neste domínio, a política de bem-estar resume-se ao reconhecimento implícito da inaptidão do Estado para o desempenho económico. Liberou-se a iniciativa privada para esta assumir o ónus social com que o Estado não está mais em condições de arcar.

²³¹ Iolanda AGUIAR refere que essa privatização foi antecipada pela iniciativa dos trabalhadores. Face à irremediável degradação da sua vida em virtude da insolvência das empresas, eles recorreram à auto-subsistência (cf. 2002b:[7]), como dissemos, um processo anteriormente descrito por EYZAGUIRRE.

FERREIRA alude à ocorrência de greves em 1990 nas empresas agrícolas, por causa do não pagamento de salários (1990:163). É provável que, somado às receitas liberais, o cálculo político tenha impellido ao desmantelamento das empresas. A reforma resultaria, portanto, do malogro do projecto estatal e da apreensão relativamente a convulsões devidas à precariedade das condições de sobrevivência dos trabalhadores.

²³² A este propósito, vejamos alguns elementos em SANTOS, Argentino 2000:36.

igualmente o crescimento económico do país, pelo menos tanto quanto a alegadamente diminuta predisposição dos pequenos proprietários para o empenho no desenvolvimento nacional, matéria a que voltaremos.

É consensual que a “reforma fundiária” dos anos 90 visou estabelecer uma “estrutura piramidal” de grandes, médias e pequenas propriedades⁽²³³⁾, cuja virtude não foi nem é discutida. Logo, não se questionam as médias empresas agrícolas, quiçá por razões que se prendem com a política, casuística e clientelar, de atribuição dessas empresas a patrícios⁽²³⁴⁾. Na verdade, os vários autores não se detiveram nas possíveis clivagens de classe decorrentes desta engenharia económica. A distribuição de terras – política, embora tal faceta não seja claramente referida – desenhou a papel e lápis uma dada diferenciação social cuja base se constitui de uma mole de pequenos proprietários. Dada a desarticulação social e política do grosso da população, por um lado, e o conformismo daí resultante, por outro, esse ordenamento social é tacitamente aceite.

Ainda assim, ao estudo de Nazaré CEITA subjaz uma interpelação política, a entender num sentido lato. Lembremos que, para ela, a verdadeira reforma estrutural do sector agrícola está por realizar⁽²³⁵⁾. Res-salvada a dimensão ética dessa asserção, é mister retorquir que não há uma reforma “verdadeira”, mas que apenas se tacteiam e percorrem caminhos económicos para cumprir desígnios de poder ou acorrer a demandas sociais⁽²³⁶⁾.

²³³ AGUIAR, Iolanda 1998:2.

²³⁴ Referida, por exemplo, em CEITA, Nazaré 1998b:[9].

²³⁵ Cf. CEITA 2001a: 21.

Diga-se que, já nos anos 90, Nazaré CEITA referia em Lisboa que o seu trabalho constituía “um apelo”, isto é, uma chamada de atenção aos políticos, para lhes significar que o desenvolvimento implicava “uma atenção muito minuciosa [ao] processo histórico e sociológico” (1995:315). Tendo presentes as circunstâncias políticas e sociais da receptividade do trabalho intelectual no arquipélago, no mínimo concluir-se-á que poucos terão lido os seus textos.

²³⁶ Por isso, também não faz sentido classificar de arcaico o modelo de agricultura intensiva da era colonial sem explicar os respectivos fins e sem expor minuciosamente as circunstâncias em que foi proveitoso para quem o implementou.

Noutro plano, é certo que a actividade das roças não produzia localmente o impacto desejado por quem, por hipótese, pugnas-se pelo desenvolvimento do arquipélago. A dissociação de objectivos entre roceiros e autoridades coloniais só ocorreu nos derradeiros anos do colonialismo e, compreensivelmente, de forma contida. Justamente, limitada e a destempo, tal dissociação de propósitos entre roceiros e autoridades já não teve impacto relevante em S. Tomé e Príncipe. Mas, trata-se de matérias que, nalgum passo da análise, devem ser distinguidas.

Acréscete-se que o modelo de agricultura intensiva não tinha uma correspondência intrínseca com

Uma maior distância relativamente às enunciações políticas sugeriria menor encantamento com a “reforma fundiária”, sem embargo da última delas tender a minorar os gravíssimos problemas sociais decorrentes da completa falência das empresas estatais.

O FUTURO DA POLÍTICA AGRÍCOLA: O CRÉDITO

Em 1993, nas *Jornadas sobre a agricultura de São Tomé e Príncipe*, realizadas em Lisboa, expuseram-se trabalhos sobre aspectos parcelares das práticas agrícolas⁽²³⁷⁾. Já depois desse evento, alguns são-tomenses, com tirocínio técnico e administrativo no sector, elaboraram dissertações académicas sobre o desenvolvimento da agricultura. Os condicionalismos políticos repercutem-se no padrão descritivo dessas dissertações, algo prejudicadas pela ausência de problemática ou pelo ladear dos problemas sociais. Em contrapartida, carregam-se cifras sobre os processos de distribuição de terras para demonstrar, por exemplo, a indispensabilidade de crédito, tornada a mais consensual das conclusões desde há anos.

Com efeito, elencam-se várias justificações para a necessidade de crédito. Por exemplo, dada a menor receptividade do sistema bancário às solicitações do sector agrícola e atenta, por exemplo, a descapitalização dos beneficiários de terra, que tão pouco a podem adiantar como garantia do crédito⁽²³⁸⁾, reclama-se a implementação de modalidades mais ágeis de concessão de crédito. Argumenta-se que as oscilações das cotações das exportações no mercado mundial tornam a concessão de crédito um suporte necessário para os pequenos agricultores e os médios empresários. De caminho, qualifica-se a constituição de caixas de poupança e crédito de iniciativa promissora, porquanto tais caixas permitiriam superar as dificuldades inerentes à escassa vocação da ac-

o colonialismo – correspondência subentendida pelos que, a partir da condenação do colonialismo, criticam as roças –, como, de resto, a nacionalização destas o veio demonstrar. Por fim, é de frisar que, ao contrário da ilusão em parte criada pelo ideário anti-colonial, a política colonial não era uniforme nas várias colónias, nem dentro de cada colónia, nem, por fim, ao longo do tempo.

²³⁷ Esses trabalhos tendem a enfatizar as questões técnicas mas, a espaços, mencionam aspectos de carácter económico e social a ter em conta na reflexão sobre a política agrária e, numa perspectiva mais ampla, sobre a política económica do arquipélago.

²³⁸ Consulte-se AGUIAR, Armindo 2001:92-93.

tividade creditícia dos bancos para o apoio a investimentos agrícolas a longo prazo⁽²³⁹⁾.

Em vários textos, tenta-se provar a insuficiência do apoio concedido aos agentes económicos, apoio tão mais necessário num contexto de profundas mutações sociais. Tal exercício funciona como uma justificação de resultados menos conseguidos de políticas insistentemente qualificadas de correctas. Mais, dá lastro a uma difusa reivindicação dos proprietários agrícolas, a do financiamento da sua actividade económica. Argumentar-se-á, nem poderia ser de outra maneira: primeiro, apesar de (fora do país) se adivinhar um futuro difícil para a agricultura, esta ocupa parte substancial de mão-de-obra; segundo, não parece uma actividade que concite suspeitas de potenciar conflitos políticos graves. Logo, a reivindicação de uma “política de crédito coerente e eficaz” compõe obrigatoriamente os discursos sobre as actividades económicas rurais⁽²⁴⁰⁾.

Ora, consensual e feita lugar-comum, esta reivindicação deve ser escrutinada. Poderemos interpretar a unanimidade de opiniões como uma espécie de compensação da menor representação política de um grupo social marginalizado a quem, todavia, implicitamente se pede muito em termos de estabilidade social? Poderemos tomá-la como uma subliminar sugestão de boa governação atinente a precaver rupturas sociais, evitando, enquanto isso, a discussão das políticas de usura do sector agrícola?

Na verdade, a reivindicação de crédito obriga a pensar nas motivações e no alcance de uma tal demanda erigida em saber social: estamos em presença de uma reivindicação com vista a suportar a posição empresarial de um determinado grupo político (no arquipélago, claramente delimitado e forjado num dado percurso político)? Ou trata-se tão só de alardear a crença relativa ao necessário suporte estatal para o arranque da produção e diminuição dos riscos da actividade agrícola, facilitando, dessa forma, o alcançar da auto-suficiência alimentar? A ser assim, onde está esboçada a equação da competitividade das várias explorações? Por exemplo, a convicção na superioridade da agricultura familiar é de tal ordem que, salvo Armando AGUIAR, os estudiosos nem sequer se inter-

²³⁹ BARBOSA 2001:87.

²⁴⁰ Entre outros, Filipe BONFIM reclama crédito para as pequenas e médias unidades de criação pecuária intensiva e para o fomento da iniciativa privada nesse sector, cf. 1995:58 e 62.

rogam acerca da competitividade económica da pequena agricultura, pouco diversificada e afrontada, por exemplo, pela concorrência dos produtos alimentares importados⁽²⁴¹⁾.

Suspeita-se que essa convicção contenha algo de irremediável. Ainda assim, aparte a consideração dos problemas económicos inerentes à concessão do crédito, impõe-se a problematização dos seus efeitos políticos e sociais, tais como a criação de uma mentalidade dependente da acção assistencial do Estado e demais agências⁽²⁴²⁾, aspecto em que os sujeitos afectos à agricultura não destoam do conjunto social. A inferir pelas menções dos estudiosos, em S. Tomé e Príncipe, essa mentalidade traduz-se, por exemplo, na quase demissão da participação cívica e na aceitação passiva das diligências governamentais.

As reclamações de crédito configuram uma admissão tácita da ideia do Estado como promotor directo (e não apenas como suporte institucional e técnico) do desenvolvimento. E queda por saber se aquelas reclamações não servem para legitimar (e, quiçá, ocultar) a barganha de recursos canalizados pelo Estado, tendo em mira a sua apropriação num momento eventualmente intuído como irrepetível. O recurso a subvenções do Estado sobreleva a acumulação paulatina que, deve dizer-se, se afigura particularmente difícil na agricultura.

AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO OU ESTABILIZAÇÃO SOCIAL?

No exterior do país, a antevisão da exploração petrolífera gera um claro cepticismo quanto ao futuro da agricultura, que, prognostica-se, se tornará um sector marginal. No arquipélago, não obstante as expectativas associadas ao petróleo, alguns são-tomenses insistem, como vimos, em conceder à agricultura um estatuto de variável estratégica no desenvolvimento do país. Tal certeza, escoram-na no “impacto económico es-

²⁴¹ Veja-se, por exemplo, a indicação relativa ao consumo de óleo alimentar importado em detrimento do de óleo de palma de produção local in AGUIAR, Armindo cf. 2001:145.

²⁴² Acerca do enfoque do crédito numa perspectiva assistencialista, consulte-se CEITA, Nazaré 2001a:19.

perado da dinâmica da reforma fundiária”, designadamente a melhoria das condições de vida dos agricultores e a concomitante “atenuação das situações de pobreza e na redução de desigualdades”⁽²⁴³⁾. Embora se reconheça como possível a atenuação da pobreza – a extrema, precisaríamos –, dificilmente a agricultura propiciará a criação de uma plataforma de desenvolvimento e a redução das desigualdades⁽²⁴⁴⁾. Ora, porque passível de infirmação pelos dados observáveis, afigura-se curiosa a insistência na ideia de que a agricultura é uma actividade atractiva e rendosa a prazo. Essa insistência quase força a entrever uma subliminar sugestão de trajectória económica e social para a população rural, sugestão tanto mais inoportuna quanto as expectativas em torno dos rendimentos do petróleo baralham qualquer prognóstico sobre o rumo económico e social do arquipélago⁽²⁴⁵⁾.

A asserção de que a agricultura, a diversificar, continua a ser fundamental para o desenvolvimento do país⁽²⁴⁶⁾ não decorre do seu cotejo com outras actividades, mormente no tocante ao retorno do capital, à remuneração do trabalho e, bem assim, às possibilidades de mobilidade social ascendente dos sujeitos a ela afectos. Logo, aquela asserção, conjugada com a reivindicação da concessão de crédito aos agricultores⁽²⁴⁷⁾, corresponde a um desígnio de um dado arranjo social que contempla uma franja populacional apreciável. Pretende-se estabilizar e conter, se isso é possível, o devir social e político.

Quando se complementa a sentença sobre o crédito com a da necessidade de uma “melhor estruturação dos mercados de produtos e de factores, de assistência técnica, de extensão rural, de experimentação,

²⁴³ BARBOSA 2001:150.

²⁴⁴ Com respeito ao arquipélago, talvez seja mais prudente baixar a fasquia dos resultados económicos e sociais a esperar de um eventual crescimento agrícola, cingindo-os ao combate à pobreza extrema.

²⁴⁵ Motivo de perplexidade foi a circunstância de, na campanha para as eleições presidenciais de 2001, não se ter abordado a temática do petróleo. Apenas num tempo de antena, um apoiante de um candidato aludiu à necessidade das receitas do petróleo deverem ser objecto de gestão criteriosa. Tudo se passou como se imperasse um compromisso tácito quanto ao silêncio sobre um aspecto que se antevia vir a revolucionar por completo a sociedade são-tomense. Para qualquer observador estrangeiro, esse dado da campanha era deveras estranho.

No ano seguinte, MENEZES aludiu ao tabu em torno das questões do petróleo, cf. 2002:15-16.

²⁴⁶ JESUS 1998:77; também BARBOSA 2001:138.

²⁴⁷ Embora também se reconheça que o crédito, por si só, não constitui a solução para melhorar as condições de produção, cf. JESUS 1998:79.

de formação técnico profissional, de comercialização e de melhoria das infra-estruturas sociais” para se obterem ganhos de produção e de bem-estar social⁽²⁴⁸⁾, está-se a estabelecer um tecto de ascensão económica e social⁽²⁴⁹⁾ e, sem o dar a entender, a prescrever – a exemplo do sucedido nos fins da era colonial, embora isto possa estar esquecido ou ser ignorado – um destino para um segmento da população.

Mas, para além desta questão, perguntemo-nos: se a maioria de pequenos proprietários advém da mole de ex-trabalhadores, que não manifestaram apetência pela actividade agrícola, e de ex-funcionários públicos completamente alheados dos trabalhos agrícolas, em que espécie de milagre – ou, talvez, de desempenho do Estado – é preciso crer para vislumbrar a transformação destas franjas sociais desmoralizadas em agentes económicos diligentes?

Neste passo, os propósitos analíticos cedem à tentação programática e política⁽²⁵⁰⁾ pelo que os vários autores não se questionam, nem sequer em razão dos dados por eles compulsados, acerca da viabilidade da agricultura face a outras alternativas económicas, a que, naturalmente, a todos os são-tomenses deve ser dado almejar. Na realidade, ao arrepio da ideia da agricultura como esteio do desenvolvimento económico e, mais prosaicamente, da sua indicação como actividade rentável, os antigos trabalhadores rurais e os seus descendentes não parecem atraídos por tal perspectiva, antes se tentam pelas possibilidades (mesmo se ilusórias) do mundo urbano.

Por outras palavras, talvez induzida pela pressentida necessidade de estabilização social e pelo pensamento dominante relativamente à superioridade da pequena agricultura sobre a agricultura intensiva

²⁴⁸ JESUS 1998:79.

²⁴⁹ Na base da estrutura social, as possibilidades de acumulação parecem prejudicadas, por exemplo, pelos esquemas de comercialização vigentes no arquipélago.

Conforme aduz Armindo AGUIAR, os pequenos agricultores comprometem-se com empresas agrícolas e empresas comerciais, beneficiando, por exemplo, de adiantamentos, em troca do que prescindem de colocar a sua produção no mercado, cf. 2001:81.

²⁵⁰ Armindo AGUIAR lamenta, por exemplo, o afastamento da agricultura que ocorre tão logo que os titulares da terra têm outras fontes de rendimentos (cf. 2001:122). Mas porque não o deveriam fazer? Em prol de um putativo mas ilusório horizonte de prosperidade na agricultura (do ponto de vista dos governantes, de estabilidade social, porquanto, como o autor salienta, as ruas tendem a encher-se de desempregados)? Transparece a tentação de tentar conformar a realidade à idealização de uma dada via para o progresso e, porventura mais importante, para a paz social.

das grandes plantações, a crença na viabilidade da agricultura familiar – e na própria agricultura – parece maior entre os intelectuais do que entre os agentes económicos, cujo empenho, na maior parte dos casos, varia em razão do intervalo entre o imperativo da sobrevivência e o patamar de necessidades definido pela ausência de expectativas para o futuro. Tal intervalo, assaz estreito, tem pouco a ver com o propalado desenvolvimento.

Como se viu, a aceitação tácita pelos estudiosos da bondade desta engenharia social inerente à divisão da terra assenta na defesa da ideia da agricultura como base do crescimento económico. Ou de desenvolvimento. Precisamente, as modelações da noção de desenvolvimento, que, à partida, visavam libertá-lo de uma redutora linearidade económica, correm o risco de acabar, presentemente, por ajudar ao conformismo face à situação de privação social que objectivamente grassa em S. Tomé e Príncipe.

Tomemos a noção de desenvolvimento rural. Segundo Armindo AGUIAR, trata-se de um processo que procura responder às “necessidades reais” das populações rurais pela utilização dos recursos próprios, preservando a sua “identidade cultural” e respeitando as suas “aspirações profundas”⁽²⁵¹⁾. À sombra das melhores intenções e do aparato teórico à primeira vista mais comprometido socialmente, tal formulação equivale, como dissemos, a definir um tecto social. Assim, cabe inquirir se a adopção deste palavreado não serve para a composição política, mormente para o amortecimento do sentimento de revolta perante o falhanço dos compromissos do Estado e para a manutenção dos equilíbrios sociais em detrimento das aspirações das “populações rurais”. Ademais, o que é que o autoriza supor que estas populações hão-de querer sobretudo preservar a sua “identidade cultural” e como se certificam quais são, ou não, as “aspirações profundas dos povos”?

À meta do desenvolvimento rural subjaz uma perspectiva voluntarista da agricultura, cujas potencialidades parecem maiores no tocante ao apaziguamento da tensão social e política do que no concernente ao crescimento económico. Por isso, talvez Armindo AGUIAR se tenha obri-

²⁵¹ AGUIAR, Armindo 2001:53.

gado a perorar sobre o peso do passado colonial – e até do sucedido no pós-independência, em cuja caracterização, no particular das relações laborais, prima pela imprecisão⁽²⁵²⁾ – na relutância ao labor agrícola, a qual coexiste com o apego à posse da terra desde que seja para ser trabalhada por outrem⁽²⁵³⁾ ou, afinal, para mera afirmação simbólica de diferenciação social.

A produção de saber sobre a pequena agricultura, ou a agricultura familiar, intersecta-se com a preocupação administrativa e governamental relativa à estabilidade social, de algum modo a assentar nos vínculos familiares. Da mesma forma, esse saber parece algo tributário da aversão à mobilidade, designadamente da que se advinha poder ser um factor de pressão económica, social e política, nomeadamente por causa do desemprego elevado e da concentração demográfica no espaço urbano. Por exemplo, Armindo AGUIAR labora na expectativa da agricultura familiar vir a acudir à dramática situação social e a pôr cobro ao caos económico e social em que o país tem vivido.

Por outras palavras, o objectivo da “parcela família” é a obtenção de meios para “garantir a sua reprodução social e perdurar no tempo”⁽²⁵⁴⁾. Na verdade, cometem-se à agricultura familiar metas económicas (entre elas, a diminuição das importações é costumeiramente referida), sociais e políticas.

Em suma, caberá perguntar: pugna-se pela agricultura familiar enquanto plataforma economicamente viável ou pretende-se aconselhar o poder a suportar essa actividade económica para lograr estabilidade política e social? Independentemente da articulação entre agricultura familiar e desenvolvimento, não se querará sobretudo ver cristalizar um determinado tecido económico e social, supostamente auto-suficiente e,

²⁵² Por exemplo, AGUIAR, Armindo 2001:83-84.

Parte da imprecisão advém da dificuldade da análise do projecto de poder dos líderes independentistas, projecto que, como afirmámos, passava pelo controlo da evolução política e social, para o que era vital manter, no essencial, a estrutura fundiária herdada do colonialismo.

Adiante-se que não foram as “características semelhantes” às das roças do tempo colonial que fizeram falir as empresas estatais (idem:84), o que, aliás, ao tempo nunca foi alvo de denúncia. Foram, isso sim, as dissemelhanças relativamente à época colonial no tocante, por exemplo, ao rigor da gestão e, convenha-se, à capacidade de compulsão da mão-de-obra ao trabalho e a esquemas de protecção directa ou indirecta da produção e exportação das roças.

²⁵³ AGUIAR, Armindo 2001:80 e ss.

²⁵⁴ AGUIAR 2001:129.

por isso, menos propenso à pressão social sobre o espaço urbano e os decisores políticos?

A ENTRONIZAÇÃO DAS PEQUENAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Tal como no tempo colonial os roceiros, únicos fautores de um saber pretensamente indisputado, mobilizavam argumentos para defender aquela que se imaginava como a única modalidade viável de exploração da terra, daí retirando apoio do poder colonial, assim hoje a produção de saber aparece motivada pela preocupação política – algo inelutável⁽²⁵⁵⁾ – da estabilização do tecido social a basear na agricultura.

A ênfase na pequena agricultura desempenha um papel crucial. A isso servem, enquanto argumentos não devidamente ponderados, a falência das roças e a onda de criticismo do cultivo intensivo nas grandes explorações. Por contraposição aos resultados desastrosos das maiores empresas, explanam-se as vantagens da pequena e média agricultura, a despeito dos resultados abaixo das expectativas e da desmobilização de parte dos pequenos proprietários. De alguma forma, a entronização da pequena agricultura brota de imperativos políticos, da busca de uma alternativa nos antípodas do modelo de exploração vigente até aos anos 80, mais do que de uma reflexão teórica e analítica dos resultados das roças antes e depois da independência. Nestes termos, e até por causa de um imaginado projecto social igualitário supostamente associado à distribuição da terra – cuja posse tem, como ficou dito, uma valia simbólica inestimável –, o desejo de que a pequena agricultura ajude a erradicar a pobreza, seja pela satisfação de necessidades básicas, seja pela ocupação de mão-de-obra, transmuda-se numa crença na sua superioridade económica face aos modelos de exploração da terra das grandes explorações. Significativamente, esta crença nas vantagens da pequena agricultura não origina a reivindicação da transferência de terras de proprietários

²⁵⁵ Em todo o caso, a razoabilidade ou, mesmo, a inevitabilidade da preocupação relativa à distensão social não tem que necessariamente implicar a acomodação dos estudiosos a esse desígnio político ou, mais concretamente, governamental.

que primam pelo absentismo interno ou, simplesmente, deixam as suas roças ao abandono. De igual forma, a distribuição de terras a proeminentes locais, e não só, nos anos 80 não é escrutinada, apesar da circunstância de alguns destes beneficiários se apartarem da agricultura. Como veremos, já os pequenos proprietários que viraram costas ao encargo de valorizarem a terra ou se empenham apenas na medida do seu interesse ou necessidade não escapam à crítica.

Seja como for, valorizam-se as pequenas unidades familiares. Num estudo de caso, de 1998, Iolanda AGUIAR pretendeu validar a estratégia de desenvolvimento rural baseada nas unidades agrícolas familiares, atentos os melhores resultados por agricultor quando cotejadas as explorações familiares e as grandes explorações⁽²⁵⁶⁾. Estudos deste teor suscitam inúmeras questões. Sem embargo da pertinência dos dados empíricos carreados, tal conclusão parece como que previamente adquirida, mormente em vista da falência das empresas estatais no pós independência e do inelutável da solução gizada para remediar as consequências de tal descalabro.

Um reparo, quase imediato, remete para a carga histórica da ideia do êxito ou do fracasso das grandes plantações, da qual não pode decorrer a assunção da viabilidade económica das explorações familiares, de que, de resto, se apontam certas vulnerabilidades, mormente a da disseminação de pragas nas plantas⁽²⁵⁷⁾. Em segundo lugar, a viabilidade é avaliada em função de que padrão de necessidades ou, hipoteticamente, de acumulação? Por outras palavras, se, em contraponto à insolvência das empresas estatais e à subsequente miséria dos assalariados, a situação parece agora melhor, qual é o padrão de necessidades a que as explorações familiares permitem responder, a que capacidade de acumulação e de ascensão social permitem aspirar? Como adianta Iolanda AGUIAR, sem embargo do progresso relativamente ao tempo em que eram assalariados, os rendi-

²⁵⁶ AGUIAR, Iolanda 1998.

²⁵⁷ Por exemplo, Iolanda AGUIAR lembra que “a quase inexistência de tratamentos fitossanitários pode transformar as UAF em focos de pragas e doenças, tornando-as inviáveis a longo prazo”, cf. 1998:13.

Já no tempo colonial tal possibilidade constituía uma preocupação de roceiros e autoridades. Essa preocupação foi transmutada numa justificação ideológica que também servia para escorar a escolha de um modelo de agricultura e de uma dada organização social, naturalmente favorável aos roceiros.

mentos dos pequenos agricultores não são de molde a viabilizar a formação do “património familiar”⁽²⁵⁸⁾. Então, de novo se pergunta, a quem e em nome de quê se prescreve um dado destino económico e social?

Os próprios estudos fornecem elementos que sustentam as dúvidas. Por exemplo, alude-se às dificuldades económicas das unidades agrícolas familiares empregadoras de mão-de-obra assalariada. Diz-se que o rendimento positivo advém do emprego da mão-de-obra familiar e que se correlaciona com a menor dimensão das explorações, asserção complementada com a indicação da acumulação de réditos da terra com os de outras actividades⁽²⁵⁹⁾. Tais dados autorizam o cepticismo relativo à propalada viabilidade das explorações familiares.

Esta viabilidade não pode ser sentenciada com base numa subliminar preferência ideológica por um dado modelo de organização política, económica e social (vaga e) supostamente congruente com o (desejado) predomínio estatístico de um determinado tipo de propriedade⁽²⁶⁰⁾, no caso, a de dimensão familiar. Menos ainda deverá ser ditada pelo sentimento inspirado pela aversão a supostas reminiscências da era colonial. A essas perspectivas ideológicas será preferível ter presente que a avaliação dos custos / ganhos económicos, de um lado, e dos (esperados) benefícios sociais e cívicos, de outro, corresponde a uma equação política. Ela deve ser assumida como tal, ao invés de se acobertar em considerandos que só na aparência podem ser estritamente económicos⁽²⁶¹⁾.

²⁵⁸ AGUIAR, Iolanda 1998:13.

²⁵⁹ AGUIAR, Iolanda 1998:10 e 13 e 10-11, respectivamente.

Após a divisão e cedência da terra, parte da rendibilidade de explorações agrícolas de vários tipos terá resultado do aproveitamento comercial de árvores, conforme, por exemplo, BARBOSA 2001:55.

Como me foi narrado, parcelas de terra consideradas diminutas e de refúgio serviram para os beneficiários usarem as árvores para edificar casas para os descendentes. Depois, tais parcelas ficaram abandonadas pela incapacidade de as trabalhar ou pelas poucas vantagens do respectivo amanho.

Uma visita pelas roças permite constatar, por exemplo, o contributo dos rendimentos do fabrico e venda de aguardente e de outras actividades na sobrevivência da população ali sediada.

²⁶⁰ À margem da aparente plausibilidade de argumentos e de índices económicos, será prudente evitar proclamações em abstracto relativamente à superioridade de tipos de exploração – designadamente da pequena agricultura familiar – em relação a outros. Diferentemente, convirá perspectivar a sagesa e a oportunidade das políticas económicas em função, por exemplo, de circunstâncias conjunturais.

²⁶¹ Uma avaliação de um dado tipo de agricultura pode sopesar dificuldades conjunturais ou realidades que não as estritamente económicas e justificar, se for o caso, o seu suporte em prol de certas metas políticas e sociais. Todavia, tal deverá ser explicitamente dito e não reportado a crenças de recorte mais ou menos ideológico travestidas de argumento técnico ou económico.

Atenhamo-nos às palavras de Iolanda AGUIAR: os rendimentos permitem aos beneficiários da concessão de pequenas parcelas “alimentarem-se, garantindo, numa visão unilateral, a segurança alimentar; [os rendimentos] contribuem para a fixação das famílias. Até então não houve abandono total das terras”⁽²⁶²⁾. Destas conclusões, à primeira vista empiricamente sustentadas, transparece a adesão aos propósitos políticos, um dos quais é o da fixação das famílias à terra⁽²⁶³⁾. Tal propósito decorre da circunstância das famílias terem beneficiado da distribuição de terras⁽²⁶⁴⁾. Na ânsia de ratificar o objectivo da fixação do tecido so-

²⁶² AGUIAR, Iolanda 1998:12.

²⁶³ Significativamente, ao cabo de uma resenha da evolução da agricultura familiar em Lobata, Armando AGUIAR conclui pela necessidade de apoio estatal à pequena agricultura com duas proposições de sinal contrário: uma, a inferência sobre a dedicação à actividade por parte dos agricultores movidos pela vontade de obter bons rendimentos; outra, a sugestão, de cariz político e administrativo, de fixação dos agricultores por meio da “organização das comunidades rurais” para evitar o “absentismo e o êxodo, em consequência da procura de espaços de maior rendimento e menor esforço” – uma nota assaz peculiar, note-se –, sugestão em que insiste ao aludir à criação de comunidades rurais (2001:73 e 90). Pergunta-se: face ao recurso à organização administrativa das gentes, qual seria o papel do mercado na alocação dos factores económicos às várias actividades no país?

O autor volta à carga ao esboçar a caracterização do pequeno agricultor são-tomense. Numa aproximação à teorização do pequeno agricultor ou camponês em África, integrado num agregado familiar – por oposição ao presumido individualismo do camponês europeu –, AGUIAR refere que a trajectória dos pequenos agricultores – terminologia favorável à construção do “espírito de classe social” e localmente preferida à de camponês – aponta para o “surgimento de uma formação social agrícola” singularmente marcada, não “pela posse de bens mas pela pertença à comunidade rural” (*idem*:75). Onde, outra pergunta: a pertença à comunidade rural é definida pelo devir social ou, afinal, pela subjectividade do autor? Não cuidaremos de responder, mas diremos que, sem embargo da multiforme organização das unidades familiares, a invocação dos liames sociais dos agricultores africanos não é adequada para S. Tomé e Príncipe (de resto, o próprio autor concede nisto ao afirmar que a força motriz da sociedade são-tomense não assenta em relações de parentesco, presume-se, organizadas de acordo com os cânones supostamente “tradicionais” de sociedades do continente, cf. *idem*:133), onde, independentemente da valia simbólica e política da posse da terra, os nacionais têm interiorizado, de há muito, a ideia da terra como uma mercadoria.

Esta proposta implícita de contenção social – embora materializada na ligação a uma suposta comunidade – lembra a aversão colonialista à urbanização e à proletarianização dos colonizados. Ao autor parece faltar a consciência da similitude das suas propostas com o que poderiam ter sido procedimentos do tempo colonial. Deixando, agora, de parte esta comparação polémica, refira-se que essa proposta de contenção social aparece a coberto da insistência nalgumas soluções de recorte político e administrativo, em última análise para sustento da arquitectura política e dos ganhos de sujeitos privilegiados.

²⁶⁴ Reportando-se à desagregação das propriedades concomitante do rompimento dos laços familiares, Armando AGUIAR adianta que a subdivisão das propriedades torna as parcelas dela resultantes economicamente inviáveis, cf. 2001:79.

Manifesta-se contra a tendência que se desenha para a mobilidade da propriedade decorrente da fragmentação das famílias. Porém, não se questiona em relação às propriedades que, atribuídas a agregados familiares de menor dimensão, à partida já não teriam a dimensão necessária para serem economicamente viáveis. Ademais, nem sopesa devidamente os testemunhos, que cita, de pequenos agricultores

cial, relações familiares incluídas, e das pessoas à terra, alijam-se outros aspectos: por exemplo, quedaram por acautelar as consequências dos conflitos familiares, designadamente a possível desprotecção da mulher. E tal não comporta apenas implicações sociais.

No tocante às variadas implicações das mudanças sociais operadas no mato nestes decénios, Iolanda AGUIAR enumerou pertinentemente algumas causas dos conflitos nas comunidades, entre elas, o roubo e o consumo excessivo de álcool. Esses conflitos são, em parte, imputáveis à pobreza⁽²⁶⁵⁾. Ora, na falta de outros, este dado devia bastar para infirmar a ideia de que, por causa de uma propalada estratégia de desenvolvimento rural, a pobreza se constituiria num desafio e num “incentivo, estimulando [cada qual] não só o seu próprio desenvolvimento como também [o] dos outros”⁽²⁶⁶⁾. Na verdade, a pobreza pode ser, e frequentemente é, um poderosíssimo desincentivo social. Porque haveria de ser um estímulo em S. Tomé e Príncipe?

É consensual a ideia de que o espírito associativo é ralo, sendo, ademais, prejudicado, pela passividade com que as populações aguardam a resolução dos problemas das associações. A talhe de foice, diga-se que, num plano político e social mais amplo, grande parte das pessoas não acredita na sua própria movimentação política, individual ou associativa. Também por isso preferem a negociação de favores, ou as dádivas por ocasião de eleições, a qualquer projecto atinente a reverter o quadro de privação por que passam. Definitivamente, esta é uma possibilidade em que poucos crêem.

Tal denota a debilidade do espírito associativo e os óbices ao desenvolvimento de um associativismo comunitário, que Iolanda AGUIAR explica com o argumento corriqueiro da falta de “coesão social” e de “tradição social” em tais domínios⁽²⁶⁷⁾. A indicação da autora de que esse associativismo é mais ralo nas zonas limítrofes dos centros urbanos sugere a questão de saber se ele não se revela mais activo nas zonas rurais por contingências e motivos que não têm a ver com as vantagens

acerca dos escassos réditos retirados da prática agrícola, que eles complementam com os de outras actividades.

²⁶⁵ AGUIAR, Iolanda 1998:6.

²⁶⁶ AGUIAR, Armindo 2001:53.

²⁶⁷ AGUIAR, Iolanda 1998:6.

normalmente esperadas do associativismo. Aliás, não constituindo um modelo de comportamento para os mais favorecidos, porque é que o associativismo se afiguraria um recurso para deserdados e marginalizados socialmente? Ou, noutros termos, porque razão os habitantes do espaço rural têm de ter um sentido de comunidade de que estão dispensados os da cidade?

Além do mais, o sentido de comunidade prende-se com a liderança. Ora, os exemplos das lideranças, mormente as da política, fomentam o mais gritante individualismo, evidenciado, por exemplo, pelo desrespeito do ordenamento jurídico protector dos interesses e bens colectivos.

A MALQUISTA DIFERENCIAÇÃO ECONÓMICA NA BASE DO TECIDO RURAL

Armindo AGUIAR diferencia o sistema de produção dito “essencialmente familiar” do sistema capitalista⁽²⁶⁸⁾. Noutro passo, refere-se à emergência, no seguimento da aplicação do PAE, de uma economia de mercado⁽²⁶⁹⁾. Subliminarmente, como que se ilude a coincidência, ainda que parcial, entre sistema capitalista e economia de mercado, à qual se dirige a agricultura familiar, sendo que esta, supostamente escolhida pelos responsáveis políticos, se coadunaria com a preservação do espaço de autonomia e de decisão de são-tomenses. Subjaz as estas distinções artificiosas como que uma negação (contida!) do capitalismo (uma reminiscência do ideário revolucionário a que se permanece grato por ele

²⁶⁸ AGUIAR, Armindo 2001:55.

Para Armindo AGUIAR, em virtude da distribuição de terras passaram a coexistir “um sistema de produção capitalista e um outro essencialmente familiar” (2001:55). Este dualismo careceria de melhor caracterização. Em vez disso, observa-se uma sorte de endeusamento velado da agricultura familiar.

O autor poderia reportar-se à constatação de que à introdução das culturas de exportação e da economia de mercado em diversas sociedades africanas não se sucedeu o desenvolvimento do capitalismo, tendo os produtores africanos permanecido fiéis a formas costumeiras de organização social e de produção (por exemplo, MAFEJE 1992:236). Ora, cumpre dizer que, em S. Tomé e Príncipe, uma tal disjunção se afigura de difícil compasso quer com a realidade económica, quer com os padrões culturais. Porventura, ainda subsistirão formas tradicionais de entreaajuda – dentre elas, o quitembú –, mas a própria família, apesar de valiosa para efeitos de protecção política e social, não se apresenta como estruturadora de um conjunto de práticas tradicionais economicamente decisivas e, menos ainda, avessas ao capitalismo, como o indiciam os processos de herança e, subsequentemente, de repartição das terras.

²⁶⁹ AGUIAR, Armindo 2001:121.

ter acompanhado o parto da nação são-tomense?) pela não nomeação e pela aventada subtração (por comprovar) da propriedade familiar aos ditames da economia de mercado, para o qual aquela produziria, mas a cuja influência perniciosa, a da diferenciação económico-social e do individualismo, se subtrairia. Desse modo, preservar-se-ia uma espécie de comunidade de pequenos produtores socialmente equiparados entre si.

Não está nas mãos dos intelectuais determinar o futuro dos tipos de exploração da terra, mas, por força da afectação anti-colonial, não se cobrem de recomendações que, desse modo, coexistem com um exercício mais ou menos arbitrário de etiquetagem conceptual, tal o instrumental com o que se tenta contrariar a realidade.

A par disto, na produção dos estudiosos são-tomenses como que perpassa um opróbrio sobre a diferenciação económica quando perseguida por elementos oriundos dos mais baixos estratos sociais. Diferentemente, não se questionam as trajectórias de ascensão económica e social dos proeminentes, alguns dos quais provavelmente tão só interessados – legitimamente, há que dizê-lo – na acumulação em detrimento de qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentável para a sociedade.

A avaliar pelo que é proposto, a preservação a prazo da equidade social entre os pequenos proprietários parece perfilar-se como um imperativo. Com efeito, a pretexto de repartir os benefícios do desenvolvimento, pugna-se por uma “reforma fundiária” para que o sector permaneça “relativamente igualitário e [para] que não apareçam desigualdades na propriedade das terras”⁽²⁷⁰⁾.

É-se tentado a pensar que a enunciação de preocupações de justiça e equidade sociais possa ter uma dupla função, seja a do já referido alheamento dos contornos políticos da distribuição de terra em desfavor dos trabalhadores⁽²⁷¹⁾, seja a de esconjurar a imponderabilidade social resultante da criação, a prazo provável, de um mercado de terras, como referimos, um cenário já receado em 1975. Mas tais preocupações não podem enco-

²⁷⁰ BARBOSA 2001:139.

²⁷¹ Referir a “agricultura familiar” como “primeira prioridade” pode parecer uma meta política avizada (BARBOSA 2001:139), mas não pode elidir o imperativo de exigência de valorização agrícola das grandes e médias propriedades, a menos que, afinal, se aceite que elas se destinam, não à promoção do desenvolvimento agrícola, mas a proporcionar futuramente rendas aos respectivos proprietários e, à semelhança do sucedido no tempo colonial com os roceiros, a preservar-lhes uma dada vantagem social.

brir as assimetrias económicas e sociais efectivamente existentes e, muito menos, condenar ao imobilismo quem ocupa a base da pirâmide social.

Ao invés, para os cientistas sociais, as “estratégias particulares de apropriação da terra”⁽²⁷²⁾ deveriam constituir um indicador da artificialidade quer da solução associativa comunitária, quer do desiderato de uma homogeneidade social, desde logo por tal desiderato previsivelmente colidir com a construção de um almejado “património familiar”.

Tal não significa que, por causa das presentes condições económicas, o processo de diferenciação social não pareça limitado ou até improvável. Na base, a diferenciação social compreende casos de demissão da agricultura. Com efeito, observa-se algum desânimo entre os pequenos proprietários, repercutido no abandono da actividade agrícola. Afinal, alguns dos pequenos proprietários poderão ter vislumbrado nessa sua condição um requisito do apoio contínuo do Estado. Sem esse apoio continuado, deixaram a agricultura. Esse abandono – que, nalguns casos, sobrevém ao esgotamento da rentabilidade imediata da pequena parcela da terra, no que o pequeno proprietário imita pobremente os padrões de usufruto rentista dos titulares de médias e grandes explorações – desemboca, por vezes, na venda ou aluguer das parcelas a terceiros⁽²⁷³⁾. A prazo, poderá seguir-se a criação de um mercado de terras⁽²⁷⁴⁾ e a proletarianização, quando não a marginalização, da mão-de-obra.

Permanecem quase intactas as possibilidades de estudo das várias incidências relacionadas com a agricultura, entre elas, a da apetência pela actividade, a relacionar, por exemplo, com a influência dos contornos jurídicos do acesso e posse da terra. A este respeito, levantam-se vários problemas: como é que o pequeno proprietário encara a sua posse

²⁷² AGUIAR, Iolanda 1998:6.

²⁷³ Uma prática supostamente danosa para o processo de produção, conforme BARBOSA 2001:56.

²⁷⁴ Alguns sinais apontam para a criação de um mercado informal da terra: muitas parcelas têm sido transaccionadas à revelia da lei, proporcionando aos vendedores dinheiro com que se aventuram a emigrar (AGUIAR, Armindo 2001:107). Assim se evidencia também a debilidade do Estado.

Severino SANTO também foca este processo constitutivo de um mercado informal de terras. Referindo-se à mobilidade da posse da terra, ele constata que alguns agricultores não beneficiados pelo PPADPP se apropriaram de terras através da ocupação das afectas a projectos ou de parcelas semi-abandonadas pelas empresas estatais, pelo arrendamento e, ainda, pela compra a outrem, cf. 1998:38.

Apesar das restrições jurídicas à posse plena e à transacção das terras, dada a perspectiva de um futuro uso especulativo ou rentista da terra entrementes cedida, não é de excluir a mercantilização da terra. Talvez daqui a anos ninguém se preocupe com a interdição legal de transacção de terras.

limitada da terra quando a compara com a posse plena das glebas por parte dos nativos? Não se evidenciará aí uma diferença percebida como um preconceito pelos beneficiários? Não sentirão desconfiança relativamente às intenções do Estado? Se bem que não se afigure plausível que a administração estatal possa um dia querer reaver a posse da terra, a pretexto, por exemplo, de usufruto indevido, é forçoso lembrar que os pequenos proprietários, assim como outros sujeitos económicos e sociais, conhecem bem a arbitrariedade de procedimentos e a instrumentalização do aparato estatal para obtenção de ganhos individuais.

A retenção da terra na posse do Estado tem pouco a ver com a concepção africana relativamente à terra enquanto suporte da existência social, em razão da qual se distingue a terra das culturas nelas empreendidas e, paralelamente, a posse, nunca individual, do usufruto⁽²⁷⁵⁾. Em S. Tomé e Príncipe, a retenção da posse jurídica da terra nas mãos do Estado talvez se prenda com a inércia da estatização do tempo da construção do socialismo e com um velado interesse em manter o domínio estatal, eventualmente susceptível de manipulação, sobre um bem tendencialmente escasso e, por isso, apreciado para efeitos de distinção social e de hipotética acumulação no futuro (tal como outrora raciocinavam os proprietários de roças). Logo, a preservação da titularidade da terra pelo Estado inspirará desconfiança e nem sequer pode ser justificada com base na conveniência da manutenção de um instrumento de equilíbrio e segurança sociais, porquanto o Estado, desarticulado e neo-patrimonializado em diferentes graus e sentidos, aparenta incapacidade de cumprir tal desígnio. Um tal crédito a favor do Estado pressuporia, por exemplo, rectidão e equidade na apreciação da valorização contratualmente prevista das terras entrementes cedidas, o que não se lhe adivinha.

A CANGA DO COLONIALISMO

Num diagnóstico passível de concitar consenso, afirmou-se que o crescimento duradouro depende da supressão dos constrangimentos es-

²⁷⁵ A este respeito, ver MAFEJE 1992:250.

truturais: são eles os resultantes do desequilíbrio macro-financeiro e da fraca performance da gestão económica e financeira, os estrangulamentos que impendem sobre a produção, os relativos à população e à saúde e, ainda, os constrangimentos exógenos⁽²⁷⁶⁾.

De outra perspectiva, há muito evidente para os observadores estrangeiros, o entrave dos factores internos a um bom desempenho económico começou, a pouco e pouco, também a ser sopesado por autores são-tomenses⁽²⁷⁷⁾. Aqui, chegamos a um impasse que se atém à incomodidade da questão das implicações económicas de uma suposta *natureza* do são-tomense. Por um lado, actualmente assoma a consciência, conquanto nem sempre claramente expressa, de que na rota do desenvolvimento se atravessa o item da prestação laboral ou da produtividade. Por outro, independentemente do seu crescente pragmatismo, alguns estudos praticamente ignoram tal questão. Tal escusa é de estranhar dado o lastro de considerações acerca da aversão histórica ao trabalho na terra, aversão que, supõe-se, não terá desaparecido de um dia para o outro, antes pelo contrário. Ou, talvez por razões relacionáveis com posições ideológicas e afectivas, tal lacuna não seja, afinal, estranhável. Até porque falar de trabalho implica, sobretudo, falar do trabalho no mato.

Então, abordar a produtividade é tocar nas relações de trabalho, matéria apenas a florada com parcimónia ou lateralmente⁽²⁷⁸⁾. Citam-se, por exemplo, países onde se observou um crescimento da exportação de artigos fabricados por “pequenas indústrias de mão-de-obra intensiva”, alvitando-se a possível promoção de um processo idêntico no arquipélago, uma vez reunidas “capacidade humana adequada”, “políticas de incentivo” e “instituições eficazes de suporte”⁽²⁷⁹⁾.

Mas, mais significativo, de uma perspectiva desenvolvimentista e laudatória do trabalho, lavram-se discursos que concitam o paternalismo

²⁷⁶ BARBOSA 2001:83 e ss.

²⁷⁷ Como se referiu, Armindo CEITA, por sinal um emigrado, atribuiu aos factores de índole política a responsabilidade pela redução significativa da produção de cacau, cf. 1992:94.

²⁷⁸ Nazaré CEITA refere problemas relacionados com a ética de trabalho em razão da corrupção dos dirigentes, cf. 2001a:11.

²⁷⁹ Tendo presente o fundamento de alegações dos são-tomenses sobre a sua relação com o trabalho – antes, o da terra, entrementes, o das diversas actividades –, caberia perguntar o que se entende por “capacidade humana adequada”, em relação à qual BARBOSA defende um “forte investimento” como condição do aumento a prazo da produtividade agrícola e industrial, cf. 2001:124 e 125.

e a sobranceria moral, até porque, qual ressonância do discurso colonial, tomam como objecto preferencial o homem rural. Sem querer enveredar por inferências simplistas, antes pretendendo assinalar quão complexas e por vezes obscuras são as construções sociais e as idealizações de diferente sorte, não podemos deixar de lembrar que o homem do mato não é, na sua maioria, descendente dos filhos da terra. Contudo, é justo dizer que aquele enfoque paternalista se deverá mais a um viés derivado de diferenças sociais do que a práticas e a ideias políticas inspiradas, vagamente que fossem, em clivagens étnicas.

Para Armindo AGUIAR, a falta de estudos sócio-económicos que encarem o homem como força motriz a carecer de uma humanização que o ajude a questionar os seus anseios – escreveríamos nós, que lhes faça ver a importância do trabalho, tal a meta do autor – está na base de conflitos sociais, como os que ele vislumbra devido à recusa em participar nos trabalhos da terra. AGUIAR carrega sobre o trabalhador rural o ónus da rala interiorização da necessidade do trabalho, perspectiva na qual, opinaríamos, ainda ecoam a visão colonialista relativa ao dever social do trabalho e/ou a visão transformista do pós-independência, que pretendia impor uma consciencialização atinente a tornar o *homem novo* útil aos desígnios colectivos. Aprofundando a sua perspectiva, AGUIAR constata que S. Tomé e Príncipe se faz de uma mescla de comportamentos heteróclitos e que as atitudes dos concidadãos rurais conduzem a desajustamentos imprevisíveis. Por nós, encararíamos tais atitudes como meramente destoantes de um critério normativo de quem não se interroga sobre a realidade circundante e que, por isso, se arroga o direito de prescrever para os outros um modo de vida que, presume-se, não pretenderá para si. Aludindo à distribuição da terra, AGUIAR fixa-se nas motivações, diríamos alienadas, dos beneficiários. Segundo ele, a grande maioria deles prima pela passividade: quer e tem orgulho na posse da terra, mas não a trabalha, apenas colhe o que ela espontaneamente dá⁽²⁸⁰⁾. Prefere, pois,

²⁸⁰ Para Armindo AGUIAR, a posse da terra, podendo “não significar abastança”, contém “o simbolismo psicológico que motiva e embala o proprietário no sonho de uma mudança social”, cf. 2001:133.

É legítimo presumir, até por causa do lamento acerca da expropriação, que à posse da terra se colem significados sociais relevantes para quem a ela acede. Todavia, não é clara a conexão causal entre os significados simbólicos associados à posse da terra e uma aspiração de mudança social, que se presente relacionada com o desenvolvimento do país, um fito do autor, que não necessariamente dos seus con-

a fama de ser um trabalhador não agrícola, para AGUIAR uma “atitude em que o santomense é igual a si próprio”⁽²⁸¹⁾. Trata-se de uma sentença com laivos de essencialismo que, como dissemos, é passível de ser filiada no ideário colonial e, por paradoxal que pareça, no voluntarismo transformista do pós-independência, que intentava mudar essa pressuposta natureza do são-tomense.

Armindo AGUIAR evita a abordagem dos escolhos e erros do pós-independência. Adianta que, ao invés da esperada atenuação da intensidade da recusa de trabalho da terra em virtude das transformações políticas após 1975, o santomense “optou pelo mais fácil...”⁽²⁸²⁾ Ora, ele deveria atribuir esta atitude ao rebaixamento do trabalho rural pelos dirigentes do país – não no plano das alegadas intenções, mas no das políticas económicas – que matizaram mas não anularam o escalonamento social do colonialismo, de que um dos esteios era a demarcação dos nativos face aos *filhos das roças*.

Apesar da nota voluntarista da sua dissertação, votada a indicar a necessidade de forjar um caminho para o desenvolvimento a partir da agricultura familiar, Armindo AGUIAR constata a inércia e a desistência dos pequenos proprietários, atitudes em parte explicadas pela resiliência de traços culturais herdados do colonialismo. De alguma forma, persiste o argumento da recusa ao trabalho na terra em resultado de políticas opressivas nas quais, realce-se, ele inclui a exploração socializada da I República. Não deveria trocar este argumento, que remete para um quase inamovível lastro opressivo ligado à agricultura, pela constatação chã de que os réditos não compensam o esforço como, de resto, Armindo AGUIAR constatou ser a ideia dos que se dedicavam à agricultura por falta de alternativas⁽²⁸³⁾?

Em síntese, o estudo de AGUIAR deixa indiciado que a equação entre produtividade, ética, relações de trabalho e ambiente político nunca foi

râneos condenados pela pobreza a sobreviver no mato.

²⁸¹ Eis uma resposta possível à interrogação replicada a todo o momento acerca de uma identidade são-tomense como que imperscrutável. Na verdade, os estudiosos são-tomenses poderiam circunscrever o âmbito das suas questões e sentenças ao empiricamente sustentável, deixando de afectar uma profundidade de inquietações que, longe de contribuir para o conhecimento, sanciona, ao invés, as lacunas do saber social.

²⁸² AGUIAR, Armindo 2001:97.

²⁸³ AGUIAR, Armindo 2001:98.

abordada à margem da manipulação, de tom variável consoante as épocas, do mote do odioso do trabalho do mato, tomado de empréstimo ao discurso anti-colonial⁽²⁸⁴⁾.

Para Armindo AGUIAR, o declínio imparável da produção de cacau desde a independência deveu-se, entre outras causas, à falta de braços, apesar da inclusão de mão-de-obra nacional nas roças⁽²⁸⁵⁾. Independentemente da sua substância, a esta afirmação subjaz um raciocínio idêntico ao dos colonialistas, os quais, décadas a fio, tenderam a resumir todas as dificuldades ao bordão da falta e da carestia de braços. Mais importante, tal proposição denota a dificuldade em equacionar a falta de mão-de-obra como resultante do empobrecimento e da degradação das condições dos trabalhadores após 1975, ao arremesso não só das pro-

²⁸⁴ Mesmo quando a análise desta equação pretende ser objectiva e isenta, sopesando as suas várias facetas, é frequente encontrarem-se embutidas afirmações discutíveis, no limite conducentes à elisão de um pensamento crítico. Atenhamo-nos a um exemplo: João BONFIM sustenta que, após 1975, as “relações de quase escravidão (...) nas roças (...) tinham de ser alteradas. Mas a quebra total de autoridade na relação entre a chefia e o empregado, a desvalorização do papel das hierarquias no sistema de produção...” prejudicaram a “eficiência do sistema produtivo” (2000:48). Não se negará alguma desvalorização das hierarquias, mas deixar subentender esse processo como algo de simétrico relativamente às hierárquicas “relações de quase escravidão” abolidas em 1975 pode ser erróneo.

Vejamos, a referida desvalorização é imputável às chefias que, na falta de competência técnica, chamaram à colação a sua posição hierárquica, enfraquecendo-a. Outras vezes, essa desvalorização pode ter resultado de rivalidades políticas e pessoais agravadas por um contexto político instável. Essa desvalorização não resultou, num primeiro momento, dos trabalhadores, nem de um qualquer mecanismo reactivo a toda a ordenação hierárquica assimilável a “relações de quase escravidão” que, em rigor, já não existiam no cair do pano do colonialismo. Ao invés, como disse, assistiu-se a tentativas de endurecimento dos vínculos hierárquicos nalgumas roças após a nacionalização.

João BONFIM, reportando-se a uma “nova realidade social nas empresas (...) [de] plena liberdade que é reconhecida à pessoa humana”, adianta que o “regime de *trabalho por tarefas* (...) foi substituído pela jornada de oito horas de trabalho. Foram abolidos o toque do sino na concentração matinal, suprimidas as precedências de autorização para que o trabalhador se ausentasse do recinto. Os castigos físicos e humilhantes foram abolidos.” (cf. idem:49). O quadro ideológico anti-colonial ainda prevalecente leva a compor uma realidade pautada pela coerção com base em inexactidões – por exemplo, havia anos que não existiam castigos físicos nas roças – do qual se deduz uma leitura errada das transformações operadas após 1975.

É preciso dizê-lo, o regime de trabalho por tarefas, gradualmente adoptado no derradeiro quartel do colonialismo, era mais favorável ao trabalhador do que o da jornada fixa de oito horas. Não me alongarei sobre o toque do sino e a concentração matinal, mas diria que nas empresas agrícolas, no pós-independência, a mobilidade passou a ser desencorajada. Também se redescobriu a necessidade de controlo dos trabalhadores, decerto para colmatar as fissuras abertas pela desmoralização decorrente da pressentida falta de competência dos directores e da intuição de que as novas regras de conduta e de ordenamento social acentuavam, não a proximidade, mas o distanciamento entre os novos dirigentes e os trabalhadores.

Estas notas não retiram mérito à análise de BONFIM que, de resto, se mostra clarividente a respeito da correlação entre corrosão da moral e da confiança nos líderes políticos, por um lado, e desmotivação social e incapacidade de mobilização para projectos colectivos, por outro, cf. 2000:71.

²⁸⁵ AGUIAR, Armindo 2001:12-13.

messas da independência como da melhoria verificada nos derradeiros anos do colonialismo⁽²⁸⁶⁾.

Ao invés de considerar esta realidade, Armindo AGUIAR prefere insistir no odioso do colonialismo. Reconhece que uma “boa parte do homem santomense” não tem vocação nem traquejo para a agricultura⁽²⁸⁷⁾. Estão nesse caso os pequenos proprietários, porquanto a maioria se compõe de antigos assalariados das roças. Este facto e a propensão para uma segunda actividade fora da agricultura são “consequência do trauma provocado pelos acontecimentos ligados à usurpação das suas terras pelos colonialistas que os empurrou para trabalho em diferentes outros sectores de actividade”. Noutros termos, para AGUIAR, os maus-tratos infligidos aos serviçais durante o colonialismo afugentaram o são-tomense da agricultura levando-o a procurar emprego nas repartições⁽²⁸⁸⁾, enquanto a agricultura só “lhe servia para colher quase sem cultivar”. Estas asserções assentam numa interpretação maniqueísta e simplista do passado colonial. A par disso, repetimo-lo, laboram numa ilusão por não terem em conta os apertados condicionalismos económicos actuais, parte deles derivados da espoliação do sector agrícola após a independência.

Diga-se, então, que, de permeio com a leitura ideológica da história recente, a alegação da canga do colonialismo sobre o trabalho agrícola tem servido para obnubilar o odioso da injustiça inscrita nas relações laborais após a independência.

Reportando-se à ressaca das nacionalizações, Ana BARROS defendeu ter-se assistido a uma relativa melhoria nas relações “de trabalho e em termos sociais”. Ainda assim, ela própria matizou esta asserção ao aludir, logo a seguir, a uma “gestão inflexível sem possibilidade de rela-

²⁸⁶ Ao cabo de anos, Armindo AGUIAR veio a descobrir que, lamentavelmente, o modelo de agricultura colonial teve seguimento no período pós independência, em consequência do que a população rural se tornou cada vez mais vítima, mais desfavorecida e mais empobrecida, cf. 2001:135.

Assim enunciada, tal proposição comporta laivos de mistificação. Na verdade, pode-se corroborar a ideia da continuidade do modelo de exploração da terra. Mas, primeiro, essa continuidade foi uma decisão não só soberana, como politicamente não inocente. Segundo, face aos derradeiros anos do colonialismo, o empobrecimento representa uma inflexão na trajectória da população rural, não uma continuidade.

²⁸⁷ AGUIAR, Armindo 2001:80.

²⁸⁸ AGUIAR, Armindo 2001:81.

É inegável o acerto deste argumento, o qual, todavia, deve ser complementado com o de que os roceiros também não queriam a mão-de-obra local nas roças.

ção biunívoca entre os gestores e os fazedores de produção”, bem como à “indisciplina no trabalho”⁽²⁸⁹⁾. A inferência acerca da melhoria em termos de trabalho reporta-se à abolição da clivagem racial, mas, no terreno, tal abolição pode não ter tido efeitos palpáveis nas relações de trabalho. Ao invés, e por paradoxal que tal se afigure, pode até ter emprestado um cunho ainda mais gravoso às assimetrias no local de trabalho. Ao passo que as assimetrias do tempo colonial podiam ser remetidas para factores intangíveis, as do pós independência tinham uma origem conhecida, tornando-se, por isso, menos toleráveis. Mais importante, a indisciplina no trabalho não se filia apenas nas dificuldades económicas, mas, preferencialmente, na falta de competência e na ausência de ética dos dirigentes das empresas, questão que nunca foi abordada com profundidade.

Para explicar o declínio da produção agrícola desde a independência, BARBOSA referiu, entre outros factores, a baixa produtividade de trabalho, devida ao facto de, para os trabalhadores e para grande parte da população, ter ganho força a ideia de que as empresas eram do povo, donde cada um podia fazer delas o que lhe aprouvesse⁽²⁹⁰⁾. Actualmente, as denúncias e/ou explicações que versam a mal compreendida noção de tudo ser pertença “do povo” e o subsequente desleixo no tocante ao trabalho, também indicam um voluntarismo, desta feita supostamente bem intencionado porque, aparentemente, tais denúncias afectam rigor científico e surgem destituídas de intentos políticos imediatos. Ora, o afã de conferir pertinência ao saber social também pode conduzir a visões injustas como a de terem sido apenas os trabalhadores a ter tido uma noção errónea da pertença dos bens “do povo”, sendo-se menos perspicaz a respeito de postura idêntica dos novos possidentes. Neste ponto, cumpre lembrar que Armindo AGUIAR alude à desmobilização produtiva, juntando alusões à situação na era colonial e à condescendência nas relações de trabalho após a independência, de alguma forma relacionada com a ascensão de oportunistas que queriam agradar aos novos detentores do poder⁽²⁹¹⁾ e que, infere-se, eram incapazes de assegurar a gestão das roças.

²⁸⁹ BARROS 1995:242.

²⁹⁰ BARBOSA 2001:54.

²⁹¹ AGUIAR, Armindo 2001:84.

Explicações ainda e sempre baseadas na culpabilização do colonialismo enquanto óbice ao desempenho produtivo e ao crescimento afiguram-se cada vez mais pobres⁽²⁹²⁾. Por mim, alvittraria que, acobertando a recusa a trabalhar, as alusões ao “trabalho colonial” foram instrumentais. Tais alusões visavam repor algum equilíbrio e justiça numa relação de forças que pareceria aos ex-serviçais tanto mais injusta quanto não reconheciam aos novos “gestores” – eventualmente, comissários políticos – nem competência, nem história justificativa da sua posição e do mando sobre as suas vidas. Assim, as alusões ao “trabalho colonial” visavam obter um escudo moral contra a arbitrariedade dos novos mandantes. Não considerar esta possibilidade equivale a menosprezar a inteligência dos trabalhadores e acaba, mesmo se involuntariamente, por redundar num branqueamento da hierarquização das relações laborais que se tornou intolerável para aqueles.

Na verdade, uma causalidade linear como a referida mascara o interesse da liderança política na nomeação de dirigentes interessados, como sustenta o autor, em “agradar aos novos detentores de poder”.

²⁹² Ressalve-se que, na análise das práticas dos pequenos proprietários, alguns esboços de caracterização do comportamento perante a terra e a agricultura já não remetem para a estafada ideia da culpa do colonialismo.

07. AS BOAS INTENÇÕES OU O PATERNALISMO A REINVENÇÃO DA NATUREZA DO SÃO-TOMENSE

Actualmente, questiona-se o saber científico pelo lado das suas implicações éticas. Ora, no caso de S. Tomé e Príncipe, mais do que o cunho opressivo que amiúde se descortina no impacto do saber científico sobre outros saberes sociais, matéria a abordar adiante, elegeríamos como um dado nocivo o paternalismo dos académicos. Um expoente desse paternalismo encontra-se nos estudos sobre a reconfiguração económica e social das antigas roças. Nalguns desses estudos, a procura de resultados económicos não deixa sequer espaço para uma sombra de inquietação sobre a discricionariedade com que se idealiza uma dada engenharia social. Aí se patenteia uma (eventual) dimensão opressiva do discurso académico (que, se de autoria de europeus, suscitaria as mais agressivas acusações). No arquipélago, essa dimensão opressiva resulta algo inócua, porque ignorada ou desatendida. Seja como for, as indicações acerca do destino social dos conterrâneos indiciam a prevalência do paternalismo que se esperaria encontrar mais em políticos e não tanto em estudiosos.

Retornemos ao trabalho de Armindo AGUIAR, o autor que mais longe leva o exercício paternalista, esforçando-se por comprovar a necessidade de induzir uma mutação cultural no mundo rural. Constatada a resistência ao trabalho agrícola, pretende como que refundar a natureza do são-tomense. Armindo AGUIAR convoca o instrumental científico, mormente o de inspiração antropológica, para transformar a mentalidade do são-tomense, designadamente no tocante ao trabalho na terra. A haver uma vertente opressiva no emprego do saber social para entendimento (e, subentende-se, manipulação) do meio social local, ela subjaz ao trabalho deste autor que, inconscientemente talvez, se coloca numa posição de indisputada supremacia moral. O seu fito é o de concitar a

uma mudança nas prioridades da vida de outrem em nome de um desenvolvimento quase compulsivo.

Segundo AGUIAR, sem estudos sócio-antropológicos não se vislumbram “para a economia santomense esquemas de aplicação [de] teorias económicas que funcionem em contraposição à natureza dos condicionismos internos que bloqueiam o desenvolvimento. Não estando os pequenos agricultores motivados para a agricultura, é preciso encontrar os mecanismos que os catalizem na prática produtiva e os ajudem a libertar as dinâmicas que lhes estão intrínsecas.” Por outras palavras, o fracasso das teses do FMI e do BM não derivará apenas do serventário de receitas neo-liberais. Esse fracasso provém igualmente de um factor interno difícil de contornar, porque ancorado no passado histórico. Segundo o autor, o problema está essencialmente no homem, na sua deformação psico-cultural e na falta de informação, a atalhar pelo enquadramento numa política coerente de desenvolvimento agrário. E prossegue: o desenvolvimento queda limitado pelos factores culturais, como o demonstra a incompatibilidade entre a racionalidade dos que labutam no campo e o sentido moderno do desenvolvimento⁽²⁹³⁾. Para superar este óbice, AGUIAR clama por estudos antropológicos que – uma vez expurgados, supõe-se, de esquemas analíticos outrora conducentes à interpretação preconceituosa das sociedades africanas – sugiram, afinal, soluções compatíveis com as receitas económicas do FMI e do BM.

Armindo AGUIAR terá consciência da artificialidade da sua posição, que salvaguarda ao conceder que o desenvolvimento, processo de dimensões múltiplas, não se reduz à economia. Portanto, a lógica que tem de nortear a família agricultora há-de ser a da racionalidade que aponta para o desenvolvimento integral⁽²⁹⁴⁾. Perguntar-se-á em vão, a quem e porquê é dado definir o desenvolvimento integral?

À primeira vista inovadora, aquela asserção reveste-se de tons politicamente correctos mas ambíguos, porquanto visa tornar aceitável a subalternização daqueles a quem se comete a tarefa (e os custos) do desenvolvimento. Essa asserção tem também uma inegável parentela com os slogans usados no regime de partido único, até por do desenvol-

²⁹³ AGUIAR, Armindo 2001:131 e 132.

²⁹⁴ AGUIAR, Armindo 2001:133.

vimento outrora propalado também só acabarem por ressaltar os objetivos económicos. Por fim, remete implicitamente para um imaginado comunitarismo ou para uma tradição africana, de que supostamente o são-tomense é (ou deveria ser) tributário, agora talvez ainda mais por razões de agenda política actual.

Acrescenta Armindo AGUIAR: “é preciso um processo de sensibilização para que cada homem activo se compenetre que tem de produzir para si e para a sua família sem descurar a preocupação do desenvolvimento da economia em geral.”⁽²⁹⁵⁾ Pergunta-se: por que razão os ex-serviçais e seus descendentes não-de querer ser agricultores e não aspirar a mudanças sociais? *Mutatis mutandis*, patenteia-se no discurso académico uma recidiva de um difuso ditame moral acerca do que é ser são-tomense, desta feita à conta, não de uma ideologia política, mas do imperativo do desenvolvimento da “economia nacional”.

AGUIAR lavra uma condenação moral do individualismo presumidamente avesso ao interesse nacional. Ele faz recair o gravame do desenvolvimento sobre os pequenos agricultores que, abdicando de uma visão instrumental da terra, a deveriam encarar em “função de um plano projectado e organizado para alterar as condições sócio-económicas globais”⁽²⁹⁶⁾. E porque é que tal questão não é posta a todos os beneficiários de terra que não têm a agricultura como actividade principal? Porque é que a questão da aversão ao trabalho agrícola ou da relação difícil com a agricultura é enunciada para os pequenos agricultores e não o é para os indivíduos social e politicamente proeminentes tornados proprietários pelas concessões de terra anteriores ao início da distribuição de parcelas nos anos 90? Porque teriam de ser os pequenos proprietários a alardear uma congruência política e económica que a elite, ciosa dos seus bens e ganhos pessoais, se dispensa de ter?

Ainda segundo AGUIAR, os pequenos proprietários não têm objetivos em termos de desenvolvimento social global e mantêm-se na expectativa de soluções de um Estado paternalista, nada fazendo em prol do desenvolvimento da sua própria comunidade⁽²⁹⁷⁾. O opróbrio recai

²⁹⁵ AGUIAR, Armindo 2001:141.

²⁹⁶ AGUIAR, Armindo 2001:144.

²⁹⁷ AGUIAR, Armindo 2001:138 e 148.

especialmente sobre os pequenos proprietários por se considerar que estes, ao invés dos demais deserdados, teriam à sua disposição o meio para poderem lutar por si mesmos e pelo país. Na verdade, quando se critica os pequenos proprietários que esperam providências do Estado, não se considera que a sua alegada passividade contém uma censura implícita à flagrante desigualdade de soluções propostas: outros indivíduos, aparentemente sem esforço, obtêm privilégios inatingíveis para eles, que sobrevivem esforçadamente do trabalho da terra. Em suma, AGUIAR assevera que as pessoas – leia-se, os pequenos proprietários – não têm sentido de comunidade e vivem para a defesa dos seus direitos individuais. Eu oporia que sobrevivem, o que o autor, porventura erroneamente, confunde com a defesa de “direitos individuais”.

Paralelamente a esta problemática, como que se reinventou uma nova natureza para os são-tomenses do mato. Por exemplo, o estudo de Iolanda AGUIAR parte de um dado modelo desenvolvimento (rural), que não se percebe se é aceite por inércia⁽²⁹⁸⁾ – por razões históricas e pela dificuldade, de momento quase inultrapassável, de afectação de mão-de-obra a outras actividades mais rendosas –, se por convicção (ou crença ideológica) no tocante, por exemplo, à vantagem estratégica de assegurar a auto-suficiência alimentar⁽²⁹⁹⁾.

A par dessa tendência, descortina-se nos textos de diversos autores como que uma descoberta da entidade família, que é relacionada com a agricultura, ao passo que o indivíduo estaria associado a actividades económicas proporcionadoras de réditos de outra grandeza. Esta dupla perspectiva não é assim enunciada. Pelo contrário, é mascarada por considerações teóricas, permeadas por alguma inconsistência ideológica e

²⁹⁸ Os estudos patenteiam alguma adesão aos objectivos governamentais porventura constantes de documentos de carácter institucional. A adesão aos slogans em voga, que os estudiosos replicam, explicará, ao menos parcialmente, que a formulação de Iolanda AGUIAR (1998) relativamente aos objectivos da privatização agrícola (referidos a p.4 e repetidos a p.5) seja praticamente idêntica à de BARROS 1995:244.

²⁹⁹ Aponhamos uma questão: quantos dos autores são-tomenses, que se mostram convictos da supremacia económica da pequena propriedade em detrimento das grandes propriedades, o fazem sobretudo, para não dizer apenas, por adesão emocional e ideologicamente inspirada – tendo em mente o modelo colonial das roças, ao qual contrapõem uma imaginada equidade social entre os pequenos proprietários, entrementes livres da sujeição de outrora –, sem consciência de estarem a veicular um postulado de uma escola económica, a neo-clássica, situada nos antípodas das suas concepções políticas.

Note-se, também os políticos executam idênticas contorções ideológicas sem a mínima contrição.

política, que parecem acolher-se à ideia da família enquanto unidade social supostamente mais conforme a uma dada tradição africana.

Apesar da ausência de uma “tradição camponesa ancestral que permitiu estruturar a maior parte das sociedades africanas”, asserção que não discutimos, Iolanda AGUIAR descobriu o “Homem Camponês” e defende que no “cerne das UAF está a FAMÍLIA CAMPONESA”⁽³⁰⁰⁾. Em todo o caso, cabe perguntar – até em razão do expandido sobre a aversão ao trabalho agrícola devido à sua conotação escravista e colonial – como se constitui ou nasce o “homem camponês”. Aparentemente, ele provém dos antigos assalariados das roças aos quais é cometida uma função económica e um estatuto social que os *da terra* não desejam para si⁽³⁰¹⁾.

Para Iolanda AGUIAR, o Estado de S. Tomé e Príncipe está empenhado, não apenas num “modelo de desenvolvimento rural”⁽³⁰²⁾, mas da própria ruralidade, criando agricultores independentes⁽³⁰³⁾. Sobre o conteúdo da ruralidade, talvez se possa dizer que, embora sob outra forma, a demonstração da autora vai no sentido de apresentar o homem do mato como depositário de um conjunto de qualidades capazes de o tornar motor do desenvolvimento (rural).

Em suma, é corrente a reafirmação da perspectiva de desenvolvimento a prazo com base no crescimento agrícola, o que implica o desenvolvimento de uma classe de agricultores, quiçá homóloga às conjecturadamente existentes noutras sociedades africanas. Ora, nem na sociedade colonial nem no regime monopartidário pós- independência⁽³⁰⁴⁾ existiu espaço para uma tal classe. Embora decerto por razões diferentes, não é seguro que exista actualmente.

³⁰⁰ AGUIAR, Iolanda 1998:4 e 13.

³⁰¹ Por exemplo, é caso para perguntar quantos funcionários públicos passaram a dedicar-se à agricultura, como, supostamente, era uma das metas do PAE.

³⁰² Veja-se uma definição compreensiva de desenvolvimento rural em AGUIAR, Armino 2001:51.

³⁰³ AGUIAR, Iolanda 1998:5.

³⁰⁴ AGUIAR, Armino 2001:86.

MUTAÇÕES SOCIAIS E EMPRESARIADO .08

O peso da agricultura na economia e, quiçá, as dificuldades de abordagem da política petrolífera levaram a que a discussão do crescimento se centrasse naquele sector, que se considera votado a suprir as carências extremas de parte substancial da população e a minorar as dificuldades económicas do país. Entrementes, as mutações sociais e políticas e o almejado crescimento ditaram também interrogações relativas ao papel, presumivelmente crucial, do empresariado local no crescimento económico e nas mudanças, forçosas, a operar na evolução do país.

Elaboraram-se ensaios de caracterização do empresariado são-tomense, mormente de perfis psicológicos e sociais a partir das auto-representações dos empresários. Num caso, tropeçou-se, uma vez mais, numa (dir-se-ia, irredutível e onnipresente) idiossincrasia particular dos são-tomenses. No estudo de João ABREU, estranha-se que os factores motivacionais dos empresários são-tomenses se revelem gritantemente díspares dos de empresários de outras paragens. De sete motivações mais citadas como impulsionadoras da actividade, a aprovação social aparece em primeiro lugar⁽³⁰⁵⁾, o comunitarismo ou a contribuição para o bem-estar da comunidade em segundo e, ainda, a oportunidade de ganhar dinheiro em sexto!... Para além da inevitável mescla de vários

³⁰⁵ Embora possa ir ao encontro da sociabilidade local, marcada pela intensa interacção pessoal, a escolha da necessidade de aprovação social e do respeito dos amigos pode ser, sobretudo, tributária da esperada apreciação positiva de uma tal motivação por parte do investigador (que, aos olhos dos inquiridos, pode não ser apenas um mero indivíduo isolado, convindo, pois, ter em atenção uma imaginada, mesmo se aparentemente inexistente, cobertura institucional).

É certo que, ao cabo da análise, ABREU refere que 55% dos empresários tiveram como motivação a segurança e a autonomia, relegando a aprovação social para segundo lugar (1992:79). Ainda assim, não se eliminam os problemas da contaminação dos significados das hipóteses de resposta com que se procedeu ao inquérito, nem os relacionados com a pouco plausível hierarquização das motivações dos empresários.

registos discursivos, por mim, também não descartaria a (mais que provável) manipulação por parte dos respondentes de asserções ideológicas correntes nas ilhas. Ademais, é-se também obrigado a conjecturar que o escalonamento das motivações possa ter sido induzido pelo leque das variáveis apresentadas aos inquiridos. Apesar da protestada neutralidade do inquérito, importaria saber, por exemplo, quantos empresários teriam escolhido os dois primeiros factores se eles não lhes tivessem sido enumerados. O desencontro entre as motivações dos empresários são-tomenses e as de empresários de outras paragens só seria crível quando se demonstrasse convincentemente o peso relevante de factores culturais específicos, o que não tem lugar⁽³⁰⁶⁾.

Logo, mais do que em caracterizações psicológicas ou motivacionais – indicadoras de particularismos que, a confirmarem-se, não só tornariam os empresários são-tomenses deveras atípicos, como desmentiriam as impressões da generalidade dos observadores –, talvez seja de procurar alguma singularidade, se ela é assim tão vital, num qualquer outro vector social. Será mais avisado pressupor-se que a suposta especificidade patente nas respostas dos empresários inquiridos por ABREU configura, por hipótese, uma elaboração ideológica (algo reactiva e defensiva) dos empresários sobre a sua situação e por referência quer ao poder político, quer à actual conjuntura económica e social em S. Tomé e Príncipe.

Diversamente, José Luís MARTINHO fez uma leitura do empresariado são-tomense menos idílica e condescendente e mais conforme à realidade económica e social do arquipélago. Desde logo por ter salientado as fissuras entre os sujeitos apodados de empresários no tocante quer às suas trajectórias, quer aos valores por que alegadamente se regem na sua actividade. MARTINHO descreve uma das clivagens no seu seio:

³⁰⁶ Apesar de ter lobbado nos empresários atitudes típicas desse grupo social, designadamente a tendência para a ocultação de dados como mecanismo de protecção da sua posição, ABREU não se interrogou acerca dessa atitude. Noutros termos, não se questionou sobre o facto dessa atitude contradizer a escala de motivações enunciada pelos empresários ou, ao invés, talvez por ele próprio indirectamente induzida.

Segundo ABREU, instados a comparar a sua performance no negócio ou o seu lucro como o dos pares, mais de metade dos empresários, 51%, considerou o seu como médio. Para ABREU, a nítida tendência de concentração das respostas à volta da média traduz alguma incerteza ou falta de conhecimento (1992:101-102), o que, sendo verosímil, pode também ser lido como uma estereotipada resposta defensiva por parte dos empresários são-tomenses, que não os distingue de quaisquer outros.

de um lado, estão aqueles que observariam o respeito pelos outros e se norteariam pela preocupação com a colectividade e, do lado oposto, os que assentariam a sua actividade no individualismo e na desonestidade, tais as práticas ou os contra-valores de “malabaristas” ou “furões”⁽³⁰⁷⁾. Embora algo artificial, mormente por não atender à transversalidade de certos comportamentos, esta concepção é menos benevolente, mas decerto mais lúcida. Com efeito, mau grado o seu maniqueísmo moral (de resto, contraditório com a explicação do autor acerca dos procedimentos de empresários como a adaptação possível face às distorções do mercado em S. Tomé e Príncipe), aproxima-se mais da realidade do que a velada e inconsequente apologética de ABREU. Acrescente-se, ainda, que a clivagem descrita coincide em parte com a subsistente entre valores herdados do passado colonial, por um lado, e novos valores, com realce para o individualismo e o aproveitamento “das circunstâncias”, por outro. Entre os que se regem por estes valores ou anti-valores⁽³⁰⁸⁾, a diversidade de condição económica seria enorme. O autor não fornece indicadores precisos – uma quase impossibilidade, aduza-se – mas, qualificando padrões de vida, afirma que estes oscilam entre o “conforto” e a sobrevivência “abaixo do limiar da pobreza”⁽³⁰⁹⁾, o que soará a estranho a quem não esteja familiarizado com a proliferação do pequeno comércio no arquipélago. Logicamente, queda por apurar se o autor não esticou a noção de empresários de forma a abarcar desempenhos que em pouco

³⁰⁷ MARTINHO 1997:134.

³⁰⁸ MARTINHO caracteriza os padrões morais da actuação do novo grupo de empresários emergente com as alterações económicas dos anos 90. Não é dito nestes termos, mas infere-se que esse grupo, nascido das oportunidades surgidas com a imperfeição e a distorção do mercado, se rege por valores que representariam a derrogação de um determinado consenso moral prevalecente até essa época (1997: 134 e ss). Diga-se, o autor permite-se criticar a assunção de propósitos individuais por parte desses empresários, duvidando da legitimidade de tais propósitos e metas individuais.

Tal implica duas questões. Primeira, a de saber se tais empresários do desenrascanso não são também produto da falência da actividade empresarial classicamente definida (conforme, aliás, formulação teórica do autor) por via das alterações políticas, económicas e sociais desde 1975. Afinal, não se pode esperar que a falência da actividade empresarial nos padrões classicamente definidos só tenha as implicações que desejamos, designadamente o surgimento de actores económicos a actuar conforme a tradição alegadamente africana ou são-tomense. Segunda, olhando retrospectivamente, importa também saber se, a coberto de um ideário colectivista, aparentemente mais aceitável no plano moral, e de estruturas hierárquicas rígidas, os dirigentes das empresas públicas não tiveram a possibilidade de perseguir os mesmíssimos interesses individuais em desfavor, por exemplo, dos trabalhadores das ditas empresas.

³⁰⁹ MARTINHO 1997:135.

ou quase nada configuram o de um empresário, mesmo numa visão lata e diferente da classicamente definida, como ele faz questão de notar.

Não obstante a escassa fiabilidade da amostra, José Luís MARTINHO chegou a uma caracterização do sistema identitário dos empresários, a saber, da sua forma intencional de estar no mundo e do seu modo de agir e de reagir. Para ele, as informações sobre o sistema identitário contribuem para a compreensão do universo de significações e da lógica subjacente à maneira de ser dos empresários de S. Tomé e Príncipe⁽³¹⁰⁾. Não é líquido que assim seja, mas tal não belisca nem a intenção nem o esforço.

Para descobrir alguma singularidade dos empresários são-tomenses, talvez seja de traçar a génese desse grupo, decerto diferenciado, em relação com os mutantes panos de fundo político, ideológico e social no continente africano e no arquipélago nas últimas décadas⁽³¹¹⁾.

Atente-se, por exemplo, na circunstância do viveiro de empresários se encontrar no sector das micro e pequenas empresas⁽³¹²⁾, em parte coincidente com o sector ou, caso se queira, subsistema informal⁽³¹³⁾, o qual deve merecer atenção. Inicialmente associado ao desemprego disfarçado, ao sub-emprego e à pobreza, esse sector (informal e/ou das micro empresas) tem sido ultimamente visto como sede de qualificação e “nicho” de formação de empresários⁽³¹⁴⁾. Portanto, numa perspectiva

³¹⁰ MARTINHO 1997:30.

³¹¹ Entre as mudanças significativas ressaltadas por MARTINHO, destaque-se a descolonização, a crise dos sistemas socialistas e a crença excessiva no papel do mercado a partir dos anos 80 (cf. 1997:30). Focando a diversidade de situações na transição para a economia de mercado nos países africanos ao sul do Sahara, o autor constata não haver nem auto-regulação do mercado, nem regulação comandada por um Estado onipotente, mas uma regulação auto-organizadora. Daí, MARTINHO parte para a ideia da falência dos modelos clássicos da actividade empresarial, caracterizados por Max Weber, salientando, pelo contrário, que comunidades domésticas e colectivos linhageiros figuram entre as estruturas sociais consideradas como adaptadas aos fins económicos empresariais no contexto africano, cf. *idem*:10-11.

Resta saber se é este o quadro prevalecente em S. Tomé e Príncipe onde, por hipótese, o individualismo tem um papel maior do que se lhe concede, o que não equivale a afirmar a sua perenidade.

³¹² BARBOSA 2001:64.

Numa reformação desta ideia, o autor adianta, por um lado, que do grupo dos “antigos comerciantes” nascerá uma “classe empresarial”, aduzindo que “uma classe”, supostamente de empresários, emerge do “sector informal”, cf. *idem*:75.

Ainda no tocante à génese dos empresários, lembraria o veio político produtor de empresários, alguns dos quais por certo económica e politicamente influentes.

³¹³ Segundo ABREU, o volume de negócio na economia paralela é bastante elevado, admitindo-se mesmo ser superior ao efectuado nos circuitos oficiais, cf. 1992:101.

³¹⁴ MARTINHO 1997:18.

optimista, um segmento de empresários pode provir desse sector, onde não se pode excluir um processo de diferenciação e de selecção. Em todo o caso, e sem depreciar a valia económica do imprevisto nas presentes condições económicas, importará não endeusar o desempenho desses empresários nem perder de vista os custos e os benefícios para a sociedade de uma tal configuração económica.

Evidentemente, as características do empresariado remetem para a história da sua gestação recente. Parte desse empresariado provém do aproveitamento das oportunidades geradas pelas drásticas mudanças económicas e sociais. Outra parte brota de uma criação administrativa e política, isto é, da lógica clientelar transformadora de uma fracção da nomenclatura do pós-independência em classe capitalista. Esta fracção do empresariado não tinha preparação económica e, tão ou mais significativo, ainda hoje parte dela não parece vocacionada para se devotar às actividades económicas e às empresas de que se tornou titular. É possível que alguns destes novos titulados donos de empresas se limitem futuramente a um aproveitamento rentista dos bens outorgados, designadamente das roças.

Sem embargo de algumas trajectórias de mérito assinalável, não é líquido que floresçam empresários com visões estratégicas para o país. Entretanto, sobra a esperança de que se afirmem empresários com empenho e capital para investir no alargamento da sua actividade, contribuindo para o crescimento económico. Ainda numa visão esperançosa, remanesce a expectativa de uma mudança de atitudes necessária ao desenvolvimento sustentável. Aliás, estes trabalhos sobre os empresários podem ser lidos como o resultado da procura de protagonistas da mudança social, como se, num certo sentido, o esforço de valorização inerente à sua caracterização equivallesse, simultaneamente, a um incentivo e a uma responsabilização dos ditos empresários perante o país.

Tal caminha de par com a consciência da indeterminação que impende sobre o arquipélago: os derradeiros trabalhos, sendo mais abertos e, por consequência, menos conclusivos, têm, contudo, um ponto por assente: a exploração petrolífera “mudará irreversivelmente a vida dos são-tomenses”⁽³¹⁵⁾. Vêm sendo passados em revista os efeitos perversos

³¹⁵ MENEZES 2002:100.

da *dutch disease* e, noutra perspectiva, do dualismo económico que repisaria o subdesenvolvimento. Lembrou-se a necessidade de procurar a sustentabilidade económica para a era pós petróleo⁽³¹⁶⁾. Entrementes, afloram as inquietações a respeito de mutações futuras. Enquanto só em surdina se equacionam os parâmetros da segurança nacional, já se aludiu à possível turbulência social associada à imigração de cidadãos nigerianos⁽³¹⁷⁾ e de outros países.

Os cenários futuros instam ao desenvolvimento do saber nas mais diversas áreas.

³¹⁶ MENEZES 2002:13.

³¹⁷ MENEZES 2002:13.

Embora sem dados para medir o impacto do presente fluxo imigratório, parecem consensuais as ideias da inexistência de qualquer controlo e da integração desregrada dos migrantes. Segundo MENEZES, o petróleo terá como “consequência indirecta o aumento do fluxo de entrada de estrangeiros”. Ele alerta também para a possibilidade de, a médio prazo, se acentuarem os riscos relativos “à desestruturação populacional são-tomense” (cf. idem:52 e 113), advertência de contornos bem mais discutíveis, quer do ponto de vista científico – atente-se tão-somente na história demográfica do arquipélago –, quer do ponto de vista político.

TEMÁTICAS EM ABERTO .09

Nos derradeiros anos, foi-se processando uma nova hierarquização de problemáticas. Em detrimento da política que, outrora transformista e revolucionária, se rendeu à consciência religiosa, à boa vontade e à vangloriada índole pacífica do são-tomense, agora tudo parece depender do desenvolvimento. Actualmente, é este tópico que alberga e hierarquiza estudos mais especializados. Noutros termos, nos estudos técnicos tecem-se sugestões políticas que não são necessariamente expostas como tais, seja para as fazer vingar por via do consenso, seja para evitar a banalidade e a controvérsia a que se associam as enunciações políticas.

Apesar da maior diversidade temática, vários campos permanecem praticamente em aberto, ao passo que outros requerem investigação adicional. Mencionem-se alguns, a começar pelos que versam as consequências sociais das políticas adoptadas, sobre as quais importaria ter maior acutilância analítica e construir visões prospectivas tão realistas quanto possível.

[movimentos migratórios e concentração urbana]

Dentre as questões a aprofundar, avultam a do êxodo rural e a da desmesurada concentração urbana⁽³¹⁸⁾, de que decorrem problemas que a impossível integração social e as clivagens sociais em acentuação vão, particularmente em tempo de empobrecimento⁽³¹⁹⁾, revelando. Estes

³¹⁸ Atente-se na chamada de atenção para a dificuldade de gestão da crescente urbanização na capital do país in BARBOSA 2001:92.

³¹⁹ Neste particular, o PAE – ou, noutros termos, o abandono dos preços subsidiados, a abstenção de despesas sociais, o corte na promoção de emprego público e no suporte à produção camponesa, donde desertam os que se vêm acolher à cidade – pode revelar-se mais danoso em S. Tomé e Príncipe do que noutras partes de África, onde, independentemente da pobreza, parte significativa da população ainda permanece nas zonas rurais e ligada à agricultura.

E pode revelar-se insuportável também em vista da pressão sobre o território exíguo. Curiosamen-

movimentos denunciam uma conflitualidade latente, ligada à distribuição desigual de recursos e de oportunidades, com reflexos, inclusive, no próprio espaço físico que como que encolhe de forma célere. Talvez por causa da desigualdade política e económica neles inscrita seja tão difícil abordar os problemas sociais, também potenciados pela evolução demográfica. Em todo o caso, esses problemas manifestar-se-ão cada vez mais, senão sob outras, quiçá sob a forma de criminalidade difusa.

[processos de exclusão social]

Urge, portanto, o estudo dos processos de exclusão social, indiciados por esse seu epifenómeno dos meninos de rua. Noutras paragens, tal é explicado, por exemplo, por conflitos bélicos e subsequentes desalojamento e desestruturação do tecido social, mas, é sabido, essa explicação não se aplica ao arquipélago. De passagem, atente-se na curiosa coincidência temporal entre a já aludida rendição do discurso político a uma subentendida unanimidade moral, por um lado, e o avultar do problema dos meninos de rua, por outro.

[processo de renovação religiosa]

Face ao movimento de renovação religiosa, mereceriam atenção os indicadores dos sentidos social e político da renovada afirmação da fé católica, da proliferação das igrejas protestantes e, bem assim, das relações multiformes deste movimento religioso com um poder que actualmente se socorre de referentes religiosos para cerzir as clivagens políticas.

[estudos de género]

No tocante a relações de género, e sem embargo de comportamentos enraizados perpetuadores de desigualdades entre homens e mulheres, é abissal a diferença para o mundo dito “tradicional” africano que, por vezes, é vagamente evocado como modelo. E não parece que dessa “tradição” africana – designadamente no tocante ao controlo masculino dos meios de reprodução social ou à justificação da poligamia como “atitude cultural” quando está em causa a conduta masculina – possam advir

te, o facto de parte deste, entrementes abandonado, se ir tornando obó desincentiva, digamos assim, o retorno à actividade agrícola.

contributos para um almejado equilíbrio nas relações de género. Esse equilíbrio terá de buscar outras fontes de inspiração que não a realidade observável em vários meios sociais do continente africano.

A percepção dominante é a de se ter assistido a alguma promoção da mulher no pós independência⁽³²⁰⁾, para o que, cumpre notar, o colonialismo já abrira caminhos. Seja, apesar de condizente com a ideologia independentista e de aparentemente sancionada pelo rumo da política, onde algumas mulheres adquiriram protagonismo⁽³²¹⁾, talvez a evolução das relações de género, refractada a vários níveis sociais, não corrobore por completo esta ideia. Apesar de esforços associativos, no domínio da formação⁽³²²⁾ e, ainda, do desempenho de cargos políticos que emprestem visibilidade às mulheres, não é muito notória uma reivindicação persistente e organizada das mulheres em prol de si próprias e, por conseguinte, da reelaboração das relações de género.

De forma sumária, em sociedades africanas a sul do Sahara, as mulheres são consideradas, a par dos meios de subsistência, uma das condições de reprodução social da linhagem. Conforme um tal desígnio, elas empenham-se no cultivo da terra e no atendimento a necessidades de maridos e filhos. Ora, justamente por constituírem um garante indispensável da reprodução da linhagem as mulheres estão sujeitas à

³²⁰ Tal a perspectiva de autores estrangeiros como, por exemplo, HODGES e NEWIT 1988:59.

³²¹ Para Feliciano BONFIM, em resultado de preconceitos e tabus comumente aceites, a mulher são-tomense tem uma presença meramente simbólica nos órgãos de direcção política, detendo uma posição secundária na instituição familiar e na sociedade, cf. 2001:25-26.

Não discuto o juízo no que ele importa para uma avaliação global das relações de género, mas diria que, nos órgãos de soberania política, a posição da mulher talvez não seja tão simbólica quanto se infere do que disse Feliciano BONFIM em 2001. Salvo se a indicação de mulheres para tais cargos se relacionasse com o imaginado ou real esvaziamento de poder de tais órgãos em resultado de virtuais ou reais impasses políticos, hipótese que cumprirá aferir. Mas, ainda assim, não estamos perante posições meramente simbólicas.

³²² Algumas das acções de formação são incentivadas pelo paternalismo e, talvez por isso mesmo, inconsequentes. Compreende-se que sugestões de associativismo e projectos de formação que, no fundo, mantêm quase inalterada a posição de partida, se revelem desinteressantes e quedem abandonados ao cabo de pouco tempo.

Ana BARROS referiu-se ao Projecto Rio Vouga, de 1991, que tinha por objectivo formar mulheres rurais em domínios como culturas alimentares, pecuária, transformação de produtos da economia familiar, nutrição e medicina infantil. Este projecto foi abandonado por falta de motivação das participantes (1995:247). Embora a questão possa parecer impertinente face às infindáveis necessidades que assolam o arquipélago, importaria saber porque é que as mulheres foram eleitas como alvo desses supostos ensinamentos. Sem uma tal perspectiva crítica, não se promove o equilíbrio nas relações de género nem, a outro nível, se confere pertinência e eficácia a intentadas dinâmicas de mudança económica e social.

dominação masculina⁽³²³⁾. Encontram-se em S. Tomé e Príncipe certos pontos de contacto com esta realidade. Em todo o caso, essas similitudes ficam por contextualizar e explicar, sem o que não passarão disso mesmo, isto é, de similitudes invocadas discricionariamente e, quantas vezes, a despropósito (o mesmo se dirá de outros traços da vida material e simbólica).

A falta de estudos de género no arquipélago é tão mais notória quanto é sabido o papel crucial da mulher⁽³²⁴⁾ no suporte familiar, mormente nas camadas com menores posses⁽³²⁵⁾. Ademais, tiveram sempre um papel significativo na educação e sustento dos filhos⁽³²⁶⁾.

Actualmente, as empresárias representam um grupo empreendedor. Ora, a reconhecida valia económica destas e do comum das mulheres contrasta com a aparente subalternidade face aos homens. Por exemplo, cabe perguntar como se compõem e se repartem os rendimentos angariados por homens e mulheres tendo em vista a reprodução do agregado familiar, quando é esse o caso. Os homens apropriam-se directa ou indirectamente dos réditos das mulheres? Ou, noutros termos, que critérios normativos e culturais permitem, ao arrepio de estritas considerações económicas, a apropriação pelos homens do rendimento, ou de parte deste, alcançado pelas mulheres⁽³²⁷⁾? Também se poderia inquirir a representação que as mulheres tecem da decisão de cometerem a si próprias uma dada actividade económica para prover à subsistência dos filhos: trata-se de uma escolha (culturalmente induzida) ou de uma obrigação em razão de circunstâncias sociais críticas?

³²³ *Ciências Sociais*... 1992:240-242.

³²⁴ Reconhecimento subjacente à realização do Fórum Mulher em Fevereiro de 1996.

³²⁵ Como assinala Feliciano BONFIM, alguma da mudança entrementes operada nos órgãos de soberania não tem paralelo na gestão económica, pública ou privada, na qual a mulher permanece num plano de inferioridade. Exceptua-se o sector informal, onde o seu predomínio se afigura incontestável, cf. 2001:26.

³²⁶ E, ainda, nas actividades artesanais, conforme aventa MARTINHO 1997:45.

³²⁷ Sobre esta matéria encontram-se indicações esparsas. Por exemplo, segundo Iolanda AGUIAR, os chefes das explorações agrícolas familiares seriam, por regra, os homens, mesmo quando as mulheres detêm o título da terra. Aqueles chamariam a si as decisões cruciais como, por exemplo, as de aquisição de factores de produção ou de comercialização dos produtos, cf. 1998:8.

Também para Armando AGUIAR, nas decisões de exploração e de comercialização é patente a subalternização da mulher relativamente ao homem, mesmo quando é ela a detentora da terra. Essa subalternização espelha-se igualmente na repartição desigual dos resultados do trabalho, por vezes por causa de relações polígamas, cf. 2001:69 e 79, respectivamente.

Ainda não se abandonou a retórica da marginalização das mulheres na época colonial⁽³²⁸⁾, acerca do que talvez se devesse começar por observar a diversidade de condição das mulheres nesse tempo. Abandonada foi, isso sim, a perspectiva da emancipação das mulheres necessariamente decorrente da participação na luta de libertação e na reconstrução nacional⁽³²⁹⁾. Sem prejuízo de excepções, entre as quais a de Alda do Espírito Santo, a ideia da participação das mulheres no processo de luta pela independência não encontra o suporte factual tacitamente subentendido. Nem a perspectiva da necessária emancipação parece incondicionalmente sustentada pelo que se passou depois de 1975. Dir-se-ia que, sem prejuízo do recente protagonismo político, a emancipação das mulheres, em curso, não dependeu unicamente do processo político pós-independência. Adveio também de matrizes de pensamento herdado do colonialismo e, nalguma medida, das ONG empenhadas na ajuda ao país.

[unidades parentais]

Com esta matéria das relações de género articula-se a do estudo das unidades familiares ou parentais. Por exemplo, qual o peso da família, que desafiou e sobreviveu ao transformismo estatal pós independência, na reprodução social? Que caracterização das unidades familiares e qual o respectivo peso na formulação das políticas sociais?

[políticas sociais e saúde]

Apesar da consciência dos custos sociais e das ameaças derivadas da incidência de doenças como o paludismo e o HIV, entre outras, continuam a faltar inquéritos que, tendo em mente o falhanço das soluções voluntaristas gizadas após a independência, conduzam a um diagnóstico e a um ataque a tais doenças não tanto pelo lado da solução terapêutica quanto da prevenção, isto é, a soluções dirigidas às circunstâncias sociais propiciadoras das endemias. Não falta, de resto, a consciência da relação directa entre sofríveis condições de saneamento, entre outras,

³²⁸ Por exemplo, AGUIAR, Armino 2001:79.

Diga-se que, ao invés do que sustenta Nazaré CEITA, não foi apenas com a independência que se ofereceu um primeiro emprego às mulheres (2001a:10). Por exemplo, independentemente da sua faceta coerciva, as roças contribuíram para um outro estatuto das mulheres serviçais.

³²⁹ Veja-se SANTO, Alda 1978:195.

e a prevalência de doenças⁽³³⁰⁾. Naturalmente, clama-se por programas de prevenção que, a par da melhoria possível das condições de vida, minorem as causas das doenças. Esta correlação será correcta, mas não resolve todos os problemas. Um deles prende-se com o complicadíssimo restabelecimento, num contexto de pobreza generalizada, de controlos sociais cruciais para actuar sobre as causas sociais das doenças. Como em muitos outros domínios, o alheamento e a ignorância das experiências dos anos finais do colonialismo, quando alguns problemas sanitários pareciam controlados, traduzem-se numa perda.

[ambiente e desenvolvimento sustentável]

Aos são-tomenses vem sendo dado constatar que a pobreza pode ser potencialmente tão ou mais inimiga do ambiente⁽³³¹⁾ que o desenvolvimento, uma perspectiva comumente menos tida em conta. Como era de prever, dada a precariedade dos equilíbrios no arquipélago, a que se soma a pressão demográfica, a possibilidade do crescimento se tornar insustentável por acarretar a degradação ambiental a longo prazo foi aventada em recentes trabalhos. Nestes elencam-se como problemas o corte de árvores e a extracção de areias, causas da erosão costeira e, noutro plano, de um surto de *rubrocintus* prejudicial à produção cacaueteira⁽³³²⁾. Atenta uma leitura política dos equilíbrios ecológicos, cumpre partir para perspectivas mais amplas que não descurem quer as pessoas, quer as implicações ambientalmente danosas do agravamento das condições de sobrevivência.

[boa governação]

Sem embargo da contínua diminuição das expectativas em relação ao papel do Estado, é inelutável que o êxito da aplicação de políticas atinentes ao progresso económico e social passa pela vontade política dos líde-

³³⁰ Coteje-se, por exemplo, BARBOSA 2001:132.

³³¹ A desintegração do mundo rural e o empobrecimento das “camadas mais vulneráveis da população”, combinados com um elevado crescimento demográfico, causam danos ambientais de vulto, mormente nos recursos florestais. À relação assim firmada entre vulnerabilidade económica e degradação do meio ambiente (BARBOSA 2001:67), acrescentem-se os efeitos da deliquescência dos controlos sociais por incapacidade institucional ou falta de legitimidade política para os impor e imagine-se como é difícil travar essa degradação ambiental.

³³² Por exemplo, BARBOSA 2001:17, 18, 56 e 93; também MENEZES 2002:23-24 e 33.

res. Dito isto, tenha-se presente que ir, por exemplo, da constatação dos prejuízos da centralização do poder durante o monopartidarismo ou da instabilidade corriqueira desde a liberalização política até um diagnóstico conducente à renovação das práticas políticas se revela uma tarefa hercúlea. No mundo actual, que mutações comportamentais e sociais são exigíveis aos são-tomenses, em particular aos responsáveis políticos?

[Estado e desenvolvimento]

Que papel sobra para o Estado? Tem S. Tomé e Príncipe um Estado capaz de estimular o desenvolvimento? Independentemente do ralo debate teórico sobre o Estado no arquipélago, não será erróneo afirmar que o consenso quanto à necessidade do recuo do Estado para ceder o passo aos privados não arredou por completo a ideia de lhe caber um papel decisivo no impulso a uma dinâmica de desenvolvimento a ser depois prosseguida por privados⁽³³³⁾.

Com efeito, a necessidade de se delinear e cimentar uma dinâmica endógena de desenvolvimento parece justificar um Estado impulsionador do desenvolvimento, em última análise, igualmente requerido pela própria debilidade dos agentes privados⁽³³⁴⁾. Então, importaria averiguar o que é que, nesta formulação genérica pode acobertar a apropriação ou a mobilização de meios estatais para objectivos de apropriação ou acumulação particular. Na verdade, um problema de vulto respeita à fraca capacidade do Estado – reflectida no esboroar da sua autoridade, na sua deficiente prestação técnica e na sua inabilidade política – para, antes do mais, combater a corrupção⁽³³⁵⁾.

Para Iolanda AGUIAR, a crescente dependência da ajuda externa traduziu-se numa privatização do Estado⁽³³⁶⁾, a qual abre caminho à do-

³³³ Para Feliciano BONFIM, relativizadas as teorias desenvolvimentistas, hoje concede-se aos mercados o papel que outrora se atribuía aos Estados, embora o papel do Estado ainda se afigure vital em certas áreas em que complementa a acção dos privados, cf. 2001:29.

Face esta nova equação, surgem as questões: que mercado existe em S. Tomé e Príncipe? Poderá existir um mercado que não seja deformado, não só pelos constrangimentos do meio local, quanto, sobretudo, pela interferência burocrata e política? Ou seja, não nos depararemos com uma nova forma de intervenção política e social, porventura mais difícil de escrutinar porque avulsa e diluída?

³³⁴ Por exemplo, para Armindo AGUIAR, o subdesenvolvimento da agricultura são-tomense obriga a um apoio do Estado, designadamente aos pequenos agricultores cf. 2001:130.

³³⁵ Tais as debilidades arroladas por BARBOSA 2001:133.

³³⁶ AGUIAR, Iolanda 2002b:[5].

minação dos interesses privados e à supremacia das lógicas económicas e, acrescentaríamos, centrífugas e particulares. Com esta transferência de funções sociais – e, aditaria, administrativas – para agências privadas sedimenta-se a ideia da existência de outra instância reguladora das relações entre a autoridade e a sociedade. Tal vai de par com a tendência, observável nas sociedades africanas, de crescimento da intervenção de actores externos que determinam, entre outras, facetas da regulação económica e das relações de trabalho⁽³³⁷⁾. Não obstante a demissão da gestão económica e dos seus encargos sociais, delegados nos actores privados, o Estado⁽³³⁸⁾ preserva parte do seu poder, mormente enquanto mediador entre entidades internacionais e agentes económicos locais⁽³³⁹⁾.

O Estado ou, precisaríamos, quem o tem nas suas mãos⁽³⁴⁰⁾. Cumpre proceder a tal precisão até para conferir acuidade política local à intuição e ao libelo relativos à maximização dos ganhos pelos agentes externos supostamente propensos a manipular a dependência da sociedade e do Estado são-tomenses. Ora, aspecto menos versado, os agentes externos têm parceiros locais que, logicamente, pretendem majorar as suas posições e vantagens pela mediação firmada por seu intermédio. Todas as questões se filiam na seguinte: como reforçar as capacidades do Estado – o que, no caso do arquipélago, pode equivaler a afrontar interesses próximos e poderosos – sem o tornar omnipresente, ou seja, sem gerar um reforço de arbítrio estatal sobre a iniciativa particular?

Relembre-se a remanescente concepção transformista do papel do Estado no domínio das mentalidades. Como vimos, Armindo AGUIAR cita a necessidade de alterar a mentalidade prevalecente no sentido de cada indivíduo forjar soluções para as suas necessidades económicas, processo que, segundo ele, vai ocorrendo em resultado da outorga de terra, mesmo quando se trata de uma pequena parcela⁽³⁴¹⁾. Ainda

³³⁷ AGUIAR, Iolanda 2002b:[8 e 9].

³³⁸ Em termos comparativos, se ao Estado colonial coube essencialmente arregimentar e canalizar mão-de-obra barata e juridicamente desqualificada para as roças, o Estado independente tem revelado, ao arripio das aparências ideológicas e das novas arquitecturas políticas, inclinação para sustentar projectos que não convergem com interesses da nação são-tomense.

³³⁹ AGUIAR, Iolanda 2002b:[9].

³⁴⁰ Os actores estatais (conforme terminologia de AGUIAR, Iolanda 2002:[10]), mas não só.

³⁴¹ Embora algo contraditoriamente, Armindo AGUIAR enuncia os limites do transformismo das mentalidades e das atitudes, aduzindo que a “agricultura timoneira da transformação económica não

assim, tal transformação de mentalidades precisaria de ser fomentada e apoiada pelo Estado, por cujo protagonismo o autor pugna, independentemente disso contrariar as receitas neo-liberais das instituições financeiras internacionais⁽³⁴²⁾.

[voluntarismo e assistencialismo, dependência e exclusão social]

Porém, o mais significativo é que, na esteira da referência ao papel do Estado e à desmotivação dos pequenos agricultores, Armindo AGUIAR cite a necessidade de “descobrir as vias para os libertar dos estigmas sociais e simbólicos” que obstam à produção, asserção na qual ecoam, uma vez mais, os incitamentos voluntaristas do regime monopartidário pós-independência. Afirmar que as “nuances da história recente da exploração ainda são marcantes e jogam um papel determinante na conduta dos pequenos agricultores”⁽³⁴³⁾ tende a justificar, di-lo-íamos, uma remanescente concepção voluntarista e, no limite, arbitrária da actuação do Estado. Expressa através da alusão, sempre conveniente, ao (tão insondável quanto manipulável) peso da história⁽³⁴⁴⁾ e ao fardo colonial, não será essa concepção mobilizada para, afinal, camuflar o fracasso das

decorre do livre arbítrio do agricultor”. Previsivelmente, cita a oportunidade da orientação estatal, designadamente no tocante à gestão organizativa e financeira (2001:90). Para ele, a distribuição de terras criou inúmeros pequenos agricultores, descapitalizados e incapazes, por si sós, da valorização da terra. Impõe-se a necessidade de acompanhamento da aplicação do crédito, porquanto o pequeno agricultor não dispõe de competência para orientar a aplicação do crédito na produção e na gestão das parcelas (2001:93 e 95). Noutros termos, o que AGUIAR concede com uma mão à livre iniciativa dos pequenos agricultores, retira-lhes com a outra, clamando por tutoria estatal, em que parece confiar mais do que nos agricultores. Também atribui ao Estado a incumbência de criar infra-estruturas e mecanismos de suporte financeiro. Em contrapartida, não se interroga acerca do presumível viés da imaginada capacidade técnica a ser disponibilizada pelo Estado. Em suma, propugna por uma supervisão de cuja proficiência não duvida, no que divergirá dos sentimentos dos pequenos agricultores.

³⁴² AGUIAR, Armindo 2001:88-89.

A este respeito, registre-se que uma das críticas aos exemplos arrolados para justificar a justeza das receitas neo-liberais é o de, na alusão aos casos de sucessos, os neo-liberais escamotearem o papel propulsor do Estado, cf. MKANDAWIRE 1992:208.

³⁴³ AGUIAR, Armindo 2001:89.

³⁴⁴ O peso da história serve os mais variados propósitos e, sobretudo, o da elisão do reconhecimento da capacidade de juízo político do comum da população assente no cotejo da sua condição – por exemplo, de pequenos agricultores forçados a sobreviver da terra – com a de indivíduos proeminentes. Este possível juízo sobre a injustiça da condição social não influirá mais na desmotivação dos pequenos agricultores, bem como dos demais trabalhadores, do que o peso da história?

engenharias sociais perseguidas com a reforma agrária e, sobretudo, para sustentar um desenho económico e social assimétrico⁽³⁴⁵⁾?

Na verdade, a pobreza, a desarticulação política, o conformismo e a desolação tendem a tornar despidiendas as proposições e intenções, bem ou mal formuladas, de mutação e de regeneração política e social. Mas aos actores políticos e sociais, estudiosos incluídos, não restará senão persistir.

Já se esboçaram algumas interpretações da mentalidade de dependência⁽³⁴⁶⁾, matéria algo sensível em razão do orgulho que os são-tomen-ses ostentam relativamente à (aparente) autonomia das suas posições. Ao arrepio desse orgulho, a dependência de diligências de contornos assistencialistas deverá ter réplicas no arraigamento de certos vícios no relacionamento social. Para Armindo AGUIAR, muitas pessoas, entrementes desiludidas e marginalizadas, imputam ao Estado o encargo da resolução de todos os problemas. Erroneamente convictas do dever assistencial do Estado, nada fazem pelo desenvolvimento da sua comunidade. Uma tal falha cultural causa a falência das políticas e gera descrédito quanto aos projectos de desenvolvimento, o que tem consequências nos respectivos resultados⁽³⁴⁷⁾. Para Armindo AGUIAR, o falhanço das políticas de desenvolvimento radica nas mentalidades. Talvez por isso, e sem embargo de a referir, ele não pondera efeitos da marginalização social – a nosso ver, crucial – na desarticulação política e na inibição da participação cívica de vastos sectores sociais⁽³⁴⁸⁾. Tal participação poderia potenciar a formação de uma consciência colectiva e, a par disso, da ideia de nação, por seu turno, indutora de uma fronteira moral e cívica propiciadora de uma mais eficaz regulação social. Ora, vincada e crescente, a desigualdade gritante corrói a ideia de nação.

³⁴⁵ Abre-se, aqui, um conjunto de problemas, um dos quais é o de se saber quem é quem na adscrição a certas posições sociais, o que, evidentemente, se relaciona com um processo de ordenamento social baseado, entre outros, em critérios de proximidade familiar e clientelar.

³⁴⁶ Por exemplo, para Armindo AGUIAR, em razão da ideia de um Estado providência e da inércia de consumo de géneros importados, criou-se uma mentalidade dependente dos programas de assistência, cf. 2001:81.

³⁴⁷ AGUIAR, Armindo 2001:138.

³⁴⁸ E, a jusante, no fracasso de políticas, mesmo quando consequentemente gizadas, o que, ressalve-se, nem sempre sucederá, no que o voluntarismo estrangeiro, mesmo bem intencionado, tem responsabilidade.

[nacionalismo e construção da nação]

Noutro plano, a ideia da nação como algo de ahistórico cortou cerce o pensamento crítico e dispensou o escrutínio da sua génese. Da mesma forma, impediu-se a relativização dessa construção política e obistou-se à discussão das políticas e de desígnios que, uma vez sujeitos a tal crivo, poderiam servir de referências e reforçar o sentimento nacional⁽³⁴⁹⁾. Se, por exemplo, nos ativermos à história desse sentimento, constataremos a falta de um inventário crítico do nacionalismo, na sequência, aliás, da paupérrima produção ideológica do tempo de hegemonia do MLSTP.

Contra apelos idealistas à adesão a uma herança cultural supostamente intemporal e intrinsecamente são-tomense – na verdade, de cariz folclórico ou, então, parcelar e arbitrariamente descrita –, parece agora despontar a percepção mais realista de um sentimento nacional enquanto construção referida à partilha de valores também suscitados pelas práticas políticas⁽³⁵⁰⁾. Neste particular, a definição clara de objectivos, a explicação das razões das escolhas políticas e, concretamente, a transparência na gestão dos bens comuns afiguram-se um contributo válido para a interiorização da pertença a um todo nacional.

[enquadramento geo-estratégico]

A vertente da política externa tem sido pura e simplesmente negligenciada. Passou-se das alianças “naturais” ao pragmatismo de um Estado dependente, um salto que acaba por tornar admissível qualquer guinada politico-diplomática. Na falta de outros dados, bastaria o carácter errático da política externa para empecer os estudos sobre tal campo. Acresce a percepção da conexão entre as inflexões da política externa e a configuração política e social interna para complexificar e tolher, ainda mais, as abordagens de uma qualquer geo-estratégia para o país.

³⁴⁹ Também a distância face à realidade de S. Tomé e Príncipe pode trair a análise baseada no mais sofisticado aparato conceptual. No tocante ao sentimento nacional, não basta realçar a política de arraigamento do sentimento de pertença à nação feito após 1975, evidente, por exemplo, na concessão da cidadania a todos os habitantes no arquipélago (cf. MAINO 1999). A não problematizar tais dados, correr-se-á o risco do sentimento de pertença à nação vir também a ser confundido com um sentimento ancorado numa condição irremediável.

³⁵⁰ Por exemplo, BARBOSA 2001:133.

Ao arrepio das vertigens da evolução política, alguma lucidez – quiçá um eufemismo para designar um inconfessável pessimismo – perpassa pelos textos de autores que, abdicando embora de abordagens expressamente políticas, listam as ameaças para o país. Por exemplo, MENEZES enumera riscos, entre eles, o de “desestruturação sócio-antropológica” do arquipélago, com o que se faz perigar a sua independência cultural. Refere igualmente o perigo do arquipélago vir a ser palco de confrontações de potências regionais, o de desagregação da sociedade e do Estado e, por fim, o do país se tornar plataforma de interesses estratégicos alheios. Ele atribui tais perigos à situação geo-estratégica⁽³⁵¹⁾, o mesmo será dizer, ao petróleo. Complementemos o autor: os riscos poderão ser potenciados em razão de fissuras sociais irreparáveis derivadas de uma imprudente política de gestão dos réditos do petróleo. Neste ponto, a procura incessante da coesão social e, complementarmente, as múltiplas integrações políticas externas parecem decisivas.

O debate político e a promoção do saber também.

³⁵¹ MENEZES 2002:117.

O autor traça um cenário de possível desagregação a prazo da sociedade e do Estado são-tomenses, devorados pelos interesses de vizinhos mais fortes ou por outros interesses relacionados com a geo-política internacional, cf. idem:120.

CIÊNCIA, OUTROS SABERES E POLÍTICA .10

No arquipélago parece não restar espaço para conhecimentos ociosos. Mas, dada a aparente redoma a que está cingido, é como se todo o saber resultasse ocioso.

Ainda assim, a produção de saber parece animada pelo desejo de ultrapassagem das dificuldades por que passa o país⁽³⁵²⁾. Por exemplo, enquanto uns tentam acalentar o debate sobre estratégias de desenvolvimento e políticas públicas com vista a uma melhor formulação destas⁽³⁵³⁾, outros pretendem conferir eficácia à democracia, de algum modo julgada um instrumento de combate à miséria e à pobreza que estigmatizam os países africanos. Por outras palavras, o saber científico acolhe motivações políticas dos que procuram nele um suporte avalizado para gerir eficazmente a “coisa pública” ou, se quisermos, a população e as questões sociais, assim como para proceder a reconfigurações económicas – como se viu, em torno da terra e da agricultura⁽³⁵⁴⁾ – a fim de tentar inverter a trajetória de perda económica e social. Afinal, brotando da imbricação entre saber social e ideários políticos, a *mudança* para a democracia teria, como se disse, sido impulsionada em parte pela oposição dos quadros superiores que aspiravam à participação no processo político⁽³⁵⁵⁾.

³⁵² Por exemplo, MENEZES mostra-se convencido da contribuição da ciência económica para o desenho de uma política atinente à salvaguarda dos interesses do país, isto é, preventora dos erros de políticas económicas associadas à exploração petrolífera noutros países, cf. 2002.

³⁵³ BARBOSA 2001:13.

³⁵⁴ Atente-se na aventada necessidade de uma análise económica e social como pressuposto de uma política fundiária efectivamente conducente ao desenvolvimento, ideia que norteia o trabalho de Nazaré CEITA (por exemplo, 2001a:14, 15 e 22), embora, como ela sublinha, a análise económica e sociológica não constitua uma premissa bastante para a implementação de políticas adequadas e eficazes.

³⁵⁵ AMADO 2004:10-11.

Aliás, o mesmo autor recorre à qualificação académica para caracterizar politicamente os “duros”. Tratar-se-ia de indivíduos com formação limitada, que acompanharam Pinto da Costa na senda da auto-
cracia, cf. *idem*:14.

Não será a interpretação mais consensual, mas denota uma tentativa de marcação de posição política e social para os produtores de saber.

Citando-se o caso de outras sociedades, também se pretexta que os saberes locais se encontram ameaçados pelo saber científico, o qual contribuiria para arregimentar populações sem atender ao seu modo de vida ou, caso se queira, para lhes minar a capacidade de determinação de suas vidas. Os saberes locais teriam sido subalternizados pela ciência, usada para causar a desestruturação social e sustentar a dominação política.

Numa formulação menos agreste, afirma-se que, no período pós-colonial, o saber científico tem suportado tecnologias governamentais de administração das populações em detrimento da promoção da sua cidadania. Concede-se à ciência um papel positivo na construção de soluções políticas atinentes a proporcionar algum bem-estar aos cidadãos. Mas, concomitantemente, os conhecimentos científicos não têm sido mobilizados para a construção de um saber local útil à consolidação de um modo de vida local ou nacional.

Ora, em S. Tomé e Príncipe, a trajetória histórica e os contornos do colonialismo retiram a carga de agressora à ciência⁽³⁵⁶⁾ e aos seus modelos universais, pressupostamente antagónicos dos saberes locais. Na verdade, no arquipélago, a ciência moderna não parece associada a tal agravo⁽³⁵⁷⁾. De resto, se houve uma faceta agressiva da ciência, em parte relacionar-se-á com a sanção política que os líderes do regime de partido único procuraram numa ideologia supostamente científica.

³⁵⁶ Em tempo de hegemonia de uma visão marxista simplista e ortodoxa, a alusão ao carácter opressivo, porque alienatório, da cultura europeia imposta aos africanos respeitou, não à ciência, mas à religião. “A assimilação das culturas estrangeiras que se infiltraram no continente, com o objectivo de exterminar as realidades dos povos africanos, foram assimiladas nos seus aspectos negativos, no domínio de determinados ritos, cuja simbiose se introduz na prática do obscurantismo” (SANTO, Alda 1978:191). Na altura, a qualidade de científico do socialismo a implantar no arquipélago e o voluntarismo transformista que nele buscava legitimidade eliminavam o carácter opressivo inerente à abordagem dita científica da vida social.

Ao invés, a opressão residia nas supostas reminiscências do obscurantismo alegadamente perpetuado pelo colonialismo. Diante delas, com a prudência táctica própria da vanguarda política, Alda do Espírito SANTO, apesar de céptica quanto à capacidade curativa do *djambi*, advogava a conservação da exterioridade performativa, isto é, dos ritmos e sons, mas apelava ao recurso à medicina ocidental, cf. 1978:192.

³⁵⁷ Em 1978, Alda do Espírito SANTO referiu a existência de uma “ciência do povo” que constituía uma “enciclopédia oral da história das forças produtivas”, cf. 1978:191.

Repare-se que, a despeito da enunciação de uma fonte diferente de saber – o povo em vez do colono –, patenteia-se a adesão ao pensamento científico moderno, o qual, dir-se-ia, estaria como que antecipado pelo repositório de sabedoria popular.

Por outras palavras, a despeito das apreensões relativamente ao esmagamento de formas locais de sabedoria – amiúde referidas como indutoras de modos de vida moralmente superiores ao individualismo⁽³⁵⁸⁾ e à ganância do capitalismo – e à instrumentalização da ciência para perpetuar sucessivas formas de dominação, em razão da história de S. Tomé e Príncipe, aqui o sentimento será algo diverso. Sem prejuízo das vozes que se levantam na defesa dos saberes ditos tradicionais, a ciência não é forçosamente encarada como um instrumento de agressão⁽³⁵⁹⁾. A aplicação do modelo de rigor da ciência é reclamada até como premissa da independência e do equilíbrio das decisões em variados campos. Aliás, é a outros saberes e a outros registos interpretativos da condição humana – que, embebendo práticas quotidianas, chegam até às relações de poder –, que se atribuem, de forma mais ou menos velada, mal-entendidos no relacionamento social e político. É aceite que a baixa qualificação científica é um factor de incapacitação, repercutindo-se até na afirmação externa do país. Internamente, dir-se-ia que o défice de formação científica tem repercussões negativas, por exemplo, no tocante à mobilização cívica e ao exercício da cidadania.

Porém, como no item da promoção do bem-estar os resultados no arquipélago são pobres, numa deriva assaz previsível emergem interrogações, expectavelmente não sobre a responsabilidade dos actores políticos, mas sobre a aplicabilidade local do saber produzido no exterior. Seja como for, não se pode assacar à ciência responsabilidades pelo desempenho político dos que eventualmente a usaram de forma instrumental.

Já deixámos subentendido, o discurso científico constitui o parente pobre da crítica social e política em S. Tomé e Príncipe, onde a corrosão da legitimação política se processa através de boatos e rumores. Justamente, se a crítica social – na qual se materializaria um exercício colectivo de soberania – deve comportar a construção de alternativas, tal não ocorre ou não tem ressonância no arquipélago, onde a procura de

³⁵⁸ Por exemplo, para Amaro COUTO, o individualismo introduzido pela colonização desfez o comunitarismo africano trazido do continente com a importação da mão-de-obra (cf. 1997:126-127). Queda por provar a prática desse alegado comunitarismo entre a mão-de-obra importada.

³⁵⁹ Ocioso será frisar que com tal opinião não se elide a dimensão conflitual dos vários paradigmas de interpretação do mundo nem se afirma uma qualquer supremacia cognitiva ou moral do pensamento científico.

oportunidades segundo esquemas clientelares substitui o suporte a alternativas políticas, caso assim se queira, cientificamente escoradas⁽³⁶⁰⁾.

Nestas circunstâncias, pergunta-se: para que serve a produção científica e, em concreto, as dissertações académicas? Traduzirão elas um enriquecimento cultural na acepção em que ajudam a conferir sentido às opções que vão desenhando o dia a dia no país?

É difícil ser assertivo a tal respeito. Independente do reconhecimento da competência política e, porque não, técnica dos actores políticos e sociais, a dissociação da política e do relacionamento social indicia o gueto para que é empurrado o saber social, independentemente da qualidade e da pertinência desse saber (num certo sentido, até em virtude da inconsequência do comum das medidas políticas, a ciência não serviu em S. Tomé e Príncipe desígnios opressivos).

Na verdade, no país, a tónica não pode ser colocada unicamente na qualidade do saber, quanto também nos mecanismos da sua difusão e do seu reconhecimento social. Num espaço político pautado pela elevada interacção social, por influências informais e pela distribuição assaz desigual do poder, insinua-se a desvalorização do discurso académico. A ser de outro modo, o reconhecimento desse saber poderia introduzir uma relativização do poder. Tal não é previsível, dadas a fulanização da política e a valia crucial do poder para o enriquecimento e para as trajetórias ascensionais.

A maior sofisticação da linguagem científica, evidente nos últimos anos, não deverá servir para escamotear a eventual demissão da reflexão analítica sobre a evolução política, atitude a que a já aludida capitulação do discurso político face a enunciados morais parece convidar. A título exemplificativo, não faz muito sentido a apreensão sobre a desigualdade futura no tocante à posse de terras a não se questionarem os fundamentos da gravosa desigualdade actual, causa potencial de rupturas sociais. Por igual modo, constatar uma degradação das “condições de

³⁶⁰ São variadas as implicações do ralo pensamento social e, na circunstância, político. Por exemplo, a reivindicação de matrizes ideológicas por parte de alguns partidos é recente.

No caso do MLSTP, a reivindicação social-democrata obedeceu a razões de conjuntura (e de conveniência) política, a uma dada inevitabilidade (reconversão ideológica na ressaca do fim da Guerra Fria e da falência do modelo de economia planificada) e à apropriação do que se afigurava uma mensagem política consensual.

vida das várias categorias sociais”⁽³⁶¹⁾ pode acabar por equivaler a uma escusa a pensar politicamente a desigualdade presente e, mais relevante, à acomodação a sentenças – em princípio, improváveis – dos políticos, de acordo com os quais as assimetrias económicas gritantes não serão uma realidade factível num meio exíguo como o do arquipélago. Como se elas não fossem, já hoje, gritantes, se não para os cientistas e políticos, ao menos para o senso comum...

Subliminarmente, a rendição dos políticos a outros enunciados pode também querer significar a demissão velada dos objectivos de progresso e, sobretudo, do de equidade social, com o que as “massas” supostamente se mostrariam conformadas por, afinal, preferirem o seu “modo de vida”...

Seja como for, as enunciações dos políticos não têm de enformar a percepção dos estudiosos.

³⁶¹ Cf. BARBOSA 2001:145.

NOTAS CONCLUSIVAS

Em S. Tomé e Príncipe pululam os artistas plásticos e os músicos⁽³⁶²⁾, que retiram dividendos da mercantilização do seu produto cultural. No tocante às letras, os anos seguintes à independência foram de quase letargia, mas, agora, os são-tomenses descobrem-se novelistas e poetas. Diversamente, a produção de saber social permanece algo ignorada, em parte por não se lhe associarem ganhos políticos nem se lhe reconhecer a possibilidade de proporcionar outros réditos num prazo mais ou menos imediato.

À situação antagónica da criação artística e do labor científico também subjazem diferentes lógicas de produção: a criação artística pode viver da exaltação de proclamados particularismos e de traços culturais supostamente específicos e, desse modo, simular-se única. Já a produção científica tem de se abrir, de se pôr a par do produzido exteriormente (o mesmo que a criação artística faz, dando, no entanto, a entender que cria uma singularidade irrepetível⁽³⁶³⁾) para se qualificar e atingir elevados padrões de conhecimento sobre temas são-tomenses e não só.

Não nos prendamos mais com supostas desvantagens que ressaltam de uma comparação que, em si mesma, só tem um sentido relativo. Na verdade, talvez o aspecto mais confrangedor da produção de saber social seja o seu nulo impacto, desde logo pela ausência de uma massa crítica

³⁶² Também a este propósito ecoam enunciações do tempo colonial relativas ao inimitável talento artístico da *raça* negra. Não é líquido que actualmente haja consciência dessa replicação de enunciações outrora repetidas à saciedade para afirmar uma capacidade artística e humana insuperável dos negros, evidentemente, uma afirmação com objectivos cívicos e políticos.

³⁶³ Porventura em resultado de alguma ignorância, o discurso acerca das realizações artísticas assume – umas vezes, veladamente, outras, em tom *naïf* – a ideia de que a criação actual é nova e singular. Evidentemente, tal obsta a uma maior lucidez na apreciação, também no campo estético, da criação artística plástica.

capaz de uma análise continuada sobre o devir do arquipélago à qual, se pertinente, talvez os políticos são-tomenses viessem a prestar atenção. Tal seria importante para o futuro do país.

Ao invés do escrutínio e debate sobre o rumo do país, durante anos prevaleceu a interrogação “quem é o são-tomense”. Essa interrogação, alegadamente expressão de uma incessante procura de conhecimento de si próprios, acabou por sugerir uma abordagem de uma identidade como que transcendental ou metafísica, o que, na prática, obstou a avanços significativos na produção de saber. Ou, para colocar outra hipótese, ela sugeriu uma indagação em termos que podem lembrar quer uma espécie de deriva para contornar os problemas chãos, quer um ensaio de escusa ao cotejo efectivo com produções alheias. Não seríamos taxativos, mas é como se, ao cotejo com a produção estrangeira, os são-tomenses antepussem um imaginado ser social são-tomense inextricável e irredutível ao aparato analítico de outrem. Timbre geral da produção e do discurso científicos são-tomenses, tal processo configura uma cedência demasiada ao etnocentrismo a coberto de uma esperada complacência decorrente do paternalismo comum em instituições académicas internacionais.

Apesar de aparentemente vigoroso, o impulso dos são-tomenses no sentido de se perceberem a si mesmos tarda em encontrar (as condições e) o élan suficiente para um pertinaz esforço analítico sustentado por uma descentração bastante e por procedimentos comparativos que viabilizem a operacionalização das problemáticas que elegem para ponto de partida das suas investigações.

Se possível amparados pela mudança do clima de debate e de crítica, os estudiosos locais deveriam prescindir de procurar algo de irredutivelmente seu para arquitectarem investigações tendentes a resultados mais próximos da tão ansiada compreensão de si mesmos. Enquanto esta intenção de inquirir a “identidade” servir para afectar uma imagem e para compor um bordão retórico dissociado de um trabalho aturado de investigação, os são-tomenses perseguirão em vão o conhecimento deles próprios. Noutros termos, como alhures, os estudiosos são-tomenses deveriam pensar menos em forjar um saber dito nacional – ainda hoje, uma tentação por demais evidente no caso da história – do que em ser tão competentes quanto os seus pares de todo o mundo.

Paralelamente à abdicação da escolha de objectos intangíveis, é premente uma forte aposta na valorização dos recursos humanos. As condições não são favoráveis: na falta de imprensa desenvolvida e de uma universidade, é difícil imaginar um cientista social dedicado por inteiro ao seu trabalho e, em simultâneo, perseverantemente comprometido com o desenvolvimento e com o destino político e social do país. E ainda mais difícil será imaginar os políticos confrontados com esse saber.

Tal não vai sem consequências. A inversão do panorama de depreciação e de instrumentalização do saber social poderia equivaler à possibilidade de começar a estreitar a disjunção em relação às “elites” expatriadas, cuja qualificação se poderia revelar útil. Afora outras implicações positivas, tal redefinição do papel dos intelectuais certamente contribuiria para, a prazo, compor uma outra imagem da nação são-tomense. Por ora, a relação difícil com as elites expatriadas reflecte a manipulação do relativo isolamento por parte dos governantes. No que mais nos importa, essa relação difícil também prende-se com o ascendente dos políticos sobre os estudiosos e com a concomitante instrumentalização do saber para efeitos de competição social e política.

Todo este contexto se repercute em movimentos contraditórios na produção de saber. Em domínios menos consensuais, os discursos parecem pouco conformes à realidade. A distância do saber social em relação ao comum dos discursos da rua (que, quase obsessivamente, versam a corrupção) é tão abissal que suscita interrogações sobre a utilidade e a pertinência da ciência social para o devir de S. Tomé e Príncipe. Em contrapartida, como o indiciam a evolução temática que protelou a história em favor da economia e a vertente mais prosaica das últimas investigações académicas, a produção de saber parece actualmente norteadada pelo sentido de utilidade prática. Deram-se os primeiros passos no sentido de uma aplicação profícua do saber em vários domínios – do demográfico e económico ao da administração das pessoas, entre outros –, sendo previsível que esse saber venha a ser usado, por exemplo, para a promoção do país, da qual se espera o aumento do interesse alheio e o de receitas.

No plano teórico, a par do expurgo de ideias cristalizadas acerca da herança colonial, cumprirá igualmente afirmar a predisposição para a questionação até do que se afigura, por razões políticas e afectivas, como

inquestionável. Veja-se, por exemplo, o dogma da inevitabilidade histórica da independência, que, sem dúvida alguma, limita (para não dizer que inquina) a discussão do percurso dos vários grupos e actores sociais no ante e no pós independência.

A sagração do trabalho e a unção da visão associada à intentada criação do *homem novo* do tempo do monopartidarismo têm, actualmente, o seu reverso na rendição dos políticos à actividade empresarial e a discursos – em especial, o religioso, de larga aceitação popular – que, à primeira vista, tendem a relativizar a importância da política e, juntamente, do saber social. Com isso se abre caminho a novos voluntarismos a coberto dos quais se afirmam lógicas privadas. Tais mutações políticas e sociais devem ser escrutinadas pelos estudiosos, não por um imperativo de um estatuto moral, político ou outro, mas tão-somente por nelas se concretizarem sucessivos e mutáveis processos de identificação dos são-tomenses. Na verdade, não obstante saudosismos e desejos em contrário, estes mudam.

A dificuldade de operacionalizar certas noções – como, por exemplo, a de africanização, supostamente correspondente a um tão vago quanto imperioso desígnio político, que, na circunstância, inevitavelmente lembra aos observadores externos um percurso de perda social – propicia a adulteração da reflexão e torna os intelectuais são-tomenses reféns de palavras, designadamente das que entrementes se descobriram ou compuseram para substituir as do tempo da revolução. Assim, certas noções como as de “cultura”, “tradicional” e outras, não servirão para caucionar uma subjectividade dos autores são-tomenses? Sob a alegação, nalguns casos politicamente conveniente, de descreverem especificidades locais, tais noções imprecisas acabam por servir de indulgência para os políticos, designadamente quanto à qualidade do regime democrático (até onde pode ser levado o relativismo justificativo do recuo das metas da democracia?). Por vezes, a aparência de inovação e de descoberta de novas realidades – argumentarão alguns, até agora soterradas por heranças culturais indevidas – cobre um retrocesso do ponto de vista cívico e político.

Olhando retrospectivamente o rumo do arquipélago, não se assistiu a um debate aprofundado de um percurso político que teve custos sociais pesadíssimos, tão-pouco a uma explicação da alteração de para-

dogmas políticos e económicos. A mudança para as trincheiras da social-democracia – na sua acepção mais lata e, igualmente, mais vaga, até pelo diferimento da sua consecução para depois do saneamento financeiro e do crescimento económico – fez-se tão-somente pelo abandono dos dogmas da economia centralizada e do vanguardismo transformista. Não se diz, mas deixa-se insinuada a ideia de que tal correspondeu a um processo de maturação intelectual e política, quando isso também resultou – dir-se-ia, naturalmente – da aceitação da democracia como condição de uma mais pronta ajuda internacional. No entanto, qual reverso desta translação temática e de dogmas (nalguma medida, produto do esboroamento de postulados ideológicos face a imperativos da realidade), o discurso político não alijou a vocação hegemónica sobre a produção intelectual e científica.

E o discurso científico não se furtará a tal tutela enquanto não reflectir sobre os seus próprios condicionalismos, mormente enquanto os seus autores persistirem na fixação em alegados particularismos locais. Justamente, esta propensão cria a armadilha em que se enleiam os estudiosos e que permite aos políticos desautorizarem-nos. Conquanto a ânsia de liberdade e de autonomia confira validade ao apelo à criação de fórmulas próprias ou, mais particularmente, nacionais de governação e de composição e resolução dos problemas sociais, é também possível que tal reivindicada invenção de uma especificidade política e institucional adequada a traços idiossincráticos configure uma esQUIVA ao confronto com os bloqueios políticos por que vai passando o país.

Deixe-se dito que problematizar a evolução das condutas não equivale a uma inculpação de uma *natureza* do são-tomense, de algum modo, talvez mais presente no imaginário local do que entre os estrangeiros herdeiros de uma tradição cultural inventora dessa categoria em tempos tornada instrumento de dominação. Equivalerá, apenas, a remeter comportamentos para um quadro de relacionamento social no qual a corrosão de padrões éticos poderá acabar por se afigurar justificada e, pior, inelutável. Mas não tem de o ser.

Evidentemente, os desafios decorrentes de um tal panorama colocam uma pesadíssima responsabilidade sobre os cientistas sociais e, evidentemente, sobre os políticos são-tomenses. A consciência dos múl-

tiplos e prementes problemas sociais tornou-se aguda. Em consonância, aos estudiosos não será difícil encontrar problemas e matérias para alcançarem mais além do que a mera expressão, porventura forçada, de uma réstia de esperança.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Vale de, 2004, *Outros destinos. Ensaaios de antropologia e de cidadania*, Porto, Campo das Letras

ANDERSON, Benedict, 1991, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso

BOURDIEU, Pierre, 1987, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva

CAHEN, Michel, 1991, “Arquipélagos da alternância: A vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº14-15, Lisboa, CEEA-IICT

CHABAL, Patrick, 1993, “Some reflections on the post-colonial state in the Portuguese-speaking Africa” in *Africa Insight*, vol. 23, nº3

CHABAL, Patrick, 2002, *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres, Hurst & Co
CHATTERJEE, Partha, 2004, *Colonialismo, modernidade e política*, Salvador, EDUFBA

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera, 2002, “As ciências sociais em Angola: resistências, conflitos e perspectivas” in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Porto, CEA da UP

DIAS, Jill, 1991, “História da Colonização – África (séc.XVII-XX)” in *Ler História* nº21, Lisboa

EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University

EYZAGUIRRE, Pablo, 1988, “Competing Systems of Land Tenure in an African Plantation Society” in DOWNS, R. E. e REYNA, S. P. (eds.), *Land and Society in Contemporary Africa*, Hanover, U. P. of New England N. H.

EYZAGUIRRE, Pablo, 1989, “The Independence of São Tomé e Príncipe and Agrarian Reform” in *The Journal of Modern African Studies*, 27, 4

EYZAGUIRRE, Pablo, 1993, “Plantations, state farms and smallholders: cocoa production in São Tomé”, Londres, SOAS, Cocoa and Development Conference

FERREIRA, Manuel Ennes, 1990, “Pobreza absoluta e desigualdades sociais, ajustamento estrutural e democracia na R. D. São Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº12-13, Lisboa, CEEA-IICT

- FRY, Peter, 2003, “Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral” in *Afro-Ásia* nº29-30, Salvador, CEAU-UFBA
- GEERTZ, Clifford, 1989, *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara
- GELLNER, Ernest, 1993, *Nações e nacionalismos*, Lisboa, Gradiva
- GELLNER, Ernst, 1995, *As condições da liberdade*, Lisboa, Gradiva
- GONÇALVES, José, 1992, “As ciências sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe” in *Ciências Sociais em África. Alguns projectos de investigação*, Lisboa, Edições Cotovia
- HEIMER, Franz-Wilhelm, 2001, “Estudos Africanos em Portugal. Balanço das dinâmicas actuais” in *Caderno de Estudos Africanos* nº1, Lisboa, ISCTE
- HENRIQUES, Isabel Castro, 2000, *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, Lisboa Vega
- HODGES, Tony e NEWITT, Malyn, 1988, *São Tomé and Príncipe. From Plantation Colony to Microstate*, Londres, Westview Press
- LOPES, José Vicente, 2003, *Cabo Verde. As causas da independência*, Praia, Spleen Edições
- MAFEJE, Archie, 1992, “Agregados e perspectivas de relançamento da agricultura na África ao sul do Saara” in *Ciências Sociais em África. Alguns projectos de investigação*, Lisboa, Edições Cotovia
- MAINO, Elisabetta, 1999, “A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão” in *Africana Studia* nº2, Porto, CEA da UP
- MKANDAWIRE, Thandika, 1992, “Ajustamento estrutural e crise agrária em África” in *Ciências Sociais em África. Alguns projectos de investigação*, Lisboa, Edições Cotovia
- MONTEIRO, César Augusto, 2001, *Recomposição do espaço social cabo-verdiano (ensaios)*, s. l., edição de autor
- MOORE, Brian L., 1987, *Race, Power and Social Segmentation in Colonial Society. Guyana After Slavery 1838-1891*, Nova Iorque, Gordon and Breach
- MUNANGA, Kabengele, 1997, “Cultura, identidade e estado nacional no contexto dos países africanos” in *A dimensão atlântica de África*, São Paulo, CEA-USP
- NASCIMENTO, Augusto, 1995, “Salubridade, urbanismo e ordenamento social em S. Tomé” in *Construção e ensino da História de África*, Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto, 1999a, “A Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910-1926)” in *Arquipélago. História*, 2ª Série, Vol. III, Ponta Delgada, Universidade dos Açores
- NASCIMENTO, Augusto, 1999b, “O estrangulamento do associativismo político são-tomense na década de 30” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº18-22, Lisboa, CEAA-IICT
- NASCIMENTO, Augusto, 1999c, “Corporações religiosas de ilhéus em S. Tomé e Príncipe do liberalismo à República” in *Estudos Afro-Asiáticos* nº35, Rio de Janeiro, Universidade de Candido Mendes

NASCIMENTO, Augusto, 1999d, “Todos compadres?...” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº18-22, Lisboa, CEEA-IICT

NASCIMENTO, Augusto, 2000, “Políticas coloniais, clivagens e representações sociais no associativismo são-tomense nas primeiras décadas de Novecentos” in *A África e a instalação do sistema colonial (c.1885-c.1930)*. *Actas da III Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, CEHCA-IICT

NASCIMENTO, Augusto, 2001a, “O papagaio e o falcão. A génese da autonomia na ultra-periférica ilha do Príncipe” in *Autonomia e história das ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico

NASCIMENTO, Augusto, 2001b, “Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense” in *Política internacional* nº24, vol.3, Lisboa

NASCIMENTO, Augusto, 2002a, *Órfãos da raça: europeus entre a fortuna e a desventura no S. Tomé e Príncipe colonial*, S. Tomé, Instituto Camões – Centro Cultural Português, S. Tomé

NASCIMENTO, Augusto, 2002b, *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe de finais de Oitocentos a meados de Oitocentos*, SPI

NASCIMENTO, Augusto, 2003a, *O sul da diáspora. Cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*, Praia, Edição da Presidência da República de Cabo Verde

NASCIMENTO, Augusto, 2003b, *A misericórdia na voragem das ilhas. Fragmentos da trajetória das misericórdias de S. Tomé e do Príncipe*, SPI

NASCIMENTO, Augusto, 2003c, “Os são-tomenses e as mutações sociais na sua história recente” in *Africana Studia* nº6, Porto, CEA da UP

NASCIMENTO, Augusto, 2004 “Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral” [entregue para publicação]

NASCIMENTO, Augusto, 2005a, *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente* [entregue para publicação]

NASCIMENTO, Augusto, 2005b, “S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento”, comunicação no I Colóquio da AEGIS, Londres [a publicar]

NASCIMENTO, Augusto, 2005c, “Crioulidade versus são-tomensidade: evolução política e processos identitários em S. Tomé e Príncipe”, comunicação no colóquio *The Portuguese Atlantic: Africa, Cape Verde and Brazil*, Mindelo [a publicar]

NASCIMENTO, Augusto e DIAS, Alfredo, 1988, “Os Angolares: da autonomia à inserção na sociedade colonial” in *Ler História* nº13, Lisboa

PELISSIER, René, 1972, “La ‘guerre’ de Batepá (São Tomé – février1953)” in *Révue française d’études politiques africaines* nº73

RODRIGUES, Cristina Udelsmann, 2004, *“Os filhos não ligam. Os filhos não visitam”. O abandono dos idosos em S. Tomé e Príncipe*, Lisboa

SEIBERT, Gerhard, 1993, “A Problemática do Estado Pós-Colonial em África e o caso de São Tomé e Príncipe”, policopiado

SEIBERT, Gerhard, 1995, “A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os

conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos” in *Lusotopie*, Paris, Karthala

SEIBERT, Gerhard, 1996, “O massacre de Fevereiro de 1953 em São Tomé. Raison d’être do nacionalismo santomense”, policopiado

SEIBERT, Gerhard, 1998, “A questão da origem dos Angolares de São Tomé”, policopiado

SEIBERT, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Leiden University

SEIBERT, Gerhard, 2002a, “Democracia e corrupção. O caso de São Tomé e Príncipe” in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Porto, CEA da Universidade do Porto

SEIBERT, Gerhard, 2002b, “São Tomé e Príncipe” in CHABAL, Patrick, *A history of postcolonial lusophone Africa*, Londres, Hurst & Co

SILVA, António Leão Correia e, 1998, “Cabo Verde: do estado-providência (sem contribuintes) ao liberalismo sem empresários” in *Que estados? Que nações em construção nos cinco?*, Praia, Fundação Amílcar Cabral

SILVA, António Leão Correia e, 2001, “O nascimento do Leviatã crioulo. Esboços de uma sociologia política” in *Cadernos de Estudos Africanos* nº1, Lisboa, Centro de Estudos Africanos / ISCTE

SILVA, António Leão Correia e, 2003, *Combates pela história*, Praia, Spleen Edições

SMITH, Anthony D., 1999, *Nações e nacionalismo numa era global*, Oeiras, Celta

TENREIRO, Francisco, 1956, *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: esquema de uma evolução conjunta*, Praia, Imprensa Nacional

TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar

THOMPSON, E. P., 1998, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, S. Paulo, Editora Schwarcz, Companhia das Letras

VALVERDE, Paulo, 2000, *Máscara, mato e morte em S. Tomé*, Oeiras, Celta Editora

NOTAS DE LEITURA

ABREU, João Viegas Vilhete de, 1992, *Motivações empresariais em S. Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE

Coetânea das mutações políticas operadas no arquipélago em inícios da década de 90, esta obra empreende um esboço de contextualização da emergência do empresariado africano na ressaca das independências. Já no tocante a S. Tomé e Príncipe, a súmula histórica não contribui para uma tipificação convincente da especificidade do empresariado são-tomense surgido com a independência.

O autor mobiliza um sofisticado aparato técnico para a interpretação dos dados compulsados para a caracterização do empresário são-tomense. ABREU descreve as atitudes de empresários ou de directores de empresas públicas. Para além do que tal inclusão já indicia quanto à fiabilidade da amostra, avulta a suspeita da provável indução de respostas pelo questionário. A nosso ver, quando não as tenha induzido, o autor tomou as informações sobre as motivações dos inquiridos pelo seu valor facial.

Na verdade, por causa da alegada afinidade das enunciações das motivações dos empresários em S. Tomé e em Moçambique, imediatamente ocorre a importância de discutir, por exemplo, o peso da aprendizagem ideológica mais ou menos forçada na auto-representação social e a respectiva relevância, ou não, na actividade de empresário. Noutros termos, seria de esperar algum traço particular distintivo da actuação dos empresários, que não fosse passível de atribuição a factores como, por exemplo, a posição social e a evolução política.

Apesar do objectivo de uma caracterização perspicaz dos empresários, esta caracterização acaba por se ater a aspectos tão marcadamente conjunturais (atente-se no item relativo ao desempenho económico do ano imediatamente precedente à realização do inquérito em Novembro/Dezembro de 1990), que rapidamente podem destoar da realidade, note-se, assaz mutante.

O traço mais estimulante reside na comparação entre os empresários do antes da independência, mais passadistas, e dos alcandorados a essa posição

depois de 1975, alegadamente mais abertos. Todavia, o interessante teria sido aventar correlações entre os diversos *ethos* e os proventos, porventura diferentes.

Questões fulcrais como as da cultura política e das relações com o poder na determinação das oportunidades de negócio não foram tratadas, apesar delas pesarem, com certeza, incomparavelmente mais do que as variáveis arroladas, não apenas para descrever a “envolvente mediata” – por exemplo, a fraca formação, o apoio institucional, os escassos incentivos financeiros ou os juros elevados –, como para traçar a génese e o percurso da classe empresarial, se assim se pode considerar.

Talvez também por falta de análise das relações com o poder, dificilmente a informação carreada serve o desiderato de contribuir para explicar o “insucesso até aqui verificado nas empresas santomenses”. Noutros termos, ficam aflorados alguns problemas. Mas não fica devidamente explanada a “série de problemas de ordem económica, cultural e social que afecta o empresariado santomense”.

AFONSO, Beatriz, 2001, “A problemática do ensino de português e as línguas nacionais”, comunicação no 1º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe, S. Tomé, policopiado

AGUIAR, Armindo, 1989a, “As migrações na génese da nacionalidade santomense” in I Reunião Internacional de História de África. Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX, Lisboa, IICT

O autor aplica a ideia de cadinho ao processo de formação do povo são-tomense a partir de sucessivas migrações de “homens” e de “raças”. Centrado na segunda metade de Oitocentos, por entre imprecisões relativas ao fluxo de mão-de-obra, realça a diversidade de origens dos migrantes, coactos ou livres, chegados a S. Tomé e Príncipe. Foca o processo de extorsão de terras aos nativos e a continuidade das práticas escravagistas após a abolição da escravatura.

Merece destaque a asserção de que a diversidade populacional marcou necessariamente os comportamentos e o quotidiano no arquipélago. Não se trata de uma originalidade, porque, além de partilhada por outros autores são-tomenses, foi amiudadamente expressa na época colonial, até como justificação para o endurecimento da condução política e da acção policial.

AGUIAR, Armindo, 1989b, “Os fundamentos históricos da nação são-tomense” in *A construção da nação em África. Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Bissau, INEP

Texto de forte pendor ideológico que apresenta aspectos da “resistência histórica” conducentes à “luta de libertação organizada”. Quer a “via armada” – a dos escravos e, em particular, a de Amador –, quer a “via política” – a do CLSTP – tiveram “como pano de fundo a identidade cultural”.

Em consequência da opinião a respeito da primazia da ocupação do território, que supõe ser anterior à chegada dos portugueses, para AGUIAR, a nação vem a ser construída há séculos, mais concretamente, desde uma época “muito anterior ao último quartel do século XV”. Independentemente do acerto desta hipótese – mantê-la-á hoje o autor? –, dela não decorreria necessariamente a construção da nação.

Várias outras asserções são discutíveis. Algumas parecem muito influenciadas pelo ambiente do evento: hoje, o autor repetiria que “o povo são-tomense é produto de uma integração de etnias e nós queremos continuar a fazer jus à histórica vocação integradora, porque é o garante da nossa Nação?”

AGUIAR, Armindo, 1993, “Poder local e cultura nacional” in *Batê Mom* nº0, S. Tomé, UNEAS

O propósito (ou o pretexto) do autor é o de lembrar o papel dos órgãos de poder local, (re)criados com a liberalização política, no desenvolvimento da cultura nacional.

Armindo AGUIAR parte de uma equação relativa ao devir da cultura nacional, segundo ele, ameaçada pela permeabilidade à invasão de influências externas. Aí reside o desafio aos “nossos valores”, com o que fica igualmente em causa “o que somos, a nossa postura, a nossa vivência, [assim se] questionando o resultado histórico que vencemos com a conquista da independência nacional”. Daí, um conjunto de postulados, designadamente o da rejeição da predominância de uma cultura sobre qualquer outra. Outro, o de qualquer cultura carecer de contactos para se manter viva, conquanto se deva afirmar forte e estável para ser capaz do confronto com outras sem se descaracterizar.

Atendo-se à realidade observável, ele constata um gradual enfraquecimento e depauperação da cultura nacional, listando os vários factores corrosivos da cultura. Afora a previsível presença de factores relacionados com

mudanças culturais, AGUIAR deixa um apontamento lúcido – que, infelizmente, não explora – sobre a implicação das condições de vida ou, dir-se-ia, da sobrevivência na mudança de hábitos e de comportamentos.

Já à época, AGUIAR partia da uma articulação entre a cultura e a economia para eleger como primeiro objectivo o “desenvolvimento integral”, não obstante as suas dúvidas a respeito da exequibilidade de um tal programa. Na esteira de outros autores, defendeu que a cultura era, simultaneamente, objectivo e instrumento de desenvolvimento. Segundo ele, tal perspectiva de “integração da cultura no processo de desenvolvimento nacional” era abraçada pelo governo. Logo, propunha aos órgãos de poder local outra atitude que não o alheamento relativamente à dinamização cultural, encarada como etapa do desenvolvimento.

Neste texto, aflora uma noção de cultura como algo de substantivo que, de forma não explicada, o autor já tentava que fosse articulada com o desenvolvimento económico, no caso desafiando à acção a administração periférica. Ele já o deveria antever, em vão.

AGUIAR, Armindo, 2001, *A distribuição de terra, factor de desenvolvimento sócio-económico em S. Tomé e Príncipe: o caso do distrito de Lobata*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE

A dissertação é apresentada como um estudo de caso. Porém, de estudo de caso contém pouco, porquanto o autor envereda por incursões interpretativas da índole dos são-tomenses.

Trata-se de um estudo atinente a constatar os resultados da distribuição de terras em termos de mudanças económicas, culturais e sociais, “nomeadamente na satisfação alimentar das famílias beneficiárias, na redução do desemprego e as suas repercussões sobre a economia nacional”, fins para que se instalou a agricultura familiar, na qual AGUIAR, como outros autores, deposita imensas esperanças. Ele fornece indicadores do aumento paulatino de bem-estar dos beneficiários da distribuição da terra. São-nos igualmente apresentados dados que permitem inferir que a actividade ganhou efectivos – embora não se informe a idade e a proveniência desses efectivos –, o que é corroborado pelo número de parcelas cultivadas. O autor recomenda o criterioso suporte estatal ao empenho na agricultura de unidades familiares sem anterior experiência nessa actividade.

Constatadas as “diferentes lógicas e racionalidades específicas que caracterizam as sociedades subdesenvolvidas”, sugere a recuperação da antropologia – de cuja evolução teórica tece uma resenha à luz do respectivo contributo para o estudo das perspectivas de desenvolvimento das socieda-

des africanas – para a análise dos resultados da implementação da distribuição de terras e, numa perspectiva mais ampla, para o estudo das mudanças sociais. Isto é, postula a obrigatoriedade da reflexão antropológica sobre o desenvolvimento e as “sociedades subdesenvolvidas”. Por igual forma, cita a ignorância da dimensão histórica incrustada nos homens para explicar o falhanço da aposta económica no pós-independência e as atitudes perante a agricultura.

Certas noções, como, por exemplo, a de “estruturação socio-cultural”, parecem pouco claras, ainda que o leitor familiarizado com as temáticas relativas ao arquipélago possa ter a pretensão de intuir o que o autor pretende dizer para demonstrar, por exemplo, o que o individualismo e a consequente fragmentação das terras por herança contém de contrário à constituição de um património familiar economicamente viável.

À complexidade inerente a qualquer processo de transição, acrescem os pruridos do autor na análise das intenções do poder, isto é, de indivíduos concretos com os quais ainda se pode ter de manter um relacionamento. Na falta de outros, este dado impele para diagnósticos do fracasso do pós-independência que se prendem com opções técnicas desajustadas por inexperiência ou, ainda, com a culpa das ainda remanescentes sequelas do colonialismo.

Pergunta-se: a ter havido transformação das “estruturas produtivas”, em que sentido deveria ter sido? Porque é que não se admite que os impasses resultantes do facto de, apesar da vigência de “um regime socialista”, os trabalhadores integrarem “um sistema de produção capitalista” derivaram de uma opção dos mandantes políticos? A propósito, assinala-se o uso algo confuso de noções como “regime de base socialista”, “sistema de produção capitalista”, além de “agricultura familiar”.

O autor apresenta-nos uma teorização da dependência e do subdesenvolvimento e uma crítica da escola da modernização que desembocam numa compilação de asserções teóricas genéricas, quiçá relevantes para sociedades em vias de desenvolvimento, mas de difícil aplicação a S. Tomé e Príncipe. No tocante à teorização do desenvolvimento endógeno, apresenta-nos alguns lugares-comuns que brotam mais da crença do que da exequibilidade prática como, por exemplo, “O desenvolvimento participativo oferece algumas vantagens”. O autor fala também de um “quadro mobilizador de energias”, mas pouco disto tem a ver com S. Tomé e Príncipe. A propósito, diga-se que, embora vulgarizada, não deve ser tomada como inquestionável a ideia de que a proximidade e a participação permitem respostas mais adequadas às necessidades, tal a asserção comumente relacionada, sobretudo, com uma perspectiva voluntarista do desenvolvimento.

Porque tais asserções remetem para um esboço de caracterização dos são-tomenses, daí emergem questões como a de se saber o que é “personalidade autêntica” expressa através de “valores tradicionais”. Opera-se, diríamos, uma espécie de retorno à valorização de perspectivas essencialistas, desta feita supostamente validadas por teorizações do desenvolvimento e, em particular, do desenvolvimento endógeno. Mas perguntar-se-á: pode o desenvolvimento existir sem mudança social e qual o grau de abertura para a transformação até do aparentemente “tradicional”?

No tocante à posse e usufruto da terra, pergunta-se: qual é o interesse para a compreensão de STP da exposição das formas “tradicionalistas” de apropriação e usufruto da terra no continente africano? Depois da alusão ao recuo de formas tradicionais de posse e usufruto da terra no continente face ao emergente mercado fundiário, AGUIAR faz uma exposição da valia simbólica e política da propriedade da terra para, por fim, inferir a necessidade de, para obstar à pobreza, ceder terra, através de uma reforma fundiária, aos pequenos proprietários, incluindo as mulheres.

Esta dissertação assenta em propósitos voluntaristas que, neste caso, são levados longe: para AGUIAR, relacionado com a necessidade de entrega empenhada à agricultura que sirva de alavanca para o desenvolvimento, existe um problema de fundo “intrinsecamente ligado à racionalidade dos pequenos agricultores”. Ora, os “pequenos agricultores” não têm de ter uma racionalidade conveniente para o poder e conforme a imaginárias perspectivas de futuros ridentes. Ao invés, de acordo com a sua moldura cultural e os seus interesses, confrontam as suas trajectórias com as alheias e decidem do investimento, ou não, do seu tempo no amanhã das suas parcelas.

Como dissemos, à semelhança de outros, também este trabalho contém, a par de propostas analíticas, recomendações para o poder político se guiar, designadamente no tocante à política agrária, por cuja formulação e aplicação sem peias o autor pugna como condição *sine qua non* de promoção da agricultura familiar. Tal denuncia o engajamento político dos produtores de saber, menos guiados por inquietações e interrogações intelectuais do que pela vertente prática (e, amiúde, voluntarista) da produção de saber. Na verdade, amiúde o trabalho ganha o tom de um relatório plasmado pela indicação das culturas alimentares como meio de combate à pobreza. Afora isto, à agricultura ainda queda cometida a incumbência de fornecer divisas para as trocas externas.

No plano formal, por vezes, a exposição é confusa, prejudicando a compreensão dos raciocínios.

AGUIAR, Iolanda Trovoada, 1998, “Viabilidade sócio-económica das unidades agrícolas familiares de algumas comunidades de Água-Izé. Estudo de caso de desenvolvimento rural em S. Tomé e Príncipe”, comunicação no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Maputo, policopiado

Estudo que reafirma a validade da estratégia de desenvolvimento rural baseada nas unidades agrícolas familiares. Essa estratégia parece comprovada pelos melhores resultados por agricultor quando comparados os proventos das explorações familiares com os das grandes explorações.

Sem contestar em absoluto tal tese, talvez fosse avisado afirmá-la apenas para as circunstâncias históricas e económicas em que é verificada, evitando enunciá-la como verdade abstracta.

AGUIAR, Iolanda Trovoada, 2001, “Mondialisation, circulation des plantes et production des espaces locaux”, comunicação no colóquio *Le Portugal e l’Espagne dans leurs rapports avec les Afriques continentale et insulaire*, Rennes, Universidade de Rennes 2

A partir da circulação das plantas e do inerente trânsito de práticas culturais, a autora defende que a interacção entre o homem e o meio, mediada pelo recurso às plantas, propiciou a criação de S. Tomé e Príncipe como um espaço social (num certo sentido, trata-se de uma actualização de TENREIRO). De alguma forma, esta criação de S. Tomé e Príncipe seria uma “manifestação profunda do processo de mundialização”. Uma vez enunciadas estas e outras proposições teóricas – algumas das quais talvez de menor valia explicativa –, a autora revê o aproveitamento de várias plantas em circulação pelo mundo para a construção de diferentes tipos de sociedades ao longo dos cinco séculos de história do arquipélago. Algumas imprecisões são compensadas por outras observações argutas, até por não se cingirem à dicotomia de índole racial, acerca da evolução económica.

AGUIAR, Iolanda Trovoada, 2002a, “São Tomé e Príncipe plantas e povos origens e consequências” in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Porto, CEA da Universidade do Porto

Destaca a importância do trânsito e da fixação de plantas, a ponto de esboçar uma periodização histórica em função da importância económica da adopção de plantas e da consequente influência no modo de vida nas ilhas,

incluindo uma “terceira época”, grosso modo correspondente aos séculos XVI a XVIII, em que “nenhuma cultura com interesse económico” teria sido introduzida nas ilhas. Parece excessivo o peso deste factor na determinação da periodização da história das ilhas.

Em função desse contributo fundamental tece uma síntese histórica tributária da bibliografia existente. A par da menção ao caldeamento das raças, refere a diversidade linguística para subscrever a ideia do arquipélago ser, a despeito da pequenez, um mosaico socio-cultural.

As plantas, conclui, tiveram importância na construção da nação crioula que é actualmente S. Tomé e Príncipe, na medida em que terão influenciado em todos os aspectos da vida quotidiana, que a autora se esforçou por recensar.

Fica a dúvida: porquê a surpresa pelo facto da maioria das plantas cultivadas ter sido importada?

AGUIAR, Iolanda Trovoadá, 2002b, “Privatização e ficção estatal: o caso de São Tomé e Príncipe”, comunicação no congresso *Portuguese-African Encounters*, Providence, Brown University, texto policopiado

Texto sugestivo que pretende dissecar os jogos políticos e económicos em curso ao abrigo de um pretenso desempenho estatal que, no fundo, não consistiria senão na contínua alienação das funções sociais e de regulação a favor de agências privadas, mantendo o Estado apenas o poder de negociação dos dividendos inerentes a tal alienação.

Todavia, e conquanto não se trate senão de um aspecto particular que não desqualifica a interpretação da actuação política de grupos e facções para além da política formal e institucional, classificar a supracitada dinâmica de alienação das funções estatais em proveito de actores estatais e actores colectivos privados de resquício da colonização portuguesa parece especioso. Tentadora, esta ideia, que se poderia qualificar de protesto indignado contra a mentalidade de colonizados dos actores são-tomenses, carece de melhor comprovação. Não basta reportar-se a vagas continuidades que operariam enquanto peias da libertação dos são-tomenses.

ALEGRE, Francisco Costa, 2004 [1998], *Brasas de mutété. História da literatura santomense*, UNEAS

AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2002, *S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial (de 1975 a 1991). O percurso do sistema educativo*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE

O esforço teórico empreendido para a análise da educação em África não foi rentabilizado na análise do sistema educativo em S. Tomé e Príncipe, acerca do qual o autor, escorando-se em relatórios anteriores de diagnóstico do sistema educativo, adoptou uma perspectiva estática e descritiva.

O autor perfilha a tese do aproveitamento político da educação promovida após a independência para fins de legitimação. Com vigor, reafirma a ideia de que a distribuição das bolsas de graduação é feita tendo em atenção o estatuto social dos candidatos.

AMADO, Lúcio Barbosa Neto, 2004, “São Tomé e Príncipe – 1ª República (1975-1991) – apontamentos sobre a formação e a construção do Estado”, comunicação no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, policopiado

A síntese histórica contém imprecisões sobre o movimento proto-nacionalista e mesmo sobre 1953. Aduzem-se algumas informações novas relativas ao período subsequente à independência, marcado pelo nepotismo e pela corrupção. Descreve a autocracia de Pinto da Costa e a perseguição aos “contra-revolucionários” a coberto da protecção angolana e cubana. Aborda alguns passos da resistência política, explicando os métodos pelos quais vários opositores tentaram sair das ilhas, assim como os passos incipientes da FRNSTP criada em 1981.

Ao leitor, é dado pressupor a relação entre os comportamentos políticos dos autocratas da 1ª República e a inevitável agonia do monopartidarismo. Não se explana propriamente uma tese, antes avulta o fito da denúncia de práticas políticas que conduziram S. Tomé e Príncipe a um patamar idêntico ao que se generalizou em África, contrariando, dir-se-ia, as expectativas de consecução de metas económicas e sociais que deveriam distinguir o arquipélago dos demais países africanos.

ANJOS, Gustavo C. dos, e outros, 1991, *Etude Lutte contre la pauvreté à São Tomé et Príncipe. Rapport sur le seuil de pauvreté de l'année 1987 à 1990*, São Tomé, PNUD

BARBOSA, José Gomes, 2001, *Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL

O autor concebeu o seu trabalho como um contributo para a superação dos problemas sociais no seu país. O texto contém uma parte de apresentação de vários índices, outra de diagnóstico dos óbices estruturais ao desenvolvimento e, por fim, outra de propostas de estratégias integradas de desenvolvimento. Num esboço de síntese, diríamos que o autor vai do reconhecimento, a um tempo pragmático e tácito, da valia do diagnóstico da escola neo-clássica sobre os factores internos como causa da crise agrícola, até, pelo menos, à visão crítica da variante mais ortodoxa dessa teoria, que salienta a necessidade de políticas públicas integradas e promovidas pelo Estado, designadamente de apoio à produção camponesa, de forma a cimentar uma plataforma de arranque do desenvolvimento.

Com vista a estabelecer estratégias de desenvolvimento, arrola estrangulamentos estruturais, como, por exemplo, a vulnerabilidade dos pequenos estados, e analisa aspectos de conjuntura, designadamente o percurso desde a independência. A partir do fracasso do PAE, pretende “questionar as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento” desde 1975. Tal acaba por não configurar exactamente um veio de investigação, porquanto o autor se limita a alinhar de forma estruturada as constatações de antemão consabidas sobre o falhanço económico, eximindo-se a indagar as respectivas causas políticas. Justamente, e sem diminuir o mérito do trabalho, um aspecto susceptível de crítica atém-se à falta de uma, por assim dizer, inquietação intelectual. Da mesma forma, a abstenção de reflexão sobre as relações de poder aproxima este trabalho de um relatório. Este aspecto reflecte-se numa hierarquização vaga dos problemas e das “incertezas”, respeitem elas à perda de autoridade do Estado e à corrupção ou à proliferação de seitas religiosas. Ora, conquanto não haja uma ligação directa entre ambos os processos, de resto, nem sequer equiparáveis na sua importância social, o certo é que interessaria compreender em que caldo cultural e social nascem tais seitas religiosas – que, como nota o autor, não se representam dessa forma – e em que medida aquele caldo advém de outras incertezas. Sem o esclarecimento desta e de problemáticas afins, as medidas políticas tornar-se-ão cegas e, quiçá, contraproducentes.

Baseado no seu diagnóstico quer da situação do arquipélago, quer dos impasses advindos de uma aplicação acrítica dos programas de ajustamento estrutural, o autor pugna pela elaboração de uma política promotora do desenvolvimento sustentável, advogando a imprescindibilidade de critério-

sas políticas públicas. De caminho, almeja a uma meta deveras ambiciosa, a saber, a de levar o Estado a ser um factor quer de suporte ao sector privado, quer de incentivo à organização e intervenção da sociedade civil.

Trata-se, repetimo-lo, de um trabalho com um indisfarçável propósito voluntarista – palavra benquista do autor –, redigido à guisa de um relatório e de um programa governamental. Consinta-se, o diagnóstico é feito a partir da realidade aparente, por exemplo, da “adopção de modelos económicos desajustados” e da consequente “degradação da vida económica do país”. Mas, a par da clara arrumação das constatações – aqui e além, algo coladas aos documentos de que o autor se socorreu –, bem como do diagnóstico e das propostas, faltam, como se disse, os problemas intelectuais: por exemplo, porque é que à formulação de abordagens integradas de desenvolvimento não se segue a respectiva adopção? Em que se baseia a crença no reconhecimento local da necessidade de uma boa governação? Ou, por último, qual o valor deste reconhecimento quando ele não tem tradução prática?

O autor está ciente da contingência das suas propostas, dependentes de uma equação política que, de resto, enuncia: os constrangimentos estruturais do desenvolvimento do arquipélago estão em grande medida ligados à rigidez social construída a partir de modelos inadaptados. Para ele, é ilusório pensar o desenvolvimento sem uma mutação profunda dos comportamentos sociais e sem uma tomada de consciência séria da necessidade de construção e de consolidação de novos alicerces sociais em função do interesse colectivo. Estamos perante uma equação do problema político, se bem que de forma redonda e, aventar-se-á, cautelosa. Pergunta-se, qual é o valor de toda a formulação de estratégia de desenvolvimento se não estiver assegurada a condição acima expressa relativa à mudança de comportamentos e à necessária prevalência do interesse colectivo, dependente, em primeiro lugar, das lideranças e não do comum da população? Por outras palavras, e socorrendo-nos do prognóstico de um político para esconjurar os problemas em regra associados ao petróleo, porque se há-de crer que no futuro a assimetria social não será factível num espaço tão pequeno se ela já é, aos olhos de todos, manifesta e crescente?

BARROS, Ana Rosa Viegas, 1995, “Reforma agrária e suas perspectivas em São Tomé e Príncipe” in 1^{as} Jornadas sobre a agricultura de São Tomé e Príncipe, Lisboa, IICT

Dentre as comunicações apresentadas num colóquio realizado em 1993, em Lisboa, sobre agricultura, talvez seja a mais estimulante para os estudiosos da evolução social e política no S. Tomé e Príncipe independente.

Para a autora, a situação caótica da agricultura são-tomense provém quer do modelo de desenvolvimento da época colonial, quer das políticas da década seguinte à independência, inadequadas face às exigências do desenvolvimento agrícola.

Ou seja, o que se afirma de forma subliminar é que a falência da política agrícola se deveu justamente à adopção e ao aprofundamento dos vícios do modelo económico colonial, agravados, diria, pela alienação das garantias que viabilizavam esse modelo.

BONFIM, Feliciano do Nascimento de Jesus, 2001, *S. Tomé e Príncipe: realidades sociais, económicas e opções de desenvolvimento para o século XXI*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL

A autora destaca o desenvolvimento humano que, a par das elites, coloca no centro das preocupações no respeitante ao desenvolvimento do arquipélago no século XXI. Por isso são instrumentos basilares o conceito de desenvolvimento sustentável e a medição do desenvolvimento humano em S. Tomé e Príncipe.

É com este conjunto de preocupações e de referentes que a autora historia e relativiza as teorias desenvolvimentistas, assinalando, em consequência, a necessidade de investimento no capital humano e social. Na primeira parte, inclui, ainda, uma perspectiva da evolução económica recente, mormente no tocante às contas externas.

A segunda parte do texto versa as elites – definidas como os “cidadãos com poder de decisão ou execução de políticas públicas (políticos, intelectuais e empresários)” – e as respectivas opiniões e expectativas face à situação socio-económica, averiguadas através de um inquérito feito em Janeiro e Fevereiro de 2000. Infelizmente, a constante e, por vezes, algo confusa remissão para a situação de África tolda a descrição da percepção da elite são-tomense sobre os problemas socio-económicos no arquipélago.

A caracterização da referida elite deixa a desejar, como, de alguma forma, o denuncia a confessada surpresa da autora na análise dos inquéritos, que espelhariam (a terem sido bem feitos e representarem uma amostra significativa) a representação dessa elite. A conclusão de que “os indivíduos que se consideram influentes votaram em branco ou não votaram, são mais velhos do que novos, utilizaram a internet, consideram que os mercados Africanos são pequenos e que a ajuda pública é muito importante para o desenvolvimento” e, ainda, que “não possuem qualquer relação estatística significativa com os partidos políticos” parece assaz discutível. Já nos inclinamos a concordar com a autora quando aduz que, na elite por ela ana-

lisada, “a ausência de modernidade nas políticas propostas evidencia uma preferência pelo status quo”.

Diríamos que, até em razão do investimento feito na análise estatística, falta uma mais cuidada e profícua definição de elite e uma interpretação menos imediatista dos resultados para que costumam empurrar os inquéritos concebidos para a análise estatística e, depois, quase inevitavelmente lidos de forma impressionista. Falta, afora isso, a espessura política desta elite, a qual, ao invés das conclusões a que se forçou a autora, não o seria se não tivesse ligações várias ao campo político e que, de modo algum, se resumem à relação formal com o aparelho de Estado e com as políticas públicas.

A terceira parte foca as opções de desenvolvimento para o século XXI. A abordagem é acompanhada de abundantes considerações teóricas – nem sempre claramente explanadas – usadas na avaliação das possibilidades de desenvolvimento de um pequeno estado insular como S. Tomé e Príncipe. Ressalte-se a abordagem sem contemporizações do estendal de prejuízos advindos da incidência da corrupção. Também por isto, cumpre perguntar porque é que conclui que STP tem possibilidades reais de “atingir um desenvolvimento humano e económico”? Não seria avisado falar tão-somente de desejo? Ou de necessidade?

E da sua derradeira conclusão não se inferirá que as “elites” – que aludem à exiguidade do mercado e à necessidade de ajuda pública ao desenvolvimento – procuram sobretudo justificações para alijar responsabilidades pelo fracasso económico ou para demandas de suporte estatal?

BONFIM, Filipe L. Bandeira, 1995, “Produção e estratégia do desenvolvimento agro-pecuário em São Tomé e Príncipe” in 1^{as} Jornadas sobre a agricultura de São Tomé e Príncipe, Lisboa, IICT

BONFIM, João do Sacramento, 2000, *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Dentre as explicações históricas para a desvalorização da emigração, o autor elege o menosprezo local pelos trabalhadores forçados – os ex-serviçais –, em tempos marginalizados até pelos próprios são-tomenses. Conquanto recorra à história, nem por isso a explicação deixa de conter algo de arbitrário: primeiro, porque os significados sociais não são perenes e, menos ainda, em sociedades em profunda mutação; segundo, porque, não

obstante indicar a carga negativa da visão dos emigrantes, queda por provar a transferência da demarcação social de outrora face aos serviços para os emigrantes são-tomenses de hoje.

Num esforço de tipificação da conduta dos são-tomenses, BONFIM refere que, nas sociedades tradicionais, como S. Tomé e Príncipe, a vida se move pelos prazeres imediatos, mais do que pelo objectivo da acumulação, que rege as sociedades modernas. No arquipélago, o consumo supérfluo visa satisfazer a inclinação para os prazeres imediatos, tal a terminologia do autor. Independentemente do eventual acerto das observações, estamos diante de uma tipificação – inédita entre são-tomenses – das motivações culturais e dos ordenadores da vida social no arquipélago, que importa reter até por ser contrária à ideia – para alguns, a sustentar a todo o transe – da racionalidade económica dos africanos.

O texto percorre vários tópicos, cuja articulação merecia melhor detalhe e análise. Sem lamentos, o autor identifica mudanças comportamentais. Alude a um défice de confiança entre governantes e governados e equaciona a pertinência local do saber produzido fora do país.

Pragmaticamente, procura deixar recomendações úteis para a política.

BRAGANÇA, Albertino, 2000, “Mudanças culturais em São Tomé e Príncipe”, dactilografado

Elaborado para uma organização internacional, este texto versa as mudanças verificadas na derradeira década de Novecentos. Em causa está a apreciação da valia da cultura local – também dita esteio da resistência ao colonialismo – como requisito do desenvolvimento.

Enumera as causas – entre outras, desestruturação da família, frequência escolar, pluralidade de discursos dos media – das mudanças de comportamento, sobretudo entre os mais jovens. Embora a qualquer um seja dado intuir a vertente política de um tal processo, o autor apenas alude ao sentimento de frustração advindo de um quotidiano difícil. BRAGANÇA evita radicar esse sentimento na evolução política, centrado que está na ênfase – em última instância, de carácter moralista – da perda social dos valores culturais tradicionais.

Por um lado, descreve algumas mudanças, entre elas, o desaparecimento do sentimento de desdém relativamente aos *gabões* e a outros *filhos das roças*. Por outro, refere a abertura à importação de elementos culturais heterogéneos como um traço perene da sociedade são-tomense, o que pretende comprovado, por exemplo, pela aculturação resultante da recente vaga de imigrantes da costa africana mais próxima.

Relapso a apreciar positivamente todas as mudanças, BRAGANÇA formula propostas no sentido de uma politização da cultura popular atinente à valorização dos vectores tradicionais da cultura são-tomense, passível de suscitar a adesão das novas gerações. Evidentemente, tal desiderato afigura-se problemático, não só pelo voluntarismo inerente à proposta, como por implicar a necessidade de qualificação de juízos (sempre arbitrários) sobre a valia de elementos culturais que, à primeira vista, se afiguram retrógrados, como o seja, por exemplo, o recurso, mesmo entre as camadas sociais mais favorecidas, ao feitiço para a resolução de pendências.

O trabalho contém, ainda, uma proposta de medidas políticas para a institucionalização do bilinguismo, um passo atinente à salvaguarda do *forro* ou, conforme terminologia mais recente, *santomé*.

BRAGANÇA, Albertino, 2001, “A língua portuguesa e o fenómeno das interferências em S. Tomé e Príncipe”, comunicação no 1º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe, S. Tomé, policopiado

Este autor é um dos que tem perseguido com maior denodo o desígnio de depurar a vida dos são-tomenses daquilo que, no seu ver, representa a herança de imposições coloniais ou a adesão sem critério a modismos que esvaziam e adulteram a cultura nacional. Dir-se-ia, tem-no feito à margem da consciência do que tais propósitos contém, eles mesmos, de arbitrário.

Num brevíssimo trabalho sobre o jogo de interferências entre o português e os crioulos ou línguas de S. Tomé e Príncipe, enuncia a necessidade de reflexão em torno da agressão às línguas minoritárias (naturalmente, exclui a assimetria social e de poder a relação entre as línguas nacionais). Da mesma forma, apela a que se urdam os meios de levar a juventude são-tomense ao cultivo dos crioulos locais e, por conseguinte, à salvaguarda do património linguístico das ilhas.

BRANCO, Rafael e VARELA, Afonso, 1998, *Os caminhos da democracia, Amadora*

Em linha com o enaltecimento do trajecto político do arquipélago após a independência, os autores desta obra – composta por textos de diferentes natureza e propósitos – enfatizam os factores internos da mudança política. Com esta menção, assinalamos, não uma escolha de um objecto de análise, mas uma interpretação que, por contrária a outras percepções de estrangeiros e de são-tomenses expatriados, suscita a problemática das relações

entre os posicionamentos políticos e a perspectiva teórica (adoptada pelos são-tomenses) relativamente aos passos recentes da sua história. Esta obra compósita, também tributária da produção política e ideológica do MLSTP, tem propósitos analíticos. Mas, em razão do exposto, tem também de ser encarada como fonte.

Compreendem-se algumas distorções, como, por exemplo, a de apresentar a nacionalização como um mero acto de reposição da justiça face ao passado de extorsão de terras a são-tomenses. Assim se menospreza a explicação da nacionalização como uma decisão induzida pela ideologia marxista-leninista que acobertou intentos que pouco se prendiam com a reclamada reposição da justiça, embora, à época, fosse este o sentimento prevaiente. Assim também se indultam os decisores do falhanço sobrevivendo posteriormente.

Importa sublinhar que, nesta obra, se antecipam algumas interpretações – entre elas, a da persistência dos conflitos pessoais e da prevalência dos boatos como forma de resistência aos politicamente poderosos, para além da tentada monitorização das mudanças políticas por parte do MLSTP – mais tarde desenvolvidas em textos académicos de outros autores.

Em razão do seu viés e do protagonismo de todos conhecido, BRANCO e VARELA escolhem os parâmetros e os conceitos com que traçam o percurso pós independência, naturalmente em termos favoráveis ao MLSTP. Por exemplo, aludem à crise de legitimidade do MLSTP, quando a tónica teria de ser posta na crescente dominação – e não apenas no divórcio entre o MLSTP e as massas – que, volvidos poucos anos, se sobrepôs à legitimidade saída do processo de ascensão à independência em 1974-1975.

CARVALHO, Arlindo Afonso de, 2001, *Os constrangimentos estruturais do processo de desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe: Interferência mútua entre espaços político e económico*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE

Sem dúvida, o mais ambicioso e, teoricamente, o mais laborioso trabalho em ciências sociais escrito por um são-tomense. CARVALHO tece um exaustivo – dir-se-ia até, um exuberante – inventário das contribuições teóricas, segundo ele, pertinentes para o conjunto de problemáticas com que lida. Por exemplo, constrói mesmo um modelo de análise, traduzido graficamente, dos bloqueios do processo de desenvolvimento ou de modernização e, até, uma hipotética equação algébrica do processo de reprodução social e de desenvolvimento.

Atento o investimento teórico, é notório o esforço de ultrapassagem da recorrente explicação que remete para a herança colonial, mesmo se esta é tida em conta.

O autor problematiza a interferência recíproca dos espaços político e social como um dos – ou o mais importante – constrangimentos estruturais ao desenvolvimento, mormente pelo efeito de fragilização dos mecanismos de competitividade nos espaços políticos e económicos.

CARVALHO, Arlindo Afonso de, 2004, “Diálogo social e a democracia representativa em S. Tomé e Príncipe”, comunicação no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, policopiado

Ao invés do que adianta o autor, não se trata de um estudo de caso, antes de um brevíssimo ensaio sobre as condições de eficácia e de justiça na distribuição do rendimento social e na atribuição dos estatutos sociais e políticos.

À margem do estilo palavroso que amiúde confunde o sentido do que se pretende expor, dir-se-ia um trabalho inspirado pelo objectivo de escorar teoricamente um caminho político que se afigura inelutável, qual seja o das necessárias “convergências programáticas” e “alianças estratégicas” conducentes a novas soluções políticas passíveis de reverter o que é referido, implicitamente embora, como um quadro de perda do país. Ao invés dessas soluções para o país, o autor detecta estratégias individuais de apropriação dos rendimentos sociais em detrimento da negociação das “formas de produção e de acumulação de capital”. Daí, a “fragilização do ambiente institucional de governação” e a dificuldade de obter consensos sobre as prioridades de afectação de recursos.

Não deixa de apelar à intensificação do diálogo social como reforço do regime democrático.

Apresentado fora do arquipélago, trata-se de um texto em jeito de memorando pessimista. Porventura certo.

CEITA, Armindo Silvestre de, 1992, *Economia do cacau em S. Tomé e Príncipe. Crise e alternativas*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL

Dissertação anterior à era do petróleo, redigida com a motivação de indicar alternativas económicas ao cacau. Ao tempo, o autor já considerava “ilusória a permanente fé na exclusiva cultura do cacau”, tendo vincado o

seu distanciamento relativamente ao cacau e, até, à “economia agrícola” enquanto esteios de desenvolvimento do arquipélago.

Na primeira parte do texto expõem-se as sucessivas teorias do comércio internacional, na segunda, os contornos da cultura cacaueteira e, na terceira, as possíveis actividades económicas alternativas.

Na primeira parte, CEITA discute a aplicabilidade do modelo de desenvolvimento assente na substituição das importações. Dá conta do falhanço de tal modelo em muitos países africanos, onde a respectiva implementação conduziu à ineficiência económica e ao aumento dos custos de produção. Na verdade, apesar do reduzido mercado interno, este modelo chegou a ser esboçado em S. Tomé e Príncipe.

O autor afirma igualmente que os modelos clássicos de especialização não lhe parecem adequados à estrutura económica de STP, pelo que a opção por outras actividades económicas – que não a cultura cacaueteira, depreende-se – deve ser encarada como alternativa para o desenvolvimento.

Para o autor, foram as modificações dos factores internos que mais influenciaram a queda de produção do cacau no arquipélago. Com efeito, na segunda parte, CEITA explana a evolução da cultura cacaueteira, particularmente dependente e, nalguns casos, refreada pela escassez de braços. Reportando-se a um pano de fundo histórico, o autor menciona a continuidade da falta de mão-de-obra após a independência como um dos entraves ao desenvolvimento do país. A este propósito, é mister lembrar que a escassez é relativa e tem de ser reportada às conjunturas e às políticas. Noutros termos, após a independência, a falta de braços também se deveu ao falhanço da política para a agricultura e, especificamente, ao modelo de exploração da terra então perfilhado. Em todo o caso, por atentar nos factores internos, CEITA tece uma abordagem multifacetada da queda da produção do cacau.

Armando CEITA compila elementos para justificar a ideia de que o cacau não sustenta o desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe. Por isso, interroga-se sobre a fertilidade dos solos, referindo, por exemplo, a baixa do rendimento por hectare em países africanos. Também é certo que ele relaciona menor produtividade com desconhecimento de técnicas agrícolas ou, para maior precisão, com o abandono do sombreamento do cacau, um factor conducente ao esgotamento dos solos e ao aparecimento de doenças. A propósito, discute as vantagens e as desvantagens da cultura ao sol e da cultura sombreada.

Tece um historial dos acordos internacionais relativos à comercialização do cacau, mostrando como o arquipélago, tanto no tempo colonial como depois da independência, não tirou partido das potenciais vantagens neles previstas. Poderíamos sintetizar o pensamento de CEITA com a menção à

sua ideia de que, a prazo, a cultura do cacauero perderá importância no meio insular. Pergunta-se: e o mesmo não se aplicará toda a agricultura?

Assente a impossibilidade de, a partir da economia do cacau, se prover a necessidades básicas e de se iniciar um processo de desenvolvimento, o autor enumera alternativas, designadamente a pesca e o turismo em detrimento, por exemplo, da indústria transformadora. Arrola, ainda, a prestação de serviços, mormente a importação e a exportação de bens em regime de trânsito. Na explanação de propostas de desenvolvimento nos citados sectores, apesar de aqui e além chamar à colação aspectos da realidade são-tomense, o autor tende a trocar a análise pela descrição. Por outras palavras, o texto ganha o tom de um relatório com conselhos sobre aspectos práticos a ponderar em futuras opções económicas. Devido ao voluntarismo subjacente aos trabalhos sobre o desenvolvimento, não espanta a enunciação de propostas que hoje se revestem de uma feição algo quixotesca. Tal é, por exemplo, a de manter uma pequena área de cultivo de cacau para mostrar aos turistas a cultura das ilhas em tempos passados. A viabilidade de um tal projecto depende da pujança do turismo. Mas este não garante a viabilidade desse projecto.

O autor aborda, ainda, actividades económicas secundárias como, por exemplo, a produção de bens alimentares, que, tal como a do cacau, não têm a importância económica das pescas, turismo e prestação de serviços.

Em jeito de comentário, diga-se que as propostas de diversificação da economia para se lograr o desenvolvimento pressupõem duas variáveis que dificilmente se encontram em STP: uma, mão-de-obra capacitada e, outra, desempenho capaz (sendo que a capacidade se prende com a gestão isenta de recursos e de oportunidades) do Estado. O autor também fala da intervenção atinente a impedir o desvio de factores produtivos para actividades não prioritárias ou para racionalizar os factores produtivos e aplicá-los produtivamente: quem acredita?

Uma nota final para dizer que algumas asserções duvidosas no plano da narração e da interpretação históricas – parte delas resultantes, por exemplo, da adesão quase incondicional a informações datadas e interessadas como a clássica obra de Francisco Mantero – não diminuem o trabalho.

CEITA, Maria Nazaré, 1991, “Ensaio para uma reconstituição histórico-antropológica dos Angolares de S. Tomé”, policopiado

Provavelmente, a formação antropológica levou a autora a debruçar-se sobre este grupo. Ainda assim, seja de uma perspectiva antropológica, seja, sobretudo, do ponto de vista da equidade social – uma meta por que a autora

clama incessantemente –, subsiste a seguinte questão: porquê os Angolares e não outros?

Este desígnio do desenvolvimento parece querer afirmar-se como uma prioridade relativamente à velha questão da primazia da chegada ao território, ventilada após 1975. Todavia, depois, a autora acaba por classificar a negação da versão colonial, empreendida por historiadores são-tomenses, mormente Carlos Neves, e soviéticos, bem como pelo linguista Jean Louis Rougé, como uma abordagem corajosa.

A autora alude à clivagem subsistente entre o Estado e os Angolares, mau grado a identidade são-tomense prescrita independentemente da raça ou etnia. A este propósito, retenham-se vários pontos para reflexão: primeiro, para este efeito, o Estado não é uma entidade abstracta, antes significa um conjunto de pessoas ou grupos mais ou menos articulados que agem em (des)favor de Angolares e não só. Sem objectivar este aspecto, é difícil ir mais além na análise da referida clivagem. Segundo, valeria a pena avaliar os moldes da concretização uma identidade prescrita pelo Estado, ideia na qual, é forçoso dizê-lo, a autora está acompanhada por autores estrangeiros. Terceiro, como compaginar diferentes identidades, a são-tomense e a angolares, sem subordinar uma à outra?

A reivindicação de direitos particulares para os Angolares – uma comunidade (com algo de mítico) descrita e destacada pela autora que, de certo modo, se dispôs a representá-los (politicamente) –, obriga a pensar em reivindicações semelhantes para outras comunidades, provavelmente menos aparentes para o olhar antropológico, mas nem por isso menos desfavorecidas. Serão os cientistas sociais capazes de descortinar problemas e de nomear outros grupos carentes de políticas, que não apenas os já identificados pelo próprio saber colonial, como é o caso da comunidade angolares? Tal, por exemplo, um desafio de equidade colocado ao Estado e aos cientistas sociais.

CEITA, Maria Nazaré, 1995, “Cidades: construção e hierarquização dos espaços e dos homens (o caso de S. Tomé e Príncipe)” in *Construção e ensino da história de África*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses

Breve panorâmica histórica na qual a autora aponta aspectos da hierarquização de espaços e de homens – refere-se, cremos, aos vários tipos de explorações agrícolas –, cuja herança supostamente ainda hoje é visível.

Refere a expropriação das terras no século XIX como determinante da posterior arrumação social tributária de parâmetros raciais de um “quadro étnico” que, no entanto, “vinha decorrendo desde 1493”.

Na história da cidade de S. Tomé, em particular nas derradeiras centúrias, diga-se que, por um lado, a evolução aparece determinada pela função portuária de ligação das roças ao exterior; por outro, a hierarquização dos seus espaços espelha a clivagem racial acentuada pela política colonial. Aparte algumas imprecisões, a autora foca a utilização do pensamento higienista que, já após o 28 de Maio, levou à demolição de casas de ilhéus localizadas na cidade. Alude, ainda, às obras mandadas executar pelo famigerado governador Gorgulho.

O texto finaliza com uma menção muito sumária à perda social dos habitantes da cidade de S. Tomé em virtude do falhanço das metas económicas gizadas após a independência.

CEITA, Maria Nazaré, 1998a, “Perspectivas dos estados e nações dos cinco. As questões étnicas no processo de democratização” in *Que estados? Que nações em construção nos cinco?*, Praia, Fundação Amílcar Cabral

A problemática da etnicidade serve de ponto de partida a uma comunicação que se espraia pela profundidade histórica para conclamar por uma integração social justa dos Angolares.

CEITA, Maria Nazaré, 1998b, “A evolução do mundo rural em S. Tomé e Príncipe” in *Actas do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Maputo, edição em CD-ROM

Depois do estudo dos espaços urbanos, a autora resolveu debruçar-se sobre o mundo rural, cujo entendimento se lhe afigura condição *sine qua non* para definir a viabilidade socio-económica do país. Para isso, revê de forma sintética a história do arquipélago, destacando as sucessivas configurações económicas e sociais e as correlatas modalidades de ocupação do espaço.

Congruentemente com o teor de outros trabalhos, a autora enfatiza a expropriação. Ora, sem querer ser taxativo, antes deixando apenas pistas para futuras investigações sobre questão tão emblemática – a da posse da terra, cuja valia simbólica supera a valia económica –, direi ser mais fácil aceitar a ideia de uma extorsão violenta ou fraudulenta, por vezes com o beneplácito das autoridades, do que a da violação de um “direito consuetudinário”, constituído como corpo jurídico radicalmente distinto do direi-

to metropolitano. A meu ver, este era reconhecido pelos nativos e foi como tal violado pelos europeus. Casos de extorsão e de expulsão de terras até então na posse e usufruto dos nativos desalojados à força não comprovam a existência de um direito consuetudinário. Afinal, a própria autora vem a constatar, em contraponto ao que se passa em África, a inexistência de “regimes fundiários tradicionais”. Diga-se, qualquer veleidade de invocar uma tradição africana ou especificamente são-tomense no tocante ao acesso à posse e usufruto da terra afigura-se-nos algo espúria.

A autora expõe igualmente os passos da reestruturação do mundo agrário após a independência, desde a nacionalização à distribuição de terras, sem esquecer as dificuldades sobrevindas após esta medida e a necessidade de ajuda pública na luta contra a pobreza no espaço rural, marcado pelas desvantagens – nalguns casos, levadas a extremos inimagináveis – da “perifericidade”.

A coberto da síntese, deixa passar imprecisões e expõe ideias – por exemplo, a respeito da hegemonia dos roceiros – que merecem ser matizadas por não serem válidas para todas as épocas do colonialismo recente.

Trata-se de um texto não militante, mas comprometido com o repto da necessidade de justiça social para os trabalhadores rurais. Curiosamente, desta feita, o compromisso é estabelecido, não com um grupo cultural ou étnico, mas com uma franja social definida pela evolução política e económico-social.

CEITA, Maria Nazaré, [1995?] “Relação entre a língua portuguesa e línguas locais” in *1ª Bienal Livro Culturas Língua Portuguesa*, Maputo, Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa

CEITA, Nazaré, 2001a, “A reforma agrária em S. Tomé e Príncipe: período pós-colonial”, policopiado

Síntese que revê a trajetória histórica da agricultura desde os tempos coloniais até ao presente, razão pela qual comporta simplificações discutíveis, a que se juntam asserções ideologicamente induzidas. Porém, realce-se a enumeração dos problemas sociais e políticos resultantes das sucessivas definições do estatuto da terra – com destaque para a nacionalização em 1975 e a privatização dos anos 90 –, sobre as quais se vai edificando, se assim se pode dizer, a sociedade são-tomense.

A exemplo de outros trabalhos, também este não pretende ser meramente técnico. Veja-se, por exemplo, a alusão aos problemas de ética de tra-

balho e de gestão indevida de recursos por dirigentes. Afora isso, e embora de forma sumária, a autora tenta equacionar os problemas sociais decorrentes do que julga ser um défice de actuação do Estado no processo de distribuição de terras subsequente ao falhanço económico das nacionalizações.

Listados os vários insucessos do Estado em diferentes momentos no pós-independência, surge a pergunta: porquê acreditar na capacidade do Estado e, sobretudo, na do são-tomense para ajudar a erigir uma economia agrícola, cuja prosperidade corresponda, por um lado, a uma perspectiva realista de desenvolvimento do arquipélago e, por outro, vá de encontro a anseios sociais das suas gentes? Talvez haja aqui uma concessão a remanescentes apriorismos ideológicos sobre o Estado enquanto promotor de desenvolvimento que não encontram comprovação na história recente das ilhas.

Ou, questão passível de ser colocada a vários estudiosos, julgar-se-á, em última instância, que é necessária a existência de um Estado – mesmo debilitado e instrumentalizado por meio de lógicas neo-patrimoniais –, porquanto, sem o espectro do Estado, a desregulação social seria ainda maior?

CEITA, Nazaré, 2001b, “Interferências linguísticas: da relação entre a língua portuguesa e as línguas locais” in 1º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe, S. Tomé, policopiado

Para a autora, ultimamente devotada a valorizar este reduto do património nacional, a língua constitui a expressão máxima da cultura do povo. Tal proposição convive com a de que S. Tomé e Príncipe foi marcado por sucessivas “crioulizações culturais e linguísticas”.

Porém, pressupomo-lo, esse veio da cultura são-tomense está ameaçado. A dinâmica e a rapidez da globalização constituem a antítese das vivências de carácter económico e cultural dos cidadãos são-tomenses. Dir-se-ia, a esta asserção como que subjaz um reconhecimento, algo contrafeito, da inexorabilidade das mudanças culturais e sociais em curso por elas, no limite, ameaçarem as línguas nacionais.

Nazaré CEITA estabelece a relação entre as várias línguas, a saber, a lungwa santomé (língua de S. Tomé), lungwa n’gola (língua angolara) e lung’ie (língua da ilha), além das línguas das comunidades minoritárias e de grupos sociais definidos pelo percurso histórico e pela configuração do espaço. Entre estas línguas está o crioulo de Cabo Verde que, cumpre dizê-lo, não será tão minoritário quanto a autora deixa entender. Cumpre igualmente notar que, embora com recorte social diferente, também o português poderá constituir uma língua materna – e, nessa medida, nacional – para

uma fracção considerável dos são-tomenses. Evidentemente, porque uma visão afectiva e ideológica se sobrepõe a outros considerandos, poderá subsistir algum embaraço na adopção como “nacional” do que se oferece como um “legado” do colonizador.

A autora elenca as dificuldades apostas a uma maior utilização das línguas locais que, a seu ver, têm implantação suficiente para a revisão do seu estatuto e merecem melhores conhecimento e utilização. Enunciada de forma abstracta, tal proposta evita o inconveniente de uma escolha a que, passo a passo, se procede em prol do santomé e em detrimento das demais línguas. A autora aponta medidas para tornar STP um país com um real bilinguismo ou multilinguismo (capacidade de utilizar com idêntica competência mais do que a primeira língua em todas as circunstâncias), mas, como se anuirá facilmente, é forçoso duvidar da exequibilidade de tais propostas. Seja como for, a autora aconselha, entre outras medidas, a valorização das línguas em todos os níveis de comunicação e não apenas nas campanhas eleitorais, porque, aduz, a “identidade nacional poderá ver-se seriamente comprometida enquanto subalternizarmos as línguas nacionais”. Em STP, haverá quem pense assim, mas tal não é necessariamente verdadeiro.

Evidentemente, não se nega a valia instrumental da língua para a forja de uma identidade nacional. Por exemplo, em Cabo Verde, a afirmação identitária fez-se por meio do uso da língua crioula; interna e externamente, o crioulo serviu para decantar uma imagem do homem cabo-verdiano. Mas, em STP, contra uma valia similar da língua militam vários factores: refirmam-se tão só a pressão centrífuga do mundo globalizado sobre o arquipélago e o crescente rombo numa coesão social mínima que aparta, ao menos parcialmente, os são-tomenses dessa sua mesma condição.

CEITA, Nazaré, 2001c, “A importância da tradição oral” in *Batê Mom* nº4, vol.3, S. Tomé, UNEAS

O texto constitui oportunidade para um lamento relativo à perda de um património vivo por cada ancião que falece e cuja sapiência não é registada. Essa perda é, em parte, imputável ao défice de condições materiais para proceder à recolha da tradição oral. Para acentuar a dimensão dessa perda, a autora realça a valia intrínseca e a fidelidade, designadamente enquanto fonte, da tradição oral.

No tocante ao arquipélago, em consonância com o que ocorre por África, Nazaré CEITA salienta a abertura a valores e a mentalidades prejudiciais aos “nossos valores ancestralmente adquiridos”. Dá conta do desinteresse dos jovens pelo saber dos mais velhos, movimento só recentemente contra-

riado por uma “importante parcela da juventude culta” africana, que sente “a necessidade de voltar às tradições ancestrais”, de “reencontrar suas raízes e o segredo de sua identidade”. A autora não se refere a S. Tomé e Príncipe, pelo que se infere que tal movimento tarda em chegar ao arquipélago.

Tais asserções comportam enormes problemas teóricos, desde logo o da assunção de uma ancestralidade que historicamente poderá ser muito menos profunda do que, por inércia e afectividade, se tende a presumir. E, embora não se o diga, nem tal configure uma necessidade, tal projecto é reactivo em relação à “identidade crioula” – igualmente invocada por Nazaré CEITA – porque, independentemente da consciência que disso se tenha, pressupõe um caminho no sentido do que é, arbitrariamente embora, usualmente considerado e denominado de genuíno.

COSTA, Elias e CORREIA, Rui, 1996, *Ilha do Príncipe, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro*

Trabalho de divulgação sobre a ilha do Príncipe. Avulta a síntese histórica e a descrição das manifestações culturais, mas não se descaram aspectos de carácter social, designadamente a educação e a saúde. Focam-se, ainda, a autonomia, de que se expõe a respectiva justificação – por exemplo, a língua e as manifestações culturais diferentes das de S. Tomé –, e as perspectivas de desenvolvimento da ilha. Este desenvolvimento depende da autonomia, isto é, das possibilidades que a autonomia abre para a cooperação com parceiros internacionais que, esperançosamente, deveriam compensar o abandono a que o Príncipe tem sido votado pelo poder central.

Apenas uma interrogação: a que vem a alusão problemática à cultura do Príncipe como a “prova evidente da vitória do luso-tropicalismo nesta ilha”?

COSTA, Fernando Ferreira da, 1982, “S. Tomé: um reino de escravos” in *História* nº50, Lisboa

Veja-se Fernando de MACEDO 1996.

COSTA, Fernando Ferreira da, 1984, “Crónica do fim de um reino” in *História* nº68, Lisboa

Veja-se Fernando de MACEDO 1996.

COUTO, Amaro Pereira do, 1997, *O processo democrático, tomo 1, S. Tomé, Coleções Ponta d’Acha*

Texto ensaístico sobre o processo democrático no arquipélago. Atenhamo-nos a dois aspectos, um de carácter histórico, outro de cariz político. No tocante ao primeiro, o autor considera que o processo de formação do povo são-tomense resulta da fusão de dois vectores, podendo, portanto, considerar-se um povo afro-europeu. No respeitante à primazia do povoamento, contesta a ideia de que as ilhas estivessem despovoadas aquando da chegada dos portugueses, para o que compõe a mais imaginativa e elaborada das explicações da presença de africanos nas ilhas (alguns argumentos são risíveis, entre eles, o da falta de vestígios de presença anterior à dos portugueses se dever ao facto das conquistas portuguesas em África terminarem com a destruição e a queima sistemáticas de todos os pertences dos povos pagãos das terras avassaladas). Em razão da suposta presença de africanos antes da chegada dos portugueses, talvez se afigure mais fácil falar do acesso à independência “depois de uma resistência que persistiu ao longo desses séculos”. Mas, mesmo assim perspectivada, não faz muito sentido falar de uma tal resistência conducente à independência.

Portanto, trata-se de um livro onde, para além da descrição e análise jurídica dos mecanismos de poder, por vezes massudas, algumas intuições convivem com fabulações. Logo, mais do que os simplismos acerca da história colonial ou da política colonial, interessam as notações sobre o recente percurso são-tomense.

Diga-se que, a par de uma visão biológica e antropológica da nação, o autor tem consciência da artificialidade das soluções políticas. É tomando em conta este ponto de vista, que congrega visões idealistas e instrumentais, que merecem consideração as suas apreciações sobre a evolução recente. É esta evolução que move o autor.

Apesar de considerar que a democracia se prende com a evolução das relações internacionais, tendo sido favorecida por uma dada conjuntura internacional, o autor procura demonstrar que a democracia tem raízes no país.

A propósito, poderíamos perguntar se as instituições e as práticas democráticas concitam uma adesão racional e emocional e se fazem parte dos valores dos são-tomenses independentemente da feição do Estado mais ou menos facetada por cada conjuntura política internacional? Por mim, não seria peremptório numa resposta afirmativa. De resto, uma tal resposta visaria mais esconjurar o politicamente incorrecto do que lançar luz sobre a implantação e a difusão dos valores democráticos, cuja avaliação não depende da crítica situação económica e social. Na rua, alguns são-tomenses aludem a uma tradição são-tomense ou africana não totalmente coincidente com os desígnios democráticos. Afinal de contas, o conformismo e a com-

placência para com as peripécias dos poderosos deixam entender quão interiorizada está a percepção dos limites da democracia enquanto fórmula política da equidade (algo de que os marginalizados têm uma arraigada e preclara intuição, tendo o seu empobrecimento por irreversível). Em suma, não negando a possibilidade da democracia ganhar raízes locais, também não me pronunciaria de forma acrítica e apressada – conquanto porventura bem intencionada – pela existência de raízes nacionais da democracia, a qual pouco tem a ver com um imaginado carácter de um povo.

Afora a ideia da raiz nacional da democracia – a comprovar, embora não tenha muito sentido enquanto problema –, a tese que ressalta é a de que os falhanços após a independência se prendem com a importação de modelos políticos estranhos às características nacionais.

A este respeito, poderíamos considerar que uma tal tese, em abstracto plausível e de algum modo pertinente por relembrar o peso dos condicionamentos históricos, não deixa de ser uma deriva para evitar uma explicação necessariamente tortuosa e, no final, incómoda sobre os escolhos internos à normalidade democrática.

CRAVIDE, Félix de Apresentação, 1989, “O propósito da reacção” in *I Reunião Internacional de História de Africa. Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*, Lisboa, IICT

Num artigo que se intui influenciado pela formação no Brasil, o autor traça uma visão genérica da evolução do multissecular relacionamento entre europeus e africanos. Esse relacionamento, por fim conducente à hegemonia europeia, viria, por isso, a provocar uma reacção dos africanos em busca da “liberdade”, da “autenticidade” e da “autonomia”. Esta ideia enforma considerações de carácter valorativo relativamente ao colonialismo. O autor denuncia a subversão da igualdade e da colaboração entre europeus e africanos supostamente prevaletentes aquando dos contactos e trocas iniciais.

Aspectos parcelares de história e da cultura – nomeadamente da religião, da língua, das danças e da música – em STP são integrados nesta sintética e algo errática perspectiva de longa duração sobre as relações entre europeus e africanos.

Decerto induzidas pela leitura maniqueísta do relacionamento entre europeus e africanos, algumas referências históricas – como a da repressão violenta dos Angolares em 1878, completamente errónea – carecem de sustentação. Outras, como a de maus-tratos coincidentes com uma suposta diferença de cariz racial entre senhores e escravos, são contestáveis.

CRAVID VICENTE, Felix, 1995, “Novas perspectivas para o ensino da história em S. Tomé e Príncipe” in *Construção e ensino da história de África*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

O autor esboça um quadro da situação do ensino no arquipélago após a independência, realçando os estrangulamentos derivados da respectiva massificação, do abaixamento do nível de qualificação dos alunos e da descoordenação das políticas e das práticas de ensino, tudo com reflexos negativos no conhecimento da história do arquipélago.

Destacada a necessidade de uma reavaliação da história do ponto de vista do colonizado ou nacional, o autor constata nada se ter feito volvidos dezoito anos sobre a independência. Por exemplo, aponta a necessidade de levantamento das “tradições e histórias”, assim como do resgate da figura de Amador de um “quadro ‘mitológico’”, uma tarefa ainda por executar por falta de informações de que padece a população, o que já não será uma situação atribuível ao colonialismo.

Denunciando uma subliminar afectação política e ideológica em torno do saber social, o autor afirma que as ciências sociais estão em desvantagem por serem “vistas como entraves às posições ideológicas (...) [por receio de] influências nefastas que possam interferir na política do governo, (...) [assim se pondo de parte] vertentes que trariam um grande contributo ao país.”

Na verdade, esta análise seria mais pertinente se aplicada sobretudo ao regime monopartidário. Apesar da propalada consideração pelo saber social, os seus responsáveis temiam ser confrontados devido ao uso ideológico e político, distorcido e redutor, do saber social. Já após a liberalização, assistiu-se a uma desvalorização do saber social em detrimento de actividades económicas com proventos imediatos. Não parece que se possa falar de um receio por parte do poder. Houve, sobretudo, uma desvalorização de tudo quanto não se inscrevesse na lógica da obra politicamente visível ou do provento económico imediato.

Esboço histórico das ilhas de S. Tomé e Príncipe, 1975, S. Tomé, Imprensa Nacional

Pequena brochura na qual Carlos NEVES, que não a assinou, se afirmava convicto da existência dos Angolares previamente à chegada dos portugueses. Por influência da matriz ideológica triunfante com o MLSTP, o período colonial foi identificado com o período da resistência ou de agitação social, em última análise atribuível à estratificação classista então prevalecente.

Esse lapso temporal teria sido pautado pelo reforço do antagonismo social e classista motivado pela sua coincidência – imaginada à luz da memória do colonialismo recente – com a clivagem racial. Ao jeito da época, salientou-se que a violência tornou patente a resistência dos escravos, o que, não sendo falso, em pouco, para não dizer em nada, terá que ver com a independência. Mas, em 1975, fruto de uma espontânea e imparável “africanização dos espíritos”, ninguém pensava na dissociação entre lutas de escravos e processo de independência.

O povo, singular, de S. Tomé e Príncipe resultava da incessante miscelânea de “raças, culturas, línguas, etc.” A especificidade da sociedade são-tomense é atestada pelos capítulos relativos à religião e às práticas de medicina relacionadas com a magia.

Esta brochura é particularmente interessante pelo que indicia acerca do que era a moldura histórica permitida ou sugerida pela visão política do MLSTP nos tempos da exaltação da independência.

FERNANDES, Manuel Vaz, s.d., *Os imbróglis das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra

Dissertação não datada, cujo enfoque se diria tributário de uma tímida justificação do percurso político do autor. Neste trabalho, patenteia-se um menor distanciamento do que o desejável e, comparativamente, do que o de outros são-tomenses. Por exemplo, alguma carga pessoal adivinha-se na relação, por explicar e pouco plausível, entre a “farsa” de Março de 1975, respeitante à questão da dissolução da tropa nativa no período de transição para a independência, e a “tragédia” de Agosto de 1995, a do golpe contra Miguel Trovoada. Cumpre dizer que dificilmente se alcança qualquer relação com algum valor explicativo de realce que relacione os eventos de 1975 e de 1995.

Temos uma visão da história marcada, a um tempo, pelo veio subliminarmente racial e pelo percurso do próprio autor, ao que talvez não seja alheia uma periodização da história, que termina em meados do século XX, seguida da fase da luta pela independência a partir de 1953. Tal periodização comporta, talvez por ignorância – neste caso, reflexo da memória truncada da própria sociedade que durante anos esqueceu as suas maiores figuras de inícios de Novecentos – uma redução da afirmação política e identitária dos são-tomenses ao período posterior a 1953. Em contrapartida, a história do CLSTP é construída de forma a ampliar a sua importância política e a escamotear quer os conflitos, quer as debilidades que o marcaram, bem como, depois, ao país.

Perante a magnitude das questões arroladas nas páginas introdutórias, parece menor o imbróglio da dissolução da tropa nativa e da questão das forças armadas. Mais significativos se afiguram a falta de uma agenda própria de transformação do país – supostamente conducente ao mimetismo do que era feito nos países onde houvera luta armada, empurrando para rupturas onerosas quando se deveria ter preferido o compromisso – e o papel reservado ao partido e ao Estado.

Num exercício velado de reabilitação das opções e das práticas políticas a seguir à independência, o autor adianta implicitamente a tese da incapacidade e da fraca preparação dos políticos. Repesca, por exemplo, os documentos do MLSTP para criticar as evoluções indesejadas, mas não questiona porque é que o MLSTP, tendo tido o monopólio do poder, conviveu com essas evoluções. Ou, diríamos, não tivesse sido por isso que, justamente, houve lugar a evoluções hoje ditas indesejadas.

O rigor conceptual cede lugar à perspectiva panfletária. Por exemplo, é confrangedor que, numa óptica meramente ideológica e assaz divergente da realidade, se sustente que nas colónias portuguesas o trabalho forçado vigorou até 1974. Tal perspectiva, pouco consentânea com as exigências do discurso científico, não acrescenta nada à compreensão do colonialismo. Revela, em contrapartida, a visão a um tempo condescendente (talvez por se tratar de um autor que foi e é político) e instrumental do saber científico, cujas exigências, convém lembrar, destoam das do discurso panfletário.

Lacuna grave, das várias informações e, inclusive, citações, poucas são as devidamente referenciadas, impossibilitando a comprovação e a subsequente ponderação por terceiros das informações e dos argumentos aduzidos pelo autor. Percebe-se que não leu TENREIRO e, dado que considera a nacionalização das roças como uma espécie de momento fundador do “estado revolucionário” que vai até 1987, é de registar não ter lido EYZAGUIRRE. Toda a explanação da evolução para o multipartidarismo é feita com recurso a documentos tomados pelo seu valor facial e que não foram objecto de um esforço analítico consequente.

Falta um corpo de conclusões, substituídas por formulações mais ou menos vagas, aqui e além contraditórias, sobre a necessária e esperada ultrapassagem dos problemas. Retenha-se a proposta de investimento na educação de forma a quebrar o fatalismo.

GOMES, Carlos Bragança, 1998, *Políticas de cooperação e estratégias empresariais em África: ‘o caso de S. Tomé’*, Lisboa, policopiado

De um ponto de situação sobre África, de que ressalta os índices de po-

breza e os poucos resultados da cooperação no crescimento económico, o autor deduz a necessidade de novas formas de aplicação da cooperação que contemplem, designadamente, maior participação de parceiros locais.

O autor tenta analisar a influência da “ajuda externa tradicional” na estrutura sócio-económica e política, destacando o impacto do investimento estrangeiro directo em S. Tomé e Príncipe. Dentre aspectos mais particulares, considera nocivo o papel das ajudas alimentares, quer pela concorrência desleal face aos produtores locais, quer pela alteração de hábitos conducentes ao maior consumo de produtos importados.

Parte do diagnóstico sobre a cooperação afigura-se consensual. No tocante à vertente económica da cooperação, o autor salienta os empecilhos internos como, por exemplo, a fraca capacidade institucional e de gestão pública ou, da perspectiva externa, a falta de flexibilidade dos doadores. Acresce, por exemplo, a multiplicidade de projectos que acabam por não ter consequências ou os grandes projectos de viabilidade duvidosa, como os do apoio à cultura do café e do cacau. Tal panorama comprova a ineficácia do investimento. Solução? Maior intervenção de agentes não governamentais – mormente empresariais – na gestão da cooperação em parceria com os órgãos estatais e com os parceiros internacionais. Arriscaríamos opinar que, conquanto pareça impor-se, tal alvitre não deverá ajudar a resolver nenhum dos problemas citados.

O autor estabelece um diagnóstico das causas do baixo investimento estrangeiro directo. Solução? Dados os constrangimentos de natureza estrutural, compete ao Estado, com o apoio das instituições multinacionais, adoptar mecanismos propiciadores de um clima melhor para investidores nacionais e estrangeiros. A qualquer leitor mais familiarizado com estas matérias parecerá que nos situamos no plano do que forçosamente tem de ser dito ou, por outra, das boas intenções.

No plano da investigação fundamental, não obstante quer as reticências expressas a uma periodização da história do arquipélago em ciclos definidos pela predominância de uma ou outra cultura, quer o propósito de tecer uma “abordagem diferente”, o autor acaba por propor uma periodização muito aproximada às costumeiramente adoptadas, dividindo os derradeiros séculos num período até 1920, grosso modo correspondente à adopção do café – o que, para efeitos de periodização, se afigura uma inexactidão dado o *boom* da produção cacaueira remontar a finais de Oitocentos –, seguindo-se o último período até 1975, que se pautaria pela crescente dependência do cacau, de resto agravada após esta data. Ainda no plano da investigação fundamental, é difícilimo aceitar que a influência dos acontecimentos inter-

nacionais sobre a economia são-tomense, longe de ser conjuntural, tenha raízes profundas que remontam aos primórdios da colonização. Noutro passo, numa formulação mais prudente, considera que a crise da economia tem raízes estruturais profundas que se vêm acentuando ao longo de decénios. Assim será, mas mais decisiva foi a corrosão económica e social de uma política pouco pensada, voluntarista e, por isso, forçosamente inconsequente após 1975.

Servem estes exemplos para mostrar que, não obstante o voluntarismo e as intenções com que o autor dissecou o panorama da cooperação, o diagnóstico – que não as soluções – é mais lúcido do que as enunciações de cariz histórico supostamente explicativas da matriz de dependência em que se encontra o arquipélago.

História das ilhas de S. Tomé e Príncipe, 1974, Porto, edição de N. Oliveira

Estamos perante um livro de um são-tomense. Texto datado e, conforme à exaltação da época, contra a opressão colonial. Indício desse carácter datado é o facto de ser dito que os santomenses seriam o “preto (...) mais evoluído de África”, “notavelmente educado”, o que não se deveria confundir com servilismo. Outro indício, o de aparentemente se ignorar a conotação depreciativa do termo “preto”, que o autor usa amiudadamente.

A organização do livro não obedece aos cânones académicos. O autor intercala capítulos de notações de carácter utilitário com outros relativos à história ou a uma abordagem de cariz antropológico (tudo, note-se, num registo de autodidacta). A par da menção a percepções religiosas dos africanos – entre elas, a de que não se crê em mortes naturais – faz uma brevíssima menção à penetração da religião católica.

Resume a história dos séculos mais distantes e, no tocante à história recente, deixa alguns apontamentos interessantes relativos às implicações económicas e sociais da guerra do Biafra. A descrição das roças é pautada pela crítica à condição miserável do trabalhador.

Algumas asserções são próprias da época: a colónia vivia da exploração colonial e estava totalmente entregue a particulares, dentre os quais o BNU. As casas comerciais nas vilas são rotuladas de “tentáculos dos temíveis exploradores”. Embora insista na discriminação racial, a dado passo alude a “alguma burguesia negra”, porventura uma razão para a continuidade do processo revolucionário para que o autor pretende convocar os são-tomenses.

Previsivelmente, remonta a resistência nacional às lutas dos escravos movidos pelos desejos de vingança, donde passa para a descrição, em tons

negros, dos eventos de 1953 e, depois, para a transcrição da mensagem do CLSTP de 1965, ao que se segue a apresentação da Associação Cívica Pró-MLSTP e da respectiva actividade.

Acaba por ser um texto com testemunhos a sopesar em futuras investigações sobre os derradeiros anos do colonialismo.

JESUS, Adelino Jorge de Bom, 1998, *Médias empresas agrícolas de S. Tomé e Príncipe: sistemas de produção e necessidade de crédito agrícola*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISA-UTL

Apesar da identificação de alguns empecilhos à actividade agrícola – entre eles, o relativo ao crédito –, o trabalho padece de uma visão estática. Por exemplo, o autor detém-se amiúde na descrição de instituições e programas e dos resultados expectáveis sem a competente problematização da respectiva inserção nas dinâmicas económicas e sociais no arquipélago. Como ocorre com outros trabalhos, a espaços avulta a sensação de estarmos na presença de um relatório.

LIMA, José de Deus, 2002, *História do massacre de 1953 em S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé

Estudo voluntarioso em que se pode entrever o orgulho pelo património familiar de afirmação da *raça* negra e, mais especialmente, dos padrões civilizacionais de uma notável geração de *filhos da terra*, cujo refinamento de hábitos era, nos primórdios de Novecentos, superior aos dos colonos.

No tocante ao tema que é abordado, também num intento comemorativo, diga-se que o autor inventaria actos de resistência – um deles, o da marcha de 1937, porventura citado pela primeira vez nos estudos de história de S. Tomé e Príncipe – denotadores de uma índole são-tomense refractária à opressão, assim como factos demonstrativos dos intentos de Gorgulho, personagem que diaboliza, em contraste com o enaltecimento de Salustino do Espírito Santo.

MACEDO, Fernando de, 1996, 3ª ed., *O povo angolano de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, Instituto Rei Andreza para a Cooperação e Desenvolvimento

Compilação de artigos sobre os Angolares e a história mais remota de S. Tomé, alguns deles redigidos há mais de uma vintena de anos. Nesses estudos, o autor pretendeu valorizar essa unidade social (e, em tempos, política) constituída pelos Angolares. O autor quis imbuir esses artigos de “uma abor-

dagem do ponto de vista angular” e, por meio do esforço de distanciamento de “uma cultura lusófona assimilada desde verdes anos”, “ultrapassar o que sobre os angolares foi dito por escritores”.

No primeiro texto, o autor fala da política portuguesa de constituição de suportes insulares ou, em alternativa, fortificados para apoio do comércio de escravos. Ao cabo de anos, essa política levaria ao povoamento de S. Tomé. Todavia, algo diferentemente do sucedido na expansão portuguesa até então, a ilha de S. Tomé ficaria singularmente marcada pela complexidade resultante de múltiplos desígnios dos que por ela passaram ou mandaram. A este respeito, diga-se que esta opinião relativa a uma diferença marcante relativamente ao sucedido noutras possessões talvez demande melhor fundamento. Neste texto, destaque-se a anotação de que os são-tomenses se envolviam no tráfico, a seguir enunciada de forma algo diferente, a saber, a do comércio de escravos ser uma actividade “dos europeus e de alguns seus mestiçados descendentes”.

No concernente aos Angolares, permanece em aberto o problema das suas origens no continente. No que toca a S. Tomé, apesar das cautelas, para o autor, a origem dos Angolares é a clássica, a saber, a de um povo formado a partir dos sobreviventes do naufrágio de uma embarcação negreira, interpretação que, noutro passo, MACEDO vem a matizar. A polémica aparece deslocada do tópico da precedência da presença para o da antiguidade da ocupação do território, designadamente do sul de S. Tomé. O autor prefere trocar a problemática das origens pela afirmação da singularidade das suas “características próprias reforçadas por uma longa prática da endogenia”.

O autor fala-nos da longevidade histórica da guerra do mato contra os Angolares, a que as expedições punitivas – quiçá findas com um acordo que reconheceria aos Angolares uma espécie de autonomia – e o “grande pouso” puseram termo.

Nestes textos, inscritos na senda do resgate da história dos povos outrora colonizados, MACEDO quer mostrar como os Angolares eram independentes ou gozavam de uma “folgada autonomia consentida”. A independência desse povo, no dizer do autor, só terminou em 1878, com a ocupação das suas terras em que tinham vivido por 335 anos. Essa independência ou autonomia folgada gerou uma identidade, assim como uma organização social e uma hierarquia próprias. Em termos que indiciam uma abdicação do sentido crítico face a um objecto afectivamente próximo, o autor fala-nos da “aceitação tradicional de um poder não coercivo” como um factor favorável à preservação de uma cultura comum e endógena. O chefe seria, então, “um respeitado símbolo de relacionamento comunitário”.

Acerca da interação entre angolares e portugueses, colocar a hipótese da gizada ou tentada “recaptação do povo Angolar” para depois forjar duas hipóteses implausíveis – receio dos seus ímpetos ou observância de um acordo celebrado por Mateus Pires em 1693 – é algo sem sentido, provavelmente induzido pela perspectiva alegadamente angolar de que o autor se pretende animado. Ora, não vale a pena adiantar hipóteses implausíveis para depois, pela sua negação, se pretender demonstrado um dado encadeamento histórico, no caso de suposta coloração angolar. Veja-se, é sabido que as plantações tendem a evitar o recurso a mão-de-obra local para se escusarem aos custos de reprodução da mão-de-obra. Logo, ao invés do que é aduzido, a recusa dos Angolares em trabalhar como assalariados para as roças não “irritava os colonos”. Ademais, no derradeiro quartel de Oitocentos nenhuma autoridade temia os Angolares, sendo também improvável que, vistas as rupturas históricas trazidas pela recolonização, alguém tivesse presente o dito acordo de 1693 ou o pudesse considerar um instrumento diplomático válido. De passagem, diga-se que o autor elide o processo de interação dos Angolares com as autoridades coloniais nas décadas anteriores à pífia expedição de Mateus Sampaio de 1878. Iniludivelmente, estava em jogo o acesso à posse e ao cultivo de terras mas, ao invés do que a espaços é deixado inferir, a ocupação de 1878 não mobilizou companhias, mas apenas um destacamento. A este propósito, diga-se que algumas das afirmações sobre eventos são de difícil aceitação, refutação ou mera ponderação por falta de indicação da fonte.

O autor fala-nos de resistência passiva após 1878, materializada no esforço para preservação “da sua identidade como grupo étnico”, por exemplo, através “da sua homogeneidade étnica pela prática do casamento” endogâmico. No tocante à “identidade de conceitos culturais”, cita como traço significativo a sua cristianização, embora “eivada de superstições”.

A respeito dos Angolares, como, aliás, de qualquer outra unidade social e política, confundir “a descrição da presença deste povo com submissão seria erro grave”. Sem dúvida, mas reportar todo o relacionamento político e social desse povo com as autoridades coloniais a uma definição do colonialismo dedutível dos seus contornos agressivos de meados de Novecentos, dentre eles um irremovível antagonismo racial, será por igual modo redutor. Conveniente do ponto de vista afectivo, mas redutor. Atribuir a intenção de “guardar altivamente uma tradição de homens livres, para quem o direito à diferença era demasiado caro para ser trocado pelas vantagens imediatas de um capitalismo crescente” constituía, há anos, um belo remate de um texto. Mas, incorrendo voluntariamente num simplismo grosseiro, perguntamos:

não cumpriria também falar da inconsequência dos propósitos colonizadores que, no cômputo final, serviam os propósitos dos roceiros? A propósito destes textos, esta e outras questões poderiam ser quase infinitamente desdobradas.

Estamos em presença de escritos pioneiros, que conservam parte da utilidade da época em que foram escritos, a saber, a de terem servido para um primeiro abanão da leitura enviesada pela ideologia colonial. Por outras palavras, pretendendo relevar a especificidade e a organização social dos Angolares, o autor fez uma leitura inversa da historiografia colonial. Hoje, estes escritos afiguram-se datados.

No derradeiro texto, o autor aborda o significado histórico e social de manifestações culturais prevaletentes no arquipélago, distinguindo entre as de recorte europeu e as que se inserem na identidade angolara, a do danço-congo e o quiná. Admitamo-lo, o danço-congo fala-nos de um povo singular, “disposto a defender a sua alforria, constituindo assim como que uma gesta tipicamente africana”. Ora, em vez de “tipicamente”, não poderia escrever-se “na circunstância”?

MACEDO, Fernando de, 2000, *Teatro do imaginário angolara*, Coimbra, Cena Lusófona

MARTINHO, José Luís Conceição, 1997, *Sistema identitário dos empresários santomenses*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE

Algo de inédito no arquipélago, o autor valoriza um trabalho precedente, a saber, o de João Viegas de ABREU sobre a “cultura empresarial” na sua vertente motivacional. No seu trabalho, MARTINHO desenvolve uma panóplia conceptual ligada à sua formação em psicologia com que analisa o sistema identitário – a dimensão sincrónica da vivência empresarial – e o sistema cultural – dimensão diacrónica dessa vivência – enquanto bases da “cultura empresarial” dos, passe a redundância, empresários são-tomenses.

Realcemos desde já o interesse e a relevância da análise psicológica (das convicções e dos sentimentos e, também, da respectiva verbalização) para os desafios colocados aos empresários e, por extensão, ao país. Poder-se-ia daí partir para várias perguntas: qual a racionalidade económica, qual a leitura da evolução política e social, quais as estratégias individuais e/ou colectivas, quais as estratégias de subgrupos definidos, por exemplo, por critérios de geração e, enfim, que capacidade dos empresários em influenciar o poder?

Abraçando a ideia da falência dos modelos clássicos da actividade empresarial e, em contrapartida, considerando as comunidades domésticas e outros colectivos linhageiros como estruturas sociais cada vez mais adaptadas aos fins económicos dos empresários, o autor presta uma atenção particular aos agrupamentos familiares como pólos de actividade económica em contextos económicos polimorfos e em mutação, como a derivada, por exemplo, da aplicação dos PAE. Tal política económica tem induzido ao aparecimento de empresas familiares ou micro-familiares em variadíssimos contextos sociais. Diga-se que, de acordo com alguns depoimentos, a família aparece como *leitmotiv* e como a âncora social para a prossecução da actividade económica.

Sopesadas as sucessivas mudanças de vulto desde 1975, o autor pretende perscrutar as transformações no sistema empresarial sobrevividas em S. Tomé e Príncipe nos finais dos anos 80. Na verdade, é das dessas mudanças que procede a reorganização do tecido económico e o grupo de empresários emergentes. O autor tenta caracterizar o sistema identitário, forma intencional de estar no mundo dos empresários. A seu ver, as informações sobre o sistema identitário contribuirão para a compreensão do universo de significações, da lógica interna subjacente à maneira de ser e agir dos empresários de STP. Admite merecer-lhe atenção particular a lógica que deriva do sistema de parentesco, um dado que se nos afigura algo sobrevalorizado, porquanto, no arquipélago, a realidade económica e social e os agrupamentos familiares talvez apresentem menos semelhanças do que as presumidas – ou mais formais do que de substância – com os dados observáveis em várias regiões do continente africano.

Para tais objectivos, ele constrói uma amostra composta por 12 empresários do comércio e da agricultura, ditas actividades tradicionais dos são-tomenses. Pese embora a precariedade da amostra, o autor crê que o corpus de informação qualitativa pode ser representativo da “cultura empresarial” são-tomense. Na verdade, trata-se de uma amostra escassa, aleatória e de validade reduzida. Daí, que ilações? Independentemente destas, o autor parte da pressuposição de que a cultura empresarial local comporta já um grau de especificidade e de diferenciação relativamente ao pensamento socialmente dominante, o que poderá não ser verdadeiro. Ao mesmo tempo, rejeita a similitude com grupos sociais em posição análoga noutros contextos sociais. Ora, a modelação arbitrária dessa suposta cultura empresarial aparece logo nos considerandos de construção da amostra: porque é que a rejeição de participar no inquérito sem compensação monetária não é também entendida como indício de um “sistema identitário” ou de uma cultura

empresarial? E, por fim, quando comparados, por exemplo, com os ligados à construção civil, têm os empresários interrogados algum peso económico e político relevante?

Em suma, haverá um tecido empresarial com protagonismo e memória que justifique a aplicação de uma noção de sistema identitário ou, dir-se-ia, um caldo cultural próprio (esta dúvida é tão mais pertinente quanto o autor descreve as dificuldades de um inquérito)? Ou o palavreado dos comerciantes (por exemplo, acerca da falta de saber e da autoridade do Estado) não será isomorfo do discurso socialmente dominante em STP nestes tempos de perda económica e social e de profundas mutações de estruturas políticas e sociais?

MARTINHO não fica refém de tais dúvidas e avança num esboço de tipologia para que, reconheça-se, facilmente se encontrarão personagens no arquipélago. Distingue entre velhos e novos empresários e, nestes, entre, por um lado, os comprometidos com valores de honradez e o interesse pela colectividade e, por outro, os que personificam a arte do desenrascar – os ditos ‘malabaristas’ e ‘furões’, que são encarados como fruto das recentes transformações sócio-políticas. Prosseguindo, o autor estabelece uma avaliação normativa e, simultaneamente, subjectiva: de um lado, novos empresários comerciais, que valorizam o sistema familiar, são profissionalmente competentes, investem e diversificam as áreas de actividade; são uma minoria e organizam-se num “sistema cultural enclave”; de outro, os candongueiros, caracterizados por não terem competência profissional e se organizarem num “sistema cultural isolado”.

É forçoso comentar que esta tipificação, deste como de outro grupo, não nos desobriga de pensar que esse “isolado” será sempre relacional e não apenas um resultado de um desiderato ou *ethos* desse grupo, se é que se pode falar de um grupo. E se não é que tal característica tem mais a ver com as premissas do autor do que com o dito grupo...

Ainda em jeito de apreciação, alvitraríamos que, apesar da complexidade da grelha analítica ou por causa do recurso a ela sem ser em perspectiva histórica e social (mau grado a chamada de atenção para a dimensão diacrónica), o autor poderá ter aderido às enunciações dos empresários, ignorando quanto o discurso dos empresários comumente comporta uma dimensão de opacidade ou, em alternativa, de trivialidade, no sentido em que, ao invés da suposição do autor, não se distinguirá do que possivelmente se encontra noutros sectores da sociedade.

Não falta um laivo de vitimização: esta “nova classe” empresarial – a dos candongueiros – resulta da crise do Estado e representa as estratégias do homem são-tomense para fazer face às contingências da aplicação do PAE.

O autor alude à falta de suporte estatal e às respectivas consequências na dinâmica ostentada pelos empresários. O texto comporta uma profissão de fé nos empresários ou, pelo menos, numa fracção deles, olhados como promotores do crescimento. Ao mesmo tempo, com base no respectivo “sistema identitário” e reproduzindo as suas apreensões – a falta de quadros, a falta de liderança e a fragilidade do Estado –, o autor tece uma avaliação negativa do Estado, a quem interpela no sentido da criação de um ambiente propício ao desenvolvimento. Mas, como ele próprio salientou, não foi também em resultado da crise do Estado que emergiu pelo menos uma fracção deste empresariado?

MATA, Inocência, 1993, *Emergência e existência de uma literatura. O caso santomense*, Lisboa, ALAC

Texto da dissertação de mestrado sobre a prosa são-tomense no período colonial, para cuja análise a autora buscou suporte numa síntese histórica. Esta síntese comporta um ou outro erro que em quase nada a desmerece, tratando-se, para mais, de uma autora não versada na matéria. Já é de duvidar que da “divisão periodológica” apresentada dependa a “compreensão do complexo sociológico e antropológico de São Tomé e Príncipe”. Mas, é mister dizer que tal será sustentado por muitos historiadores e outros estudiosos.

A autora denunciou como suspeita a ênfase na procura da europeidade em detrimento de uma “semiose historicamente africana” constitutiva da sociedade são-tomense. E, como o veio a fazer em textos posteriores, discute, por exemplo, a religiosidade dos são-tomenses, à luz do que relativiza a influência europeia. Percorre, aliás, vários itens etnográficos para lhes deslindar o significado e vir, assim, a concluir que, embora historicamente de formação crioula, S. Tomé e Príncipe é ‘etnoculturalmente’ de uma mestiçagem inter-africana.

Interessante apontamento sobre a valia interpretativa do luso-tropicalismo quando expurgado da carga política que se lhe colou.

MATA, Inocência, 1998, *Diálogo com as ilhas. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri

Compilação de artigos tematicamente congruentes que incidem, sobretudo, sobre a história da literatura de S. Tomé e Príncipe e, valia acrescida, da literatura colonial e da intervalar que tomou o arquipélago como referência. Na segunda parte do livro, reúnem-se textos sobre autores são-tomenses e não só.

Ocasionalmente, tais textos contêm asserções relativas a processos de mutação cultural que se constituem como pertinentes pontos de partida para ulteriores investigações. Alguma da investigação incorporada é de inegável utilidade para o estudo do nacionalismo são-tomense.

MATA, Inocência, 2001, “Língua e identidade nacional. A identidade cultural são-tomense: unidade para além da língua” in 1º Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe, S. Tomé, policopiado

MATA, Inocência, 2004, *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri

Colectânea de crónicas e de artigos de opinião, alguns deles especialmente sugestivos. Evidentemente, alguns textos apenas são imagináveis na diáspora. Independentemente do fundamento das perguntas ou de possíveis contradições nas várias enunciações, nessas crónicas os estudiosos podem encontrar pistas e problemáticas para investigações.

Nas crónicas, repescam-se temas que têm a ver com o respectivo contexto de produção, entre eles o da emigração e o da valorização da diáspora. Neles se alude a tudo quanto desanima os são-tomenses, designadamente o rumo da democracia e a prevalência da corrupção.

Algumas ideias romantizadas alternam com cruas constatações. Outras ideias são apressadas e correm, dir-se-ia, atrás do propósito da denúncia, umas vezes, desassombrada, outras, contida. Dessa dinâmica resultam algumas imprecisões: por exemplo, não foi só depois da opção neo-liberal que o Estado se demitiu da promoção da educação, da cultura e da língua. Admitamo-lo, tal juízo não brotará de uma costumada condescendência ideológica para com os fundadores do país independente. Em todo o caso, trata-se de uma constatação alinhavada a partir de uma degradação que, parecendo embora associada à mudança política, na realidade já era observável no regime monopartidário, aspecto que a autora como que deixa passar. A este respeito, lembrar-se-á que por razões ideológicas – entre elas, o apriorismo de que as receitas neo-liberais, qual extensão da dominação de outrora, são necessariamente adversas aos africanos – parece fácil censurar essa demissão e imputá-la ao rumo neo-liberal dos anos 90. Também (por motivação afectiva, alvitrar-se-ia, e) por razões ideológicas – entre elas, a ideia confusa e perniciosa de que a afirmação cultural própria passava pela recorrente recusa verbal do legado do colonialismo – a autora não vislumbra a

instrumentalização, primeiro, e a demissão, depois, de um papel do Estado monopartidário na dinamização cultural. De resto, em STP, como em toda a parte, o âmbito e as modalidades de intervenção do Estado nesse domínio são muito discutíveis.

Outras ideias serão menos pertinentes. Veja-se, por exemplo, a da singularidade da cultura são-tomense, a qual, a nosso ver, não se pode inferir com base numa ou noutra manifestação particular, nem na circunstância de todas as culturas serem, afinal, diferentes. Em vários momentos a autora terá escolhido majorar os efeitos da sua intervenção, fazendo concessões no tocante à problematização de conceitos e noções – por exemplo, a referida singularidade cultural – para, dessa forma, obter um ganho de eficácia na sensibilização dos seus conterrâneos para os problemas do arquipélago. Afinal de contas, não estamos face a textos de recorte científico. Ainda assim, para os estudiosos das questões sociais em S. Tomé e Príncipe, tais textos são valiosos (inversamente, há que admiti-lo, nem todos os textos de cariz científico terão valia para serem considerados pela autora).

A única questão que apetece colocar a uma tão cursada consciência crítica é a seguinte: fundada em quê a autora espera a reversão dos panoramas que traça e que adivinha no tocante ao rumo do país?

MENEZES, Aires Bruzaca, 1995, “Cultivo da terra e privatização agrícola na evolução da mentalidade do são-tomense” in *Batê Mom* nº1, S. Tomé, UNEAS

Este texto que serve para exemplificar como a evolução pode desmentir os estudiosos e, ainda assim, a estes não restar outro remédio que o de prosseguir na tentativa de compreender o devir social, arriscando-se a incorrer em novos erros.

À data da redacção deste breve texto, talvez já houvesse sinais de que a implicação entre privatização da terra e o desenvolvimento agrícola não seria imediata. Atentos os demais estudos sobre o tema, a que atribuir o erro (ao menos parcial) do vaticínio de um desenvolvimento agrícola? Não deverá ter sido o deslumbramento de poder desmentir a invectiva colonialista relativa à mandriice dos são-tomenses – que, era de antemão consabido, não se confirmava – que sugeriu um optimismo exagerado relativamente ao empenho na agricultura. Talvez tenha sido o entusiasmo com os primeiros sinais do que se pensava ser uma época de arranque decidido para o desenvolvimento a gerar esse optimismo.

No ver de MENEZES, ao invés de atribuível a uma mandriice atávica, a apatia dos são-tomenses face à “coisa agrícola” devia-se ao facto de, em

1975, os colonos deterem 90% da terra. A conexão será forçosamente mais matizada e complexa – como, aliás, o indicam estudos mais recentes –, mas aceitemos que, num quadro colonial, a estrutura da propriedade fundiária e a hegemonia dos roceiros nela fundada laboravam no sentido de apartar os são-tomenses do trabalho da terra. É, por isso, natural que, para o autor, a nacionalização de 1975 se tenha firmado como um marco importante na vida do são-tomense, significando um ponto de viragem na relação com a terra.

Ao tempo, MENEZES considerava que a grande pressão do “homem santomense” sobre a terra germinara nas empresas nacionalizadas. Economicamente, estas não tinham sido bem sucedidas, mas nem por isso a estatização deixara de constituir “uma verdadeira escola de aprendizagem e de preparação para novas exigências da vida do santomense comum” chegadas com a privatização da terra, um novo ponto de viragem. Reportando-se a essa mutação histórica, MENEZES talvez tenha julgado caracterizá-la pelo golpe de misericórdia no mito antigo, segundo o qual o são-tomense não tinha vocação para o trabalho agrícola. De tal forma que, para ele, a questão não era a de saber se o são-tomense iria ou não trabalhar a terra, mas como trabalhá-la melhor, tal a notável mudança de mentalidade que demandava dos responsáveis uma atitude consentânea, a saber, a do suporte para fazer do agricultor o primeiro fazedor e beneficiário do desenvolvimento agrícola e económico em geral.

É difícil não pensar que o texto exaltava e exortava os pequenos proprietários. De permeio ficavam algumas ambiguidades. Ao falar de homem são-tomense, MENEZES amalgamou diferenças sociais, por exemplo entre o político e o camponês, mascarando-as. Preferiu antes suturar as clivagens falando de uma nova etapa marcada pelo acesso generalizado – conquanto, sublinhe-se, não equitativo – à terra. Justamente, no tocante à pressão sobre a terra, seria preciso esclarecer que nem todos a queriam por precisar dela ou para a cultivar.

As perspectivas, optimistas, quedam por comprovar. Tal não repõe nenhum preconceito, mas suscita a reflexão sobre a produção de saber.

MENEZES, Aires Bruzaca de, 2002, *Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL

Trata-se de um trabalho de análise sócio-económica prospectiva, com a competente equação dos possíveis cenários económicos e sociais, para o que o autor se mostra convicto da valia dos contributos da ciência económica. A par disso, evidencia-se a abstenção de considerandos políticos.

Para o autor, sendo STP um pequeno estado insular, é incontornável o debate entre uma estratégia auto-centrada e a da integração nos grandes mercados com o conseqüente risco de alienação dos interesses nacionais. Ora, só teoricamente este dilema existe, porque, excepção feita ao petróleo, não se perfila nenhum desempenho económico que coloque tais interrogações no horizonte do arquipélago. Quanto ao petróleo, pode originar uma modelação dualista da sociedade e da inserção de STP na cena internacional.

Vejam os textos: as páginas de síntese histórica, supostamente relevantes para caracterizar um bloqueio económico, contêm alguns erros grosseiros e asserções dispensáveis – por exemplo, “...esta colonização [de 500 anos] foi um factor inibidor de desenvolvimento” – por pueris. Trata-se, ainda assim, de um trabalho informado e com clareza de objectivos.

O autor apresenta a eventual “economia petróleo” pelo recurso a exemplos pertinentes, seja em razão da parceria económica entrementes firmada, seja em razão da proximidade geográfica e das similitudes sociais. Expõe genericamente os problemas das economias de petróleo, à guisa de uma antevisão dos problemas que uma gestão não avisada das rendas do petróleo poderá acarretar. Detém-se na explanação dos efeitos da *dutch disease*, bem como nalguns casos de gestão virtuosa dos recursos, com relevo para a política do Botsuana no tocante aos dividendos da exploração diamantífera. A este caso contrapõe alguns “exemplos complexos” – Nigéria e Guiné Equatorial – onde a riqueza natural se parece ter convertido na razão da pobreza e de guerras civis.

Descreve os cenários possíveis resultantes da aplicação dos recursos do petróleo, incluindo um “pessimista, mas não irrealista”, um virtuoso, deduzido das listas de “boa governação” e, por fim, um terceiro, “um cenário virtual”, que, presume-se, é uma bissectriz dos anteriores, mas sobre o qual nada antecipa. O tom neutro não será atributo deste autor, mas assemelha a dissertação mais a um relatório e menos a uma tese pessoal. Acrescente-se, o texto não está amplamente escorada em dados empíricos, algo a relevar em razão da respectiva escassez.

Independentemente da legítima escolha do objecto de estudo, ocorre perguntar porque é que nesta dissertação não cabia “esboçar qualquer tipo de estratégia de aplicação dos recursos financeiros petrolíferos em São Tomé e Príncipe e muito menos traçar políticas”, antes tão-somente alertar para as consequências negativas e positivas das opções possíveis. Noutro contexto, porventura não se poria tal questão. Todavia, não só a situação do país lembra a oportunidade de todas as proposições pertinentes para a definição de

um caminho colectivo, como efectivamente o autor propõe estratégias de aplicação dos recursos financeiros.

Num compromisso com a sua terra, MENEZES não deixa de denunciar o cultivo de tabus relativamente ao petróleo e, a jusante, a tendência para a adopção de práticas de *rent seeking* em detrimento de orientações pautadas pela eficiência económica.

Pelo que se expôs, dizer tão só que este texto espelha a subalternidade de sempre dos estudiosos relativamente aos políticos afigura-se, sem dúvida, injusto.

NAZARÉ, Manuel Lima de, 1995, “Segurança alimentar em São Tomé e Príncipe” in 1^{as} Jornadas sobre a agricultura de São Tomé e Príncipe, Lisboa, IICT

NEVES, Carlos Agostinho das, 1989, *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII*, Lisboa, Instituto de História de Além-Mar, FCSH – UNL

Monografia escorada numa ampla pesquisa de fontes primárias, como o alardeia o anexo documental. Este estudo colmata parcialmente lacunas do conhecimento sobre o século XVIII, período que, até à data da elaboração desta dissertação, era praticamente ignorado. A importância do estudo reside na circunstância de incidir na última fase do “grande pousio”, período em que foram menores ou virtualmente inexistentes os escolhos à hegemonia dos ilhéus.

A propósito desta obra, um político comentou a similitude de episódios e de traços comportamentais da era setecentista com os observáveis hoje em dia. Esta nota confere peso à tese de uma continuidade estrutural dos comportamentos dos ilhéus, condicionados pelo relativo isolamento e pela exiguidade do país. Mas, também por isso, se chama a atenção para a indispensabilidade de mais trabalhos destes para criar capacidade de problematização e de interpretação pertinente da evolução histórica ou, caso se queira, para tornar fundada a investigação histórica e sociológica das condutas dos são-tomenses.

NEVES, Carlos, 1995, “Comércio e a decadência económica do arquipélago no século XVIII” in *Batê Mom* nº1, S. Tomé, UNEAS

NEVES, Carlos Agostinho das, FLORES, Jorge Manuel, MATOS, Artur Teodoro de, 1989, “A repressão contra os escravos de São Tomé (1595) e a guerra em Ceilão (1587-1617)” in *Portugal no Mundo*, vol. III, Lisboa, Publicações Alfa

PINTO, Lúcio Lima Viegas, 1995, “Ecologia e história” in *Construção e ensino da história de África*, Lisboa

PINTO, Lúcio, 1999, “Valores ético-sociais. O caso de S. Tomé e Príncipe” in *Batê Mom* nº2, vol.1 e nº3, vol.2, S. Tomé, UNEAS

Excurso errático, longo e muito desigual, quicá devido a propósitos didáticos do texto. O autor começa por ressaltar a ideia de universalidade e diversidade das culturas, incluindo a são-tomense. Daí, segue para a constatação de que a escola não cumpre o seu papel na valorização da cultura local, o mesmo é dizer, na consolidação da cultura são-tomense. De caminho, o autor recenseia aforismos populares – em santomé – os quais, segundo ele, devem orientar as “condutas no colectivo”. Procede a uma valorização acrítica – histórica e socialmente descontextualizada – de sentenças morais de valia duvidosa, desde logo, e ao contrário do que é imaginado, por serem “populares”.

Depois, reportando-se à evolução histórica desde o século XV e tendo presente o “carácter polémico do tema”, propõe-se abordar as “raízes da cultura são-tomense, quer dizer, o grau de africanidade ou da europeidade da nossa tradição cultural crioula e de outras eventuais influências”. São estas outras influências – concretamente, a judia –, e não aquela problemática, que acabam por ocupar as linhas seguintes.

O texto passa por uma indagação: “quem é o são-tomense?” Para obter respostas, o autor clama um estudo etnológico. Daí segue para a apresentação de um programa político de acção cultural que reconcilie o S. Tomé e Príncipe moderno com a sua “cultura tradicional”, que a difunda de forma a enraizá-la em todos os que a abandonaram por “desconhecimento ou alienação”, que salvguarde a “identidade nacional” pelo “renascimento da santomensidade”, que tenha presente a “necessidade de velar pela descolonização do pensamento e mentalidade dos nacionais”. Realce-se que o autor também pugna pela “garantia do respeito, igualdade e a promoção das línguas e aspectos culturais particulares de cada comunidade nacional”. Só por isto, o conhecimento do passado seria vital, porquanto traria “à consciência o sentimento de uma continuidade histórico-cultural”. O autor pretende circuns-

crever as influências estrangeiras que, longe de servir para mudar a “nossa natureza”, devem fornecer uma acrescida capacidade de realização local.

Algo de positivo, várias das enunciações poderiam alimentar uma polémica. Por isso, é de lamentar que ela não tenha lugar.

Por mim, apenas realçaria que, independentemente das palavras, o autor enjeita ou lamenta a mudança dos seus conterrâneos e, com isso, sublinha o seu estatuto diferenciado de intelectual. Ora, a propósito desses seus conterrâneos, talvez se devesse falar, não de desconhecimento ou de alienação, mas de uma escolha impossível do seu quotidiano.

SACRAMENTO⁽³⁶⁴⁾, António Francisco do, 1996, *A problemática do crescimento demográfico no processo de planeamento do território em S. Tomé e Príncipe: análise no sector de educação, saúde e emprego*, dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra

SANTIAGO, José Viegas, 1995, “Factores condicionadores do quadro interétnico de S. Tomé e Príncipe” in *Construção e ensino da história de África*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Como outros autores, o autor enuncia uma problemática – “Existirá um espírito comunitário nacional?” – em que pretende assentar a sua pesquisa. Esboça uma síntese da evolução histórica marcada pela complexidade das origens e, daí, quer pela especificidade da etnogénese dos são-tomenses, quer pelas marcas da agressão colonialista.

A síntese histórica incorre em muitos simplismos e anacronismos, em grande medida derivados da carregada componente ideológica. Por exemplo, acerca do intercurso sexual entre colonos e escravos, sentença: “Tais cruzamentos eram feitos por tudo menos por livre vontade mútua e por ausência de preconceito racial”. Como é possível afirmá-lo? Para aduzir tão só uma objecção possível, não será o “preconceito racial” mutante, em suma, histórico?

Embora não pareça cónscio disso, os termos em que descreve a origem e composição da população insular em muito se assemelham aos paradigmas organicionistas em que entroncariam as ideias racistas emergentes em finais de Oitocentos: referindo-se às crianças judias dizimadas, aos escravos maltratados e à prevalência de degredados entre os colonos diz, em termos que lembram os de um governador colonial de Oitocentos: “a etnogénese da

³⁶⁴ Foi impossível confirmar a nacionalidade de António Francisco do SACRAMENTO, razão pela qual não se apresenta uma recensão crítica da sua dissertação de mestrado.

nacionalidade santomense possuía uma estrutura psico-social defeituosa”.

Também por entre imprecisões, os Angolares são, implicitamente, erigidos em população resistente, quer pelo seu comunitarismo – tese a demandar melhor fundamento –, quer por serem um “grupo étnico mais puro (...) muito à margem do processo de miscigenação”.

Fica mais uma interrogação: porque é que nos trabalhos deste, como nos de outros autores, a questão das origens – e, daí, de uma identidade etnológica – tem tanta importância? Esta quase obsessão não bloqueará a compreensão dos processos políticos e sociais hoje em curso?

[SANTIAGO] José Viegas, 1999, “O processo étnico cultural em São Tomé e Príncipe e o caso da influência judaica” in *Batê Mom* nº2, vol.1, S. Tomé, UNEAS

Texto que procura seguir a presença judia no arquipélago desde os primórdios da ocupação do arquipélago. E, a respeito dos judeus como de qualquer outro segmento populacional de que se respigam vestígios num arco temporal tão amplo, cabe perguntar: tratar-se-á porventura dos mesmos judeus quando falamos de judeus no século XV ou no século XIX?

A diversidade do mosaico social e cultural é enorme, decerto maior do que a que hoje se conhece. Mas, apesar de estar “ainda por desbravar”, não deve estar franqueada a inferências indevidas. Aliás, para algumas das inferências do autor não vislumbramos suporte empírico bastante e, num caso, nenhum (aliás, registre-se que a respeito de temáticas idênticas, Lúcio PINTO se mostra bem mais circunspecto).

Com certeza, poderemos falar, a dado passo da história do arquipélago, de práticas judaizantes de cristãos-novos e de como tais práticas se constituíram como arma de arremesso político, tema tratado exemplarmente na magnífica obra de GARFIELD. Em todo o caso, encontram-se por resgatar outros testemunhos da presença judia no arquipélago, para além de alguns listados pelo autor. Mas, sobretudo, importará contextualizar referências e elementos que, apresentados de forma avulsa, são, quando não risíveis, manipuláveis.

SANTO, Alda do Espírito, 1978, “Presença cultural” in *África: revista de literatura, arte e cultura*, vol. I (2), Lisboa

Ao tempo, a autora filiava os aspectos culturais e a identidade cultural específica de cada povo no estádio da evolução das forças produtivas, o que tornava aqueles aspectos insusceptíveis de explicação pela mera abordagem

antropológica. Por conseguinte, a interpretação das manifestações culturais era feita na perspectiva da necessária eliminação das sequelas da alienação socio-económica vincada pelo colonialismo. A abordagem das várias manifestações culturais – por exemplo, do *pagá devê* – implicava o seu enquadramento na caminhada para o domínio da natureza pelo homem. Para a autora, essas manifestações ignoravam o papel da ciência na melhoria das condições de vida. Outras, mormente as de recreio – a puíta e a ússua –, teriam a sua génese na “evolução cultural e social das massas trabalhadores” ou no ritmo do trabalho nas roças, respectivamente. Já o danço-congo corresponderia a teatralização da história da espoliação feita aos Angolares.

Ainda como exemplo da apreciação valorativa das “tradições”, as lendas – uma expressão da incapacidade de interpretar fatalidades – tenderiam a desaparecer no país tornado independente. Além das lendas, as sátiras de Carnaval, que tinham por alvo as mulheres, deveriam retroceder por força da participação destas na luta de libertação e na reconstrução nacional.

A autora reconhecia alguma miscigenação cultural, porquanto algumas manifestações resultavam da imbricação dos ritos cristãos e africanos.

A autora proporia uma sentença, muito conforme à teoria da necessária libertação da alienação, que viria a ser glosada e abusada, a saber, a de que a luta de libertação constituía “um processo cultural”.

SANTO, Alda do Espírito, 1999, “São Tomé e Príncipe em desafio à modernidade” in *Batê Mom* nº2, vol.1, S. Tomé, UNEAS

Texto heteróclito onde alguns apontamentos sobre a história mais antiga convivem com notas sobre o curso do arquipélago nos derradeiros anos. A par de menções a performances culturais típicas das ilhas, é feito um inventário da produção literária de são-tomenses.

SANTO, Alda do Espírito, 2000, “As irmandades e as festas dos patronos em S. Tomé e Príncipe” in *Batê Mom* nº3, vol.2, S. Tomé, UNEAS

Interessante apontamento de cariz etnográfico sugerido pela observação do cumprimento por um ancião de um preceito do compromisso de uma irmandade religiosa, na circunstância do Santíssimo. A autora parte daí para a inventariação e exposição de dados sobre outras irmandades existentes na ilha.

SANTO, Alda do Espírito, 2001a, “Pedras de xadrez” in *Batê Mom* nº4, vol.3, S. Tomé, UNEAS

Texto comprovativo da importância que teria para o conhecimento da história de S. Tomé e Príncipe a redacção de memórias.

SANTO, Alda do Espírito, 2001b, “A cumplicidade das línguas na assunção do estatuto de identidade cultural dos são-tomense” in 1º *Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe*, S. Tomé, policopiado

SANTO, Alda do Espírito, 2003, “Apontamento em redor do lançamento do livro *História do massacre de 1953 em São Tomé e Príncipe*” in *Batê Mom* nº6, vol.5, S. Tomé, UNEAS

Texto onde apontamentos críticos em relação à obra de Deus Lima coexistem com interessantes notas de cunho biográfico.

SANTO, Carlos Espírito, 1979, *Contribuição para a história de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Crafitécnica

Texto datado e, por conseguinte, marcado pela exaltação da independência ainda recente, bem evidente nalgumas considerações arrebatadas sobre o arquipélago expendidas na introdução. Já no corpo do texto, se fornecia uma resenha bastante útil ao tempo.

Ao passo que os primeiros capítulos obedecem a uma ordenação cronológica, os derradeiros primam por um arranjo temático sugerido pela clivagem racial que, pretensamente incólume e inequívoca, teria pautado os cinco séculos de presença colonial no arquipélago. Assim, o autor salta da “luta sem tréguas dos escravos” no século XVI para a emancipação dos libertos em 1876. Estabelece uma clara continuidade entre o usufruto de mão-de-obra escrava e o trabalho compelido dos serviçais, não lhe tendo ocorrido que entre os beneficiários de escravos introduzidos clandestinamente e de serviçais estiveram proprietários são-tomenses.

A época era propícia à proclamação de uma história pautada pela existência de “grupos sociais de interesses antagónicos e irreductíveis”. Logo, a história de cinco séculos foi de recorrente rebeldia contra “o sistema colonial português”, cuja tirania terá atingido o clímax em 1953. Os “horrendos crimes” ao longo de anos e a deplorável situação do arquipélago explica a formação do MLSTP, com que o autor encerra o livro. Do ponto de vista interpretativo, o autor corroborou a ideia da amálgama entre são-tomen-

ses e demais africanos na sujeição ao colono branco, ideia com largo curso na linguagem política de então e que, até há bem pouco, ainda fazia o seu caminho.

Apesar de quase nunca remeter as informações para as respectivas fontes, o autor consultou e listou algumas fontes até então porventura inexploradas. Inclusive, teve por bem apresentar uma bibliografia.

SANTO, Carlos Espírito, 1998, *A coroa do mar*, Lisboa, Cooperação

Obra na esteira das antigas recolhas etnográficas onde, na procura da explicação da mentalidade de proeminência social ou do “espírito de realeza” dos forros – que não exactamente dos são-tomenses –, algumas explicações convivem com uma interessante descrição de costumes e de artefactos, desde os hábitos de higiene aos instrumentos musicais. É um retrato do mosaico que compõe a vertente tangível, material e simbólica, da identidade cultural do são-tomense ou, melhor dito, do forro. Com efeito, o autor fala dos forros, não dos são-tomenses. Assim, distingue-os dos Angolares e mesmo dos filhos da ilha do Príncipe.

A exemplo da abordagem gramatical do “crioulo forro” e da “língua portuguesa” à margem de qualquer consideração sociológica sobre o enraizamento e trajectória desses idiomas, diremos que também falta uma perspectiva dinâmica conducente, por exemplo, a averiguar quer a disseminação social, quer a mutação dos costumes compulsados, alguns deles eventualmente já em desuso. Por exemplo, a incidência do recurso a certos remédios ou da execução de certos jogos poderá ser mínima, questões que o autor prescinde de abordar. Em todo o caso, estas questões são importantes em razão da subliminar insistência num veio essencialista na caracterização dos são-tomenses.

Livro tributário de uma bibliografia já antiquada e que não cobre, por exemplo, alguns dados históricos fornecidos na introdução.

SANTO, Carlos Espírito, 2000a, *Tipologias do conto maravilhoso africano*, Lisboa, Cooperação

Contém uma resenha de anteriores levantamentos de contos em S. Tomé, além de material – contos, provérbios, adivinhas e “estórias fantásticas e licenciosas” – compulsado, analisado e classificado pelo autor de acordo com a taxonomia dos contos maravilhosos africanos.

Inclui uma bibliografia.

SANTO, Carlos Espírito, 2000b, *Torre de razão*, 2 volumes, Lisboa, Cooperação

Esta obra resulta de uma recolha estrénua de textos de autores são-tomenses publicados nos dois derradeiros séculos. A qualidade de são-tomense é definida de forma extremamente abrangente. Agrupados por autoria, os textos são precedidos de breves mas úteis notas biográficas e de um documento iconográfico de cada individualidade. A ordenação dos autores não obedece um critério imediatamente inteligível.

A recolha destes textos servirá o intento de evidenciar o desempenho político dos são-tomenses nos primeiros decénios de Novecentos, na época do que denominaremos de proto-nacionalismo. Nesse tempo, os são-tomenses lideraram o associativismo de naturais das colónias portuguesas em Lisboa. Ademais, é salientado o contributo dos são-tomenses para o desenvolvimento do espírito nacionalista em Angola.

SANTO, Carlos Espírito, 2000c, *Almas de elite santomenses*, Lisboa, Cooperação

Obra com intuítos idênticos aos da precedente. Neste caso, o autor dedica-se a biografias que ordena alfabeticamente. O critério é lato integrando desde Simoa Godinho, Amador e Manuel do Rosário Pinto até figuras mais recentes como, por exemplo, Vioide Pires dos Santos, um notável artesão de tartaruga falecido há anos, e Carla Sacramento.

O intuito é apresentar uma plêiade de são-tomenses notáveis. Porém, afigura-se duvidosa, por exemplo, a inclusão de Almada Negreiros, cujo percurso parece muito distante de S. Tomé e Príncipe. O mesmo se dirá da figura ímpar de Viana da Mota. A inclusão destes nomes no álbum dos ilustres da terra, para além da oportunidade promocional, só se justifica à luz de uma crença voluntarista num veio da terra indutor da criatividade artística.

Sem embargo da indubitável utilidade para os estudiosos, as biografias são muito lineares. Os biografados não têm espessura histórica e social porque as suas realizações são meramente listadas e não explicadas em razão de um dado contexto histórico e social.

Em todo o caso, com este trabalho, o autor devolveu à sociedade são-tomense a memória dos seus ancestrais ilustres, mormente de uma geração intelectualmente brilhante e cosmopolita que, é preciso dizê-lo em desfavor da vulgata anti-colonial, beneficiou da prosperidade do cacau. Em contrapartida, sofreu e lutou contra a discriminação racial em crescendo desde finais de Oitocentos.

SANTO, Carlos Espírito, 2001a, *Aires Menezes o leão*, Lisboa, Cooperação

Na senda da obra anterior, apresenta-se uma biografia algo mais aprofundada de Aires Menezes, completada com a publicação de textos de autoria do biografado, de vários documentos e de fotografias. Nesta, como noutras obras, do investimento na investigação empírica resultam apontamentos úteis para os investigadores da história do arquipélago. Todavia, vários episódios são relatados sem menção ao suporte documental, tornando difícil a respectiva verificação e, se caso disso, outras interpretações.

Imagem de marca das obras históricas deste autor, não existe bibliografia nem menção a trabalhos de outros estudiosos, salvo aos de africanos consagrados mas já falecidos.

SANTO, Carlos Espírito, 2001b, *Enciclopédia fundamental de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Cooperação

A vocação de divulgação e de exaltação de tópicos e saberes da terra natal encontra uma consumação nesta breve enciclopédia. Dita fundamental, a selecção das entradas obedece à discricionariedade do autor.

SANTO, Carlos Espírito, 2003, *A Guerra da Trindade*, Lisboa, Cooperação

Pesquisa exaustiva que vive muito do fundo documental cedido por Manuel João da Palma Carlos, advogado das vítimas da perseguição de Gorgulho. Excluindo outras motivações, basta esta ligação estreita a um fundo documental produzido para a litigância jurídica – e isto sem questionar a veracidade dos depoimentos – para justificar a unilateralidade da perspectiva que faz de Gorgulho um demónio, em contraponto à postura de Salustino. Mas, sejamos claros, fica a suposição de que o fundo documental apenas serviu para dar uma aparência de credibilidade a uma já preconcebida perspectiva maniqueísta sobre os eventos de 1953.

Os capítulos introdutórios são débeis.

Falta capacidade analítica, substituída, em conformidade com a lógica de vitimização que há anos perdura nas ilhas, pela descrição do indecoroso dos maus-tratos infligidos aos são-tomenses.

Como noutras obras deste autor, também nesta não se indica qualquer bibliografia, o que, objectivamente, resulta na opacidade lançada sobre estudos de outros autores. Tal constitui uma violação grosseira das regras mínimas da produção de saber.

SANTO, Severino Neto do Espírito, 1998, *Estudo de impacto socio-económico do processo de distribuição de terras na economia santomense*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISA-UTL

Um dos pontos de partida deste trabalho é a comparação das unidades familiares envolvidas na agricultura antes e depois do processo de distribuição de terras, a relacionar com a dinâmica do sector agrícola, reflectida na produtividade e na diversificação da produção. O autor pretende igualmente testar hipóteses indicativas dos diferentes comportamentos e opções dos agricultores mais antigos e dos que foram, por assim dizer, criados pelo PPADPP.

O autor considera que tanto a dispersão quanto o nível tecnológico influenciam a ideia da competitividade da cultura cacauzeira. Ao invés, salienta as vantagens da diversificação da produção agrícola, tendo em vista quer os réditos dos agricultores, quer o abastecimento do mercado local.

Embora menos enfático na alusão a uma alma supostamente vergada pelo peso da história, não deixa de enunciar os limites dos agricultores que se reflectem no desempenho produtivo. Entre esses limites encontra-se a falta de noções técnicas. Os agricultores eram apenas trabalhadores e não gestores pelo que se torna necessário munirlos de conhecimentos agronómicos e de condições financeiras porque, para o autor, os agricultores não se encontram em condições de avaliar o custo de produção nem de reconhecer eventuais margens de lucro. A pergunta coloca-se de imediato: não fossem os preços mais elevados e os agricultores não se empenhariam mais na produção do cacau? Aquela asserção é discutível até por retirar racionalidade aos agentes económicos no arquipélago. Estará, então, a racionalidade económica do lado dos estudiosos?

Seja como for, este trabalho visa fornecer elementos para uma “correcta ordenação dos sistemas produtivos” embora pareça falhar neste objectivo, tão-somente se aludindo a consequências ecológicas nocivas se não houver uma “correcta ordenação dos sistemas produtivos”.

Um possível reparo metodológico, a matizar devido às dificuldades do trabalho de campo, tem a ver com a escassez da amostragem, de resto reconhecida pelo autor. Para além disso – e este aspecto não parece devidamente sopesado –, a fiabilidade das informações reproduzidas levanta dúvidas, atenta a costumeira retracção dos agentes económicos face ao Estado e ao comum dos inquéritos estatísticos.

Ao invés de outros autores, Severino do Espírito SANTO, centrado no surgimento das unidades familiares de produção – para ele, como para outros autores, uma espécie de unidade ideal de exploração agrícola –, não aborda a vertente política da distribuição das terras. Logo de início, diz ex-

plicitamente não pretender usar os resultados deste estudo para julgar as decisões políticas no país, nem tão pouco para criticar o trabalho do PPA-DPP. E daqui parte para conselhos atinentes à criação de um tecido profissional e economicamente eficaz.

Pelo caminho, ficam questões: por exemplo, se a actividade agrícola fosse rendosa, ter-se-ia assistido tão pacificamente à distribuição de terras, com área superior em média à área das antigas glebas, aos ex-serviçais? Ou a pacificação do processo deve-se à fraca valia económica e à precariedade da posse da terra cedida no âmbito do desmembramento das roças?

Mais do que noutros, neste caso, espanta a falta de leitura de EYZA-GUIRRE e mesmo de TENREIRO, o que induz a percepção falsa de que se chega a algo de novo. Por exemplo, TENREIRO falava de policultura. Já o autor alude a consociação de culturas.

SANTOS, Argentino Pires dos, 2000, *Emergência de mecanismos de poupança e endividamento na pequena e média agricultura em S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, ISA-UTL

Obra que aborda comportamentos de camadas sociais, um propósito que, de imediato, coloca a questão da génese de tais camadas sociais. Ou, noutros termos, tal propósito induz a perguntar se tais camadas, aparentemente relacionadas com o mundo rural, não se definem pela disputa de um recurso específico – a terra – ao Estado e se não transportam para o mundo rural padrões de comportamento aprendidos após 1975 na barganha social e política pela sobrevivência.

Para o autor, com o processo de privatização desencadeado em 1992, traduzido no afastamento do Estado da gestão das grandes propriedades agrícolas e na distribuição de terras aos ex-assalariados agrícolas, procurava-se, de forma inédita em África, apoiar o aparecimento de uma classe camponesa com características específicas. Importa perguntar: que características? E no tocante a este processo, não será preferível aludir à deliques-cência do Estado no espaço rural, convindo que o abandono formal sucedeu à demissão efectiva de protagonismo por incapacidade de observância das obrigações contratuais assumidas em 1975?

Como salientámos a propósito de outros estudos sobre a recomposição do tecido económico-social no espaço rural, não se fabrica do pé para a mão uma classe empresarial, mormente numa actividade cujo retorno, para além de implicar uma relação particular com a terra e com o trabalho (e, quando for circunstância disso, com a mão-de-obra), é contingente e exige mais tempo do que a do mero negócio ocasional.

À margem de inquietações intelectuais deste tipo, o texto evolui num contínuo oscilar entre a análise e a enumeração das soluções para debelar a deterioração da posição dos médios empresários, bem como da pequena agricultura familiar. O autor fornece dados relevantes sobre o desempenho de ambos os segmentos. Esses dados indicam o abandono da agricultura entre os médios empresários e os mal-entendidos entre os pequenos agricultores. Se os médios empresários experimentam dificuldades de vulto, também a pequena agricultura familiar parece, após um desempenho inicial promissor, conhecer um retrocesso, debatendo-se, por exemplo, com a ausência de incentivos financeiros e a concorrência externa de bens alimentares.

Com lucidez, o autor passa em revista as dificuldades da concessão do crédito bancário à agricultura e o percurso do micro-crédito ou das caixas de poupança, ao cabo de algum tempo vítimas de dificuldades financeiras. Ciente dos vícios dos agentes económicos, o autor fornece indicações sobre a necessidade de saneamento e de reestruturação da actividade creditícia não bancária dirigida para a agricultura, sobre a qual, diríamos, a perspectiva tende ser positiva.

Mau grado a antevisão do petróleo ao tempo da redacção deste trabalho, para o autor, a agricultura representava, a curto prazo, a principal fonte de um crescimento possível e uma via privilegiada para criar empregos, lutar contra a pobreza e estabilizar a população rural. Daí a necessidade de uma política criadora de condições para a diversificação da produção e para a promoção da exportação.

Ora, dificilmente se subscreverá a ideia de que a agricultura possa num futuro imediato – enquanto não chegam os réditos do petróleo? – ou a longo prazo cumprir o desígnio que os técnicos lhe querem forçosamente atribuir.

De alguma forma, este trabalho consubstancia uma vocação em voga, a de fazer das dissertações académicas uma espécie de relatórios para a governação.

SANTOS, Diógenes Cravide Pires dos, 1994, *Transition agricole dans un contexte de liberalization economique. Le cas de São Tomé et Príncipe*, dissertação, CIHEAM

SOUSA, Izequiel Baptista de, 1986, *Histoire culturelle de S. Tome et Principe du XIXe siècle à nos jours*, memoire de D. E. A., Universidade de Paris I, policopiado

O autor propõe um estudo de uma espécie de uma história cultural matricial dos são-tomenses, interrompida pela assimilação portuguesa. Todavia, o autor associa a elaboração cultural são-tomense ao avanço do colonialismo no século XIX, subentendido como mera agressão colonialista. Assim, o intróito histórico serve a função de datar uma época e de descrever um processo conducente à formação de uma cultura são-tomense.

De acordo com o autor, o resgate de elementos culturais marcantes deveria transmutar-se num projecto político.

SOUSA, Izequiel Batista de, 2001, “Socopé de l’histoire” in *Les îles atlantiques : réalités et imaginaires*, Rennes, Presses de l’Université de Rennes 2

O autor convoca a etnologia e a história para um estudo que pretende dar conta da dualidade da sociedade são-tomense, tal o resultado de uma evolução para cuja interpretação as manifestações culturais, designadamente as danças, apontam pistas. Por isso, ele recupera passos da história das danças, umas entrementes desaparecidas, outras ainda hoje observáveis no arquipélago.

Na procura de significado sociais das manifestações culturais que iluminem a formação histórica da sociedade, o autor foca o socopé. Segundo ele, esta dança refere-se à “descida aos infernos” dos *filhos da terra* desde Oitocentos. Depois da expropriação das suas roças pelos colonos, os *filhos da terra* teriam sido obrigados a olhar de outra forma para as camadas populares. Nesta asserção insinua-se uma leitura moral para efeitos de crítica da actual sociedade são-tomense.

Dir-se-ia, é a partir dessa vontade de discorrer sobre a actualidade do arquipélago que SOUSA aborda a fusão de *filhos da terra* e de *forros*, tornada fácil em vista dos pontos em comum, de que se destacam o desdém pelo trabalho e a atracção pela vida fácil. Da mesma perspectiva, traça um retrato acrimonioso dos elementos da elite que, entre o Sporting e o exílio, levaram o país à independência. Repisamos, entrevê-se nessas asserções uma subliminar explicação para a corrosão moral em que está mergulhada a sociedade são-tomense, segundo o autor, em parte também derivada da duplicidade cultural.

A síntese da “história oficial” do arquipélago – evidentemente, a que não privilegia a faceta africana – contém imprecisões e asserções de difícil comprovação como, por exemplo, a da preservação de raízes africanas por via da mãe africana. Outras questões: se o acesso dos mestiços aos cargos de poder abriu uma era de africanização da classe dirigente e se esta manifesta-

va um “gosto pronunciado” por tudo o que chegava da Europa, em que consistiu, afinal, a africanização numa sociedade onde a ostentação norteava a conduta de quem era poderoso, os da terra incluídos?

Dada o enfoque no desdém para com os serviçais, apodados de “gabão”, talvez tenha cabimento afirmar que, nos trabalhos de SOUSA, há uma procura de reabilitação dos serviçais ou *tongas* que, apesar de desprezados pelas outras camadas sociais, designadamente pelos *filhos da terra*, constituem, para ele, uma espécie de depositários de uma autenticidade africana.

Adiante, SOUSA destaca a resiliência e o poder de manifestações africanas, tais como a feitiçaria. Capazes de vergar o poder marxista, tais manifestações imperavam no espaço de liberdade das glebas e dos quintés, locais de aprofundamento da identidade cultural africana, a que o autor pretende voltar sempre e que, decerto, o leva a declarar o seu apego afectivo à terra e aos seus contrerrâneos.

SOUSA, Iziquiel Batista de, 2004, *D'un mussandá traditionnel à Magodinho moderne. Le nouveau monde métisse de Francisco Costa Alegre*, S. Tomé, UNEAS

O autor descreve, de forma brevíssima, uma linha genealógica da literatura são-tomense que vai de Francisco Stockler aos poetas do pós-independência. Depois da orientação marxista, a produção literária procuraria, agora, a sua identidade de literatura mestiça ou crioula, uma problemática na ordem do dia.

A análise de contos de Francisco Costa Alegre, que reflectiriam a influência de um repositório de sabedoria popular ou que entroncariam na tradição cultural do país, torna-se o veículo privilegiado para o destaque de mensagens de carácter moral, às quais o autor ambiciona conferir o papel de guia da acção política.

No plano literário, a obra do escritor reflectiria uma mestiçagem, uma composição de diversos elementos – sintácticos, semânticos, de estilo – conforme aos princípios de interculturalidade. É referida a santomensidade, ou são-tomencidade segundo a grafia do autor (em nossa opinião, uma noção discutível e com um enorme caminho para fazer), como que a assunção, no plano da escrita, de dois mundos antagónicos.

Perante este texto, assim como de outros deste e de mais autores, o que fica por considerar é o desfasamento entre uma cultura supostamente híbrida e uma história onde a interacção não existe senão para apartar irremediavelmente os sujeitos, colono e colonizador. Num esquisso fatalmente tosco, concluiria não ter havido nem mestiçagem, nem criouli-

dade, nem encontro, mas tão só uma dualidade permanente própria de uma sociedade colonial – uma ideia a matizar, quando não a contestar, se aplicada a esmo aos quinhentos anos – e escravagista. Porém, entrevê-se a interculturalidade, definida como a essência do crioulo, ou deparamo-nos com a referência a uma sociedade mestiça. É como se pudesse existir uma sociedade mestiça ou crioula apesar da segmentação social extrema para o que o autor se inclina quando se refere ao colonialismo. Ora, esta segmentação social extrema tem que ser matizada por referência, por exemplo, à história.

No plano histórico, muitas referências mereceriam reparos: por exemplo, por muito violenta que possa ter sido a extorsão das terras e a consolidação da hegemonia dos europeus, é forçado falar em “contexte explosif, quasi de guerre civile” a acompanhar esse processo.

SOUSA norteia-se pelo intuito de não desperdiçar nenhuma oportunidade para prevenir quanto ao futuro do país. Significativamente, fá-lo com recurso a padrões morais e cívicos, que não são estranhos a uma herança que se diria europeia, mesmo se protagonizados ou lembrados pela acção de figuras da terra a actuar num contexto local. Ou, numa outra perspectiva, que ele salienta a respeito da obra do escritor Costa Alegre, convivem na moral popular a tradição judaico-cristã, profundamente enraizada nos hábitos locais e parte integrante da identidade são-tomense, e as práticas, rituais e crenças africanas.

A premência da intervenção política baseada na valorização da herança africana disseminada no dia-a-dia popular assenta no uso quase discricionário de noções que supostamente remeteriam para a equidade e a justiça entre os são-tomenses, não fosse a sua eventual perversão, que SOUSA pretende evitar ao apelar à autenticidade dos são-tomenses a obter por uma espécie de retorno a primevos padrões africanos. Trata-se de voluntarismo. Bem intencionado, por certo, mas voluntarismo.

Sem o rigor necessário para a análise do compósito cultural são-tomense, “identidade crioula”, “santomensidade” e outros termos só servem para aumentar a confusão na interpretação da história e da sociedade são-tomenses.

TROVOADA, Maria Alves, 1991, *Programme de modernization de l'agriculture et motivation des travailleurs. Etude sociologique*, PNUD

UMBELINA, Silvestre de Barros, s.d. a, *Dimi-fa*, dactilografado

Texto de causa, marcado pela preocupação de fundamentar as aspirações regionais, ou outras, da ilha do Príncipe. É simultaneamente um estudo e um testemunho.

Nele se espraia uma interpretação histórica onde se evidenciam as diferenças, designadamente culturais, relativamente à ilha de S. Tomé. Passa-se em revista a história, focando, a par dos aspectos comuns a S. Tomé, singularidades como a da circunstância da maioria dos naturais do Príncipe ser provavelmente originária do Mali. Como é óbvio, independentemente do esforço de comprovação empírica, esta asserção tem de ser relativizada, desde logo pelo curso da própria história. Nomeiam-se figuras do Príncipe – Marcelo da Veiga, mas também Lerenó da Mata e Agnelo Salvaterra – e procede-se a uma inventariação etnográfica das festas e das restantes realizações culturais tornadas tradicionais.

Na abordagem da história mais recente descreve-se com detalhe o menoscabo das pretensões dos *filhos da ilha* no período transitório e a sua subsequente subalternização após a independência. Em resultado do que então se qualificava de “retrocesso quase total da situação do Príncipe” sobreviria a insatisfação, culminada nos eventos – de intenções vaga e inconsequentemente secessionistas – de finais de 1981.

A abordagem do panorama económico e das questões sociais visava fundamentar a opção por uma arquitectura política que contemplasse a autonomia, que devia andar na boca dos principenses ou principianos. Assim se entende que este texto, provavelmente escrito nos derradeiros anos do regime de partido único, exortasse a que se explicasse aos jovens a canção do tempo da independência em que se narrava que a população do Príncipe tivera de calar as suas aspirações.

UMBELINA, Silvestre de Barros, s. d., *O processo de implementação da autonomia do Príncipe*, dactilografado

Texto onde se fala de um sentimento autonomista da população do Príncipe, manifesto desde a “declaração de princípios” redigida em 1974. Foca-se o pós-independência e resumem-se os passos conducentes à consagração legal da autonomia da ilha. Listam-se igualmente os constrangimentos que tornaram a autonomia uma realidade muito aquém – mesmo apenas no tocante às repercussões económicas – das expectativas dos *filhos da ilha*.

